

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Dissertação



O Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional



Jeane dos Santos Caldeira

Pelotas, 2014

JEANE DOS SANTOS CALDEIRA

O Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Giana Lange do Amaral

Pelotas, 2014.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C146a Caldeira, Jeane dos Santos

O Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional / Jeane dos Santos Caldeira; Giana Lange do Amaral, orientadora. — Pelotas, 2014.

249 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

1. Asilo de órfãs. 2. História das instituições educativas. 3. Igreja católica e educação. 4. Congregação do Imaculado Coração. 5. Negros em Pelotas. I. Amaral, Giana Lange do, orient. II. Título.

CDD : 370.9

Banca examinadora:

Profª Drª Giana Lange do Amaral – Orientadora

Profª Drª Dóris Bittencourt Almeida (UFRGS)

Prof. Dr. Eduardo Arriada (UFPeI)

Profª Drª Elisa dos Santos Vanti (UFPeI)

Profª Drª Maria Augusta Martiarena de Oliveira (IFRS)

*À minha querida mãe que pelo amor incondicional,
dedicou sua vida ao trabalho para que sua única
filha dedicasse sua vida aos estudos.*

AGRADECIMENTOS

À orientadora Prof^a Dr^a Giana Lange do Amaral, por me acompanhar desde 2008, por acreditar no meu potencial e contribuir à minha formação como educadora e pesquisadora. Obrigada pelo acolhimento, dedicação e carinho.

Aos professores Dr^a Dóris Almeida, Dr. Eduardo Arriada e Dr^a Elisa Vanti, pela disponibilidade de compor as bancas de qualificação e de defesa desta dissertação, e principalmente, pelas considerações, críticas e sugestões para qualificar meu estudo. À Prof^a Dr^a Maria Augusta de Oliveira que muito colaborou com os meus estudos desde a Iniciação Científica e gentilmente aceitou o convite para compor a banca de defesa.

Aos colegas do grupo de pesquisa CEIHE – Centro de Estudos e Investigações em História da Educação, em especial, às colegas Hardalla do Valle e Jezuína Schwanz pela amizade e pela parceria acadêmica. À bolsista Sheila Duarte e à ex-bolsista e colega de profissão Letícia Ferrari pela colaboração na coleta de dados na Bibliotheca Pública Pelotense.

Às colegas e amigas do Curso de Licenciatura em Pedagogia UFPel 2011/1, que muito torceram pelo sucesso da minha trajetória acadêmica, em especial, Aline Santos, Ariane Souza, Fabiana de Moraes, Fabiana Volz, Hosane Costa, Priscila Dias, Rita Souza, Rosane Netto, Suélen Teixeira e Valéria Nobre.

Às funcionárias do Instituto São Benedito e às Irmãs da Congregação do Imaculado Coração de Maria que foram essenciais para realização deste estudo.

À minha família, pelo apoio e incentivo, em especial ao pai Antenor Caldeira, à madrinha Vera dos Santos, além da mãe Ironi Caldeira, presença constante na minha vida. Ao primo Pablo Caldeira pelo auxílio nas transcrições das entrevistas realizadas para a dissertação.

Deixo um agradecimento muito especial às minhas amigas, companheiras fiéis, pelo incentivo e carinho diário. Foram vocês que aturaram meus momentos de mau humor, compreenderam minhas ausências e vibraram com cada momento de conquista, em especial “Minhas Pretas”. “Quem é de verdade” sabe que ocupa um lugar próprio no meu coração.

Por fim, agradeço “as razões do meu riso fácil”, meus afilhados Érika, Emilly, Guilherme, Valentina, Caio, Samuel e meu sobrinho Eduardo.

Enxergar o “outro” continua exigindo um grande esforço principalmente para os que não ocuparam o lugar dos que pouco puderam falar ou escrever ao longo da história...

(GALVÃO; LOPES, 2001, p. 41)

RESUMO

A presente dissertação consiste em uma pesquisa histórica no âmbito da História da Educação, mais precisamente na História das Instituições Educativas. A pesquisa tem como objetivo analisar aspectos históricos do Asilo de Órfãos São Benedito, atual Instituto São Benedito, fundado no início do século XX na cidade de Pelotas/RS para abrigar meninas negras. A delimitação temporal deste estudo corresponde as primeiras décadas do século XX, tendo como ponto de partida a fundação da instituição em 1901. Para poder analisar a trajetória educativo-institucional do asilo, buscou-se fazer alguns apontamentos sobre a institucionalização da infância desvalida no Brasil, contextualizar a cidade de Pelotas a partir do século XIX e a situação da comunidade negra dessa cidade depois da Abolição da Escravatura. Com o respaldo da Nova História é que se recorreu à prática historiográfica da micro-história e aos referenciais da História Vista de Baixo para a análise do *corpus* documental, constituído por documentos escritos, narrativas orais dos atores educativos e algumas fotografias referentes ao Asilo de Órfãos São Benedito. A função desempenhada pelo asilo foi fundamental na vida das meninas carentes, pois durante muitos anos, a obra assumiu ao mesmo tempo o papel da família, da escola, da Igreja e de setores da sociedade que tinham interesse na manutenção dessa instituição. A instrução primária, moral e religiosa ofertada às meninas, contribuiu para torná-las boas mães, boas esposas e aptas para o trabalho doméstico. A partir deste viés é que se buscou investigar aspectos do Asilo de Órfãos São Benedito: o lugar da órfã na sociedade, características da educação institucionalizada, o estereótipo de mulher formada no Asilo de Órfãos e a relação da sociedade pelotense com a instituição.

Palavras-chave: Asilo de órfãos; história das instituições educativas; Igreja Católica e educação; Congregação do Imaculado Coração de Maria; negros em Pelotas.

ABSTRACT

This dissertation consists in a historical research of History of Education, specifically the History of Educational Institutions. The research aims to analyze historical aspects of São Benedito Orphan Asylum, São Benedito Institut currently, founded in the early twentieth century in the city of Pelotas / RS to harbor black girls. The temporal delimitation of this study correspond to the first decades of the twentieth century, having as the starting point the foundation of the institution in 1901. In order to analyze the educational and institutional trajectory of the asylum, we attempted to make some notes about the institutionalization of an underprivileged childhood in Brazil, contextualize the city of Pelotas from the nineteenth century, and the situation of the black community in this city after the abolition of slavery. With the backing of the New History is that resorted to historiographical practice of the micro-history and to the referential of the History view from below for analyzing the documentary corpus, constituted of written documents, oral narratives of the educational actors and some photographs relating to the Orphan Asylum São Benedito. The function performed by the asylum was underlying in the lives of those underprivileged girls, because for many years, the work assumed at the same time the role of family, school, church, and sectors of society that had an interest in maintaining this institution. The primary instruction, religious and moral education offered to those girls, helped make them good mothers, good wives and suitable for domestic work. From this bias is that we sought to investigate aspects of the São Benedito Orphan Asylum: the place of orphans in the society, characteristics of institutionalized education, the stereotype of the women formed in the Orphan Asylum and the relationship of the Pelotense's society with the institution.

Keywords: Orphan Asylum; history of educational institutions; Catholic Church and education; Congregation of the Immaculate Heart of Mary; negros in Pelotas.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 – Irmã Assunta	56
Figura 2 – A primeira Roda de Expostos. Ospedale de Santa Maria in Saxia, Roma, início do século XIV	75
Figura 3 – Roda de Expostos, Santa Casa de Misericórdia de São Paulo	77
Figura 4 – Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição	100
Figura 5 – Luciana Lealdina de Araújo	114
Figura 6 – Estatutos do Asylo de Orphãs S. Benecdito	126
Figura 7 – Edificações da Praça José Bonifácio	130
Figura 8 – Natal de 1946	133
Figura 9 – Luciana Lealdina de Araújo junto às meninas	141
Figura 10 – Benedito Lopes Duro	142
Figura 11 – Luciana Lealdina de Araújo e dois órfãos	150
Figura 12 – Antigo sobrado onde foi a primeira sede do Orfanato São Benedito ..	152
Figura 13 – Escola São Benedito	152
Figura 14 – Orphanato São Benedito – Bagé	153
Figura 15 – Túmulo de Luciana de Araújo	156
Figura 16 – Fotoporcelana	156

Figura 17 – Túmulo de Preto Caxias	158
Figura 18 – Parte da pedra funerária	158
Figura 19 – Vultos Negros no Rio Grande do Sul	161
Figura 20 – Luciana Lealdina de Araújo: Mãe Preta	161
Figura 21 – Diretoria da instituição	164
Figura 22 – Irmã Hilária de Souza	171
Figura 23 – Projeto da fachada do Asilo S. Benedito	176
Figura 24 – Asilo de Órfãs São Benedito	177
Figura 25 – Instituto São Benedito	178
Figura 26 – Dormitório do Asilo de Órfãs São Benedito	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fotografias do acervo do Instituto São Benedito	62
Tabela 2 – Resumo das biografias dos personagens destacados no calendário intitulado: Vultos negros no Rio Grande do Sul	162
Tabela 3 – Obras fundadas entre 01/01/1884 até 21/11/2013	169

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO	21
1.1 Minha relação com o objeto de pesquisa	22
1.2 A Nova História e algumas práticas historiográficas	29
1.3 O uso das fontes nas pesquisas da História das Instituições Educativas	36
1.4 Coletar, selecionar e organizar: o trabalho com a História Oral, fotografias e periódicos	46
1.4.1 A metodologia da História Oral	47
1.4.2 “Para além da ilustração”: as fotografias de Instituições Educativas	58
1.4.3 O uso de periódicos como fonte documental	63
2 APONTAMENTOS SOBRE A INFÂNCIA DESVALIDA	70
2.1 Instituições para infância desvalida no Brasil: caridade, filantropia e assistencialismo	70
2.2 A cidade de Pelotas: final do século XIX início do século XX	91
2.3 A infância desvalida em Pelotas	96
3 O ASILO DE ÓRFÃS SÃO BENEDITO	104
3.1 A inserção da comunidade negra em Pelotas	104
3.2 O Asilo de Órfãs São Benedito: uma conquista da comunidade negra	113
3.2.1 Membros da comunidade negra em prol das meninas desvalidas: primeiros dez anos do Asilo de Órfãs São Benedito	117
3.2.2 Luciana Lealdina de Araújo, seu trabalho na cidade de Pelotas e na cidade de Bagé	144

3.3	O Asilo de Órfãs São Benedito: o trabalho da Congregação Imaculado Coração de Maria	165
3.3.1	A atuação da Congregação Imaculado Coração de Maria em Pelotas	165
3.3.2	O Asilo de Órfãs São Benedito a partir de 1912.....	170
3.3.3	A educação das meninas desvalidas: boas mães, boas esposas e aptas para os trabalhos domésticos	181
3.3.4	Caridade e filantropia a serviço das desvalidas	196
	Considerações Finais	205
	Referências	214
	Apêndices	231
	Apêndice A	232
	Apêndice B	233
	Apêndice C	234
	Apêndice D	235
	Apêndice E	236
	Apêndice F	237
	Apêndice G	238
	Apêndice H	239
	Anexos	240
	Anexo A	241
	Anexo B	244

INTRODUÇÃO

Quem não viu Clementina, Rainha Quelé
No terreiro cantando, dizendo no pé
No cinema ela é negra, ela é
Ela é chique, ela é Chica da Silva é Zezé
Grande Otelo é maior que ele é
É da Vila, é Martinho, é Ferreira, é José
Negra é massa, é gana, é raça, é guerreira, é Guiné

Mas se a noite é no céu de Luanda
Gangazumba é quem vence demanda
No cheiro de um forte café
Na dança de um candomblé
Se o canto vem lá de Angola
Zumbi é o Rei Quilombola
Iaô, Orixá, Mucuiú, Motumbá, Colofé

Bate a mão e o pé
Dessa vez dá pé
Atitude e fé
Negritude, axé

Negro é lindo, é raiz, é a vida
Benedito e Aparecida
Anastácia é santa mulher
E São Pixinguinha lamenta em ré
Livre é ser Nelson Mandela
Mesmo na solidão de uma cela
Pela paz, tanto faz
Se é branca ou se é negra, ele quer

(Negritude Axé – Marco Antônio Costa Santos)

O Brasil é um país em que muitos negros deixaram suas marcas em diversos setores. Alguns foram brilhantes no cenário musical e cinematográfico. Outros se destacaram na luta em prol dos menos favorecidos. Entre tantas mulheres, seja Clementina, Zezé Motta, Chica da Silva, existem milhares de nomes que podem ser agregados à lista de personalidades ilustres, assim como nomes de homens negros, não só boêmios, não só sambistas, não só comediantes; mas também líderes que lutaram a favor dos excluídos.

Se Nelson Mandela se destacou na África, no Brasil foi Zumbi dos Palmares. No âmbito religioso, a maior referência é Nossa Senhora Aparecida, originalmente brasileira, e São Benedito. Embora a escrava Anastácia ultrapasse as fronteiras do imaginário popular, sendo cultuada por brasileiros e africanos.

Talvez o compositor da música *Negritude Axé* desconheça a existência dos descendentes de Manuel Conceição da Silva Santos, de Luciana Lealdina de Araújo, Benedito Lopes Duro, Antônio Boabad e tantos outros nomes, membros da comunidade negra pelotense, que se destacaram no cenário educacional, não se encontrando resignados e conformados com o descaso por parte do Estado e da sociedade.

Nesse intento o presente estudo busca analisar aspectos de uma instituição que ao que tudo indica, foi criada pela comunidade negra, para abrigar meninas negras em Pelotas/RS no início do século XX.

Esta dissertação, em nível de Mestrado, na linha de pesquisa Filosofia e História da Educação, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE/UFPel) consiste em uma pesquisa histórica no âmbito da História da Educação, mais precisamente na História das Instituições Educativas, tendo como enfoque o estudo da história do Asilo de Órfãos São Benedito, atual Instituto São Benedito, fundado no início do século XX na cidade de Pelotas/RS. A delimitação temporal deste estudo corresponde as primeiras décadas do século XX.

Um dos principais desafios do presente trabalho foi delimitar o recorte temporal como objeto de estudo, pois se trata de uma instituição centenária. Nesse sentido, compactua-se com Sanfelice (2007, p. 76) quando afirma que:

Quando se toma a decisão de pesquisar a história de uma instituição escolar ou de uma instituição educativa, o condicionante inicial que se põe é o da temporalidade. São instituições que existiram e acabaram ou que existiram e sobreviveram até os dias de hoje? No primeiro caso, vai-se em busca de uma história do passado ou por uma história do passado e do presente. Não raro, em ambas as situações, acaba-se, com frequência, tendo que priorizar um determinado período da história da instituição.

Dessa forma, para priorizar o estudo de um determinado período, foi necessário estabelecer alguns critérios, entre eles, a seleção das fontes coletadas. Outro critério utilizado foi o período histórico brasileiro.

A delimitação temporal do presente estudo se concentra principalmente no período da história brasileira denominada como Primeira República ou República Velha, compreendidos entre os anos de 1889 a 1930.

Nas primeiras décadas do Brasil Republicano, o país passou por um processo de urbanização e industrialização, sendo necessária formação de uma mão de obra qualificada e diversificada. Dessa forma, o governo passou a investir na educação das classes menos abastadas, tendo em vista a ideia de que a educação seria uma forma de regenerar e civilizar o povo. No que tange a educação de crianças, Marcílio (1998, p. 224) aponta:

Com a República, a distinção entre a criança rica e a criança pobre ficou bem delineada. A primeira é alvo de atenções e das políticas da família e da educação, com o objetivo de prepará-las para dirigir a Sociedade. A segunda, virtualmente inserida nas “classes perigosas” e estigmatizada como “menor”, deveria ser objeto de controle especial, de educação elementar e profissionalizante, que a preparasse para o mundo do trabalho. Disso cuidaram com atenção os médicos higienistas e os juristas das primeiras décadas do século.

As legislações de maior relevância, tratando do assunto da infância nesse período é o Código Penal do final do século XIX, o Código Civil Brasileiro de 1916 e o Código de Menores de 1927 (NEGRÃO, 2004).

Os anos de 1901, ano de fundação do Asilo de Órfãos São Benedito; 1912, ano em que a Congregação do Puríssimo Coração de Maria, atual Imaculado Coração de Maria assumiu a diretoria interna da instituição; e 1930, ano da morte de uma das principais idealizadoras da fundação do asilo, são um marco histórico para a instituição e para o presente estudo.

Além dos anos mencionados, também foram utilizadas fontes documentais produzidas nas primeiras décadas do século XX, sendo assim, justifica-se aqui os critérios para delimitação temporal da presente pesquisa.

Ressalto, inicialmente, que o estudo sobre essa instituição começou antes de meu ingresso no Mestrado. Entre os anos de 2008 a 2011, durante a graduação no curso de Pedagogia (FaE/UFPel), fui bolsista de Iniciação Científica na mesma linha de pesquisa.

Naquele momento, sob orientação da professora Giana Lange do Amaral, que desenvolve projetos de pesquisas sobre instituições educacionais, tive a oportunidade de estudar aspectos da história do Instituto São Benedito, divulgando os resultados da pesquisa em diversos eventos na área da Educação.

Assim, a pesquisa sobre o Asilo de Órfãos São Benedito nos proporciona voltar aos fatos do passado através da análise de objetos e fontes, na tentativa de entender o presente. Segundo Amaral (2005, p. 15):

A compreensão de nossa realidade atual e suas características leva-nos sempre ao passado, à origem do processo que estamos vivenciando. E um caminho necessário à contextualização desse processo leva à necessidade de regionalizar os estudos históricos, limitar no tempo e no espaço a tarefa de análise histórica.

Na tentativa de regionalizar os estudos históricos, a dissertação está inserida no âmbito da História da Educação, mais precisamente da História das Instituições Educativas, como já foi mencionado. Cumpre ressaltar que a História da Educação tem como foco o estudo de fenômenos educativos tanto escolar quanto não escolar. Como afirma Magalhães (1999, p. 67, grifos do autor):

A história da educação é uma área do conhecimento que toma como objecto a educação, a partir de uma abordagem historiográfica, com base em *conceitos e conceptualizações* de natureza pedagógica/educacional: antropológicos, filosóficos, didáticos, sociológicos, psicológicos, auxiológicos, organizacionais, historiográficos.

Além da interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, muitas vezes os estudos no âmbito da História da Educação fazem o cruzamentos com outros campos da História. Sobre essa relação com outros campos, Galvão e Lopes (2001) não falam de História da Educação e sim de Histórias da Educação, que as autoras enunciam como sendo:

Estudos que investigam não somente o ensino e a escola – objetos tradicionais da disciplina -, mas também as crianças e os jovens, o livro e a leitura, as mulheres, a violência, entre tantos outros sujeitos e objetos que contribuem para a melhor compreensão dos processos educativos do passado (GALVÃO; LOPES, 2001, p. 52).

Cabe reiterar que o objetivo maior deste estudo é investigar a trajetória educativa-institucional do Asilo de Órfãs São Benedito, na modalidade de internato para meninas desvalidas sem distinção de cor, iniciando pela fundação da instituição em 1901, passando pela inserção das Irmãs do Imaculado Coração de Maria na diretoria interna do asilo em 1912 e de outros acontecimentos que marcaram a história do asilo durante as primeiras décadas do século XX.

Seguindo alguns questionamentos levantados por Negrão (2004, p. 10) em sua pesquisa sobre o Asilo de Órfãs de Campinas, também busco investigar em relação ao Asilo de Órfãs São Benedito:

- o lugar da órfã na sociedade;
- características da educação institucionalizada: o trabalho manual e doméstico na instituição, as rotinas e rituais diários, a educação voltada para o trabalho como empregadas domésticas;
- o estereótipo de mulher formada no Asilo de Órfãs;
- a relação da sociedade pelotense com a instituição.

Dessa forma, ressalto que as questões levantadas pela autora inspiraram os objetivos propostos por esta pesquisa, pois em ambas situações tratam-se de instituições destinadas a meninas desvalidas, com inserção de uma Congregação religiosa. No entanto há singularidades do contexto regional, urbano e institucional que merecem aqui ser identificados e analisados. Uma delas foi a atuação dos negros em prol da institucionalização e educação das meninas desvalidas. Esse foi um dos fatores determinantes para a fundação do Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas.

É relevante enfatizar que a educação moral, modelar, disciplinadora e higienista destinada às classes populares era uma grande preocupação da sociedade pelotense do século XIX e início do século XX. Com o aumento do número de crianças abandonadas e em situação de pobreza, oriundas de famílias que não tinham condições de mantê-las, e na falta de uma atuação direta do Estado, os asilos para órfãs eram uma das alternativas de atendimento.

A partir deste viés é que a pesquisa também tenta compreender porque mesmo após a Abolição da Escravatura no país e com a existência de um importante asilo na cidade, o Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição, houve necessidade de que fosse fundado um asilo para meninas desvalidas negras.

É a partir da perspectiva da História Cultural, que possibilita o estudo de toda atividade humana, através dos novos campos, que se destacam como principais acervos analisados o do Instituto São Benedito de Pelotas, da Escola São Benedito de Bagé e da Bibliotheca Pública Pelotense.

Nesse estudo, contou-se com a colaboração das Irmãs que atuam diretamente no Instituto e da Irmã Ivoní Luft, responsável pelos arquivos na sede geral da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, localizada na cidade de Porto Alegre/RS. Foram inseridos no trabalho escritas, narrativas orais dos atores educativos e algumas fotografias da época referente ao Asilo de Órfãos São Benedito.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo parte do percurso teórico-metodológico, fundamentado na História Cultural e da minha relação com o objeto de pesquisa. Em seguida destaca-se o uso das fontes na pesquisa da História das Instituições Educativas, compartilhando também com o leitor, os lugares em que as fontes foram localizadas. Ainda sobre a coleta, seleção e organização das fontes, finaliza-se o capítulo abordando sobre o trabalho com a História Oral, fotografias e periódicos.

O capítulo dois, intitulado *Apontamentos sobre a infância desvalida*, começa com a contextualização das instituições para a infância desvalida no Brasil, abordando questões da caridade, filantropia e assistencialismo. Em seguida, o foco é a cidade de Pelotas no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Cabe frisar que nesse momento, optei por abordar sobre o desenvolvimento industrial e urbano que foram fundamentais para que a cidade se destacasse de outras cidades do estado. Por último, busco discorrer sobre algumas instituições, a partir da segunda metade do século XIX, responsáveis pela infância desvalida na cidade de Pelotas.

No terceiro e último capítulo intitulado *O Asilo de Órfãos São Benedito* pretendo discorrer sobre a fundação do Asilo de Órfãos, a atuação da comunidade negra em prol das meninas desvalidas e o trabalho de uma das idealizadoras para a fundação da instituição. Em seguida, procuro esboçar aspectos históricos da

instituição a partir do ingresso das Irmãs da Congregação do Imaculado Coração de Maria, em 1912, contextualizando as atividades anteriores delas no estado do Rio Grande do Sul.

A educação das meninas desvalidas na intenção de torná-las boas mães, boas esposas e aptas para o trabalho doméstico também será abordado no terceiro capítulo. Para finalizar o trabalho, trago algumas questões referentes a caridade e a filantropia em prol das meninas desvalidas do Asilo de Órfãos São Benedito. Ressalto que para tanto, o último capítulo está subdividido em nove partes, sendo este o mais importante do presente trabalho.

1 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Aprender a pesquisar decorre de um processo lento e repleto de hesitações. Compor o objeto de estudo implica dispor de sensibilidade, dedicar, tempo à ruminação, por-se em inconformidade com o que se apresenta como receituário. Como um detetive, o pesquisador sai à procura de pistas, vestígios, achados para construir uma narrativa. Inúmeros fios e fragmentos vão formar a tessitura de sua pesquisa, que implica diretamente na produção dos achados e na análise da problemática produzida nessa operação intelectual intensa que é o ato de pesquisar.

(BASTOS; STEPHANOU, 2012, p. 9)¹

O referencial teórico-metodológico e as fontes de pesquisa são fundamentais para o trabalho do historiador. Sobre o assunto, Saviani (2006, p. 23) afirma que “a interpretação das fontes, as teorias e metodologias assumidas pelo historiador para a compreensão do passado são, e continuarão sendo, momentos fundamentais do trabalho historiográfico”.

Para tanto, é necessário o referencial teórico-metodológico que nesse caso foi sendo delineado a partir do levantamento bibliográfico que é considerado por Samara e Tupy (2010) o ponto de partida do trabalho histórico, além do contato direto com as fontes da pesquisa.

No decorrer do capítulo pretende-se evidenciar o lugar de onde falo e as escolhas teórico-metodológicas que são base e norteadoras do trabalho. Começo descrevendo as motivações para a escolha do Asilo de Órfãs São Benedito como tema central deste estudo. Em seguida, justifico minha escolha pela corrente historiográfica da Nova História - a História Cultural - e o uso das fontes na pesquisa da História das Instituições Educativas. Por último, trabalho com questões teóricas referentes à metodologia de História Oral, o uso de fotografias para além da ilustração e a possibilidade de pesquisa através de periódicos.

¹ Prefácio. In: GRAZZIOTIN, Luciane Sagarbi; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória: reflexões metodológicas sobre História Oral**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

1.1 Minha relação com o objeto de pesquisa

Começo ressaltando que não estudei no Instituto São Benedito que se localiza na área central da cidade de Pelotas, próximo à Catedral São Francisco de Paula. Fui aluna durante todo ensino fundamental e médio em uma escola estadual de um bairro da cidade.

Apesar de não ter frequentado a instituição como aluna, meu interesse pelo Instituto dá-se por diversos motivos, dentre eles pelo fato de o Asilo de Órfãos São Benedito acolher grande número de meninas negras e por eu pertencer ao mesmo grupo étnico-racial, tendo enorme identificação com as meninas que por lá passaram e com outras que ainda estudam no Instituto. Até os dias de hoje ainda parte considerável das alunas são negras, oriundas das zonas periféricas de Pelotas, principalmente do bairro Navegantes.

Cabe explicitar a escolha pessoal pelo termo étnico-racial. Pode-se afirmar que o termo é considerado politicamente correto, além de ser utilizado como categoria nas pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que para o questionário do Censo Demográfico de 2000 e 2010, apresentou cinco opções para a autoidentificação étnico-racial dos indivíduos entrevistados: branca, preta, amarela, parda e indígena.

Sobre as categorias étnico-raciais elencadas pelo IBGE, Fonseca e Nascimento (2013) elucidam que estas são construções culturais hegemônicas difundidas a partir da Região Sudeste, empregadas na tentativa de corresponder à realidade brasileira. Para escolha do termo, também considerei as questões ligadas à identidade, de como ser e reconhecer-se negra, por isso, a junção dos termos etnia e raça. O sentido de identidade segundo Pollak (1992, p. 224):

[...] é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Atualmente, o conceito de raça é considerado ultrapassado, apesar de já ter sido muito utilizado em estudos acadêmicos². Isso se deve ao fato de muitos conceitos passarem por alguns processos de modificações, de acordo com novas descobertas ou apenas são abandonados quando não forem mais úteis (VALENTE, 1994).

Para alguns pesquisadores, o conceito de raça está relacionado às características biológicas, principalmente as fenotípicas, como cor da pele, altura, tipo de cabelo e formato do nariz. No caso do Brasil, o processo de miscigenação pelo qual passou a população constituída por índios, negros africanos e imigrantes europeus e asiáticos, é difícil definir quem é o branco, negro, pardo, amarelo ou índio.

Sobre o termo etnia, Valente (1994, p. 17) afirma que seu uso “procura definir grupos biológicos (como ocorre com o termo ‘raça’) e culturalmente homogêneos”, apesar dos critérios culturais serem insuficientes para determinação de grupos étnicos. A autora esclarece que o ideal é articular etnia com noção de identidade, assim como Peres (2002, p. 84) compreende que “grupo étnico supõe uma auto-identificação e uma identificação da própria sociedade”.

Percebe-se que o uso de terminologias relacionadas à raça e etnia, ultrapassa questões biológicas, culturais ou de identidade. Sobre o assunto, Fonseca e Nascimento (2013, p. 51) explicam que:

No Brasil, tecer considerações, fazer interpretações, análises e reflexões sobre as características étnico-raciais tem sido algo complexo na medida em que diversas categorias sociais são postas em concorrência e em diálogo constante, sobretudo porque trazem conceitos, palavras e terminologias estruturadas pelo imaginário europeu para estabelecer e explicar as diferenças entre os povos com a finalidade de exercer e justificar o domínio de alguns grupos sobre outros.

Portanto, me definir apenas como mulher da raça negra, não seria uma definição politicamente correta, apesar da cor da pele escura e dos cabelos característicos aos que podem denominar como afrodescendentes. Também não julgo suficiente apenas mencionar que faço parte da etnia negra, considerando a noção de etnia de acordo com o que foi explicitado.

² Sobre o processo de classificação racial no Brasil ver: Petruccelli e Saboia (2013).

Acredito que a classificação de grupo étnico-racial, contempla ambos os termos além das questões principalmente ligadas à identidade, nesse caso, identidade negra compreendida por Gomes (2002, p. 39) como:

[...] uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. Um olhar que, quando confrontado com o do outro, volta-se sobre si mesmo, pois só o outro interpela a nossa própria identidade.

Outro motivo relevante para a escolha do objeto de pesquisa é que foi no Instituto São Benedito que estudaram muitas integrantes do Projeto Odara³, atual ONG Odara – Centro de Ação Social, Cultural e Educacional. Pode-se afirmar que a história da ONG Odara teve início em de 1996, quando começou o ensino de dança afro no Instituto São Benedito. Logo este grupo de dança foi denominado Dandara, coordenado pela professora Raquel Silveira.

Nos anos de 2000 e 2001, aconteceu em Pelotas o festival de música Cabobu, idealizado pelo percussionista, cantor e compositor pelotense Gilberto Amaro do Nascimento (06/12/1940 - 03/02/2014), conhecido popularmente por Giba Giba.

O Cabobu, considerado como a Festa dos Tambores, teve como principal instrumento de percussão o Sopapo⁴, contou com a participação de diversos músicos, tendo como atividades oficinas dirigidas pelo Mestre Baptista para construção do instrumento e apresentações de dança afro.

Como Giba Giba conhecia a professora Maritza Freitas que coordenava o grupo de dança do Colégio Municipal Pelotense, e também tinha uma atuação significativa junto ao Movimento Negro de Pelotas, ele convidou-a para formar um grupo de dança para apresentação no Cabobu.

³ Odara em iorubá significa beleza e encantamento.

⁴ O Sopapo, um gênero de tambor de grandes dimensões conhecido hoje nas cidades de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, é cercado por incertezas quanto as suas origens e circulação. Produto da reconstrução diaspórica atribuído aos escravos trabalhadores nas Charqueadas em Pelotas e Rio Grande, no século XIX, foi amplamente usado a partir da década de 1940 em escolas de samba nestas cidades, conferindo particularidades ao samba executado pelas baterias destas escolas (MAIA, 2008, p. 13-14).

Através do convite da professora Maritza, a professora Raquel Silveira também se juntou ao projeto e dessa forma abriram inscrições para formar o grupo e montar a coreografia. No primeiro Cabobu, aproximadamente cinquenta jovens, negros e brancos apresentaram a coreografia no Largo do Mercado Público.

Com o desejo em dar continuidade ao trabalho desenvolvido para aquele evento, Raquel Silveira e o casal Maritza Freitas e Dilermando Freitas reuniram participantes do grupo Dandara e outros, que a exemplo do Dandara, também participaram da performance coreográfica durante o Cabobu.

Assim surgiu o Projeto Odara que abrange crianças, jovens, adolescentes e suas famílias, desenvolvendo atividades de dança, percussão, educação, teatro e outras agregadas ao Movimento Negro da cidade e região. No ano de 2005, o Odara passou de Projeto para ONG - Organização Não Governamental.

Toda descrição sobre a ONG Odara foi possível através do estudo da tese de Mario de Souza Maia (2008) e das minhas lembranças pessoais. Através do convite de uma amiga participei do corpo de baile do segundo Cabobu. Naquele ano o Cabobu fez parte das atividades da Semana da Consciência Negra durante o mês de novembro.

Ainda recordo do nosso deslocamento para o Largo do Mercado, local da apresentação. Saímos do Colégio Municipal Pelotense, durante o turno da tarde, dançando pelas principais ruas do centro de Pelotas, o que causou estranhamento em muitas pessoas. Era possível ver em seus rostos o espanto, o riso contido por ver mais de cinquenta bailarinos e diversos músicos, executando movimentos coreográficos e tocando instrumentos em que predominava os de percussão, aliás, mais do que isso, ver um grupo grande em que predominavam negros com colares, turbantes, cabelos trançados, coloridos, roupas, gestos, movimentos, músicas que lembravam os escravos e o povo africano.

Também foi possível perceber muitos aplausos, sorrisos, admiração, pessoas emocionadas com o que estava sendo apresentado pelas ruas da cidade, pois “o CABOBU foi o ‘local de memória’ erguido, apresentando a recriação de um ritmo esquecido acompanhado de uma ‘dança estilizada para o palco de concerto’” (MAIA, 2008, p. 110).

O Odara certamente faz parte do cenário gaúcho e está fortemente ligado à história da etnia negra do estado e dos movimentos sociais carregados de etnicidade.

Sobre o assunto, Tambara (2002, p. 44) destaca que:

Particularmente no Rio Grande do Sul, com os movimentos nativistas, com as festas típicas das regiões de colonização européia (mormente alemã, italiana e polonesa), nota-se, a par do cunho mercantil dos mesmos, há um resíduo de cunho étnico estimulador, por vezes definidor de diferenças. O mesmo tem ocorrido com a etnia africana, que até então se restringia a movimentos culturais mais específicos (candomblé, carnaval, música) com pouca ou nenhuma inserção social. Entretanto, nas últimas décadas, o movimento negro tem emergido com maior intensidade, caracterizando um novo patamar no processo de identificação étnica.

Depois do Cabobu permaneci no Odara durante três anos e conheci diversas ex-alunas do Instituto São Benedito que frequentavam a instituição para outras atividades, como a dança.

A partir da minha relação com estas colegas, comecei a perceber que o Instituto São Benedito além de ter somente alunas do sexo feminino, eram jovens oriundas das zonas periféricas da cidade, predominavam meninas negras e filhas de domésticas, como minhas colegas do Odara. Todos esses estranhamentos me despertaram curiosidade em conhecer mais a instituição, fato esse que ocorreu a partir de 2008, com a pesquisa de Iniciação Científica.

No decorrer da pesquisa, em especial no período que corresponde o Mestrado, com o estudo sobre as meninas desvalidas amparadas por asilos e orfanatos, passei a relacionar a educação ofertada por essas instituições e o real interesse de parte da sociedade brasileira, principalmente das classes abastadas: formar potenciais trabalhadoras domésticas.

Posso afirmar que a minha relação com essa profissão facilitou o meu entendimento sobre o tipo de educação para meninas das classes menos favorecidas, uma vez que meu pai é jardineiro também exercendo as atividades de vigilante, caseiro, encanador, eletricista, motorista, entre outras, e minha mãe é doméstica.

A história da minha mãe corresponde ao que Perrot (2008) escreve sobre a infância de meninas durante do século XIX. A autora afirma que as meninas,

São postas para trabalhar mais cedo nas famílias de origem humilde, camponesas ou operárias, saindo precocemente da escola, sobretudo se são as mais velhas. São requisitadas para todo o tipo de tarefas domésticas. Futura mãe, menina substitui a mãe ausente. Ela é mais educada do que instruída (PERROT, 2008, p. 43).

Filha de agricultores, mais velha dos quatro filhos, era responsável pelo cuidado da casa e dos irmãos mais novos. Oriunda da zona rural cursou até a 5ª série do ensino primário, não dando continuidade aos estudos por não ter escola naquela localidade.

Ainda na adolescência, trabalhou em fábricas de compotas no período de safra. Ficou órfã de pai aos 17 anos, o que provocou a mudança para a zona urbana da cidade na intenção de colaborar no sustendo da família. Através da indicação de uma prima, em 1974 começou exercer a função de doméstica em uma casa de família constituída com um bom capital econômico, cultural e social e que hoje reside em uma área nobre da cidade. Aprendeu a cozinhar através dos livros de receitas, instruções da patroa e foi aprimorando seus conhecimentos em cursos de culinária.

Hoje, minha mãe está aposentada, ainda trabalhando como cozinheira e copeira na mesma casa da família que ela está acompanhando nesses quase quarenta anos. Destaco que meu pai trabalha com essa família desde o início da década de 1990, além disso, eu também ocupei a função de secretária no escritório de advocacia do patrão de meus pais durante dois anos, antes do meu ingresso na universidade.

Tendo como ponto de partida a história profissional da minha mãe e o estudo que me disponho a realizar, passo a refletir sobre questões como: o que qualifica uma mulher para ser uma boa doméstica? O que a educação do século passado contribuiu para as meninas serem moças prendadas, boas mães e boas empregadas? O fato de atualmente algumas domésticas não ficarem muito tempo trabalhando na mesma residência, está relacionado à disciplina, obediência e alienação às classes dominantes?

Destaco que disciplina, obediência e alienação às classes dominantes eram objetivos do governo republicano durante a transição do século XIX para o século XX, quando se trata das classes populares: formar cidadãos disciplinados e aptos para a mão de obra necessária, considerando que naquele período o país estava passando por um processo de urbanização e industrialização. Para tanto era necessário “normalizar, moralizar, educar e higienizar a sociedade”, principalmente as crianças que eram vistas como a gênese da sociedade (CAMARA, 2011, p. 19).

Considerando que as meninas do Asilo São Benedito ao atingirem a maioria, eram encaminhadas para serem empregadas em casas de famílias, caso não saíssem da instituição por outros motivos, como o casamento, sinto-me motivada a refletir sobre a empregada doméstica daquela época e a empregada doméstica do século XXI.

Em relato informal, a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas⁵, Ernestina Santos Pereira, destacou que existem cursos, em especial o curso ofertado por uma entidade ligada a Arquidiocese de Pelotas, de Formação Doméstica objetivando a formação da doméstica serviçal (como nos séculos anteriores) e não a doméstica cidadã.

No entanto, além dos motivos de ordem pessoal, acima descritos, considero a pesquisa sobre a história deste Instituto relevante, pois o Asilo de Órfãs (como era denominado no período de internato) foi responsável pela formação de uma significativa parcela da população pelotense, principalmente de meninas negras. Ele contribuiu para o resgate da dignidade e inserção social de meninas de baixa renda, através do seu caráter humanitário. Sobre a minha escolha desse tema para investigar, utilizo ainda Barros (2005) quando afirma que:

A escolha de um tema para pesquisa mostra-se diretamente interferindo por alguns fatores combinados: o *interesse* do pesquisador, a *relevância* atribuída pelo próprio autor ao tema cogitado, a *viabilidade* da investigação, a *originalidade* envolvida (BARROS, 2005, p. 25, grifo do autor).

Muitos autores afirmam que não existe neutralidade do pesquisador com o objeto de pesquisa. As historiadoras Samara e Tupy (2010, p. 81-82) lembram que:

A eleição de um objeto de trabalho não é uma escolha realizada ao acaso. Ela depende, pelo menos, da identificação do Historiador com o tema a ser estudado, de seus objetivos imediatos e das oportunidades que a documentação oferece.

⁵ Destaco que minha mãe já foi vice-presidente e presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Pelotas, antes denominado Associação Pelotense das Empregadas Domésticas, fundado em dezembro de 1978 por sua prima Iolanda Prestes da Rosa, sendo elevado a sindicato em 17 de junho de 1989.

A escolha feita é proposital, sempre há uma intencionalidade, por isso, a necessidade aqui de descrever a minha relação com a ONG Odara, com o Movimento Negro de Pelotas e de que forma cheguei até o Instituto São Benedito, além de fazer alguns apontamentos sobre as empregadas domésticas. Nesse sentido é que Josso (2009, p. 121) ao falar da escrita autobiográfica afirma que:

A história de vida relatada é uma mediação do conhecimento de si na sua existencialidade, que possibilita que o autor reflita e se conscientiza sobre diferentes registros de expressão e de representações de si, assim como sobre as dinâmicas que orientam sua formação.

Portanto, acredito que a pesquisa sobre o Asilo de Órfãos São Benedito contribui na minha formação profissional e pessoal, pois a minha trajetória e identificação com o objeto investigado me faz refletir sobre a minha história pessoal e familiar, minhas práticas pedagógicas e sobre o meu trabalho desenvolvido junto ao Movimento Negro de Pelotas.

1.2 A Nova História: abordagens e práticas

A partir da pesquisa bibliográfica, desenvolvo a seguir algumas reflexões que respaldam minha identificação com o tema e o necessário diálogo com autores que sustentam a proposta de estudo, elementos fundamentais para o processo de amadurecimento teórico e de apreensão da teoria.

Sabe-se que existem muitos escritos sobre Nova História, porém considero necessário discorrer sobre o assunto, uma vez que estes serviram de auxílio nas minhas escolhas teórico-metodológicas para investigação do Asilo de Órfãos São Benedito. Começo abordando o assunto a partir de Buffa (2007, p. 151) ao elucidar que:

A nova história, a história cultural, a nova sociologia, a sociologia francesa constituem as matrizes teóricas das pesquisas realizadas. O aspecto positivo dessa tendência que perdura ainda hoje diz a respeito à ampliação das linhas de investigação, à diversidade teórico-metodológica e à utilização das mais variadas fontes de pesquisa.

A autora menciona essas matrizes teóricas quando se refere aos estudos sobre cultura escolar, sendo na sua materialidade, práticas educativas, questões de gênero, infância, instituições escolares, dentre outros temas. É importante ressaltar que o grande alicerce deste trabalho é a Nova História, corrente historiográfica que

surgiu no final da década de 1960 tendo sua origem na chamada Escola dos Annales.

A Escola dos Annales, em francês *École des Annales*, é um movimento historiográfico criado a partir da revista francesa *Annales: économies, sociétés, civilisations*, idealizada por Lucien Febvre e Marc Bloch tendo seu primeiro número publicado no dia 15 de janeiro de 1929, trazendo “uma abordagem nova e interdisciplinar da história” (BURKE, 1991, p. 33). Reis (2006) destaca a renovação teórico-metodológica da História a partir dos Annales.

O arquivo do historiador renovou-se e diversificou-se. E as técnicas de processamento tornaram-se mais sofisticadas e complexas. Agora, a história poderá ser feita com todos os documentos que são vestígios da passagem do homem. O historiador tem como tarefa vencer o esquecimento, preencher os silêncios, recuperar as palavras, a expressão vencida no tempo (REIS, 2006, p. 37-38).

Burke (1991) afirma que a revista havia sido planejada muito antes de 1929, mas o projeto enfrentou dificuldades e teve que ser abandonado. Assim como a proposta interdisciplinar da revista, o seu comitê editorial também era interdisciplinar, não sendo formado somente por historiadores, também por geógrafo, sociólogo, economista e cientista político.

Destacam-se as três grandes gerações da Escola dos Annales: a primeira liderada por Marc Bloch e Lucien Febvre (1929), a segunda por Fernando Braudel (1946) e a terceira (1969) que apresenta uma pluralidade de nomes, dentre eles Jacques Le Goff, Pierre Nora, Marc Ferro e Le Roy Ladurie (BARROS, 2010a). Também pode ser identificada uma quarta geração que surgiu no final da década de 1980 e segue até os dias atuais.

Para dissertar sobre os Annales e até mesmo sobre a Nova História, deve-se levar em conta possíveis aspectos contraditórios, pois os próprios teóricos que fazem parte desta corrente discordam entre si, o que gera muitas polêmicas. Dentre elas, a constituição dos Annales como Escola dos Annales ou Movimento dos Annales. Como afirma Barros (2010a, p. 3-4):

Se é uma Escola, até que ponto existirão inovações suficientemente decisivas para que se possa atribuir aos Annales uma contribuição realmente transformadora para a Historiografia Ocidental, tal como propõe José Carlos Reis nas suas diversas análises sobre as radicais e inovadoras contribuições que emergem da instituição pelos Annales de um novo Tempo Histórico? Por outro lado, se os Annales constituíram uma Escola ou um

Movimento, quais os seus limites temporais: teriam se esgotado nas duas primeiras gerações, ou prosseguem pelas gerações posteriores de historiadores franceses que reivindicam a herança de Bloch, Febvre e Braudel?

Os limites temporais que o autor assinala se referem ao fato de analisar a terceira geração como continuação das gerações anteriores ou ruptura dessas gerações.

O ano de 1968 é habitualmente apontado como um marco de uma nova fase na história da Escola dos Annales. Muitos vêem nesta data o fim do movimento, no sentido de que acreditam que o que se seguiu foi um outro tipo de historiografia. Outros consideram este ano como o início de uma nova fase deste grande movimento, e é aqui que se utiliza a expressão “terceira geração dos Annales” para designar os novos historiadores franceses em ascensão e agora na direção do movimento (BARROS, 2010a, p. 19).

Peter Burke e François Dosse aprofundam essa discussão. Conforme Burke (1991), os historiadores da terceira geração dos Annales são herdeiros da primeira geração, dando continuidade aos projetos iniciados por Bloch e Febvre.

Deve-se admitir, pelo menos, que o policentrismo prevaleceu. Vários membros do grupo levaram mais adiante o projeto de Febvre, estendendo as fronteiras da história de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo e, mesmo, do odor. Outros solaparam o projeto pelo retorno à história quantitativa, outros reagiram contra ela (BURKE, 1991, p. 79).

Já Dosse (2003), grande crítico dos dirigentes da terceira geração, indica uma ruptura no final da década de 1960.

A terceira geração dos *Annales*, sensível como as outras interrogações do presente, muda o rumo de seu discurso ao desenvolver a antropologia histórica. Ao responder ao desafio da antropologia estrutural, os historiadores dos *Annales* retornam mais uma vez a roupagem dos rivais mais sérios e confirmam suas posições hegemônicas. O preço a pagar por essa readaptação é o abandono dos grandes espaços econômicos braudelianos, o refluxo do social para o simbólico e para o cultural. Nasce uma Nova História [...] A organização interna da revista dos *Annales* sofreu nesse momento uma mudança notável, já que a direção una, que marcou a revista desde seus inícios, foi substituída por uma direção colegiada em 1969 (DOSSE, 2003, p. 249) .

Para o autor, os novos historiadores abandonaram a construção de uma História Total (ou história global) para uma história fragmentada, identificada por Dosse como *História em Migalha* (2003). Apesar dessa forte crítica de Dosse, o

autor também considera algumas continuidades, como a interdisciplinaridade e a História-Problema proposta desde a primeira geração (BARROS, 2010a). Barros, embasado nos estudos de Georg Iggers, também indica uma ruptura entre as duas primeiras gerações e não na terceira na qual Dosse se refere.

Iggers prefere enfatizar uma ruptura que teria ocorrido em 1945, separando a “história estrutural qualitativa” dos primeiros tempos dos Annales e a “história conjuntural quantitativa” que passaria a predominar em seguida, particularmente no período sob a égide de Fernando Braudel (BARROS, 2010a, p. 2).

A terceira geração dos Annales, também é conhecida pela expressão *Nouvelle Historie*, ou Nova História em português, trazendo como principal proposta o estudo de toda atividade humana. Segundo Burke (1992, p. 8), “a nova história é a história escrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional”. Sobre o assunto, Fischer e Weiduschadt (2009, p. 68) reforçam que:

[...] a *novelle historie* – associada à École de Annale – se caracteriza fundamentalmente por desenvolver uma linha de pesquisa em oposição à chamada história *tradicional*. Assim, enquanto enfatiza a narrativa dos acontecimentos, destacando os fatos históricos a partir dos grandes feitos e dos grandes homens, aquela prioriza a análise das estruturas ou, no caso de algumas obras, tende a dar voz aos cidadãos comuns, analisando os fatos históricos sob outras perspectivas [...] Na verdade, para os historiadores da nova história, qualquer acontecimento do passado sempre será visto sob determinado ponto de vista.

Não se pode desconsiderar que com a Nova História, também surgiram alguns problemas relacionados à pesquisa histórica. Sobre esta questão, Burke (1992, p. 25) elucida:

Os maiores problemas para os novos historiadores, no entanto, são certamente aqueles das fontes e dos métodos. Já foi sugerido que quando os historiadores começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para história oral; outros à evidência das imagens; outros à estatística. Também se provou possível reler alguns tipos de registros oficiais de novas maneiras.

A Nova História oportunizou alguns retornos historiográficos, entre quais se destacam, “a retomada da narrativa, do político, da biografia, aspectos que haviam sido de alguma maneira reprimidos ou secundarizados pelo padrão historiográfico anterior, e que agora reemergiam com inesperado vigor” (BARROS, 2010a, p. 20).

Dentro das modalidades historiográficas da Nova História, a Histórica Cultural que conforme Pesavento (2005, p. 76) “visa atingir as representações, individuais e coletivas, que os homens constroem sobre o mundo”, foi uma das principais a serem difundidas a partir dessa geração e aos poucos influenciou historiadores da educação.

Chartier (2002), um dos principais nomes da História Cultural, define a História Cultural como sendo o conjunto de três elementos: a história dos objetos na sua materialidade, a história das práticas nas suas diferenças e a história das configurações, dos dispositivos nas suas variações. Entre os chamados objetos culturais mais estudados estão os da cultura material.

Conforme afirma Burke (2008, p. 91):

Nas décadas de 1980 e 1990, alguns e historiadores culturais voltaram-se para o estudo da cultura material, e assim se viram próximos dos arqueólogos, curadores de museus e especialistas em história do vestuário e do mobiliário, que há muito vinham trabalhando nessa área.

No caso da instituição escolar, o estudo é acerca da cultura material escolar, que são objetos na sua materialidade preservados nos acervos de muitas instituições escolares, além de espaços edificadas e não edificadas, como a arquitetura escolar considerada artefato cultural (GONÇALVES, 2012).

Através dessa cultura material é possível fazer o estudo dos três elementos destacados por Chartier (2002), pois são fundamentais para identificação e análise dos elementos mencionados.

Não só as modalidades historiográficas ganharam destaque na História Cultural, alguns novos campos, práticas e abordagens historiográficas foram bastante difundidas pelos historiadores. No presente estudo, recorre-se à micro-história (BURKE, 1992, BARROS, 2010b, LEVI, 1992 e PESAVENTO 2005) e a história vista de baixo (NASCIMENTO, 1993 e SHARPE, 1992) para investigar a história do Asilo de Órfãos.

A prática historiográfica da micro-história “é essencialmente baseada na redução da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental” (Levi, 1992, p. 136). Pesavento (2005, p. 72) reforça ao afirmar que esse processo de pesquisa intensiva é acompanhado de uma valorização do empírico. Compactuando com os autores, ressalta-se que esse tipo de análise foi utilizado ao longo da investigação da instituição educativa.

Reduzir a escala de observação não significa que as escalas maiores não podem ser analisadas. Para a investigação do Asilo de Órfãos São Benedito foi necessário fazer a pesquisa sobre o contexto educacional brasileiro e de outras instituições espalhadas pelo país que também acolhiam crianças desvalidas, pondo em prática “uma metodologia de abordagem social [...] unindo o dado arquivístico à multiplicidade das relações sociais” (PESAVENTO, 2005, p. 72). Sobre a redução da escala de análise, Levi (1992, p. 137) afirma:

Freqüentemente se supõe, por exemplo, que as comunidades locais possam ser adequadamente estudadas como objetos de sistemas de pequena escala, mas que as escalas maiores deveriam ser usadas para revelar as conexões entre as comunidades dentro de uma região, entre as regiões dentro de um país, e assim por diante.

Quando se aponta o estudo de uma comunidade de forma mais detalhada, é importante enfatizar que este não se remete especificamente ao estudo do espaço físico. De acordo Barros (2010b, p. 153):

O objeto de estudo do micro-historiador não precisa ser desta forma o espaço microrrecortado. Pode ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações, uma ocorrência (por exemplo, um crime) ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais ou culturais que se dispôs a examinar.

Além da micro-história, os referenciais da história vista de baixo também foram utilizados para a análise da instituição. Esta se contrapõe a história tradicional que oferece uma visão de cima por ter seus estudos concentrados “nos grandes feitos dos grandes homens” (BURKE, 1992, p. 12). Como afirma Nascimento (1993, p. 157):

O estudo dos desamparados pela sociedade, como escravos, as mulheres, as crianças, os que se revoltaram contra o poder dominante e foram condenados, tem sido objeto de preocupação dos historiadores em geral. Problemas de hoje são observados e desvendados no passado: o trabalho servil, a condição da mulher na sociedade, a criança abandonada, os oprimidos. A condição feminina é examinada atentamente nos seus diversos estratos sociais, como nas suas posições na sociedade: a mulher casada, viúva, solteira, freira, recolhida.

Para Sharpe (1992, p. 53-54), a história vista de baixo como abordagem preenche duas funções:

[...] a primeira é servir como corretivo à história da elite [...] A segunda é que, oferecendo esta abordagem alternativa, a história vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais da história.

Estudar uma instituição fundada para crianças desvalidas é estudar pessoas que estão ausentes da visibilidade histórica, aquelas que não são grandes leitoras, não ocupam uma posição de *status* na sociedade, são oriundas das classes menos abastadas. Enfim, são esses atores educativos que ganham destaque a partir da história vista de baixo que passou a ter um olhar especial com as gerações do *Annales*.

Ao fazer uma análise geral sobre a importância dos *Annales*, Burke (1991, p. 126-127) afirma:

Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo dos *Annales* incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à lingüística, da economia à psicologia.

Portanto, fica evidente que a partir dos *Annales*, houve uma ampliação das fontes de pesquisa, inserção de novos objetos de estudos, alguns atores educativos ganharam visibilidade histórica, outros campos, práticas e abordagens historiográficas surgiram para contribuir com pesquisas que vão além do âmbito da História.

1.3 O uso das fontes nas pesquisas de História das Instituições Educativas

Destaca-se que é importante explicitar a escolha pelo termo instituição educativa. A partir de alguns estudos, foram trabalhados três possibilidades para categorizar a instituição investigada: instituição escolar, instituição educativa e instituição total.

Além das categorias mencionadas, também se considerou a classificação do Asilo de Órfãos São Benedito como instituição caritativa, instituição filantrópica e instituição assistencial, que são características de instituições para o trabalho com da infância desvalida, abordadas nos próximos capítulos.

É comum ao longo da vida, passarmos por diversas instituições como hospitais, escolas, clubes e bibliotecas. Segundo Goffman (2010, p. 15), instituições são estabelecimentos sociais “locais, tais como salas, conjuntos de salas, edifícios ou fábricas em que ocorre atividade de determinado tipo”, apresentando tendências de “fechamento”, sendo que algumas são mais “fechadas” do que outras. As instituições são criadas pelo homem como unidade de ação, para atender a uma determinada necessidade humana, com caráter permanente, portanto, são criadas para permanecer e para satisfazer as necessidades sociais (SAVIANI, 2007).

Na visão de Sanfelice (2007), a instituição escolar dá um sentido estrito, dessa forma, categorizar o Asilo de Órfãos São Benedito como instituição escolar, pode limitar a pensar na instituição apenas como escola. Cabe frisar que autores como Werle (2001, 2004a, 2004b) em suas pesquisas utiliza o termo instituição escolar, por isso, ao longo da dissertação, pode-se mencionar este termo, por compreender que as pesquisas dos autores trabalhados se aproximam, quando utilizadas para análise de uma instituição.

Outra possibilidade de categorizar o Asilo de Órfãos São Benedito é defini-lo como instituição total. Para Goffman (2010, p. 11) um dos principais pesquisadores sobre as instituições totais, estas são definidas “como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos, com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrativa”. Pode-se exemplificar como sendo instituições totais os manicômios, prisões, conventos ou asilos. O autor enumera as instituições totais em cinco agrupamentos:

Em primeiro lugar, há instituições criadas para cuidar de pessoas, que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo lugar, há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não-intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto lugar, há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias de empregados). Finalmente, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros (GOFFMAN, 2010, p. 16-17).

Os exemplos de instituições mencionadas pelo autor apresentam características comuns por serem instituições totalmente fechadas e a saída do internado só é permitida com a autorização de um dirigente superior. Existe certa hierarquia entre os dirigentes, como enfermeiros e médicos, além de acontecer à divisão entre o mundo dos dirigentes e o mundo dos internados.

Essas instituições isolam os internados do mundo exterior, provocando um distanciamento social e aquilo que o autor denomina como “mortificação do eu”. Outra característica muito comum entre as instituições totais, é que estas geralmente são edificadas longe dos centros das cidades, proporcionando maior grau de isolamento.

Rigoriedade nos horários, distribuições de tarefas, sequências de atividades, sistemas de regras formais e vigilância, são outras características comuns entre as instituições, fazendo com que a instituição total seja “um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal [...] Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (GOFFMAN, 2010, p. 22).

As instituições totais trabalhadas por Goffman se aproximam das instituições disciplinares abordadas por Foucault (2013). Ambas as instituições trabalham com sujeitos que estão em constante vigilância, passam por processo de disciplina e em alguns casos estes sujeitos são submetidos a punições.

Apesar de estas serem características que aproximam o Asilo de Órfãos São Benedito de uma instituição disciplinar, destaca-se a fundação do asilo não foi com a intenção de corrigir, disciplinar, reabilitar ou internar um menor por estar à margem ou já fazer parte do mundo da criminalidade infantil. Estas são características de instituições preventivas e corretivas, como a Colônia Correccional e Instituto Disciplinar, criadas em São Paulo no início do século XX (ARAÚJO, 2011), instituições disciplinares e punitivas que visavam à regeneração do menor através do ensino voltado para o trabalho.

Ainda sobre instituição total, Goffman (2010) esclarece que é comum que os internados cheguem às instituições carregados de uma “cultura aparente” adquiridas através da convivência familiar. Esse fator é uma das razões para excluir os orfanatos e casas de crianças enjeitadas da lista de instituições totais. Por tudo que foi exposto até o momento, o termo instituição educativa foi escolhido por se apresentar como o mais adequado para categorizar o Asilo de Órfãos São Benedito.

No âmbito das pesquisas em História da Educação, a História das Instituições Educativas, ocupa um espaço significativo. Isso se deve ao fato de as instituições serem espaços de práticas, memórias e representações.

Conforme Magalhães (2004, p. 57) “o conceito de instituição associa-se à idéia de permanência e de sistematicidade, à idéia de norma e de normatividade”, é uma ideia mais ampla de um sistema. Para o autor, o trabalho histórico de uma Instituição abarca uma infinidade de possibilidades no trabalho do historiador.

Genericamente, historiar uma instituição é compreender e explicar processos e os “compromissos” sociais como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

O Asilo de Órfãos São Benedito é uma instituição que envolve histórias de educação e escolarização, pois o asilo objetivava acolher e amparar da miséria, dar instrução primária, moral e religiosa a meninas desvalidas.

O termo instituição educativa, muito utilizado por Justino Magalhães, confere uma dimensão mais ampla de educação que vai além da escola, também a igreja, os clubes, as bibliotecas, as associações e outras instituições sociais. Alerta-se para o que Saviani (2007) chama de uma espécie de pleonasma no uso da expressão, uma vez que a ideia de educação já estaria inserido no conceito de instituição.

Embasado nos estudos de Magalhães (1996, 1999 e 2004), a pesquisa sobre a história das instituições educativas é o estudo do passado, presente e futuro. Um triplo registro que vai do conhecimento à problematização e perspectiva futura, pois as instituições são organismos vivos em que circulam grupos sociais, tendo uma história iniciada pela reinterpretação das histórias anteriores, das memórias e dos arquivos, conferindo uma identidade cultural e educacional à instituição.

Além da sua estrutura física, administrativa e de práticas educativas que se desenvolvem nas instituições educativas, estas também apresentam uma estrutura sócio-cultural que envolve a comunidade.

Abrangendo todos estes aspectos, pode-se afirmar que a história das instituições educativas “é um esforço de organizar discursivamente o projeto institucional, considerando seus diferentes momentos, em suas relações administrativas e da instituição e seu contexto” (WERLE, 2004a, p. 20).

Para a investigação da história institucional recorre-se à base documental e à base subjetiva “aquela que os sujeitos viveram acerca da mesma, construíram e reconstroem pela memória” (WERLE, 2001, p. 120)⁶. Deve-se transitar e discorrer entre a memória e o arquivo, entre a materialidade e a representação. Toda essa base documental é considerada fonte, matéria-prima, fundamental para o trabalho do historiador.

Como são essenciais ao trabalho historiográfico, as fontes são utilizadas para desenvolver a investigação e análise do tema escolhido. Barros (2010b, p. 134) salienta que:

A fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo. Uma fonte pode preencher uma das duas funções acima explicitadas: ou ela é o meio de acesso àqueles fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e interpretar (fonte histórica = fonte de informações sobre o passado), ou ela mesma... é o próprio fato histórico.

⁶ No caso das instituições são consideradas espaços objetivos e subjetivos. Para saber mais, ver Werle (2001).

Tradicionalmente, somente as fontes oficiais escritas eram consideradas fidedignas, detentoras da verdade. No entanto, com a ampliação do uso de fontes, surgiram novos temas e novas práticas historiográficas. Nesse sentido, Mauad (1996, 5-6, grifo nosso) destaca:

Não é de hoje que a história proclamou sua independência em relação a dominação dos textos escritos. A necessidade por parte dos historiadores em problematizar temas bem pouco trabalhados pela historiografia tradicional levou-o a *ampliar seu universo de fontes*, bem como a desenvolver abordagens pouco convencionais a medida que se aproximava das demais ciências sociais em busca de uma história total. Novos temas passaram a fazer parte do elenco de objetos do historiador, dentre eles a vida privada, o cotidiano, as relações interpessoais, etc. Uma *micro-história que para ser contada não necessita perder a dimensão macro*, a dimensão social, totalizadora das relações sociais. Neste contexto uma história social da família, da criança, do casamento, da morte, etc, passou a ser contada, demandando, para tanto, muito mais informações que os inventários, testamentos, curatela de menores, enfim, toda uma documentação cartorial poderia oferecer. A tradição oral, os diários íntimos, a iconografia e a literatura, apresentaram-se como fontes históricas da excelência das anteriores, mas que, demandavam do historiador uma habilidade de interpretação, com qual não estava aparelhado. Tornou-se imprescindível que as antigas fronteiras e os limites tradicionais fossem superados. Ao historiador exigiu-se que fosse também antropólogo, sociólogo, semiólogo e um excelente detetive, para aprender a relativizar, desvendar redes sociais, compreender linguagens, decodificar sistemas de signos e decifrar vestígios, não perdendo, jamais, a visão do conjunto.

Para a leitura das fontes, trabalha-se com a ideia de documento e monumento tratada por Le Goff (1990, p. 535) que considera “*monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador”. Sendo assim, nesta pesquisa, quando se aborda sobre fonte, está se referindo às fontes documentais “objetos, materiais, pertences que capturados pela análise do pesquisador transformaram-se em documento/monumento” (WERLE, 2004a, p. 24).

A autora reforça, ainda que o pesquisador que trabalha com a história de uma instituição educativa “reúne, compara, organiza, transforma em monumentos, documentos, objetos e outros artefatos” (WERLE, 2004a, p. 24).

Deve-se levar em consideração que o documento foi produzido por alguém. Por algum motivo foi mantido e guardado, em um determinado tempo e espaço. Portanto existe uma intencionalidade na sua produção. Como afirma Le Goff (1990, p. 545):

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Em tempos mais atuais, o uso de fontes documentais, como as orais e iconográficas é uma realidade nas pesquisas em História da Educação, é a ampliação dos tipos de fontes históricas que vai além do mundo não textual, um alargamento no conceito de fonte que aconteceu na historiografia no decorrer do século XX (BARROS, 2010a).

Embora exista a possibilidade do uso de inúmeras fontes em pesquisas históricas educacionais, Galvão e Lopes (2001) alertam para possíveis riscos que comprometem a qualidade da pesquisa:

Se a tendência a realizar estudos mais localizados aponta a vantagem do aprofundamento, traz, ao mesmo tempo, o risco da investigação de objetos tão recortados e tão específicos que não se explicam quase nada... Muitas vezes, esses estudos específicos não são antecidos por pesquisas que poderíamos denominar de básicas, que forneçam um número significativo de informações relevantes a respeito de um determinado período ou de um dado objeto que possam subsidiá-lo (GALVÃO; LOPES, 2001, p. 43).

Fica evidente no exposto até aqui, algumas dificuldades a serem enfrentadas pelos pesquisadores que incorporam determinadas práticas historiográficas como a micro-história, mas grande parte das instituições educativas como as escolas, possui em seus acervos uma variedade de arquivos que possibilitam ao historiador abrir a “caixa preta” do interior da instituição, na tentativa de compreender o que ocorre dentro desse espaço (JULIA, 2001).

Para Vidal (2009, p. 26), abrir a “caixa preta” também significa “perscrutar as relações interpessoais constituídas no cotidiano da escola, seja em função das relações de poder ali estabelecidas, seja em razão das diversas culturas em contato”.

É nesse sentido que Gatti Jr. (2002, p. 20) afirma que “as escolas apresentam-se como locais que portam um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias e, sobretudo, sobre a história da educação brasileira”. Vidal (2005, p. 21-22) complementa ressaltando que:

Integrado a vida da escola, o arquivo pode fornecer elementos para reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram ou a frequentam, nas práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno (a cidade e a região na qual se insere).

No caso da investigação sobre o Asilo de Órfãos São Benedito foram utilizados alguns documentos escritos como atas, estatutos, relatórios, periódicos locais, dentre outros. No Instituto São Benedito, alguns documentos referentes ao asilo estão organizados em pastas. No entanto, muita coisa foi perdida com o tempo, fazendo com que, de certa forma também fosse perdida um pouco da memória institucional.

Não foram localizados alguns arquivos como livros de matrículas, programas de disciplinas e outros que poderiam conter dados mais precisos sobre os atores educativos e sobre a própria instituição. A cada ida na instituição, as Irmãs e a secretária ajudaram na busca dos arquivos. Muitas vezes fizemos descobertas juntas, encontramos algo que estava no fundo do armário, em outra sala do Instituto ou esquecido em alguma gaveta.

É importante frisar que os documentos que servem como fonte nas pesquisas, nem sempre estão à disposição do pesquisador de forma organizada ou nos arquivos das instituições investigadas, por isso, a coleta, seleção, recuperação e organização das fontes requerem tempo, constituindo também uma das etapas do trabalho de pesquisa (MIGUEL, 2007).

No decorrer da investigação, quando questionadas sobre possíveis arquivos que não foram encontrados, as responsáveis pelos arquivos do Instituto São Benedito de Pelotas, do Colégio São Benedito de Bagé e da Congregação do Imaculado Coração de Maria, relataram que possivelmente os documentos foram descartados em outras épocas, por não serem considerados importantes, fato que, "diga-se de passagem," é comum em outras instituições educacionais. Como aponta Werle (2004b, p. 116):

É lugar comum afirmar que as escolas atualmente não preservam sua história. Incêndios, arrumações, limpezas, mudanças, superlotação e falta de espaço, ação de insetos e desconhecimento são alguns dos fatores que exterminam com a memória material, objetiva da educação.

É nesse sentido que Buffa (2002, p. 28) afirma que “essa é mais uma razão para pesquisar a história das instituições escolares e tentar preservar o que ainda resta de nossa memória educacional”.

Encontram-se no acervo do Instituto São Benedito, os estatutos de 1952 e 1974, livros atas da diretoria a partir de 1910, livro ponto de professores entre os anos de 1959 a 1969 e muitos escritos elaborados em datas festivas, como Anais do Cinquentenário, uma pasta com escritos, recortes de jornais, fotografias e cartões relativos ao centenário do Instituto, outra pasta organizada na passagem dos 110 anos de fundação e um livro de visitas que inicia na década de 1930.

Textos sobre o Asilo de Órfãs São Benedito foram escritos por Nelson Nobre Magalhães, que foi poeta, pesquisador, historiador e idealizador do projeto *Pelotas Memória* e que tinha por objetivo recuperar e conservar fontes e documentos que remetessem à história da cidade de Pelotas. No entanto, é preciso uma leitura cuidadosa, pois os dados contidos nesses escritos devem ser cruzados com outras fontes, uma vez que muitas informações não são trazidas com o devido respaldo historiográfico. Cabe ressaltar, entretanto, o esforço e a importância dos historiadores locais, que não têm seu trabalho permeado pelo caráter científico do conhecimento produzido pela academia. Seus trabalhos servem como fontes, documentos, que devem ser analisados e cruzados com outros na constituição do trabalho acadêmico.

Sobre as fontes coletadas para pesquisa, é importante indicar, outros lugares em que foram localizadas. Salienta-se a colaboração da Irmã Ivoní Luft, responsável pelo acervo da administração religiosa da Congregação Imaculado Coração de Maria, com sede geral em Porto Alegre/RS que enviou alguns documentos importantes, como certidão de óbito e reportagens sobre a Irmã Hilária, relatórios anuais a partir de 1951 a 1966, histórico do Instituto São Benedito, relação das obras fundadas pela Congregação e lista contendo o nome das Irmãs da Congregação que já passaram pela instituição investigada.

No acervo da Bibliotheca Pública Pelotense foram consultados os estatutos do Asilo de Órfãs São Benedito de 1902 (o primeiro do asilo) e o de 1911, os relatórios de 1906 e 1909 e os Anais do Cinquentenário, além de revistas, almanaques, relatórios da Intendência Municipais e periódicos locais que circularam no século XX, como A Alvorada, A Opinião Pública e o Diário Popular.

Destaca-se que a colaboração da historiadora professora Beatriz Ana Loner foi fundamental para este estudo. Professora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) concentra suas pesquisas nas áreas de História e Sociologia, com ênfase em estudos sobre movimento operário, transição entre trabalho escravo e livre, correntes operárias e associações negras. Através da sua ampla experiência com a pesquisa em jornais de Rio Grande/RS e Pelotas, compartilhou informações valiosas para a pesquisa, principalmente sobre os dados encontrados nos jornais *Correio Mercantil* e *O Rebate*. Atualmente, os exemplares do *Correio Mercantil*, assim como outros jornais produzidos no século XIX, encontram-se interditados na Bibliotheca Pública Pelotense, não sendo possível serem consultados para a presente pesquisa.

Uma das instituições mais tradicionais da cidade de Pelotas em que circulam diversos pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento é a Bibliotheca Pública Pelotense. A criação da Bibliotheca foi resultado do bom momento cultural e econômico na qual se encontrava a cidade durante a segunda metade do século XIX. Junto ao culto às letras e artes, intensa programação teatral, saraus, bailes de salão, espetáculos nas ruas e outras atividades, estavam os interesses da elite em fazer a cidade um dos maiores e mais importantes centros culturais do estado (PERES, 2002). Dessa forma, através da iniciativa da elite pelotense, em 1875 foi fundada a instituição mencionada, passando a ocupar prédio próprio em 1881 e que teve o segundo piso inaugurado em 1915 (CORRÊA, 2008). Ressalta-se que o referido prédio faz parte do conjunto de prédios no estilo neo-renascentista, localizados ao redor da Praça Coronel Pedro Osório no centro de Pelotas.

Também foi possível acessar alguns documentos do Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição localizados no acervo do atual Instituto Nossa Senhora da Conceição. Este asilo, além de amparar crianças pobres da cidade de Pelotas entre os séculos XIX e XX, esteve ligado à fundação do Asilo de Órfãos São Benedito. A ausência de alguns documentos que constituíram o acervo do antigo asilo se deve ao fato do desligamento das Irmãs Franciscanas da instituição.

Na cidade de Bagé, foram encontrados dados referentes à pesquisa no Museu Dom Diogo, fundado em 1956, na Biblioteca Pública Municipal Dr. Otávio Santos, fundada na década de 1930, no Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé instalado em 1858 e no Colégio São Benedito, antigo orfanato, fundado em 1909.

As primeiras obras com ênfase em Educação, História e História da Educação, foram consultadas no acervo do grupo de pesquisa denominado Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE), criado em 2000, vinculado à FaE/UFPel⁷.

Também recorri a acervos particulares. Foram introduzidas na pesquisa, obras da primeira metade do século XX, pertencentes ao acervo particular do professor Eduardo Arriada e outras da área da Educação e História da Educação, pertencentes ao acervo particular da professora Giana Lange do Amaral.

No que se refere à problematização das fontes, indicações de referências e reflexões acerca da pesquisa, é importante enfatizar a minha participação em eventos científicos, em especial os de História da Educação⁸. Destaco o Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE) e o Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE) do qual participo desde 2008. Foram nesses eventos que tive a oportunidade de entrar em contato com algumas de minhas “referências vivas” (os autores que utilizo na pesquisa), além de me atualizar quanto às referências bibliográficas que circulam entre os pesquisadores da área. Os eventos de Iniciação Científica, como CIC/UFPEL, e os da Pós-Graduação, como o ENPOS/UFPEL, geralmente não são muito valorizados por exigir trabalho escrito na forma de resumo expandido.

Embora isso aconteça, é relevante destacar a importância desses eventos pelo rigor das regras estabelecidas para a comunicação oral e pela avaliação da banca constituída por professores de diversos cursos das Ciências Humanas, que contribuem com a pesquisa através de arguições e críticas na intenção de contribuir com a pesquisa.

A análise das fontes sejam elas escritas, orais ou iconográficas faz emergir alguns estranhamentos, por enfatizarem alguns acontecimentos e ocultarem outros.

⁷ Atualmente está sob responsabilidade dos professores Eduardo Arriada, Elomar Tambara, Giana Lange do Amaral e Patrícia Weiduschadt. Hoje o CEIHE possui um Centro de Documentação (CEDOC), tendo uma museóloga como técnica do acervo, uma técnica administrativa e uma equipe técnica constituída por alunos bolsistas da graduação, mestrado e doutorado.

⁸ Cabe mencionar os eventos nos quais participei durante a pesquisa de Mestrado: XVIII e XIX Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação – ASPHE (Porto Alegre - 2012 e Pelotas - 2013), XIV e XV Encontro de Pós-Graduação da UFPEL – ENPOS (Pelotas – 2012 e 2013), I Colóquio Internacional sobre Imaginário, Educação e Memória e o V Colóquio sobre Imaginário e Educação (Pelotas - 2012), XI Jornada de História Cultural (Porto Alegre - 2013), XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE (Curitiba - 2013) e VII Congresso Brasileiro de História da Educação (Cuiabá - 2013).

É importante frisar que esses estranhamentos são fundamentais à prática do historiador.

Conforme afirma Tambara (2006, p. 81) “o historiador é um ser no mundo com compromissos que historicamente lhe são inerentes. E é esta vinculação com a realidade que faz mergulhar no passado para melhor compreender o presente”. Por isso, é necessária a leitura crítica das fontes, pois se as fontes trazem um pouco de subjetividade, cabe ao historiador ser rigoroso na sua análise, na tentativa de compreender os reais motivos pelos quais foram produzidas e preservadas nos acervos históricos das instituições.

Também é importante salientar que o uso das fontes não é feito com a intenção de “recuperar a totalidade dos acontecimentos passados, porque o ‘conteúdo’ desses acontecimentos é praticamente ilimitado”, conforme nos alerta Jenkins (2004, p. 31). Para o autor, a história da qual o historiador se propõe a narrar, é um construto pessoal, é uma história narrada através da visão do historiador, podendo estar sujeita a múltiplas interpretações. Sendo assim, é natural que as pesquisas quando concluídas, deixem lacunas, dúvidas, seja pela limitação das fontes, pelo tempo em que a pesquisa tem que ser realizada ou por opção do próprio pesquisador.

1.4 Coletar, selecionar e organizar: o trabalho com a História Oral, fotografias e periódicos

Para discorrer sobre a difícil seleção das fontes documentais, começo destacando Moura (2007) que, embasada nas entrevistas concedidas por Sérgio Buarque de Holanda e Philippe Ariès, evidencia que o historiador tem como ponto de partida, questões estabelecidas pelo seu próprio tempo.

As ideias dos autores fazem refletir sobre o uso das fontes para analisar questões colocadas pelo presente, dessa forma, questiona-se: será que as fontes produzidas em diferentes períodos, não podem constituir o *corpus* documental da dissertação, por não pertencerem a um determinado recorte temporal?

No decorrer da pesquisa, foram coletados diversos tipos de fontes documentais, independente do período pesquisado, por compreender que todas estas, mesmo próximas do tempo presente, sempre podem remeter, cruzar, relacionar, com os fatos de um passado mais distante.

O mesmo ocorreu com os depoimentos orais. As autoras Grazziotin e Almeida (2012, p. 14), embasadas nos estudos de Bachelard afirmam que “não existem ideias simples, não há histórias ‘pequenas’, porque, para serem compreendidas, precisam estar inseridas em um sistema complexo de pensamentos e experiências”, por esse motivo é que os relatos orais dos atores educativos, que passaram pela instituição a partir da segunda metade do século XX, também foram mencionadas na dissertação.

1.4.1 A metodologia da História Oral

Como foi abordado, o estudo da história de uma instituição educativa permite ao pesquisador utilizar diversos tipos de fontes, dentre elas as fontes orais, que tem um histórico marcado pela subjetividade. Conforme Thompson (1992, p. 197), “apenas a fonte oral nos permite desafiar essa subjetividade: descolar as camadas da memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta”. Sobre a subjetividade presente nas fontes orais, Almeida (2009, p. 221) afirma que:

Há que se considerar a subjetividade no documento oral, pois trabalha-se com a interação da narrativa, da imaginação e da subjetividade. A fala é suscetível às vicissitudes de cada momento, e, portanto, podem acontecer distorções na interpretação das experiências vividas. Todavia, não significa que a memória seja intangível, pelo contrário, permite a aproximação de verdades que se quer produzir sobre o vivido. E guarda o mérito de trazer à tona nuances do passado, que podem estar esquecidas e que, por vezes, se encontram inatingíveis em outras formas de documentação, além de dar visibilidade aos sujeitos na construção da história.

Dessa forma, o uso da fonte oral passa a ser uma ferramenta importante para o trabalho do pesquisador, nesse caso, “para o pesquisador em história da educação, o trato com as fontes orais se torna um meio rico e capaz de atender as diferentes problematizações e indagações da pesquisa”(FISCHER, WEIDUSCHADT, 2009, p. 66).

As fontes orais na pesquisa foram trabalhadas através da metodologia da História Oral⁹. Conforme Delgado (2010, p. 15-16, grifo da autora):

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. *Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida.*

A História Oral, como aponta Meihy (1996, p. 17), “é sempre a história do tempo presente e é reconhecida como história viva”. Cabe ressaltar que as fontes orais não foram utilizadas aqui de forma isolada, também se recorreu às fontes escritas durante a análise das orais, “história oral e pesquisa documental, muitas vezes, caminham juntas e se auxiliam de forma mútua” (DELGADO, 2010, p. 24). Sobre o cruzamento destas fontes, Magalhães (1996, p. 17) destaca:

[...] o historiador não pode deixar de deitar mão da informação oral, sob pena de se perderem gradualmente os depoimentos vivos referentes a períodos altamente significativos da história recente [...] Mas tal recurso não pode deixar de contrapor-se à informação escrita.

O uso da metodologia de História Oral ainda enfrenta muitas polêmicas, principalmente no que se refere à sua credibilidade. Freitas (2006, p. 67) afirma que:

Para alguns historiadores tradicionais os depoimentos orais são tidos como fontes subjetivas por nutrirem-se da memória individual, que às vezes pode ser falível e fantasiosa. No entanto, em História Oral o entrevistado é considerado, ele próprio, um agente histórico. Nesse sentido, é importante resgatar sua visão acerca de sua própria experiência e dos acontecimentos sociais dos quais participou. Por outro lado, a subjetividade está presente em todas as fontes históricas, sejam elas orais, escritas ou visuais.

A autora ao falar da subjetividade presente em todas as fontes, nos remete a pensar nas palavras de Thompson (1992), quando afirma que apenas a fonte oral pode desafiar essa subjetividade. Será que as fontes orais são mais subjetivas do que outras fontes? Sobre esta questão, Alberti (2000, p. 1) afirma que,

⁹ A coletânea de textos organizada por Amado e Ferreira (2006) é leitura obrigatória para os historiadores que fazem uso da História Oral.

Hoje já é generalizada a concepção de que fontes escritas também podem ser subjetivas e de que a própria subjetividade pode se constituir em objeto do pensamento científico – isto é, de que se deve tomá-la como dado objetivo para entender por que determinados acontecimentos ou conjunturas são interpretados de um modo e não de outro.

Pode-se exemplificar como fonte que carrega certa subjetividade, as atas de diretorias das instituições, considerando que atas são documentos escritos, que registram fatos de assembléias ou reuniões. Assim como o entrevistado pode ser seletivo ou omissivo, o responsável pela redação da ata e os demais presentes, podem selecionar e omitir assuntos que foram debatidos nas reuniões. Desentendimentos, brigas, problemas que surgiram e estavam sendo discutidos naquele momento, são tipos de acontecimento que podem não serem descritos fielmente.

Mesmo fazendo o uso da memória na metodologia, é importante enfatizar que memória e história oral são duas coisas distintas. Conforme Almeida (2009, p. 220):

Memória e história oral se aproximam e se confundem nas pesquisas. A memória constitui-se em documento histórico, e a história oral é a metodologia aplicada no intuito de operacionalizar o diálogo entre teoria e os dados empíricos.

A memória é fundamental para a História Oral e quando utilizada em pesquisas de instituições educativas, traz contribuições para o pesquisador que busca compreender a instituição na sua individualidade. De acordo com Werle (2004a, p. 26):

Para a história das instituições escolares muito contribuem os relatos orais, cuja base é a memória. Narrativas orais, realizadas por meio de entrevistas, são momentos de encontro, escuta, troca em que a memória desempenha papel importante.

Ativar a memória do depoente é um desafio, pois “a memória, além de incomensurável, é mutante e plena de significados de vida, que algumas vezes se confirmam e usualmente se renovam” (DELGADO, 2010, p. 38). Para tanto, é necessário fazer o depoente lembrar, uma vez que a lembrança é uma reconstrução do passado com os dados obtidos do presente (HALBWACHS, 2006).

Embora a História Oral seja muito utilizada nas pesquisas, Perrot (1998, p. 359) aponta alguns limites relativos ao tempo e a memória.

[...] primeiramente limites relativos ao tempo: ao fazer história oral não podemos voltar ao tempo anterior ao século XIX, por exemplo. Na verdade podemos fazer história do nosso tempo [...] Um segundo limite concerne justamente ao problema da memória. Esta, não é forçosamente a verdade; ela também não é necessariamente a espontaneidade. A memória sempre é algo reconstruído. E reconstruído em função das experiências da pessoa que fala [...] a memória é, ao mesmo tempo, extremamente importante e extremamente frágil.

A autora consegue sintetizar os principais problemas enfrentados na metodologia da História Oral ao fazer o sujeito narrar e ativar sua memória, lembrando que esta apresenta duas faces: a lembrança e o esquecimento, ela é um cabedal infinito do qual é registrado alguns fragmentos (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012; BOSI 1994).

Quando se trata da memória, Bosi (2003) alerta que é necessário ter consciência dos limites que esta apresenta, pois se trabalha continuamente com o esquecimento e a perda, sendo assim, cabe refletir:

Qual a versão de um fato é a verdadeira? Nós estávamos e sempre estaremos ausentes dele. Não temos, pois o direito de refutar um fato contado pelo memorialista, como se ele estivesse no banco dos réus para dizer a verdade, somente a verdade. Ele, como todos nós, conta a sua verdade (BOSI, 2003, p. 65).

Por todas essas questões, o historiador tem que ter o cuidado no trato com o material produzido pela História Oral, pois é necessário reforçar, que a base dos relatos orais do colaborador¹⁰ é a memória, que é seletiva, “nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 203).

Segundo Halbwachs (2006, p. 72), a memória deve ser entendida como um fenômeno coletivo, não que a memória individual não exista, mas “ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral, a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade”, o ato de

¹⁰ A expressão *colaborador* é empregada para se referir ao entrevistado, testemunha, depoente, pois se acredita que seja “um termo importante na definição do relacionamento entre o entrevistador e o entrevistado. É fundamental porque estabelece uma relação de afinidade entre as partes” (MEIHY, 1996, p. 37).

rememoração do indivíduo são cruzados e compartilhados com as memórias de um determinado grupo.

Para Portelli (2006, p. 127), não devemos esquecer que a “elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos se lembram [...] Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para a cultura inteira”. Reiterando em outras palavras:

A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais (PORTELLI, 1997, p. 16).

Portanto, o autor prefere usar a expressão memória social, no sentido que cada indivíduo extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza a sua maneira.

Apesar da subjetividade (comum em todas as fontes), dos problemas, dos limites, François (2006) destaca que a História Oral seria inovadora por dois importantes motivos:

[...] primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciados e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais, etc.), à história do cotidiano e da vida privada (numa ótica que é o oposto da tradição francesa da história da vida cotidiana), à história local e enraizada. Em segundo lugar, seria inovadora por suas abordagens, que dão preferência a uma “história vista de baixo”, atenta às maneiras de ver e de sentir, e que às estruturas “objetivas” e às determinações coletivas prefere as visões subjetivas e os percursos individuais, numa perspectiva decididamente “micro-histórica” (FRANÇOIS, 2006, p 4).

A História Oral pode ser dividida em três modalidades, conforme apresentadas por Meihy (1998): história oral de vida, história oral temática e tradição oral. A história oral de vida é a narrativa de uma pessoa que expõe um conjunto de experiências pessoais. Cabe enfatizar que história oral de vida se diferencia da chamada narrativa biográfica:

[...] na história oral de vida, presta-se atenção ao valor da experiência pessoal em si [...] na narrativa biográfica, cuida-se mais do roteiro cronológico e factual das pessoas, aliado a particularidades que remetem a acontecimentos julgados importantes. (MEIHY, 1998, p. 46).

Na história oral de vida o depoente tem um espaço mais amplo para narrar suas experiências, na narrativa biográfica o entrevistador tem uma participação maior como interlocutor durante a entrevista. Delgado (2010), também apresenta uma terceira diferenciação, a que ela chama de trajetórias de vida, diferente da história de vida que se constitui por depoimentos mais aprofundados, “as trajetórias de vida são depoimentos de história de vida mais sucintos e menos detalhados” (DELAGADO, 2010, p. 23).

A história oral temática, conta com a participação de um colaborador para a investigação de um assunto específico e preestabelecido. Esta acaba se diferenciando da história oral de vida, conforme Araújo e Santos (2007, p. 197) destacam ao afirmar que “os detalhes da história pessoal do narrador só interessam quando se relacionam, ou revelam aspectos úteis à informação temática”.

A tradição oral trabalha com narrativas de histórias, lendas e mitos ocorridos em um passado remoto.

Ainda que a tradição oral também implique entrevista com uma ou mais pessoas vivas, ela remete às questões do passado longínquo que se manifestam pelo que chamamos folclore e transmissão geracional, de pais para filhos ou de indivíduos para indivíduos (MEIHY, 1998, p. 53).

Isso fica muito evidente dentro do próprio Instituto São Benedito. Parte dos atores educativos conhece a história da instituição não pelos escritos, mas pelas histórias narradas durante as gerações que circularam na instituição desde o início do século XX.

Por mais que existam documentos que se opõem às narrativas orais, a história contada é a mesma, ou seja, que a instituição foi fundada por uma mulher, negra com o objetivo de acolher meninas órfãs. Cabe alertar aqui sobre a intenção das entrevistas realizadas durante a presente pesquisa. Para tanto, utiliza-se as palavras de Graziotian e Almeida (2012, p. 41) quando descrevem que:

A realização das entrevistas não está voltada para uma espécie de “checagem” das informações ou para tentar encontrar elementos que se constituam em uma “contraprova” no sentido de confrontar, confirmar ou contestar os depoimentos e/ou documentos escritos já obtidos.

Para aprofundar o estudo da história do Asilo de Órfãs São Benedito, recorre-se às narrativas orais¹¹ de quatro Irmãs da Congregação Imaculado Coração de Maria que atuam ou atuaram na instituição e de uma ex-professora do Instituto São Benedito, através da metodologia da História Oral, que “consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhos de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea” (ALBERTI, 2004, p. 77), contando com a participação de no mínimo dois autores: o entrevistado e o entrevistador.

A princípio, as entrevistas foram realizadas dentro da modalidade da história oral temática, mas é difícil fazer essa delimitação, uma vez que as modalidades da História Oral apresentadas por Meihy (1998) carregam um pouco de cada. Os depoentes da pesquisa, narraram um pouco de suas trajetórias o que se caracterizaria como sendo história oral de vida. Ao falarem do Instituto São Benedito, se “encaixam” na modalidade de história oral temática, uma vez que o tema principal da entrevista foi a história do Instituto. E, ao relatarem o que sabem sobre a fundação do Asilo de Órfãs, deixam traços da modalidade da tradição oral.

As primeiras três entrevistas foram realizadas no ano de 2011 com as Irmãs do Imaculado Coração de Maria que atuam na instituição desde a década de 1990: Julieta Bertuol, Angélica Tebaldi e Oneide Bordignon. O critério de escolha das depoentes obedeceu ao fato de elas estarem há mais tempo atuando na entidade. Cabe destacar que no decorrer da pesquisa também houve interesse de entrevistar egressas que passaram pela instituição, mas não foi possível a localização de ex-externas que permaneceram no asilo durante o período investigado, principalmente pelo tempo que é destinado a uma pesquisa de mestrado, embora não se descarte essa possibilidade em futuros estudos.

A primeira entrevista foi realizada com a Irmã Julieta Bertuol, diretora interna da instituição com formação em Pedagogia e Supervisão Escolar. Nasceu em 1942 na cidade de São Francisco de Paula/RS, iniciou na vida religiosa aos 14 anos na cidade de Santos/SP. Em 1964 foi para cidade de Rio Grande onde ficou pouco mais de 23 anos e depois passou mais seis anos na cidade de Taquari/RS antes de

¹¹ Alberti (2004) enfatiza que as entrevistas são fontes, portanto, fontes orais, que na pesquisa também são tratadas como documentos.

ser solicitada pela Congregação para assumir a direção do Instituto. Sempre com uma postura bem formal que o cargo lhe exige, narrou parte da rotina da instituição:

Estou aqui trabalhando com essas crianças e adolescentes que atendemos. Crianças que vêm dos bairros, das vilas, de vários bairros daqui da cidade, que tem o curso fundamental, de primeiro ao quinto ano, num turno. No outro turno então elas tem oficinas como ballet, dança, educação ambiental, reforço, coral. São todas oficinas que elas têm atividades complementares no turno inverso (IRMÃ JULIETA, 19/05/2011).

Outra Irmã que estava na instituição desde 1991, mas que em 2012 foi transferida para a Escola São Benedito na cidade de Bagé/RS, é a Irmã Oneide Bordignon. Natural da cidade de Casca, região de Passo Fundo/RS, a segunda entrevistada nasceu em 1947 e entrou para vida religiosa também aos 14 anos. cursou Magistério e Administração (curso de férias) e antes de ser transferida para Pelotas trabalhou durante 15 anos em uma creche na cidade de Rio Pardo/RS. Demonstrando bom humor, é muito querida pelas alunas. Relatou que foi transferida para o Instituto para fazer o acompanhamento com as crianças apadrinhadas.

O meu trabalho aqui dentro é com as meninas apadrinhadas num convênio que temos com a Alemanha: KNH¹². Antigamente era AMENCAR - Amparo ao Menor Carente. São famílias da Alemanha que assumem uma criança, adolescente, como afilhada. Isso através de cartas, cartões, eles se comunicam. Nem todos, mas a maioria escrevem cartas para suas afilhadas e vice-versa (IRMÃ ONEIDE, 23/05/2011).

Os trabalhos na cozinha da instituição são coordenados pela Irmã Angélica Tebaldi. Ela nasceu em 1932 na cidade de Serafina Corrêa/RS e entrou para vida religiosa aos 19 anos. Sempre com muitos afazeres, leva uma vida agitada e com muitas atividades no Instituto. A entrevista foi rápida, com respostas sucintas. A Irmã descreve sua função da seguinte forma: *“aqui dentro eu trabalho mais com as funcionárias, com os cardápios da cozinha, da merenda das crianças, cuidado das crianças, almoço e trabalhos manuais”* (IRMÃ ANGÉLIA, 23/05/2011).

Em 2013, através da mediação da Irmã Luciana, foi realizada uma entrevista no próprio Instituto com Luzia da Conceição Silva, ex-professora do Instituto São

¹² Kindernothilfe (KNH) - é uma agência de desenvolvimento, fundada em 1959 na Alemanha, com enfoque na criança e no adolescente.

Benedito atuando a partir de 1978 e permanecendo na instituição por aproximadamente 10 anos. A professora Luzia nasceu em 1943, natural da cidade de Pelotas. Formada em Magistério na turma de 1972 do Instituto de Educação Assis Brasil, não pôde concluir a faculdade de Psicologia na Universidade Católica de Pelotas, pois o pai quem financiava seus estudos, faleceu antes da sua conclusão do curso superior. Formada no curso de Educação Física, atualmente está cursando Teologia. Chegou ao Instituto São Benedito através do convite de uma Irmã, conforme descreve a entrevistada:

Eu comecei aqui em 78 fui convidada pela Irmã Gema para ser responsável pela recreação das crianças internas. Fui me adaptando, fui gostando, amei o trabalho com as crianças, amei o trabalho das Irmãs e achei muito linda a dedicação das Irmãs com as crianças o qual me chamou muita atenção. Aí comecei com um trabalho voluntário e aí fui trabalhando, gostando... Eu era funcionária pública, professora do município e fui cedida do município para trabalhar aqui na escola. Tanto o período de voluntária como o de cedida foi maravilhoso, eu tinha um relacionamento muito lindo com as crianças e com as Irmãs. Era uma época muito tranquila tanto pra lidar com as crianças internas, tinha semi-internas também, meu trabalho foi maravilhoso [...] Eu de orientação de professora recepcionista, passei a ser conselheira das meninas, então eu tive tanta afinidade que eu almoçava aqui com essas meninas, cuidava das meninas, orientava no ensino, nas tarefas escolares e teve um tempo que eu praticamente mudei pra cá, foi muito bom, fiz muitas amizades com as Irmãs (LUZIA, 28/10/2013).

Cabe enfatizar que a entrevistada é negra, sendo a única formanda negra tanto da sua turma do curso de Magistério quanto no de Educação Física. Por ter atuado em diversas escolas da rede pública e particular, por ser uma professora negra e ao ser questionada sobre a sua relação com o Instituto São Benedito, a depoente respondeu da seguinte forma:

É assim, eu sempre fui muito brincalhona, mas eu sempre fui muito de respeitar e querer que me respeite. Isso porque já fui convidada várias vezes para voltar a trabalhar, porque eu trabalhei no São José, trabalhei nessas escolas e não volto porque eu jamais vou encontrar aquele respeito que eu recebi das meninas daqui. Elas me ajudaram muito lá fora nas escolas que eu trabalhei. Deus me deu a graça de eu ter o meu limite. Eu lecionei 40 anos e alfabetizei [...] Gostei muito de trabalhar com crianças carentes, me achei muito aqui no São Benedito e devido eu ter me achado aqui, quando eu fui trabalhar lá fora nas outras escolas, eu consegui passar muitas coisas que as meninas me ajudaram aqui (LUZIA, 28/10/2013).

No ano de 2011, quando foram realizadas as primeiras entrevistas, não foi possível entrevistar Irmã Assunta, a religiosa que está há mais tempo atuando na instituição. No ano de 2013, foram feitas diversas tentativas para entrevistar a

referida Irmã, mas ela justificou o fato de não conceder a entrevista pela rotina sobrecarregada por diversas atividades fora do Instituto. No dia 26 de dezembro, após minha ida na instituição para verificação de alguns dados coletados, ao encontrar a Irmã Assunta, foi marcada uma entrevista no dia seguinte, na Casa do Caminho¹³.

Muito conhecida pela população pelotense, Irmã Assunta, Marcolina Tacca, nome civil, nasceu na cidade de Santa Maria/RS em 1924, crescendo na cidade de Ivorá/RS que naquele período pertencia ao município de Júlio de Castilhos/RS. Formada em Teologia, iniciou a formação religiosa em 1945 na Congregação Imaculado Coração de Maria. Chegou ao Instituto São Benedito de Pelotas em 1951, permanecendo uma semana, até ser enviada para o município de Arroio Grande/RS. Retornou à instituição em 1956, permanecendo até 1971, quando foi enviada às Missões. Em 1986, Irmã Assunta retornou para Pelotas, cidade que está até hoje. Nos primeiros anos no Instituto São Benedito, Irmã Assunta lecionava na instituição nos turnos da manhã e tarde. A noite ajudava nos serviços de confeitaria para manter o Instituto.



Figura 1: Irmã Assunta

Fonte: <http://icmprovinciasantamaria.blogspot.com.br/>

¹³ A Casa do Caminho é uma ONG coordenada pela Irmã Assunta, que presta serviços terapêuticos para comunidade cultivando plantas medicinais para a fabricação caseira de pomadas, xaropes, chás e outros produtos naturais. A entidade também oferece serviços de massagens e de Reiki.

Atualmente, Irmã Assunta presta serviços comunitários em diversas entidades de Pelotas, principalmente trabalhando com medicamentos terapêuticos. Em 2011, recebeu o Prêmio Betinho - Atitude Cidadã, premiação em nível nacional que busca valorizar e dar visibilidade a iniciativas sociais em todo país e reconhecer o trabalho de pessoas que se dedicam à promoção da cidadania¹⁴. No dia 26 de junho de 2012, recebeu o título de Cidadã Pelotense, através da Câmara Municipal de Pelotas, pelos serviços prestados à comunidade. O documento assinado pelo vereador Ademar Ornel, apresenta a seguinte justificativa:

A referida honraria é concedida a Senhora Marcolina Tacca (Irmã Assunta). Em reconhecimento ao desenvolvimento de ações de solidariedade social e de promoção da cidadania, Irmã Assunta Tacca, Irmã do Imaculado Coração de Maria, tem seu trabalho reconhecido nacionalmente [...] Irmã Assunta prestou serviços missionários em várias localidades: estado de Goiás, litoral da Bahia e também em regiões de conflito dos sem terra. Foi nestas andanças, no meio dos índios, que aprimorou seu conhecimento das plantas e raízes medicinais. Fez vários cursos de homeopatia, de florais, sempre com o objetivo de adquirir conhecimento para atender a pessoas em vulnerabilidade social, sem acesso a remédios. Iniciou seu trabalho, em Pelotas, em 1959, ao lado de voluntários em Saúde Popular, no colégio Hipólito Leite, do qual é uma das fundadoras. Atua até hoje em várias igrejas, atendendo dezoito comunidades, onde promove a organização popular e estimula a geração do trabalho e renda, por meio da formação de associações e cooperativas. Por tais fatos, Senhora Marcolina Tacca (Irmã Assunta), merece o recebimento o Título de Cidadã Pelotense, por ter, ao longo dos anos, se tornado uma grande representante em pelotas na área de plantas e Raízes Medicinais Homeopáticas e trabalhos sociais¹⁵.

Através da justificativa do documento elaborado pela Câmara Municipal, percebe-se o quanto a Irmã se destaca nos trabalhos comunitários. O seu trabalho diretamente ligado à educação escolar no Instituto São Benedito não foi mencionado, mas se sabe que a Irmã, além de ser professora, também desenvolveu diversas atividades em prol das meninas órfãs e desvalidas, mais tarde, alunas carentes que passaram pela instituição.

Sendo assim, as entrevistadas selecionadas para a presente pesquisa, têm trabalhos destacados na instituição. Além disso, carregam parte da memória

¹⁴ Para saber mais, consultar o site: <http://www.coeprasil.org.br>

¹⁵ PROJETO de Lei. Pelotas, 2012. Disponível em: http://sapl.camarapel.rs.gov.br/sapl_documentos/materia/1911_texto_integral. Acesso em: 16 jan. 2014.

institucional. Por isso, seus depoimentos foram importantes para a presente pesquisa.

1.4.2 “Para além da ilustração”: as fotografias de Instituições Educativas

O uso de fontes iconográficas também vem-se ampliando nas pesquisas em História da Educação. Conforme Galvão e Lopes (2001, p. 84) “tradicionalmente utilizada como ilustração daquilo que os documentos escritos diziam, a iconografia vem sendo incorporada aos trabalhos de História da Educação”. Portanto, a inserção de fotografias nas pesquisas serve para além do seu caráter ilustrativo. Contribuem para análise e interpretação do seu conteúdo como fonte, e até mesmo da sua materialidade, como objeto de pesquisa.

A fotografia é uma importante fonte documental, pois as “imagens são especialmente valiosas na reconstrução da cultura cotidiana de pessoas comuns” (BURKE, 2004, p. 99). Nesta pesquisa, as fotografias foram de extrema importância para o conhecimento do passado da instituição e, principalmente, para o estudo do seu espaço físico, solenidades, encontros de autoridades, inaugurações, salas de aula, atividades escolares, tipos étnicos, enfim, as singularidades das práticas e do cotidiano do asilo.

De acordo com Souza (2001, p. 79):

As fotografias escolares constituem um gênero de fotografias muito difundido, a partir do meio do século XX, combinado com outros gêneros como os retratos de família, as fotografias de paisagens urbanas, de arquiteturas e os cartões-postais.

É importante frisar que “toda imagem possui uma finalidade, o que a torna comprometida com uma intenção objetiva ou subjetiva” (OLIVEIRA, 2012, p. 43). Muitas vezes, as fotografias escolares eram produzidas com a finalidade de fazer parte de uma história oficial, sendo destinadas a relatórios de governos e mantenedoras das instituições. No caso do asilo, elas retratam o esforço e investimento da sociedade (abastada) pelotense que é umas das principais mantenedoras da entidade.

Para interpretar uma fotografia, é necessário estudo, imaginação e uma análise mais técnica. Mas cabe questionar: o que vem a ser fotografia? Segundo Schwambach (2008, p. 153):

Podemos dizer que a fotografia se caracteriza, pela captura de imagem-luz através de um aparelho provido de material fotossensível em seu interior, sendo necessário a revelação através de substâncias químicas, para transformar o material latente em imagem visível no suporte.

Fotografia é um objeto, que pode ser visto e analisado e que registra e reproduz a imagem de alguma coisa, a captura do real, de algum fato, com ou sem personagens (pessoas, animais, paisagens, prédios, entre outros), mas certamente produzidas em algum espaço e tempo. Teve seu surgimento na década de 1830, como resultado da junção do engenho, da técnica e da oportunidade (MAUAD, 1996). Como afirma Kossoy (2001, p. 25):

Com a Revolução Industrial verifica-se um enorme desenvolvimento das ciências: surge naquele processo de transformação econômica, social e cultural uma série de invenções que viriam influir decisivamente nos rumos da história moderna. A fotografia, uma das invenções que ocorre naquele contexto, teria papel fundamental enquanto possibilidade inovadora ou informação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística.

Algumas fotografias selecionadas para a presente pesquisa, também foram utilizadas como fonte histórica. Objetiva-se estudar a história através da fotografia e não a história da fotografia; utilizar a fotografia “como instrumento de apoio à pesquisa, como meio de conhecimento visual da cena passada e, portanto, como uma possibilidade de descoberta” (KOSSOY, 2001, p. 53), compartilhando a ideia de Mauad (1996) documento/monumento, nesse caso, imagem/monumento.

A fotografia é uma fonte histórica que demanda por parte do historiador um novo tipo de crítica. O testemunho é válido, não importando se o registro fotográfico foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida. No entanto, parafraseando Jacques Le Goff, há que se considerar fotografia, simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado – condições de vida, moda, infra-estrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo (MAUAD, 1996, p. 8).

Para interpretação dessa fonte histórica, Schwambach (2008, p. 155) ressalta que:

O pesquisador ao utilizar a fotografia perceberá certa ficção nas inúmeras possibilidades de interpretação. As fotografias como sobreviventes de um passado, marcam uma memória, e apresentam-se polissêmicas quando passam a ser investigadas historicamente.

Ainda Cunha (2000, p. 3) enfatiza que “ler uma imagem historicamente é mais do que apreciar o seu esqueleto aparente. Ela é construção histórica em determinado momento e lugar, e quase sempre foi pensada e planejada”. Além das inúmeras possibilidades de interpretações, também é extremamente importante para o pesquisador saber o contexto histórico em que a fotografia foi produzida:

Para o historiador, os sinais de vida latente congelados numa fotografia são índices do mundo do passado que se busca compreender e podem se transformar em testemunho e representação de uma realidade a ser reconstituída (LEITE, 1993, p. 11).

Com as fotografias do Asilo de Órfãos São Benedito, é importante não só saber o que se passou na instituição durante o período em que foram registradas, mas também temos que conhecer o contexto histórico da cidade de Pelotas, principalmente até a primeira metade do século XX, que é o principal período em que foram registradas.

Existem também outros fatores que podem contribuir na análise e leitura de fotografias. É relevante observar o enquadramento, a focalização, os ângulos, a perspectiva, a dispersão, a afixação, o contraste, entre outros elementos que facilitam a leitura da fotografia (LEITE, 1993). Além disso, Vanti (2006, p.123) salienta que:

[...] a fotografia revela apenas o mundo físico do acontecimento, as emoções vividas pelos sujeitos retratados são invisíveis. São emoções que o leitor-analista não apenas sente, mas imagina, sonha, e, portanto, as vê em um certo sentido.

Leite (1993) relata que ao observador é permitido perceber ou sentir outros níveis de realidade como os sentimentos, padrões de comportamentos, normas sociais, e outros elementos possivelmente transmitidos pelos sujeitos retratados.

As fotografias do Instituto São Benedito coletadas durante a pesquisa, são as que estão organizadas nos chamados “álbuns antigos”, totalizando um acervo com 146 fotos, distribuídas em três álbuns, com algumas fotos soltas entre as folhas.

As fotografias são todas em preto e branco, de vários tamanhos e grande parte (senão todas) foram registradas por fotógrafos profissionais, mas não apresentam registro dos fotógrafos ou estúdios fotográficos e estão em ótimo estado de conservação. Cabe frisar que a conservação de materiais é muito importante tanto para a preservação da história e memória da instituição, quanto para o trabalho do pesquisador.

Quase todo o acervo não está datado e nem apresenta legenda tanto nos álbuns quanto no verso das fotos, o que dificultou maiores análises. A principal hipótese é que os materiais coletados datam dos anos de 1945 a 1950. Isso em função de que algumas estão identificadas como sendo do ano de 1947, e outras por terem sido publicadas em jornais, registrando momentos importantes da história da instituição.

Também se considera a hipótese de algumas fotografias terem sido registradas anteriormente a década de 1940, hipótese levantada a partir das imagens do prédio e vestuários da época.

Os álbuns estão organizados conforme temas específicos. Um contém fotografias mais variadas, entre elas: membros da diretoria, membros da diretoria com as alunas, registro de espaços físico do prédio, visita de autoridades e alguns eventos, além de recortes de jornais da época (álbum 1). Outro contém somente fotografias do espaço físico, tanto interno quanto externo, sem pessoas em seus cômodos (álbum 2).

Provavelmente esse álbum resulta de algum relatório sobre condições espaciais e materiais da instituição, fato previsto pela legislação brasileira para validar e reconhecer a instituição. O álbum que contém maior número de fotos (álbum 3) apresenta registros das festividades ou atividades pedagógicas do asilo conforme pode-se perceber na tabela 1:

Tabela 1 – Fotografias dos álbuns do Instituto São Benedito

Classificação da fotografia	Álbum 1	Álbum 2	Álbum 3
Diretoria e/ou Irmãs da Congregação Imaculado Coração de Maria	8		9
Diretora e/ou Irmãs da Congregação Imaculado Coração de Maria com as meninas	1		1
Espaço físico (interno e externo)	8	27	
Espaço físico com pessoas nos cômodos	7	1	
Visitas	3		3
Eventos religiosos	2		7
Atividades festivas (ventos de caridade, exposições, teatro, apresentação de música e outros)	3		58
Atividades escolares e recreativas		4	1
Outras			3
Total	32	32	82

Fonte: Acervo do Instituto São Benedito

Conforme mencionado, as 146 fotografias estão distribuídas em três álbuns (Tabela 1). É relevante destacar que foi difícil fazer a classificação das fotografias. As classificadas como “Espaço físico com pessoas nos cômodos”, são fotografias cujo registro estava voltado para o espaço físico e não para as pessoas presente nas fotografias, como gabinete dentário, secretaria, dormitório, cozinha e despensa.

As atividades festivas envolvem eventos de caridade, exposições, em especial dos trabalhos manuais e presépio de Natal, além de atividades teatrais. Os eventos religiosos são registros de casamento, bodas, primeira comunhão e outros realizados na capela da instituição ou na Catedral São Francisco de Paula. As fotografias classificadas como “Visitas”, foram as poucas que contém legenda nos álbuns.

Considerando que “toda fotografia é um resíduo do passado, um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente” (KOSSOY, 2001, p. 45), pela riqueza e preciosidade do material coletado, optou-se inserir no texto fotografias relacionadas ao tema pesquisado. Isso não para fazer uma análise técnica e detalhada do seu conteúdo, o que foge ao tempo disponível para a realização do presente estudo, mas cabe frisar que não posso afirmar que estas fotografias foram inseridas apenas para ilustração, pois acredito que a fotografia não é apenas um material ilustrativo. Cada imagem oferece um conteúdo para ser analisado, mas a análise e interpretação do que foi registrado, pode ser realizada em estudos futuros.

1.4.3 O uso de periódicos como fonte documental

A inserção da imprensa em pesquisas se apresenta como outra possibilidade de fonte no âmbito da História das Instituições Educativas. Até a década de 1970, essas fontes, por muitos historiadores, eram desconsideradas sob a alegação de não atenderem aos requisitos de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade e credibilidade. Isso em função da crença de que tais veículos de informação sofriam influência da classe dominante, além do jogo de interesses e discursos ideológicos (LUCA, 2005).

Nas últimas décadas o uso dessa fonte em pesquisas históricas vem ganhando força e credibilidade. Assim, o uso de periódicos em pesquisas históricas passou a ser mais uma ferramenta para trabalhar com o passado. Nesse sentido, Amaral (2003, p. 43) afirma que jornais e periódicos possibilitam:

[...] uma leitura das manifestações contemporâneas aos acontecimentos, e uma real aproximação dos discursos emitidos na época em relação ao projeto de sociedade, bem como às instituições sociais, e dentre elas, à escola. Tais fontes, que se caracterizam pelo seu caráter polêmico e por vezes passageiro, representam um produto cultural de sujeitos específicos em um determinado contexto histórico.

É necessária a leitura crítica desses documentos, pois assim como as demais fontes históricas, os periódicos foram produzidos por alguém, houve uma intencionalidade na sua produção, seja para informar, divulgar, manipular a sociedade, dentre outros interesses.

No que se refere ao uso dos jornais como fonte, Campos (2012, p. 66, grifo da autora) enfatiza:

Trabalhar com jornais antigos para a escrita da história da educação significa compreendê-los, portanto, muito mais como *fragmentos verossímeis* da cultura de um tempo e de um espaço do que pensá-los como provas fidedignas do passado. Significa levar em conta além do já mencionado repertório cultural dos envolvidos na sua leitura/escrita, também os interesses econômicos e ideológicos envolvidos na sua edição. Significa reconhecer e problematizar o espaço gráfico dado para esta ou aquela crônica, propaganda, notícia ou artigo. Significa transformá-los também num *objeto* de pesquisa.

Esta autora utiliza o termo “imprensa não pedagógica” para se referir aos jornais antigos, mesmo reconhecendo que a imprensa é tanto um veículo educativo quanto um meio de ocupação da esfera pública¹⁶. Para a autora,

Vive-se, na verdade, situação de legitimidade “emprestada” dos trabalhos consolidados em torno das revistas pedagógicas, estas sim, há muito validadas pelo campo. Destaca-se que tal validade incontestada das revistas, em contraposição à posição secundária ocupada pelos jornais, se deu em função tanto da qualidade e impacto dos trabalhos dos que as elegeram para análise, quanto pelo fato de que os que o fizeram trataram de assuntos e agentes claramente educacionais: os alunos, os professores, os diretores e supervisores; a circulação das ideias pedagógicas, as reformas de ensino, a atuação dos intelectuais da educação e suas respectivas redes de sociabilidade; as disciplinas, os livros, os currículos e as práticas autenticamente escolares (CAMPOS, 2012, p. 56).

Na visão da autora, impressos, como as revistas têm um caráter mais pedagógico, por isso, a valorização que vem sendo dada a esses impressos como fontes nos estudos em História da Educação.

Destaco o uso do termo imprensa de educação e de ensino. Para Bastos (2007, p. 167):

A imprensa de educação e de ensino é constituída de periódicos que, destinados em sua maioria aos professores, visam principalmente guiar sua prática cotidiana, oferecendo informações sobre o conteúdo e o espírito dos programas oficiais, a conduta em classe e a didática das disciplinas [...] Jornais, boletins, revistas, magazines – feitas por professores para professores, feitas para alunos por seus pares ou professores, feitas pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igrejas – contêm e oferecem muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e as filiações ideológicas, além das práticas educativas e escolares.

O excerto da autora foi extraído de uma resenha em que a autora apresenta esta definição, mas em outro texto em que a mesma escreve sobre a revista *Educação* da PUCRS. Esta usa a designação “imprensa pedagógica”, dando à mesma definição de imprensa de educação e de ensino. Sendo assim, acredito que

¹⁶ Cabe aqui lembrar um possível estranhamento: com o título “No rastro dos velhos jornais: considerações da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação” a autora publicou o artigo na Revista Brasileira de História da Educação, no ano de 2012. Será que os jornais não direcionados especificamente para os atores educativos deixam de ser “pedagógicos”? Pode-se distinguir uma “imprensa pedagógica” de uma “não pedagógica”? Concordamos com Bastos (2007) quando destaca o uso do termo imprensa de educação e de ensino.

a conceitualização é a mesma, ambos se tratam de dispositivos com finalidades educativas, o que muda é a escolha dos termos (BASTOS; ERMEL; IBIAS, 2007).

O termo imprensa pedagógica é também abordado por Kreutz (2008), ao pesquisar a imprensa pedagógica da imigração, em especial, os imigrantes alemães que se estabeleceram no Rio Grande do Sul e investiram intensamente na produção de livros didáticos destinados às escolas da imigração.

Para Pallares-Burke (1998) a imprensa se apresenta como uma modalidade informal de educação. Dentro das várias modalidades, a autora destaca os romances, jornais e revistas, que têm uma contribuição importante no processo educacional, pois tais impressos são transmissores de cultura, podendo dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas.

A história dos periódicos é diretamente relacionada à história da imprensa. No Brasil, comparado com outros países da América Latina, a chegada da imprensa foi considerada relativamente tarde. Segundo Schvambach (2010, p. 46):

Somente com a vinda da Família Real Portuguesa, em 1808, assegurando a condição do Brasil como sede da monarquia, a imprensa vem se desenvolver oficialmente, ao lado de outras medidas, como por exemplo, a fundação do Banco do Brasil e a abertura dos portos. A imprensa oficial recebeu o nome de Imprensa Régia. Durante sua existência, promovia diversos tipos de impressos, não prestando serviços apenas para o governo.

De acordo com os dados levantados por Magalhães (1993), no Rio Grande do Sul, o primeiro jornal impresso foi o *Diário de Porto Alegre* no ano de 1827 e somente em 1851, a imprensa começou a ser propagada em Pelotas com o jornal *O Pelotense* fundado pelo tipógrafo Cândido Augusto de Mello.

O primeiro jornal teve duração até 1855. Entre os anos de 1854 a 1868, houve a publicação do jornal *O Noticiador* fundado por José Luiz de Campos. Dos periódicos que surgiram em Pelotas nesse período, cabe destacar a revista *Araribá* de 1857, redigida por Francisco Antunes Gomes da Costa, futuro Barão de Arroio Grande.

Ainda Magalhães (1993), embasado nos escritos de Carlos Reverbel¹⁷, salienta que apesar da expansão da imprensa em Pelotas ser considerada tardia em relação à capital do estado, houve um aumento elevado quanto à quantidade de

¹⁷ Para saber mais ver Loner (1998) e Reverbel (1981).

jornais e um aperfeiçoamento em qualidade o que fez com que a imprensa pelotense se equiparasse com a imprensa da capital.

Os jornais pelotenses utilizados foram: o *Diário Popular*, *A Opinião Pública* e *A Alvorada*¹⁸. O jornal *A Alvorada* será abordado no último capítulo, pela importância na história dos negros pelotenses.

O *Diário Popular* foi fundado em 27 de agosto de 1890, tendo em sua equipe inicial Theodozio de Menezes, Arthur Hameister, Mário Costa entre outros. Devido a algumas questões partidárias, poucos anos depois Theodozio e sua equipe deixaram o jornal e fundaram a *A Opinião Pública* no ano de 1896. Após Theodozio sair, o *Diário Popular* alinhou-se oficialmente ao Partido Republicano Rio-Grandense. A aliança com o partido permaneceu durante toda a República Velha, o jornal se tornou o mais importante da cidade, tendo os maiores recursos, maior número de assinantes e maior venda de exemplares (GILL; LONER; MAGALHÃES, 2012).

Conforme Gill, Loner e Magalhães (2012), o jornal *A Opinião Pública* foi apresentando como folha vespertina, republicana e “órgãos dos interesses gerais” que começou a circular em Pelotas no dia 5 de maio de 1896. Fundado como propriedade coletiva, em 1913 passou por mudanças de orientação editorial e qualidade gráfica, tornando-se um dos órgãos de imprensa mais interessante de Pelotas.

Mesmo com as mudanças, já era um jornal tradicional da cidade, sempre atraiu um grande público de leitores. Destaca-se que a fundação destes jornais no final do século XIX, acompanhou a evolução da imprensa diária no país, pois na transição do século XIX para o XX, o Brasil tinha deixado de ser um país monárquico, escravista, estava avançando em alguns setores como indústria e educação. Sobre esse processo de aceleração relacionado à imprensa brasileira, Luca destaca (2005, p. 137-138):

Os jornais diários profissionalizavam-se, sem perder o caráter opinativo e de intervenção na vida pública. Os novos métodos de impressão permitiram

¹⁸ É importante mencionar que o estudo da história dos jornais, revistas e almanaques de Pelotas foram feitos através do *Dicionário de História de Pelotas* (2012), uma obra coletiva organizada pelos historiadores Beatriz Ana Loner, Lorena Almeida Gill e Mário Osório Magalhães.

expressivo aumento das tiragens, melhora da qualidade e barateamento dos exemplares, que atingiam regiões cada vez mais distantes graças ao avanço dos sistemas de transportes, que agilizavam o processo de distribuição. Aos imperativos ditados pela busca de produtividade e lucro aliava-se a intenção de oferecer aos consumidores uma mercadoria atraente, visualmente aprimorada, capaz de atender aos anseios da crescente classe média urbana e dos novos grupos letrados. A estruturação e distribuição interna do conteúdo alteraram-se. Ao lado das reportagens, entrevistas e inquéritos, adensavam-se as seções dedicadas a assuntos policiais, esportes, lazer, vida social e cultural, crítica literária.

Ao que tudo indica, os dois últimos jornais mencionados atingiram um grande público leitor, inclusive das camadas populares. Seus exemplares podem ser consultados hoje – assim como no passado – na Bibliotheca Pública Pelotense que tem o acervo praticamente completo. Em Pelotas, *O Diário Popular* ainda está em pleno funcionamento e continua sendo o principal jornal da cidade, já *A Opinião Pública* teve sua circulação até 1962.

Para a presente pesquisa, foram também utilizados recortes de três jornais bageenses, *O Dever*, criado em 1900 como “órgão de divulgação do Partido Republicano e representante dos interesses do comércio e indústria do Estado do Rio Grande do Sul” (BICA et al., 2008, p. 4), o *Correio do Sul*, fundado em 1914 para ser o veículo opositor de *O Dever* (BRIGNOL; SILVA, 2011) e *O Minuano*, fundado em 1994.

É importante ressaltar que o interesse desta pesquisa nesses jornais é, principalmente quanto aos aspectos ligados direta e indiretamente ao Asilo de Órfãos São Benedito, pois essa é mais uma forma de olhar para o passado da instituição. Na sua análise, percebe-se também, o quanto os sócios e beneméritos da instituição ganharam visibilidade com as reportagens, pois eram destacados cada vez mais alguns nomes da elite pelotense ligados à instituição.

A revista *Ilustração Pelotense* também foi consultada. Era uma revista literária quinzenal voltada à elite pelotense e obtida mediante assinatura ou compra avulsa. Circulou em Pelotas entre 1º de janeiro de 1919 até 16 de dezembro de 1926. Além da publicação de textos literários, procurava documentar através da fotografia os acontecimentos sociais mais importantes da época (GILL; LONER; MAGALHÃES, 2012).

Cumprido destacar aqui a distinção entre jornais e revistas: os jornais possuem publicações diárias, apresentando-se em folhas separadas, já as revistas, geralmente mais refinadas, são utilizadas para periodicidade mais espaçada,

enfeitadas por uma capa e com maior diversidade temática (CAMPOS, 2012 e LUCA, 2005).

Os almanaques também ganharam destaque na imprensa brasileira. Conforme afirma Limeira (2012, p. 374):

De São Paulo, na América, à Braga, na Europa, almanaques, almanachs, almanaks circulam desde há muito tempo. A cultura de almanaque tem grande visibilidade e penetração social nos séculos XVIII, XIX e XX, principalmente. Estas épocas contabilizam sua maior expressão, diversidade e expansão de um mercado.

O *Almanach de Pelotas*, também aqui utilizado, teve circulação entre os anos de 1913 a 1935, foi criado por Florentino Paradedda e Inácio Ferreira. Era impresso nas oficinas tipográficas do Diário Popular até 1921, quando passou a ser impresso na Tipografia Guarany até 1928 ou 1929. Daí até a última edição, em 1935, foi impresso nas oficinas tipográficas da Livraria do Globo (GILL; LONER; MAGALHÃES, 2012).

O interesse nesse almanaque se refere às reportagens especiais sobre instituições públicas e privadas como estabelecimentos de ensino, asilos e hospitais. Salienta-se que todos os números eram muito ilustrados, apresentando possibilidades de encontrar não só reportagens, mas fotografias do Asilo de Órfãos São Benedito e outras instituições que amparavam crianças desvalidas.

Outros impressos consultados para a pesquisa foram os *Relatórios Intendenciais*. Os relatórios utilizados na presente investigação foram publicados anualmente, no mês de setembro, e datam da década de 1910 até o ano de 1930. Neles é possível encontrar dados referentes à atuação da intendência visando à melhoria do município.

Por último, destaca-se a consulta ao *Álbum de Pelotas* de 1922, editado por Clodomiro Carriconde na ocasião do Centenário da Independência do Brasil. O impresso é apresentado em edição de luxo, com muitas ilustrações e assuntos referentes à Pelotas. Os empreendimentos da indústria e do comércio ocupam grande parte das páginas. Aspectos biográficos de pessoas destacadas na comunidade se intercalam com a história dos estabelecimentos e com as imagens de importantes prédios da cidade.

Assim, a revista *Ilustração Pelotense*, o *Almanach de Pelotas*, os *Relatórios Intendências* e os jornais locais do período estudado, podem contribuir diretamente na investigação de instituições educativas e no próprio processo educacional de Pelotas, não somente por suas reportagens e fotografias, também por apresentarem inúmeros anúncios em forma de propaganda¹⁹.

¹⁹ Sobre anúncios de escolas como objeto e potenciais fontes para a História da Educação pelotense ver Neves (2007 e 2012).

2 APONTAMENTOS SOBRE A INFÂNCIA DESVALIDA

Os brancos introduziram nas Américas a prática do abandono dos filhos. A situação de miséria, exploração e marginalização levou os indígenas, e depois os africanos e os mestiços, a seguir o exemplo dos descendentes de espanhóis ou de portugueses, de abandonar seus filhos. O modelo europeu de família – monogâmica, sacramentada, indissolúvel – foi de difícil estabelecimento entre as populações pobres, mestiças e marginalizadas.

(MARCÍLIO, 1998, p. 128)

2.1 Instituições para infância desvalida no Brasil: caridade, filantropia e assistencialismo

Primeiramente, cabe elucidar que opção aqui pela designação “desvalida” foi feita através da leitura de uma vasta bibliografia que apresenta esse termo para se referir aos enjeitados, expostos, órfãos, crianças pobres, recolhidos, abandonados, aqueles considerados sem valia, desprotegidos, desamparados, enfim, os também denominados “desvalidos da sorte”. Como afirma Schueler (2009, p. 2, grifo da autora):

Conceitos como infância desvalida, infância abandonada, infância delinquente, e os usos da categoria menor, emergiram, tendo sido elaborados nos processos de lutas e embates políticos, econômicos e culturais num determinado contexto histórico. A própria existência dessas adjetivações já apontava para as diferenças (e desigualdades) que envolviam o termo infância e para a diversidade de projetos e iniciativas educativas destinadas a sujeitos em condições plurais, e desiguais, da experiência humana.

Tais designações eram utilizadas até parte do século XX. Atualmente os termos mais comuns são crianças carentes, em situação de risco ou em vulnerabilidade social, bem como, crianças abrigadas e não mais asiladas, acolhidas ou recolhidas.

A infância desvalida a qual se refere no presente trabalho, está relacionada com a história do abandono, portanto, não se trata apenas de crianças que ficaram órfãos de pai e mãe, como em muitos casos durante o século XIX e XX em que os pais foram vítimas das guerras e das epidemias.

Leite (2009) destaca as dificuldades de adotar abordagens minuciosas para o estudo dessa infância, pois os dados estatísticos consultados pelos pesquisadores, adotam diversas designações, tornando-se ambíguos, disfarçando preconceitos raciais e/ou de classe. Nesse sentido, a autora lembra que:

[...] crianças “sem pai” podem ser órfãs, filhos ilegítimos, expostos, ou ter um pai ausente. A denominação de “bastardos”, com todas as conotações do termo, pesa sobre elas como um decreto de exclusão. Abandonados, mendigos e infratores frequentemente foram confundidos sob o nome de “menor”, que nunca designa filhos de famílias das camadas médias e altas, e tem conotações negativas desqualificantes (LEITE, 2009, p. 21).

Conforme já mencionado, diversas designações foram utilizadas em diferentes períodos históricos. Pode-se exemplificar com a expressão “infantes expostos”²⁰, citada no Código de Menores de 1927, que se refere às crianças de zero até sete anos. Segundo Vanti (2004), o termo infante apareceu em diferentes períodos nos idiomas europeus, como no italiano *infante* durante o século XII, significando nome nobre de “criança pequena” e no século XIII, significava “filho do rei”. A autora ainda complementa descrevendo que:

O sentido de “criança pequena”, ao que parece, só se vai fixar no século XV – XVI. Por outro lado, é também no século XVI a acepção de soldado da infantaria, tomada ao italiano *fante*, que era rapaz ou moço e também, servidor, criado. Equivalente das línguas latinas, os termos de língua anglo-saxão o *Childhood* do inglês e o *Kindhyeid*, do alemão traduzem o português *infância* (VANTI, 2004, p. 11).

A autora conclui salientando que o termo infância empregado no sentido de criança pequena, passou por um longo processo de significações e que a atribuição à infância, como significação de “não-palavra” ou “não-fala”, ou seja, não falar, não ter a faculdade da fala, corresponde a elementos de estudos semânticos. Sendo assim, cabe frisar que o presente estudo está relacionado às crianças pequenas

²⁰ Sobre o assunto ver Ariès (1981), em especial o capítulo que o autor escreve sobre as idades da vida, Negrão (2004) e Vanti (2004).

desvalidas, mas não se pretende fazer aqui um estudo no âmbito da História Social da Infância e sim sobre a institucionalização e educação da criança desvalida, mais precisamente das meninas desvalidas de uma instituição da cidade de Pelotas/RS.

Retomando as palavras de Marcílio (1998), sobre a prática de expor os filhos, a autora lembra que o ato de abandono de bebês é muito antigo, um fenômeno de todos os tempos. Embasada nos estudos da autora, destaca-se um dos casos mais conhecidos que ocorreu durante a Antiguidade e que aparece nas escrituras do Antigo Testamento, o abandono de Moisés. O herói do povo hebreu, aos três meses de vida foi colocado em uma cestinha, depositado no Rio Nilo por sua mãe, sendo encontrado e recolhido pela filha do faraó. Pelo fato da mãe de Moisés ser serva da filha do faraó, ele acabou sendo amamentado e criado por sua mãe biológica.

Na Grécia clássica, existe uma lista extensa de figuras mitológicas abandonadas por seus pais logo após o nascimento, como os casos de Júpiter, deus da Luz, de Zeto e Anfion, irmãos gêmeos, filhos de Zeus e Antíope, que foram expostos e recolhidos por pastores, de Hércules e outros casos de bebês abandonados e que se tornaram heróis tendo suas histórias conhecidas até hoje. O enjeitamento entre os romanos também era comum. Estes costumavam deixar sinais de identificação junto aos bebês abandonados, na intenção de recuperar os filhos quando possível. Na Antiguidade, grega e romana, o infanticídio era praticado (MARCÍLIO, 1998).

Na Alta Idade Média, o fenômeno do abandono era recorrente em todas as culturas. A exposição de bebês era admitida na tentativa de prevenção do infanticídio e do aborto que eram considerados crimes. Nesse período surgiu o oblato, instituição em que crianças, ainda bebês, eram “ofertadas” por seus pais ao mosteiro, para servir a Deus. As crianças “doadas” aos mosteiros sofriam graves consequências, como ressalta Marcílio (1998, p. 36):

A criança, obviamente, era quem pagava o custo dos benefícios para a família e a comunidade. Confinada por toda vida, irrevogavelmente, à vida religiosa, ela jamais poderia ter propriedades, nem deixar o mosteiro ou casar-se. Ela perdia sua liberdade individual, o que de certa forma, a igualava a situação dos expostos criados como escravos. Esses, ao contrário, podiam manter relações sexuais, ter esperança de, em casos especiais, recuperar o *status* de livres, ou ainda, de receber a liberdade de senhores benevolentes. Por consenso social geral, o oblato estava destinado a uma vida de pobreza, obediência e castidade, para sempre.

Embora a criança estivesse sujeita a total clausura, esse caso de abandono era visto como humanitário, pois a criança seria alimentada, vestida e estaria segura dentro do mosteiro.

Avançando para o século XVIII, temos como um dos casos mais conhecidos de abandono, o que envolve o nome de um dos principais filósofos do Iluminismo, o suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Rousseau na medida em que os filhos foram nascendo, depositou os bebês na Roda alegando não ter condições financeiras e de saúde para cuidar dos filhos. Ao todo, o filósofo teve cinco filhos e hoje seus escritos são estudados em diversas áreas do conhecimento, em especial, na Educação. É relevante frisar, que os exemplos de abandono aqui mencionados, foram possíveis através das publicações de uma das principais pesquisadoras sobre crianças abandonadas no Brasil, Maria Luiza Marcílio, em especial o livro *História Social da criança abandonada* (1998).

Sobre o cuidado e amparo à infância desvalida, salienta-se que geralmente era de iniciativa religiosa. Mas até a Idade Moderna, nota-se a ausência de uma ordem religiosa tradicional para assumir os cuidados e assistência institucionalizada às crianças desvalidas. Pelo menos até o século XVII, conforme explicita Marcílio (1993). Para o cuidado e assistência institucionalizada à infância abandonada, a iniciativa partiu de forma isolada de indivíduos de dentro ou fora da Igreja.

A virada só ocorreu com a ação marcante e determinada de São Vicente de Paulo (1581-1660), em Paris, que sensibilizado ante o volume e o drama de menores abandonados e o trágico destino destas crianças, criou a Companhia das Damas de Caridade (1633), o Hospital dos Expostos (**dês enfantis trouvés**) e a Companhia das Filhas de Caridade, todos voltados prioritariamente à assistência caritativa dos pequenos enjeitados e também dos órfãos. Apesar da ausência das Ordens religiosas e do clero (alto e baixo) na assistência à criança abandonada, até então a Igreja encontrara um meio cômodo de garantir essa assistência, sem necessidade de sua ação direta (MARCÍLIO, 1993, p. 151).

A autora aponta que através das Confrarias e Irmandades, a Igreja se envolvia indiretamente na assistência aos pobres, doentes, desvalidos e crianças abandonadas. Cabe mencionar, que os cuidados à infância também foi uma das preocupações dos padres da Companhia de Jesus, os jesuítas, que começaram a chegar ao Brasil a partir de 1549. Apesar de os jesuítas serem uma ordem missionária, aos poucos passaram a priorizar atividades de uma ordem docente, pela catequização e ensino aos meninos, principalmente os órfãos vindos de

Portugal e os índios (CHAMBOULEYRON, 2000). No Brasil, uma das primeiras iniciativas de institucionalização da infância desvalida foi a Roda de Expostos.

O sistema de Roda foi criada para evitar as práticas de abandono em lugares de risco, infanticídio e de aborto. Perrot (2008, p. 70-71), ao estudar a história das mulheres, em especial as francesas, explica que:

Infanticídios e abortos eram bastante praticados, a ponto de constituírem métodos de regulação de natalidade. O infanticídio era uma velha prática rural, mais complicada na cidade, onde também ocorria. No século XIX, tal prática persiste, mas é cada vez mais reprovada e reprimida [...] O recurso do aborto era muito mais tolerado, pois o feto não representava nada. Parteiras, curandeiros, médicos clandestinos, prestavam-se tal prática, mas o faziam às ocultas e em condições sanitárias quase sempre deploráveis, ligadas à clandestinidade.

A criação da Roda, além de contribuir para a defesa da honra da mulher, mãe solteira, evitava que mulheres casadas, de famílias numerosas, não recorressem à prática do aborto. A primeira Roda da cristandade foi criada em Roma, durante a Idade Média. Segundo Marcílio (1998, p. 51):

O papa Inocêncio III (1198-1216) teve especial atuação na assistência institucionalizada à criança abandonada. Um fato parece ter desencadeado sua ação nessa área: em 1203, os pescadores retiraram do rio Tibre, em suas redes, uma grande quantidade de bebês afogados. Inocêncio III ficou tão chocado que destinou o hospital de Santo Espírito in Saxia (ao lado do Vaticano) para receber os expostos e abandonados.

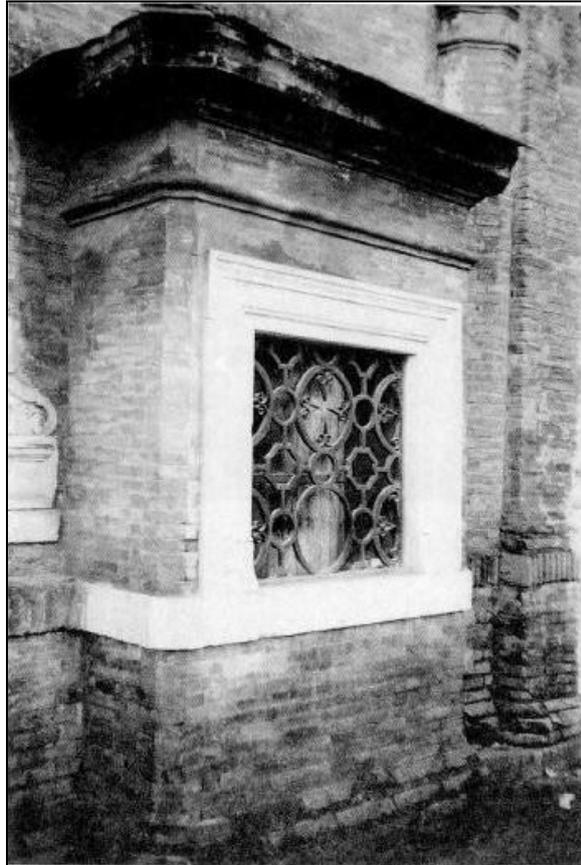


Figura 2: A primeira Roda de Expostos. Ospedale de Santa Maria in Saxia, Roma, início do século XIV.
Fonte: Marcílio (1998, p. 124).

Durante o século XVII, o sistema de Roda de Expostos se generalizou na Europa católica, porém na França, até o século XVIII, esse sistema não foi tão difundido como na Itália, país centro irradiador do uso do mecanismo. Por isso, devido à situação da França, Marcílio (1993, 1998) menciona a atuação de São Vicente de Paula em Paris, pois através das obras vicentinas que surgiram iniciativas para não deixar os expostos morrerem sem cuidados, o que justifica a criação da Companhia das Filhas de Caridade e Damas de Caridade, na qual a autora menciona como primeiras iniciativas para o cuidado e assistência institucionalizada à infância abandonada de indivíduos de dentro ou fora da Igreja.

No Brasil, a Roda de Expostos foi introduzida pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia no século XVIII. Segundo Tomaschewski (2007), a primeira Irmandade de Misericórdia surgiu na cidade de Lisboa no ano de 1498, formada por católicos leigos das elites locais, tendo ligação direta ao rei e não a Igreja e com objetivo de ser um hospital de caridade que acolhesse os pobres e os homens do mar.

Aos poucos, a Irmandade foi se propagando por regiões de colonização portuguesa, como o Brasil. De acordo com Marcílio (1993), no Brasil, o primeiro hospital da Santa Casa de Misericórdia surgiu em 1543, na cidade de Santos, para cuidar dos marinheiros enfermos e primeiros habitantes. Com a fundação da cidade de Salvador, surge à segunda Misericórdia no século XVI e o Rio de Janeiro instalou a terceira Misericórdia no ano de 1588, fundada pelo padre José de Anchieta. No decorrer do período Colonial, o Brasil totalizava 21 Misericórdias espalhadas por diversas regiões, estas foram sendo propagadas e até o final do século XIX, quase todas as grandes e médias cidades brasileiras tinham o seu Hospital da Santa Casa.

Portanto, é notável a grande contribuição da Irmandade através da prática da caridade principalmente para população das classes menos favorecidas. As Irmandades, conforme salienta Tomaschewski (2007, p.17):

Foram responsáveis pela organização e/ou administração de hospitais, asilos para órfãos, casas para expostos, recolhimentos para mulheres, asilos para loucos, e cemitérios; além de prestarem auxílio jurídico, alimentarem e cuidarem nas doenças os presos pobres, acompanharem os padecentes da justiça à força e distribuírem esmolas a pobres; também mantinham capelas cuja principal função era cuidar das almas dos benfeitores. Para exercer estas atividades, as Santas Casas contavam com alguns privilégios concedidos pelo rei, a subvenção direta do Estado, o monopólio dos enterramentos e, principalmente, as doações feitas em vida e os legados deixados por benfeitores em seus testamentos.

Marcílio (1993, 1998) enfatiza que no Brasil colônia, era constante o abandono de bebês nas portas das casas, Igrejas e até mesmo no lixo. Com iniciativa da sociedade e do governo objetivando assistir crianças recém-nascidas, filhos ilegítimos ou de famílias em extrema situação de pobreza, em 1726, é fundada a primeira Roda de Expostos, na Santa Casa de Misericórdia de Salvador.

Durante o século XVIII, Rio de Janeiro (1738) e Recife (1789) fundaram a Roda de Expostos e no século XIX, cidades como São Paulo (1825), São Luiz do Maranhão (1829) e Porto Alegre (1837) também fundaram o sistema da Roda de Expostos. Em 1828, a responsabilidade pela criação e educação dos expostos na cidade do Desterro, em Santa Catarina, passou da Câmara Municipal para a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, que estabeleceu a Roda de Expostos, portanto, essa foi a única Roda não administrada pela Misericórdia.

Até 1828, algumas Câmaras Municipais eram responsáveis por parte dos custos com a criação dos expostos, em consequência da Lei dos Municípios desse ano, os custos passaram a ser das Misericórdias, ganhando um caráter caritativo. Parte da manutenção das Rodas do território gaúcho (Porto Alegre, 1849, Rio Grande, 1839 e Pelotas, 1849), era de responsabilidade da Assembleia Provincial, sendo assim, as Misericórdias do Rio Grande do Sul estavam a serviço do estado, adquirindo um caráter filantrópico (MARCÍLIO, 1998).

A Roda de Expostos possui um formato cilíndrico giratório de madeira, com uma divisória, fixado em um muro ou janela no andar térreo das Santas Casas. Marcílio (1998, p. 57) destaca que “a origem desses cilindros rotatórios vinha dos átrios ou vestíbulos de mosteiros e de conventos medievais, usados para outros fins, como o de evitar o contato dos religiosos com o mundo exterior”.

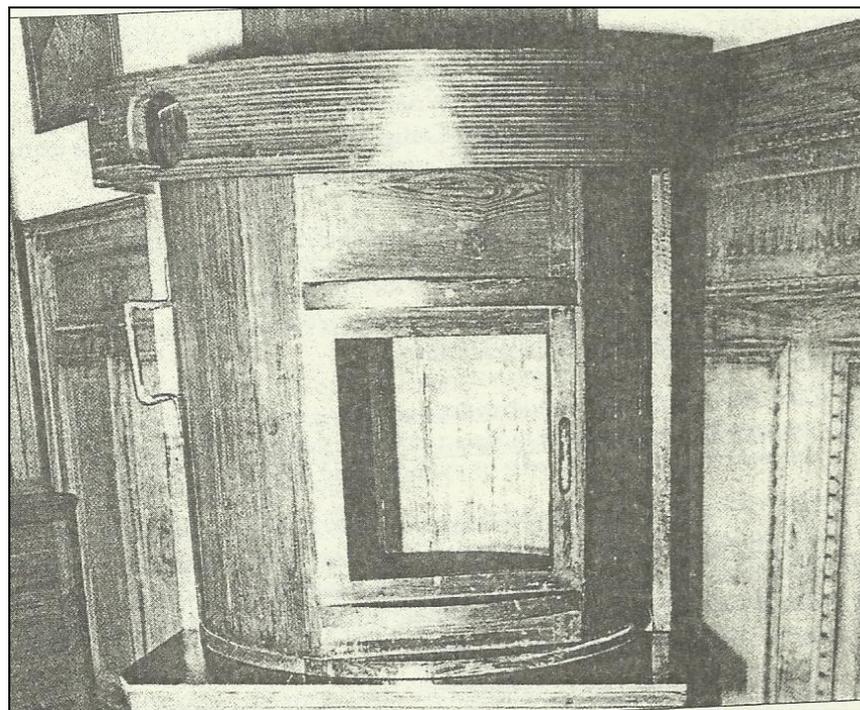


Figura 3: Roda de Expostos, Santa Casa de Misericórdia de São Paulo
Fonte: Arquivo da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (NEGRÃO, 2004, p. 41).

A Roda de Expostos da Santa Casa de São Paulo (figura 3) foi construída baseada no modelo da Roda de Expostos da Misericórdia de Lisboa e colocada em dezembro de 1825, no andar térreo do Hospital da Misericórdia (NEGRÃO, 2004).

Embasada nos estudos da Roda de Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas/RS, Vanti (2004, p 130) descreveu o procedimento para a entrega e recolhimento do bebê na seguinte forma:

Primeiramente o bebê rejeitado, o exposto, é colocado em um tabuleiro pela abertura externa da Roda, em seguida o expositor, ou seja, aquele que deposita a criança, gira o mecanismo e o exposto passa para o interior da instituição. Logo após, o expositor toca uma sineta para avisar da chegada de mais uma criança. O exposto é recolhido pela pessoa responsável pela vigilância da Roda, sem que o expositor possa ser identificado.

O modelo brasileiro de recebimento e encaminhamento de bebês foi baseado na Roda de Expostos de Lisboa. A primeira preocupação com os bebês recolhidos era o batismo, caso o bebê já fosse batizado, geralmente a informação vinha acompanhada através de um bilhete colocado junto ao bebê exposto, bem como o nome sugerido pela mãe. Nem sempre a sugestão era aceita, pois muitas mães enjeitavam seus filhos e depois se apresentavam a instituição como amas, recebendo pela criação do próprio filho exposto. Para o batismo, era necessário dar um nome ao bebê, era comum que os expostos recebem nomes extraídos do calendário dos santos da Igreja e sobrenome em homenagem aos grandes beneméritos das Santas Casas (MARCÍLIO, 1998, 2009).

Os cuidados com os bebês muitas vezes não ficava a cargo da instituição. Eram entregues a ama-de-leite de famílias pobres que recebiam um valor em espécie para criação e educação das crianças até os sete anos de idade. Após essa idade, retornavam às Santas Casas para serem encaminhadas a parentes se reclamadas ou a famílias que as adotavam. Quando não encontravam essa solução, uma das opções era permanecer na Santa Casa como funcionárias prestando serviços na instituição (NEGRÃO, 2004).

Em Portugal, havia três categorias de amas: a Rodeira que encaminhava as crianças recolhidas e cuidava da porta da instituição, as amas secas, geralmente jovens que permaneciam internadas na Casa da Roda, cuidando das crianças maiores que retornavam para instituição após o desmame e as amas-de-leite que permaneciam na casa e amamentavam os bebês recém chegados, até que fossem enviados para as amas de fora, responsáveis pela criação dos expostos em sua própria casa. (MARCÍLIO, 1998).

No Brasil, dependendo do período de fundação da Roda de Expostos, algumas Santas Casas de Misericórdia contavam com as congregações católicas, dessa forma, os primeiros atendimentos ao exposto era feito pelas Irmãs responsáveis pelo sistema de Roda.

Os motivos para exposição dos bebês eram diversos, a pobreza dos pais, famílias legítimas sobrecarregadas de filhos, morte ou doença do pai ou da mãe, nascimento de gêmeos, saída do pai de casa, falta de leite da mãe, bebês gravemente enfermos, até mesmo bebês mortos eram depositados na Roda, para que os pais não arcassem com as despesas nos funerais e enterramento. Crianças de famílias pobres e ricas eram expostas, as famílias mais abastadas enjeitavam os bebês com a intenção de reavê-los quando possível (MARCÍLIO, 1998).

Embora a Roda de Expostos fosse considerada uma possibilidade de sobrevivência daqueles vistos como desprovidos da sorte, evitando o abandono de bebês em lugares que resultassem na morte dos recém-nascidos, as instituições que aderiram a esse sistema encontraram muitas dificuldades. Dentre elas, amamentação dos bebês e outros cuidados. Enfrentavam até mesmo problemas ligados às questões higienistas, pois crianças doentes e sadias eram criadas em ambientes muitas vezes insalubres, o que resultava na elevação da taxa de mortalidade dos enjeitados.

A bibliografia consultada mostra como principal dificuldade, o trabalho com as amas-de-leite mercenárias. As amas que cuidavam das crianças fora da instituição, muitas vezes não informavam sobre os óbitos dos pequenos para continuarem recebendo pelo trabalho, algumas delas enjeitavam os próprios filhos, outras foram acusadas de maus tratos e exploração do trabalho infantil. Até mesmo a Lei do Ventre Livre de 1871, que determinava que os senhores de escravos fossem responsáveis pelo cuidado e sustento das crianças livres até a idade de oito anos, foi determinante para que os senhores obrigassem suas escravas a deixarem os bebês nas Rodas, para que fossem recuperados após essa idade, dessa forma, os senhores poderiam utilizar-se dos serviços do menor até os 21 anos de idade.

No Brasil, esses foram alguns fatores que contribuíram para a criação de muitos asilos de órfãos, sejam anexos ao prédio das Santas Casas ou em outras localizações da cidade. Era comum que crianças abandonadas sob responsabilidade da Santa Casa, quando não encontravam novo lar, até os sete anos e depois eram

enviadas para os asilos de órfãos ou outras instituições de acolhimento²¹. De acordo com Rizzini e Rizzini (2004, p. 24):

As primeiras instituições para educação de órfãos e órfãs datam do século XVIII e foram instaladas em várias cidades brasileiras por religiosos (irmandades, ordens e iniciativas pessoais de membros do clero). O regime de funcionamento das instituições seguia o modelo do claustro e da vida religiosa. As práticas religiosas e o restrito contato com o mundo exterior eram características fundamentais dos colégios para meninos órfãos e dos recolhimentos femininos, sendo que, no segundo caso, a clausura era imposta com mais rigor (RIZZINI Irene; RIZZINI Irma, p. 24, 2004).

Asilos, Seminários, Liceus de Artes e Ofícios, Companhia de Aprendizes, são exemplos de instituições para acolhimento e educação de crianças desvalidas. Existem situações em que algumas instituições foram fundadas com um propósito e com o passar do tempo, acabaram mudando o objetivo. É o que demonstram os estudos de Lorenz e Vechia (2003) sobre o Colégio dos Órfãos de São Pedro no Rio de Janeiro, fundado em 8 de junho de 1789, por iniciativa do sacristão-mór da Igreja de São Pedro. Os autores afirmam que ele após assistir ao falecimento de um homem pobre e viúvo, pai de duas crianças, saiu de casa com os dois órfãos, passando a pedir esmolas, na intenção de fundar uma Instituição em que os meninos fossem amparados recebendo alimentação e instrução religiosa.

Através da ajuda do Governo e da Igreja, aos poucos, os objetivos do sacerdote foram sendo alcançados até que fosse fundado o colégio dos órfãos. Depois de ocupar um pequeno sobradinho, com o aumento do patrimônio dos órfãos de São Pedro devido às inúmeras doações, um novo edifício foi construído e com a mudança dos órfãos para o novo prédio, estes passaram a ser conhecidos por órfãos de São Joaquim e, posteriormente, seminaristas de São Joaquim.

Durante os anos de funcionamento, o seminário passou por inúmeras dificuldades, sendo extinto em 1818 e restabelecido em 1821, recebendo o título de Imperial em 1824. Com a reformulação de algumas instituições, em 1831 o colégio clerical mudou sua natureza passando para liceu de ofícios, pois poderia ser mais útil aos pobres órfãos que futuramente seriam inseridos no mercado de trabalho. Naquele período, o governo sentiu a necessidade de instituir um colégio público de

²¹ O Asilo de Órfãos de Campinas é um exemplo de asilo anexo ao prédio da Santa Casa de Misericórdia (NEGRÃO, 2004) e o Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição em Pelotas foi um Asilo que acolhia crianças vindas da Roda de Expostos da Santa Casa de Misericórdia da cidade.

instrução secundária na Corte, colégio semelhante aos já existentes na Europa, dessa forma:

Pelo Decreto de 2 de dezembro de 1837, a Assembléia Legislativa aprovou o projeto do Ministro da Justiça e interino do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, convertendo o antigo seminário dos pobres órfãos de São Joaquim em colégio de instrução secundária, sob a denominação de Imperial Collegio de Pedro II (LORENZ; VECHIA, 2003, p. 9).

A síntese apresentada até aqui sobre a criação do Collegio de Pedro II foi embasada no artigo intitulado *De asilos a colégio das elites: a gênese e a trajetória do Imperial Colégio de Pedro II* (LORENZ; VECHIA, 2003). Através do estudo dos autores, percebe-se que naquele período uma Instituição poderia ser mudada de acordo com as necessidades da população e do governo.

Os autores admitem que há contradições quanto a gênese do Collegio de Pedro II, que sua data de criação é incerta. Mas afirmam que sua fundação teve origem ligada ao Colégio dos Órfãos de São Pedro, sendo “fundado com finalidade de educar a elite intelectual, econômica e religiosa e concebido para ser o centro difusor das idéias educacionais, relativas ao ensino secundário” (VECHIA, 2005, p. 83), uma instituição que se tornou referência de ensino secundário em todo o país.

A mudança da natureza do seminário para liceu de ofícios em 1831 era uma tendência em voga nesse período: educar crianças pobres, voltado ao ensino de ofícios. Rizzini (2009, p. 10-11) destaca que:

Os internatos para a formação de meninos pobres no trabalho artesanal datam do século XVIII no Brasil, resultando, em geral, de iniciativas de cunho religioso, como ocorreu no caso da Casa Pia de Órfãos de São Joaquim, instalada em Salvador no ano de 1799. Desse período até meados do Segundo Reinado, o treinamento para o trabalho se dava fora dos muros das instituições, como nos arsenais de guerra, oficinas particulares e, eventualmente, em alguma fábrica. Da década de 1860 em diante, tendeu-se a criar obstáculos mais eficazes para as fugas e a evitar a “contaminação” dos meninos com os vícios da cidade, instalando as oficinas intramuros. Após o Ato Adicional de 1834, que atribuiu competência às assembleias provinciais para legislar sobre a instrução pública, surgiram vários internatos de aprendizes artífices, sob a responsabilidade dos governos das províncias. A maioria das instituições recebeu a denominação de “Casa”, termo que remetia mais ao ambiente doméstico do que propriamente à ideia de profissionalização, que nesse período não era feita dentro da instituição. Em levantamento dos internatos de ensino profissional do século XIX, cadastrei cerca de 30 instituições, localizadas em 16 províncias e na corte, incluindo algumas que associavam o ensino artesanal ao agrícola.

Além dos internatos, também existiam outras instituições de iniciativa do Exército e da Marinha (conforme mencionado na citação acima), como Companhias de Aprendizes Marinheiros e Companhias de Aprendizes dos Arsenais de Guerra. Geralmente, os meninos recrutados pelas companhias eram enviados pelas Santas Casas que os mantinham até os sete anos. Além dos enjeitados, as companhias também tinham um grupo de meninos enviados pela polícia e os “voluntários” matriculados pelos pais e tutores (VENÂNCIO, 2000).

Também durante o século XIX, foram criados asilos para inválidos na Corte e nas províncias do Pará, Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul) e Mato Grosso, em função da Guerra dos Farrapos e posteriormente Guerra do Paraguai. O objetivo era dar abrigo, educação e sustento aos militares inválidos, órfãos, filhos de militares mortos em combate entre outros casos (CUNHA, 2009).

Cabe destacar, conforme já mencionado, que a educação de crianças pobres voltadas para o ensino de ofícios, principalmente os expostos, era bem vista pela sociedade, principalmente quando os desvalidos eram inseridos em instituições com a educação voltada para o trabalho ou em casas de família. Sobre o assunto, Marcílio (1998, p. 290) enfatiza que:

A Roda de Expostos se tornou, especialmente a partir de Império, um celeiro de mão-de-obra e de serviços domésticos para casas de família. Também passou a ser solicitados expostos da Roda para oficinas de artesãos e pequenas fábricas que foram surgindo. Esse sistema funcionava como uma troca de benefícios: para os patrões, que tinham mão-de-obra dócil e gratuita; e para as crianças e jovens, que tinham oportunidade de treinamento e aprendizagem em uma atividade profissional, além da experiência – que para a maioria era a primeira – de viver fora do estabelecimento total e enfrentar a realidade tanto familiar como do trabalho.

A autora ainda complementa ao descrever que em Portugal, na visão utilitarista, os expostos deveriam ser úteis à pátria, até mesmo porque eles eram devedores da sociedade por serem sustentados com dinheiro público.

Essa visão utilitarista não se distancia muito da realidade brasileira na medida em que se constata que a educação de muitos expostos resultou em mão de obra barata para atender as necessidades das classes mais abastadas. Entre os ofícios, principalmente os que passaram pelos Arsenais como aprendizes, destacam-se: marceneiro, ferreiro, pedreiro e tecelão. Em outras instituições também havia

oficinas de tipografia, carpintaria, alfaiataria, sapataria e outras. Para as meninas, estas ainda se ocupavam dos serviços domésticos.

A partir da Proclamação da República do Brasil, em 1889, o país passou por mudanças significativas em diversos setores, como a separação do Estado da Igreja, deixando de existir uma religião oficial no país. Conforme Amaral (2003, p. 81) esse processo “resultou do triunfo das idéias liberais de políticos ligados fundamentalmente à ideologia positivista e à Maçonaria, que neste período era considerada pelo Vaticano como a grande inimiga da Igreja Católica”. Mesmo assim, os valores morais de cunho religioso continuaram influenciando a população. Para Almeida (2007, p. 95):

No cotidiano das pessoas comuns, a igreja nunca realmente perdeu a influência, e os princípios da tradição católica permaneceram no imaginário social em relação ao sexo feminino, esculpindo mentes, regrido corpos e almas, ditando normas de conduta, moldando consciências.

Com o Estado leigo, foi determinada a laicidade nos estabelecimentos públicos de ensino (CURY, 2001). Dessa forma, a Igreja Católica passou a investir mais na educação com a chegada de diversas Congregações Católicas e fundações de colégios. No que tange o ensino feminino, Almeida (2007, p. 29) elucida que “a educação escolar passou a contar com a colaboração das freiras católicas, estrangeiras e brasileiras, que se incumbiam do ensino de meninas nos orfanatos e nos colégios em regime de internato e externato mantidos pela Igreja Católica”.

Outro aspecto que cabe frisar é o fim do regime escravagista em 1888, sendo assim, o país passou a contar com o trabalho livre e assalariado, o que proporcionou também o processo imigratório, pois foi “um período em que a humanidade se movimentava em busca de novos caminhos, em demanda de outras cidades, de outros países, de outros continentes, de novas oportunidades, enfim” (MOURA, 2000, p. 261).

O autor exemplifica com a situação da Itália, que no final do século XIX passava por sérios problemas em que a fome e as doenças foram causas de muitos óbitos. O inverno no país era rigoroso e associado à miséria, a falta de roupas e as habitações precárias, faziam com que famílias inteiras se juntassem aos animais em busca de calor. Para essa população, a América era um sonho.

Nas primeiras décadas da República, o país estava passando por um forte processo de urbanização e industrialização, em vista disso, também era necessário “educar” o povo. Segundo Inácio Filho e Silva (2010, p. 221):

A educação aparecia, nesse momento, como grande promessa regeneradora do povo (abandonado no analfabetismo e na ignorância generalizada) e de construção da nação, agora urbana e caminhando para a industrialização. Não se admitia a formação de uma moderna nação (sempre tendo no horizonte o modelo europeu), sem que fosse equacionada a grande questão nacional que era a educação.

Embora o país tenha passado por um processo de modernização, junto a esse processo estava o crescimento populacional e os problemas sociais e habitacionais. Em São Paulo, por exemplo, estimava-se que terça parte das habitações eram compostas por cortiços, que abrigavam muitas pessoas na mesma unidade, além disso, “as pestes e epidemias se alastravam, beneficiadas pela ausência de condições mínimas de salubridade e saneamento” (SANTOS, 2000, p. 212).

Para ajudar no sustento das famílias, as crianças e adolescentes se ocupavam com atividades informais, entre elas: a venda de bilhetes de loterias, jornais, doces pelas ruas da cidade, engraxates em praças e portas de igrejas e ajudantes no comércio. Os salários eram baixos, muitas delas exerciam essas atividades em troca de casa e de comida. As crianças nas ruas estavam sujeitas a violência, castigos, mutilações e de aliciamento, principalmente as meninas, que ao estarem nas ruas, encontravam-se expostas aos abusos de homens que se aproveitavam das suas fragilidades (CAMARA, 2111, MOURA, 2000). Cabe considerar a questão de crianças e adolescentes nas ruas.

Espaço do perigo e do medo, a rua representava o ambiente moralmente insalubre por excelência, imagem reversa do ideal estereotipado pelo lar moral e fisicamente higiênico. Caldo de cultura e vícios, das perversões, da marginalidade, a rua alimentava o imaginário popular a ameaça da perdição e do crime. Esta associação da rua com o mal é antiga e universal, mas conheceu um desenvolvimento extraordinário com a industrialização e a urbanização explosivas do século XIX (FERLA, 2007, p. 126).

A autora salienta que se a rua representava perigo para o adulto, o perigo era muito maior quando se trata de crianças e adolescentes por estarem em fase de

formação de caráter e de personalidade. Muitos lares infelizes acabavam expulsando os menores de casa e as ruas os atraíam.

Diferentes dos lares e das instituições próprias para o amparo da infância desvalida, a rua impossibilitava a vigilância sistemática. Com crianças e adolescentes desvalidas nas ruas, houve o aumento da criminalidade infantil. A punição para os menores infratores estava prevista no Código Penal, elaborado por juristas e legisladores em 1890, logo quando foi instaurado o regime republicano, substituindo o Código Penal anterior, de 1831. Pela lei, os menores entre nove e 14 anos, que tivessem agido conscientemente, eram recolhidos em estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo que o juiz determinasse, não devendo permanecer na Instituição depois dos 17 anos, portanto, a criança deveria cumprir pena em estabelecimento industrial, como forma de correção social pela ênfase do trabalho e da disciplina (CAMARA, 2011; SANTOS, 2000). Para isso, também era necessário que o governo abrisse instituições próprias para penas de correção dos menores.

Em São Paulo, através da Lei nº 8.444, de 10 de outubro de 1902, é fundada a Colônia Correccional, destinada ao enclausuramento e correção pelo trabalho, “dos vadios e vagabundos” e o Instituto Disciplinar para os menores de 21 anos e para os “mendigos, vadios, viciosos, abandonados, maiores de nove e menores de 14 anos”, devendo permanecer na Instituição até os 21 anos. Os recolhidos, além do trabalho com a agricultura, fábricas e oficinas, recebiam instrução primária e profissional (ARAÚJO, 2011; SANTOS, 2000).

Essas instituições estavam carregadas de métodos disciplinares para a regeneração do menor. Segundo Foucault (2013, p. 133):

[...] esses métodos que permitiam o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação [...] O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina.

Temos como exemplo de técnicas ou métodos disciplinares para o controle dos corpos, o enclausuramento, a vigilância e a divisão do tempo. Embasado nos estudos de Foucault, Carvalho (2007, p. 148), reforça as ideias do autor ao afirmar que:

Estas técnicas disciplinares (Espaço/Tempo/Vigilância e Saber) são a garantia para o adestramento, para a subordinação acrescida de outras tantas técnicas sutis de aprisionamento dos corpos. As instituições, assim, organizam-se de forma a reproduzir a submissão e a produzir os corpos dóceis, processo que culmina na subordinação social, na dominação, na alienação e aceitação.

Salienta-se que outra instituição que utilizava técnicas disciplinares para o adestramento dos corpos, eram as indústrias, destino de parcela significativa de crianças e adolescentes. Foucault (2013, p. 137-138), ao descrever a rotina de uma fábrica do século XVIII, relata que:

A fábrica parece claramente um convento, uma fortaleza, uma cidade fechada; o guardião só abrirá as portas à entrada dos operários, e depois que houver soado o sino que anuncia o reinício do trabalho; quinze minutos depois, ninguém mais terá o direito de entrar; no fim do dia, os chefes de ofício devem entregar as chaves ao guarda suíço da fábrica que então abre as portas²².

Embora o autor tenha exemplificado parte da rotina de uma fábrica europeia do século XVIII, Moura (2000), ao estudar crianças operárias em São Paulo, no início do século XX, mostra que as crianças e adolescentes, devido a pouca idade, eram os principais alvos de uma disciplina férrea exercida pelos patrões e superiores hierárquicos. Os pequenos operários eram constantemente vigiados, tinham que obedecer aos horários, além de terem uma saúde precária em função da alimentação inadequada. Muitas vezes os pequenos estavam expostos a doenças, profissionais ou não, que se propagavam naqueles ambientes que não atendiam os princípios mínimos de higiene, locais em que muitas vezes a luz e o ar mal

²² Sobre o assunto, recomenda-se a minissérie *The Mill* (2013), apresentada em quatro episódios por uma emissora inglesa. Baseada em documentos históricos, a minissérie narra a história de Quarry Bank Mill, uma fábrica de algodão da cidade de Cheshire, em 1833, que “recruta” crianças operárias trabalhando como escravas. Para a sociedade, esta fábrica, uma das mais importantes do período da Revolução Industrial, era uma alternativa para a institucionalização da infância desvalida, além de uma excelente oportunidade para a aprendizagem de um ofício. Acidente trabalhista, abuso sexual, alimentação precária, vigilância constante e intensas horas de trabalho, faziam parte da rotina de crianças e adolescentes daquela fábrica.

penetravam. Os acidentes trabalhistas envolvendo as crianças, também eram comuns naqueles ambientes.

Conforme se pôde constatar com as instituições correccionais pela ênfase do trabalho e disciplina e com os pequenos operários que estavam aprendendo um ofício, durante o período Republicano no Brasil, o ensino profissional foi intensificado, pois o governo republicano “alertava para importância dos cuidados que a sociedade deveria ter com a criança para, não ter problemas com os adultos, principalmente os das classes trabalhadoras” (PEREIRA, 2009, p. 50).

O trabalho seria uma garantia de cidadania, pois “emerge como princípio constitutivo da existência social, fonte de riqueza e criação, força moral e base de toda dignidade, possibilidade de prazer e satisfação, reino da liberdade” (BONI, 2004, p. 1), ainda mais na República que estava no regime de trabalho livre, dedicaria o ensino para aqueles considerados indisciplinados, preguiçosos e imorais que seriam um empecilho para o progresso da nação, conforme foi ressaltado ao longo do capítulo.

Não diferente de outros períodos, nas primeiras décadas do século XX, muitas crianças perambulavam pelas ruas e o país necessitava de mão de obra voltada para agricultura. Nesse sentido, visando a “limpeza”, ordenamento social e preparação para o trabalho agrícola, entre as décadas de 1910 e 1920, foram criadas colônias agrícolas, os chamados Patronatos (RIZZINI, 2000).

Os Patronatos²³ não recebiam somente órfãos e desvalidos, mas também crianças oriundas da zona rural:

Aos que vinham da zona rural a principal intenção era a conformação da força de trabalho, ou seja, adequá-los às necessidades de mão-de-obra do momento [...] Nessa instituição os alunos eram recebidos para serem iniciados nos estudos e nela se instalavam desde a infância, numa oscilação de idade dos 8 até os 15 anos, permanecendo na Escola em regime de internato até o máximo de 8 anos (VICENTE, 2010, p. 13-14).

De acordo com a bibliografia consultada para esse estudo e com a análise dos estatutos do Asilo de Órfãos São Benedito, percebe-se que as principais iniciativas de ensino profissional eram voltadas aos meninos. Já a educação feminina era destinada à instrução doméstica. As meninas desvalidas permaneciam

²³ Sobre o Patronato Agrícola Visconde da Graça, atual IFSul – Campus CAVG, criado em Pelotas em 1923, ver Vicente (2010).

em asilos próprios para órfãos até atingirem a maioridade, após sua saída das instituições, o destino das meninas geralmente era o mesmo, tornavam-se empregadas em casas de famílias. Antes da maioridade, só poderiam sair pelo casamento ou pela intervenção dos pais, tutores, familiares ou protetores.

Segundo Silva (2011), entre o século XIX e século XX, algumas desvalidas tiveram a oportunidade de ingressarem na carreira do magistério²⁴, mas com o desenvolvimento industrial no século XX, muitas optaram pelo trabalho operário.

Embora o país tenha avançado na assistência à orfandade, nesse caso, orfandade feminina, em alguns casos ainda havia a resistência no que tange à ascensão de meninas negras através da educação. Muitas vezes, a estas era negado o acesso a novas oportunidades, como ocorreu em um caso analisado por Negrão (2004) através de uma entrevista concedida por uma ex-interna negra do Asilo de Órfãos da Santa Casa de Campinas. Identificada pela autora como *Ci.*, que não consegue continuar seus estudos porque uma das opções era a Escola Normal e naquele período a escola não aceitava meninas negras.

Pela fala de *Ci.*, percebe-se que em 1950 – a data provável em que buscou a Escola Normal – o tipo de instituição segregante, discriminatória, bem própria do ideário elitista ainda estava vigente em Campinas, obstaculizando a promoção instrucional das meninas negras. Não havia para *Ci.* outra opção a não ser retornar para a Santa Casa para servir gratuitamente (NEGRÃO, 2004, p. 37).

Era comum as meninas do internato continuarem nas instituições em que foram recolhidas, prestando serviços em troca de casa e comida. No caso de *Ci.*, ela entrou na instituição aos sete anos, entre os 12 e 15 anos prestou serviço na Santa Casa junto às freiras e só aos 15 anos foi registrada como funcionária, permanecendo na Santa Casa até a aposentadoria.

Quanto à proteção, abandono, amparo, acolhimento da infância desvalida no campo jurídico, as principais referências durante o período estudado, é o Código Penal de 1890, o Código Civil Brasileiro de 1916 e o Código de Menores de 1927.

²⁴ É o caso de algumas meninas do Seminário da Glória em São Paulo. As mais carentes, que não tinham dote para o casamento, viam no magistério a chance para ascensão social, “como a formação de professores no período imperial ainda era muito precária e deficiente na Província, o Estado buscava preencher seus quadros do professorado com as educandas. Após o seu período de aprendizado, elas passariam por um exame e sendo aprovadas assumiriam o cargo de professoras primárias” (SILVA, 2011, p. 7). Ainda sobre o magistério, cabe consultar o trabalho de Schneider (1993) que menciona a inserção de meninas desvalidas na Escola Normal de Porto Alegre durante o século XVIII.

O Código Penal, conforme foi abordado ao longo do capítulo, foi determinante para punições de menores infratores, visando à regeneração do menor através do trabalho, educação e disciplina.

O Código Civil Brasileiro de 1916, segundo Marcílio (1998, p. 302) “instaura no país a adoção. Vinha ela regulamentada com tamanhas restrições que chegava a desencorajar qualquer interessado em adotar uma criança”. O Código apresentou artigos aplicados ao menor, em especial o artigo 412, dedicado aos menores abandonados, definindo questões sobre a tutela do menor. Em relação a este código, Negrão (2004, p. 28) elucida:

O Código Civil, portanto, em seu artigo 412, prevê uma política pública de atendimento aos menores; no entanto, ante a falta de estabelecimentos públicos, delega a responsabilidade estatal para a esfera privada. Da mesma forma como se formulada a intervenção do estado no recolhimento de menores abandonados, paralelamente o dispositivo de lei antevê a inexistência de estabelecimentos públicos como política de proteção aos direitos de menores, transferindo a solução aos voluntários, desembocando em instituições religiosas aliadas às sociedades leigas como as irmandades.

Ao mesmo tempo em que o governo cria políticas para a tutela da infância desvalida, este não cria instituições próprias para ampará-las, dessa forma, as crianças continuaram sendo amparadas e instruídas por instituições de iniciativas isoladas ou religiosas. O Código de Menores de 1927 é considerado de maior relevância para os menores brasileiros. Conforme destaca Negrão (2004, p. 30):

O Código de Menores de 1927, como obra legislativa, é de inestimável importância, por preencher no contexto histórico-jurídico brasileiro inúmeras lacunas quanto à disciplinação do direito do menor, aproximando-se do ideal no que se refere a crianças em situações de carências, das medidas a elas aplicáveis e das vedações, em especial, no que se refere à roda dos expostos.

O código teve tamanha importância que o Cap. III – Dos infantes Expostos, proibiu o sistema de Roda de Expostos, “Art. 15. A admissão dos expostos á assistencia se fará por consignação directa, excluido o systema das rodas”²⁵. Mesmo com a abolição da Roda em 1927, a última a ser extinta foi a de São Paulo em 1951 (NEGRÃO, 2004 e MARCÍLIO, 1993). Também foi através do Código de Menores, que houve a proibição do trabalho industrial para menores de 14 anos, em

²⁵ Nessa pesquisa será mantida a grafia original dos documentos apresentados.

alguns casos, era possibilitado o trabalho para menores entre 12 a 14 anos (FERLA, 2007).

Para concluir, destaca-se que Marcílio (1998) distinguiu três grandes fases na assistência e proteção à infância desvalida: caritativa, até meados do século XIX, filantrópica, até 1960 e Estado do Bem-Estar Social, que vigora até os dias de hoje. Na fase caritativa, que corresponde o período colonial até meados do século XIX:

O assistencialismo dessa fase tem como marca principal o sentimento da fraternidade humana, de conteúdo paternalista, sem pretensão a mudanças sociais. De inspiração religiosa, é missionária e suas formas de ação privilegiam a caridade e a beneficência. Sua atuação se caracteriza pelo imediatismo, com os mais ricos e poderosos procurando minorar o sofrimento dos mais desvalidos, por meio de esmolas ou das boas ações – coletivas ou individuais. Em contrapartida, esperam receber a salvação de suas almas, o paraíso futuro e, aqui na terra, o reconhecimento da sociedade e o status de beneméritos. Ideologicamente, procura-se manter a situação e preservar a ordem, propagando-se comportamentos conformistas (MARCÍLIO, 1998. p. 134).

Embora a pesquisa sobre o Asilo de Órfãos São Benedito não corresponda aos anos marcados pela autora na fase caritativa, cabe ressaltar que o Asilo também foi marcado por características da ação caritativa. A fase filantrópica teve profundas transformações sociais no Brasil, principalmente no que tange às políticas públicas sociais destinadas para a infância desvalida, como o Código Penal no final do século XIX, o Código Civil Brasileiro de 1916 e o Código de Menores de 1927. A autora enfatiza outras ações durante esse período:

Surgem as “Gotas de leite, Creches e Centros de Saúde Materno-Infantil”. A cruzada contra a mortalidade infantil se multiplica em várias capitais, mas com resultados pífios. Erguem-se nos arredores das capitais grandes Instituições totais de abrigo, de proteção, de educação, de capacitação da infância sem-família e da adolescência delinqüente. Isolar e internar, para depois e então, “úteis à si e à Nação”, essa foi a política seguida na República dos fazendeiros (MARCÍLIO, 1998, p. 309).

Por último, em 1960, com a declaração Universal dos Direitos da Criança, o Brasil estabeleceu o seu Estado do Bem-Estar Social. Foi nesse período que o Estado se tornou o grande interventor e o principal responsável pela assistência e proteção à infância em situação de vulnerabilidade social. Entre os acontecimentos mais significativos a partir de 1960, destaca-se a Funabem – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – criada por militares em 1964, o Código do Menor de (1979) que colaborou para a criação das Febems - Fundação Estadual do Bem-Estar do

Menor – em 1967, e que a partir de 2002, tornou-se a Fase - Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - e o Estatuto da Criança e do Adolescente – que “no campo das leis, o ECA representou, de fato, uma reviravolta completa, proporcionando condições legais para a reformulação das políticas públicas em favor da infância e da juventude” (MARCÍCLIO, 1998, p. 227).

Assim, após abordar alguns aspectos referentes à institucionalização e educação da infância desvalida no Brasil, o objetivo da narrativa a seguir é aproximar o texto do objeto de estudo, nesse caso, do Asilo de Órfãos São Benedito.

2.2 A cidade de Pelotas: final do século XIX início do século XX

As instituições destinadas aos órfãos e “desvalidos da sorte”, mencionadas no decorrer do texto foram fundadas em diversas regiões do Brasil. Algumas destas, como a Roda de Expostos, asilos e Patronato, também são identificadas na cidade de Pelotas, demonstrando que a cidade também tinha problemas com a infância desvalida, se fazendo necessário iniciativas para o amparo, acolhimento e educação para essa infância.

Nesta parte do trabalho, optou-se abordar sobre Pelotas pelo viés mais “romântico”, a cidade dos charqueadores, dos barões, dos belos prédios, uma das mais ilustres, elegantes, refinadas e civilizadas do estado no final do século XIX e início do século XX. Ressalta-se que essa abordagem ainda é comum em trabalhos acadêmicos. No entanto há que se pontuar sobre a importância dos trabalhos oriundos das classes menos favorecidas para a constituição da bela “Princesa do Sul”.

Pelotas é um município localizado no sul do Rio Grande do Sul, tendo atualmente a terceira maior população do estado. Sua história é marcada pelo desenvolvimento da indústria do charque, no século XIX, sendo “durante muitos anos, a economia de maior grau de acumulação” (ARRIADA, 1994, p. 79), que impulsionou o desenvolvimento econômico e cultural fazendo com que se destacasse das demais cidades do estado. Conforme explicita Magalhães (1993, p. 9):

Quando se faz referência, na bibliografia histórica do Rio Grande do Sul, à cidade de Pelotas, é regra geral caracterizá-la através de conceitos como riqueza, opulência, refinamento, elegância, cultura e até aristocracia. A

razão para isso é atribuída ao desenvolvimento, nos seus arredores, da indústria do charque, durante o longo período que vai de 1779 aos primeiros decênios do século XX. As charqueadas fazendo fortunas, condicionaram o florescimento de práticas e valores sócio-culturais que podem ser rotulados simplificaradamente como de urbanidade e intelectualidade.

Sobre o assunto, Arriada (1994, p. 64) reforça ainda que:

A indústria do charque criou condições para que houvesse um melhor desfrute dos rebanhos bovinos, proporcionando, além de uma concentração de riquezas nas mãos dos charqueadores, um certo retorno econômico, levando assim a que os dois grupos tiveram interesses paralelos e não antagônicos. Mesmo porque grande parte dos charqueadores era detentora de estâncias. Nasce dessa riqueza, já que o charque era o produto de maior exportação do Rio Grande do Sul, uma sociedade com características aristocráticas e escravagistas, onde o trabalho escravo era fonte geradora dessa opulência, sendo basicamente todo o serviço feito por negros escravos.

É relevante frisar que o charque era feito pelos escravos. E eram eles seus principais consumidores no Brasil. Aqui, os negros escravos não se ocupavam somente da atividade saladeril. De acordo com Vanti (2003, p. 73):

Nos meses de entressafra [...] os escravos eram desviados a outras atividades como a coleta em lavouras de milho e produção de tijolos nas olarias também de propriedade dos estancieiros. Nesse período os charqueadores também mudavam seus hábitos indo morar na cidade convivendo com uma vida social e cultural intensa e rica.

É importante salientar que a vida dos charqueadores pelotenses e dos escravos que trabalhavam nas charqueadas, se diferenciava da vida dos estancieiros. Conforme Magalhães (1993), na estância, o trabalho era de forma mais igualitário, o número de negros era pequeno, diferente das charqueadas, em que houve uma dominação senhoril, contribuindo para a diferenciação social entre os senhores e escravos. Os estancieiros (chefes militares e proprietários rurais) lutavam e desempenhavam suas funções ao lado dos peões, não tinham um padrão de vida tão elevado quanto dos charqueadores e devido ao trabalho intenso, não tinham tempo para atividades culturais.

Os charqueadores, pelo contrário, puderam manter um padrão de existência em que se observa, como contrapartida da fortuna, o refinamento das maneiras e do espírito. Como o trabalho, bem organizado, era feito nas charqueadas apenas de novembro a abril, por um grande número de escravos (80 em média), nos intervalos desenvolveu-se o lazer. Passaram

os charqueadores a morar na cidade, enriquecendo-a e enriquecendo-se de uma vida social intensa (MAGALHÃES, 1993, p. 53).

No auge da indústria saladeril, Marroni (2008, p. 22) destaca que o dinheiro acumulado no período de safra era gasto nos centros mais evoluídos do mundo:

Paris, capital europeia da cultura, do requinte e da moda ou, mais proximamente, Buenos Aires e Montevideu, atraíam as pessoas de alto poder aquisitivo. O Rio de Janeiro, grande “arauto” dos acontecimentos nacionais e internacionais, divulgava, pelo país inteiro, uma gama diferenciada de publicações, com temas relevantes de interesse político, econômico, cultural e mundano. E o que se apresentava como “moderno” ou “novidade”, copiava-se.

Diferentemente de outras regiões do estado, as charqueadas propiciaram a formação da elite²⁶ na cidade. Amaral (2005, p. 46) enfatiza que:

Com o crescimento econômico surgiu uma burguesia que passou a cultivar os valores de uma cultura europeizante, muito em voga no século XIX. Muitas famílias mandavam seus filhos estudar nos grandes centros do país e da Europa. E, ao retornarem, traziam consigo a necessidade de ter nesta terra a extensão da efervescência social e cultural que haviam vivenciado lá fora.

Todo esse crescimento da indústria do charque em Pelotas proporcionou o aumento do poder aquisitivo dos charqueadores o que influenciou no crescimento urbano, no seu desenvolvimento industrial, cultural e arquitetônico. O crescimento urbano está relacionado ao processo de urbanização definido por Arriada (1994, p. 12), como “um processo de concentração de população no qual cresce num dado território, a proporção entre a população urbana e a população total”. Sobre o assunto, o autor ainda destaca que:

²⁶ A elite pelotense é definida por Oliveira (2012, p. 19-20), mais do que uma classe social, mas um grupo de *status*. Segundo a autora, no século XIX, com a economia do charque, os aspectos econômicos eram mais evidentes que os simbólicos. Contudo, esses se tornaram cada vez mais acentuados como elementos de distinção da elite local, tanto em relação aos outros grupos sociais, como em relação às classes análogas de outras localidades [...] Ao levar em consideração esses elementos, percebe-se que a elite pelotense não se baseava apenas nos fatores econômicos, ao constituir-se como classe, mas se tratava de um grupo de *status*, cujos hábitos e costumes a caracterizava melhor do que suas posses [...] Uma das práticas mais evidentes da diferenciação pretendida pelo grupo de *status* a que se optou por denominar elite pelotense é o seu lazer ostentatório, o qual define a sua posição em relação aos outros grupos. Os seus costumes, tradições, divertimentos e cultura se constituem em elementos de ordem simbólica, os quais tinham por objetivo demarcar a sua posição na estrutura social. Sendo assim, ao mencionar-se essa denominação, fica claro de que se trata mais do que uma classe, mas de um grupo de *status* que via na cultura, na educação e no refinamento, elementos fundamentais para a sua distinção na trama social.

Esse processo de urbanização resultou na transição de um mundo rural, para outro, urbano, sendo que o sítio urbano, caracterizou-se por um conjunto de mudanças a nível de economia e sociedade. Nesse novo espaço físico diferentes relações são criadas, normas públicas, visando o interesse geral, passam a orientar essa vida. Questões urbanísticas, preocupações com o lazer e bem-estar, cobrança de impostos, cerceamento de certas liberdades em benefício da grande maioria, criação de serviços públicos, e outras tantas regras são a partir de então cada vez mais rígidas e minuciosas no seu empenho de administrar o mundo urbano (ARRIADA, 1994, p. 134).

Os charqueadores também foram participantes nessa transição do mundo rural para o urbano. Nesse sentido, Magalhães (1993, p. 95-96), salienta:

A classe dos charqueadores, enriquecida desde o início do século²⁷, com a repetição dos intervalos de lazer que lhe são proporcionados pela longa entressafra das charqueadas, vai aos poucos transferindo residência e família para certa distância dos estabelecimentos industriais – de resto, nada aromáticos e nem consensualmente salutares –, construindo sobrados de arquitetura européia e ajudando a edificar uma cidade bem traçada, de ruas largas e retas, e projetada com a espaçosa visão de futuro.

Até as primeiras décadas do século XX, a cidade já possuía verdadeiros palacetes, belíssimos prédios públicos, praças, além de “escolas, teatros, bibliotecas, igrejas, bancos, estação ferroviária, porto, iluminação pública, serviço de telefonia, ruas calçadas e arborizadas” (AMARAL, 2003, p. 59).

Todo esse processo de desenvolvimento e modernização pode ser acompanhado através imprensa pelotense. Os almanaques, relatórios, revistas e jornais, que circularam na cidade durante as primeiras décadas do século XX, reproduziram fotografias de uma cidade vaidosa, que gostava de ser vista, apreciada, uma cidade moderna, progressista, inovadora e afeita à novidade (MICHELON; SCHWONK, 2008).

Sobre as fotografias reproduzidas pela imprensa, Marroni (2008) reforça essa ideia afirmando que “estruturação discursiva da cidade é moldada pela modificação do espaço urbano, com obras de saneamento, edificações e por intensas atividades comerciais e sócio-culturais”, portando, as ações realizadas visando à modernização do espaço urbano, teriam que serem vistas, divulgadas e admiradas.

²⁷ O século que o Magalhães (1993) se refere é o século XIX. O autor apresenta a hipótese de que Pelotas atingiu o auge do seu desenvolvimento a partir da década de 60 do século XIX.

Devido ao poderio econômico, intensas atividades sócio-culturais em teatros, bibliotecas, bailes, as constantes viagens das elites ao exterior, transmitindo parte da cultura europeia para a cultura local, a remodelação do espaço urbano com influência do modelo europeu (como chafarizes importados da França e caixa d'água de origem francesa, instalados em praças), fez com que a cidade ficasse conhecida como "Atenas Rio-Grandense" e desde o século XIX até a atualidade "Princesa do Sul" (AMARAL, 2003).

Pelotas teve a sua Belle Époque, nos períodos delimitados por Marroni (2008) entre 1890 e 1927. Segundo a autora, a Belle Époque teve sua origem na França, no final do século XIX, ainda influenciado pelos ideais das Revoluções Francesa e Industrial, foi caracterizada como um período de mudanças em diferentes setores: social, político e cultural, "um percurso em busca da civilidade, num discurso de modernidade, muito em função das novas tecnologias que surgiram na época".

Através da análise das fotografias publicadas pela imprensa pelotense, percebe-se que a cidade é mostrada pelo seu lado positivo. A cidade moderna, progressista, era mostrada através de fotografias relacionadas à higiene, saneamento, iluminação, ensino (ginásios, colégios, liceus, técnico e profissional), construções e reformas públicas, indústrias, praças, entre outras. Para, Marroni (2008, p. 48) "todo este discurso da modernidade operado pela elite, entre outros aspectos, servia para 'ocultar' a exclusão social, reafirmando seus interesses".

Muito dessa modernidade era desfrutada somente pela elite. A cidade tinha muitos pobres, analfabetos, moradias empobrecidas, ambientes insalubres que faziam parte da realidade de grande parcela da população, como será abordado a seguir. Mesmo assim, é relevante mencionar, que a partir da década de 1930, a cidade enfrentou graves problemas econômicos que prejudicaram o processo de urbanização e de desenvolvimento.

Nos jornais locais passam a ser freqüentes os comentários sobre as péssimas condições de moradia na área central, onde proliferavam cortiços, e nos bairros populares, onde a população abrigava-se em barracos. A falta de calçamento e de infra-estrutura sanitária torna-se um dos principais problemas urbanos que passam a requerer medidas do poder público municipal (AMARAL, 2003, p. 59).

Antes mesmo da crise econômica, Leon (2004) aponta que paralelo ao desenvolvimento da cidade, constata-se o aumento da pobreza e da miséria de parcela da população o que fez com que a elite pelotense do século XIX assumisse práticas assistencialistas tão em voga nesse período. Isso não só pelo valor humanista que advinha de tais atitudes, mas também pelo aumento do status social que lhes era dado, “era uma sociedade na qual havia valorização de qualidades relacionadas com a nobreza e ociosidade, como o cavalheirismo, a cultura e o desprendimento do dinheiro” (LONER, 2001, p. 55). Não deixando de dar assistência aos necessitados, essa prática não era particularidade da elite pelotense, mas também da elite brasileira.

2.3 A infância desvalida em Pelotas

A primeira alternativa criada em Pelotas para acolhimento da infância desvalida foi a implementação da Roda de Expostos no dia 1º de julho de 1849, na Santa Casa Misericórdia que amparava crianças recém-nascidas. Antes da fundação da Roda, os municípios eram responsáveis por receber e assistir a criança abandonada. Como não havia uma instituição própria para o cuidado das crianças desvalidas, competia às câmaras municipais pagar as amas-de-leite para a amamentação e criação dos desvalidos (MARCÍLIO, 1998; VANTI, 2004).

Como não era possível a identificação do expositor, a criação deste sistema incentivou que muitas pessoas depositassem os bebês na Roda, pois o número de crianças entregues aos cuidados da Santa Casa foi bem significativo durante seu tempo de funcionamento.

O objetivo da criação da Casa dos Expostos vinculada a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas era dar assistência o recebimento, a guarda, os cuidados e o destino das crianças expostas e, conseqüentemente, tentar diminuir o número de óbitos infantis, pois muitas famílias não tinham condições de dar atendimento e cuidados necessários aos recém-nascidos. Sendo assim, a Santa Casa de Misericórdia ficou responsável por este serviço, como as demais Santas Casas de outras regiões do país.

Conforme Vanti (2004), o Regimento Interno da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas de 1890, delegou a diretoria a nomear um Mordomo dos Expostos, sendo

este encarregado de inspecionar todo serviço referente aos expostos. A autora descreveu o procedimento da Instituição com o cuidado dos recolhidos, embasada no Regimento Interno da Misericórdia da cidade:

Logo que os bebês abandonados são recolhidos pela religiosa franciscana responsável pela vigilância da Roda, as demais irmãs de caridade fazem a higiene na criança e lhe trocam o vestuário. Em seguida, o bebê é examinado por um dos médicos da instituição. Suas características, seu nome e data de entrada são registrados no Livro dos expostos, pelo Mordomo ou ainda por uma das irmãs de caridade (VANTI, 2004, p. 132).

No entanto, mesmo com a criação da Roda, os problemas com as crianças abandonadas na cidade continuavam.

Na medida em que o abandono e a mortalidade infantil tornavam-se insuportáveis aos escrúpulos de alguns grupos da sociedade e na medida em que esses índices não podiam mais ser explicados pela causalidade, crescia a necessidade da criação de uma instituição capaz de aliviar consciências e arcar com as responsabilidades de sobrevivência dos enjeitados. (VANTI, 2004 p. 129)

Ressalta-se que após os primeiros procedimentos com o bebê recolhido, este era encaminhado a uma ama-de-leite. Após o desmame, a criança era encaminhada a uma ama-criadeira também chamada de mãe-criadeira. A Santa Casa Misericórdia de Pelotas atendia crianças de zero a três, cinco ou até mesmo sete anos de idade.

Em 1855 com a fundação de um Asilo para órfãos na cidade, as meninas entre as idades citadas eram transferidas para o Asilo. No caso dos meninos, eram enviados para o Arsenal de Guerra, em Porto Alegre, ao atingirem sete anos de idade.

Vanti (2004) afirma que o sistema de Roda da Santa Casa enfrentou diversos problemas tais como transtornos na organização dos demais serviços da Instituição, escassez de amas e falta de verbas. Passados os anos, o número de crianças acolhidas pela Instituição foi diminuindo. Segundo a autora “a partir de 1896 até 1899, a entrada de expostos, praticamente cessou, chegando a no máximo uma criança por biênio” (VANTI, 2004, p. 141). Mesmo assim o serviço da Roda de Expostos manteve-se efetivo provavelmente até 1908.

As informações sobre os expostos recolhidos pela Santa Casa são limitadas, Vanti (2004) relata que na época da sua pesquisa, o Livro dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia havia sido extraviado.

A autora descreve outro dado constatado durante a realização da presente pesquisa: ao consultar os números da *Ilustração Pelotense*, do *Almanach de Pelotas*, os *Relatórios Intendênciais* e o *Álbum de Pelotas*, não foram encontradas fotografias ou reportagens que mencionassem a existência da Roda em Pelotas.

É publicado no Almanaque de Pelotas um histórico da Santa Casa de Misericórdia do município que não faz qualquer referência sobre o serviço da Roda dos Expostos, sua existência e sua contribuição à sociedade pelotense. [...] No histórico, também consta a atividade da enfermaria infantil inaugurada em 1904, e do cemitério, fundado em 1854, mas nada consta sobre o serviço da Roda dos Expostos, que provavelmente manteve se efetivo de 1849 a 1908, cerca de 59 anos (VANTI, 2004, 146).

O *Almanach de Pelotas* que a autora se refere, corresponde ao ano de 1917. O histórico e as fotografias foram retomados no *Álbum de Pelotas* (1922). Nele consta a publicação de 16 fotografias, entre elas: da fachada do prédio, fotos de benfeitores e provedores da Instituição, corredores, salão de honra, quartos, farmácia, jardim, sala aparelhos eletricidade, sala de operações, enfermarias das mulheres, lavanderia e a única que está relacionada ao atendimento direto das crianças, é da enfermaria infantil que retrata mobiliário próprio para a idade tendo sete crianças no ambiente.

Sobre o destino dos meninos, Marcílio (1998) enfatiza que o encaminhamento dos meninos expostos nas Santas Casas sempre foi problemático, já com as meninas era mais fácil, pois havia instituições próprias para as desvalidas, não era muito difícil conseguir famílias respeitáveis que amparassem as meninas ou a própria Instituição oferecia dote, atraindo rapazes para o casamento.

Conforme os estudos da autora, o Arsenal de Guerra teve início no estado em 1774. Em 1837, foi autorizada a criação da Escola de Artes Mecânicas, vinculada ao Exército, para atender às crianças desvalidas a partir dos 10 anos. O primeiro Regulamento do Arsenal de Porto Alegre, elaborado em 1848, admitia os meninos pobres, os órfãos, os meninos de rua e os expostos. A educação consistia no ensino das primeiras letras, pelo método lancasteriano e preparo de ofício. Entre as oficinas estavam as de carpinteiros, alfaiates, ferreiros, latoeiros, pintores, caronheiros,

correeiros, armeiros, fogueteiros, funileiros e sapateiros. A supervisão geral ficava a cargo do pedagogo.

O estado também contava com uma Companhia de Aprendizes de Marinheiros estabelecida na cidade do Rio Grande. Após a reformulação em 1855, a Companhia passou a denominar-se Escola de Aprendizes de Marinheiro. O objetivo era educar e preparar marinheiros para diferentes serviços da Marinha Imperial. Eram admitidos meninos brasileiros, de 13 aos 17 anos, sem defeitos físicos, vacinados e apresentados por pai ou tutor, ou por suas mães, no caso de ilegítimos. Órfãos desvalidos e filhos libertos de escravas, pela Lei do Ventre Livre, também eram admitidos. Com as exigências para a admissão, pode-se constatar que não admitiam meninos abandonados e expostos. Através do decreto do Presidente da República, em 1899, todas as Companhias de Aprendizes Artífices dos Arsenais de Guerra foram extintas. Os meninos que lá estavam foram encaminhados para as Escolas de Aprendizes da Marinha (MARCÍLIO, 1998).

No intuito de acolher meninas, alguns membros da sociedade pelotense fundaram o Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição em 1855. Grande parte de seus colaboradores, senão todos eram membros da Maçonaria que fizeram muito por esta instituição. Entre seus feitos está a doação do prédio que foi ocupado pelo asilo²⁸.

Através dos estudos de Marcílio (1998) percebe-se que o Asilo Nossa Senhora de Conceição foi criado no mesmo período em que muitas instituições semelhantes foram fundadas em diversas regiões do Brasil, como o Asilo de Santa Leopoldina (1855, em Niterói), o Asilo de Órfãs Desvalidas (1855, na cidade do Desterro em Santa Catarina), o Colégio Santa Teresa e o Asilo Santa Leopoldina (ambos criados em 1857, em Porto Alegre), o Colégio de Órfãos (1855, em Recife), o Asilo de Santa Teresa (1855, na província do Maranhão) e o Asilo de Órfãs e Desvalidas (1856, em Fortaleza).

Um dos principais objetivos do Asilo Nossa Senhora da Conceição em Pelotas era transformar meninas órfãs em cidadãs disciplinadas, responsáveis, úteis e aptas para a vida doméstica através do ensino de primeiras letras, práticas culturais, trabalhos manuais como o bordado e trabalho doméstico. Assim,

²⁸ Sobre a Maçonaria em Pelotas, ver Amaral (2005).

futuramente, seriam consideradas mulheres com condições de serem inseridas na sociedade de acordo com os padrões estabelecidos pelas elites (MACIEL, 2004).

Conforme Poliantéia... (1947, p. 75):

A 7 de Setembro de 1855, na cidade de Pelotas, no edifício doado pela “Sociedade União e Concórdia”²⁹ ao Asilo de Orfãos, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, achando-se reunida a Diretoria eleita e o conselho das seladoras, em presença da Câmara Municipal, Autoridades civis e militares e de um grande número de assistentes, realizou-se a inauguração do Asilo, sendo apresentadas 6 órfãs, as primeiras introduzidas na casa que tanto bem havia de fazer às meninas que de seu auxílio carecessem.

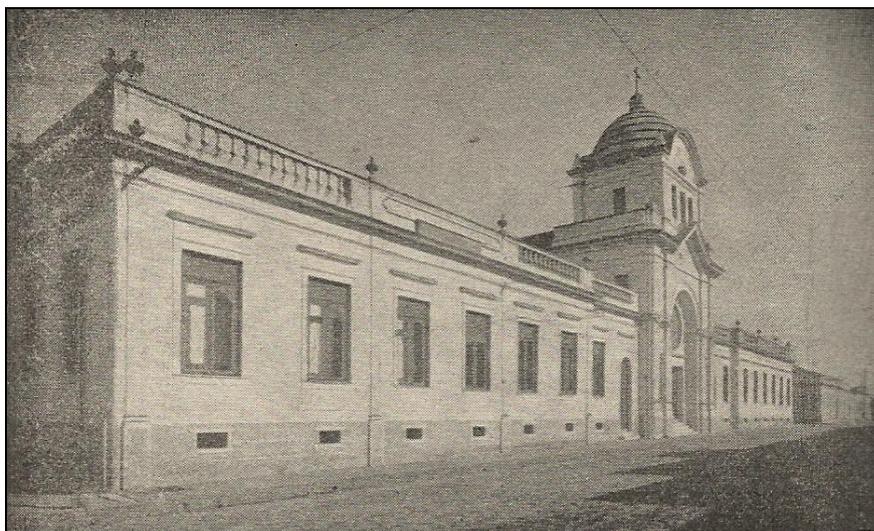


Figura 4: Asilo de Orfãos Nossa Senhora da Conceição
Fonte: *Poliantéia comemorativa do 75.º aniversário da chegada das Irmãs Franciscanas ao Rio Grande do Sul 1872-1947* (1947).

A figura 4 mostra a fachada do prédio doado para o Asilo Nossa Senhora da Conceição localizado à Rua dos Coqueiros, hoje denominada Gonçalves Chaves³⁰.

Um ano após a fundação do asilo, iniciou-se um colégio para meninas de outras camadas sociais, “para o qual vieram as Madres Eduvirges e Helena Bernarda, encarregadas do ensino primário e secundário pertencentes à Ordem do Imaculado Coração de Maria” (NASCIMENTO, 1995, p. 9), antes denominado Puríssimo Coração de Maria. Conforme salienta Maciel (2002, p. 297):

²⁹ A Sociedade União e Concórdia (1853) era uma loja maçônica resultado da união das lojas Protectora da Orphandade (1843) e Comércio e Indústria (1847) (AMARAL, 2005, p. 47).

³⁰ Atualmente, parte do prédio está alugado para a Faculdade de Tecnologia Senac e outra parte está ocupado pelo Instituto Nossa Senhora da Conceição, instituição que presta serviços de assistência social em turno inverso ao da escola para meninas entre 6 e 12 anos.

Em 1856, houve algumas alterações, foi estabelecido um colégio de meninas pensionistas, meias-pensionistas e externas que não era para órfãs nem desvalidas e isso constitui uma fonte de renda, nesse sentido também para complementar o orçamento se utilizavam da venda de artefatos produzidos pelas asiladas.

Com estas alterações, fica evidente que o asilo encontrou uma alternativa de conseguir outras fontes de renda que vão além de doações feitas pela sociedade pelotense. Em 1863, a responsabilidade de administrar o asilo foi entregue para alguns membros da sociedade conforme o Primeiro... (1916, p. 255):

No dia 6 de Janeiro de 1863 passou o regimento interno do Asylo para senhores e senhoras, em consequência de se haver formado em Porto Alegre uma Congregação de Religiosas do Sagrado Coração de Maria, incompatível com as prescrições dos estatutos e regulamento interno do mesmo.

As religiosas que permaneceram no asilo até 1863, se dirigiram para cidade de Rio Grande para fundação de outro asilo. Estas eram comandadas pela Madre Barbara, fundadora da “Congregação do Imaculado Coração de Maria, a primeira de vida ativa no Brasil” (NASCIMENTO, 1995, p. 10). Cabe frisar que essa Congregação é a mesma que assumiu a diretoria interna do Asilo de Órfãs São Benedito em 1912 e está até hoje na direção da Instituição.

No ano de 1888, a administração do Asilo Nossa Senhora da Conceição, ficou a cargo das Irmãs Franciscanas. Após alguns anos de funcionamento, esse asilo passou aceitar somente meninas de pais conhecidos conforme aparece no estudo de Vanti (2004) sobre a menina Ethelvina³¹ que ingressa na Santa Casa e, em 1890, não é recebida no Asilo Nossa Senhora da Conceição na condição de interna.

O caso da órfã foi mencionado no Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, apresentado pelo provedor Tenente Coronel Domingos Jacintho Dias e publicado em 1897. Nele consta que a Santa Casa ao tentar encaminhar Ethelvina para o referido asilo, ela só seria aceita mediante o pagamento mensal de vinte mil reis, para arcar com as despesas de vestuário e sustento, o que não foi aceito pela maioria dos membros da Santa Casa.

O caso da menina foi novamente mencionado no Relatório de 1897 a 1900, apresentado pelo provedor Coronel Alberto Rosa, conforme a seguir:

³¹ Para saber mais sobre Ethelvina, ver Tomaschewski (2007) e Vanti (2004).

Apenas entraram 3 expostos durante o período, havendo todos fallecido, não obstante os cuidados que lhes foram ministrados. Assim é que de 1896 para cá não aumentou o número d'esses infelizes orphanados desde o berço pela mão negra do crime repellente de mães desnaturadas. Continua, pois a cargo d'esta Casa apenas a menor Etelvina, creança viva cuja idade vai reclamando maiores atenções. Chegando ao nosso conhecimento o estado precário em que se acha a senhora Henriqueta, a cujos cuidados estava entregue essa menina, resolvemos recolher ambas á Santa casa, onde mais de perto poder-se-hia acompanhar a vida da criança e cuidar da sua instrucção. *As dignas administrações transactas não lograram conseguir a matricula d'essa menina no Asylo de Orphãs d'esta cidade, por ser filha de paes incógnitos e portanto incompatível com os estatutos daquella casa.* Ainda uma vez tentamos dar-lhe esse destino, o mais natural e consentaneo uma vez que não dispomos de uma secção de maternidade, consagrada á educação de orphãs em semelhantes condições. Não fomos, entretanto, bem succedidos n'essa nova tentativa e com natural extranheza registramos aqui o facto, lamentando que tão util asylo, fundado para a orphandade, distinga classes entre gemeos do mesmo infortúnio e repudio justamente aquelles que mais carecem do amparo e da protecção sociaes, porque sahem das trevas de um crime ignomonoso para a sombra perenne do estygma e empanar previamente os mais doces confortos de sua vida futura. Ethelvina, entregue hoje aos cuidados das pacientes Irmãs vae recebendo alguma instrucção e frequenta durante o dia as aulas do Asylo de Orphãs (SANTA CASA..., 1902, p. 7-8, grifo nosso).

Fica explicito no Relatório que o ato de expor bebês era muito criticado pelos membros da Santa Casa de Misericórdia, além de ser considerado um crime. O asilo mencionado no Relatório era o Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição, muito criticado no documento, por não compreender que um asilo fundado justamente para acolher órfãs se negava de acolher justamente as mais necessitadas, órfãs de pai e mãe. No Relatório de 1901 a 1902, consta que Ethelvina foi enviada para Porto Alegre e acolhida por um asilo de órfãs daquela localidade.

Ainda sobre os motivos que excluía o recolhimento de meninas abandonadas no Asilo Nossa Senhora da Conceição, Loner (2001, p.112) relata que foram encontrados indícios de que, até 1910, para as meninas serem aceitas, era necessário à existência de padrinhos e que o asilo também não abrigava órfãs negras.

Embora o Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição seja instituição pioneira em assistência social no Rio Grande do Sul, conforme afirma Ramos (1969), acredita-se que a grande diferença entre este asilo e o Asilo de Órfãs São Benedito esteja no seu objetivo. O Asilo Nossa Senhora da Conceição visava “acolher, amparar e educar meninas órfãs desvalidas da cidade” (RAMOS, 1969, p.

11), já o São Benedito, buscava “amparar da miséria as meninas desvalidas d’este Estado, sem distincção de cor, orfãs ou não [...]”, (ESTATUTOS..., 1902, p. 1). Portanto, o São Benedito não se eximia de acolher meninas desvalidas, negras e de pais desconhecidos.

3 O ASILO DE ÓRFÃS SÃO BENEDITO

O objeto do historiador não é constituído por ele, enquanto pesquisador. O que lhe cabe construir é o conhecimento do objeto e não o próprio objeto. E construir o conhecimento do objeto não é outra coisa senão reconstruí-lo no plano do pensamento.

(SAVIANI, 2007, p. 15)

3.1 A inserção da comunidade negra em Pelotas

A história do Asilo de Órfãs São Benedito começou no início do século XX e foi considerada uma conquista da comunidade negra tão rejeitada e discriminada e que, mesmo após a abolição da escravatura no país, ainda enfrentava dificuldades para suprir suas necessidades básicas, entre elas, emprego, saúde e educação.

A comunidade negra aqui referida é constituída predominantemente por negros. Santos (2003, p. 43) ao estudar o jornal *A Alvorada* e seus fundadores, apresenta alguns esclarecimentos sobre o conceito de comunidade negra. Para o autor,

Comunidade negra é um conceito fechado, na maioria das vezes, restrito aos negros, mas em alguns momentos, principalmente nos de comunhão social, atividade religiosa e lazer, bem como de reivindicações trabalhistas, assembléias, greves, pode abarcar brancos e negros pobres. Isto não descaracteriza a separação étnica proposta, antes a reforça, pois basta haver um impasse político, uma situação de conflito intraclasse operária, para o discurso preconceituoso assumir as diferenças raciais, sociais e culturais entre brancos e negros, naturalizando-as como negativas, geralmente em prejuízo dos últimos.

Como já afirmado, o município de Pelotas teve seu grande desenvolvimento através indústria saladeril e de outras derivadas do charque, como curtumes, velas e sebos. Paralelo ao crescimento da indústria também houve um forte desenvolvimento socioeconômico, urbano e populacional.

Conforme Ribeiro (2010, p. 73) “a elite do sebo e da banha – como eram desdenhosamente conhecidos os ricos pelotenses na época – acumulava riquezas”, parte dessa riqueza oriunda do trabalho de escravos negros nas charqueadas. Sobre o insalubre trabalho nas charqueadas pelotenses, Gutierrez explicita (2001, p. 222):

A população servil, junto com os seus senhores, habitava os terrenos ribeirinhos e circulava pelo arroio Pelotas, pelo canal São Gonçalo e pela laguna dos Patos, transportando a carne salgada. O espaço da produção charqueadora pelotense foi um dos locais de consolidação do sistema escravista do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que foi um lugar onde se verificou a exploração violenta do trabalho cativo. O espaço fabril foi descrito como um ambiente mórbido, insalubre, que chegava a alcançar o macabro. Os vapores emanados das águas e detritos parados dissipavam pelos ares os cheiros nauseabundos dos sangues putrefatos, dos excrementos apodrecidos, das vísceras decompostas pelo forte calor do sol, nos dias de safra. E as nuvens de fumaças, que saíam das fornalhas, exalavam o cheiro das gorduras fervidas e dos ossos carbonizados. Os urros dos animais abatidos e esfolados vivos e o som do ritmo do trabalho imposto pelos feitores nos escravos terminavam por compor o tétrico meio ambiente da produção charqueadora pelotense.

Loner (1997, p. 30) complementa afirmando que:

O trabalho das charqueadas era muito duro, prolongando-se de modo extenuante durante as safras (normalmente de dezembro a maio, ou junho)³²; além disso, o clima da região era insalubre, com invernos frios e extremamente úmidos. Esse desgaste excessivo do negro provoca sua morte prematura, o que pode ser comprovado pela diferença entre o número de escravos do sexo masculino e feminino falecidos entre setembro de 1883 e junho de 1884: enquanto naquele período morreram 838 homens somente 337 escravas faleceram. Somente para os escravos entre 21 e 60 anos, em igual período, temos os dados de 610 óbitos masculinos contra apenas 230 femininos. Obviamente, esses escravos falecidos não necessariamente eram empregados nos trabalhos apenas nas charqueadas, mas é significativo o contraste entre sua alta mortalidade e aquela das mulheres escravas, das quais não há registro de serem empregadas em tais serviços.

Conforme já mencionado, nas charqueadas ocorreu a exploração violenta do trabalho cativo, mas cabe mais uma vez enfatizar que muitos escravos eram vítimas de castigos físicos por parte de senhores mais severos³³.

³² Lembrando que no capítulo anterior é citado em Magalhães (1993) que o período de safra das charqueadas era de novembro a abril.

³³ Sobre o cotidiano dos escravos das charqueadas, ver ARRIADA (1997) que em seu texto trabalha com o conto *Pai Felipe: um episódio de charqueada*, escrito pelo pelotense Alberto Coelho da Cunha (1853-1939) e publicado originalmente em 1874. O conto trata-se de uma obra literária cujo principal tema é a charqueada. Além disso, o conto está relacionado com a propaganda abolicionista e a violência da escravidão nas charqueadas.

Não se constatou notícias sobre senzalas nessas propriedades, mas como era impossível deixar os escravos ao relento, por conta dos ventos fortes e das temperaturas que muitas vezes registravam zero grau, provavelmente os escravos de ofícios e domésticos ocupavam o pavimento térreo das residências de dois pisos e os que trabalhavam na produção do charque, se acomodavam em galpões destinados à produção da carne salgada (GUTIERREZ, 2001).

Cabe lembrar que os escravos das charqueadas não se ocupavam apenas do trabalho diretamente com o charque. Eles também tinham outras funções, o que possibilitou aos cativos se especializar em diversas profissões como carneador, salgador, graxeiro, sebeiro, charqueador, marinheiro, cozinheiro, carpinteiro, pedreiro, lavadeiro (a), sapateiro, alfaiate, boleiro, carreteiro, ferreiro, barbeiro, padeiro, peixeiro, lustrador, serrador, engomador, campeiro, roceiro, costureira, mucama e outras (GUTIERREZ, 2001).

Além do trabalho dos negros nas charqueadas, pelas diferentes profissões registradas e como atividade alternativa à produção do charque, tudo indica que os negros também trabalharam nas construções civis no perímetro urbano de Pelotas, conforme destaca Gutierrez (2001, p. 79):

Ao colocarmos em relação o caráter sazonal da salgação de carnes; a grande quantidade de propriedades urbanas; a presença quase constante de olarias nas charqueadas e o significativo plantel de escravos, surge como hipótese mais do que plausível a construção de prédios urbanos como uma atividade alternativa à charqueadora. O processo de produção e organização do espaço se teria verificado desde a fabricação de tijolos e telhas, até o erguimento e manutenção das edificações. Por suposto, esse trabalho, ao mesmo tempo em que ocupou os cativos, no período de entressafra da charquia, produziu a cidade. Não só os palacetes que serviam de residência urbana aos charqueadores, como uma série de casas de aluguel, destinadas à moradia, ao comércio e aos serviços. Essas edificações abrigavam a população, que crescia, na cidade, e as pessoas que ali chegavam, para os negócios da carne salgada, e em busca de tudo o que um centro produtivo oferecia.

Pelas palavras da autora, fica evidente que os negros trabalharam na edificação de casas e palacetes no perímetro urbano da cidade durante o período da escravidão. Entre a tradição oral da comunidade negra, circulam histórias de que as telhas que servem de cobertura dos prédios urbanos que datam do período escravista foram moldadas nas coxas dos escravos, o que pode ser relacionado com a citação acima, principalmente pelos negros também se ocupar com a fabricação de tijolos e telhas.

Com o passar dos anos, aos poucos a proposta de abolição foi sendo consolidada no Brasil, dessa forma, a possibilidade de libertação dos escravos negros refletiu-se na atividade charqueadora, pois era necessária a substituição da mão de obra escrava. Nesse sentido,

A forma de solucionar o problema, encontrada pelos charqueadores e donos de escravos, foi de promover a transformação do escravo em contratado, outorgando-lhe de serviços durante um tempo variável, de 3 a 7 anos (LONER, 2001, p. 69).

A medida não atingiu os resultados esperados devido a diversos fatores dentre os quais a dificuldade de substituição de negros escravos por imigrantes brancos, pois esses não se submetiam ao trabalho pesado nas charqueadas, dentro das condições do regime escravista ainda não superando baixíssimos salários propostos pelos charqueadores.

No dia 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, foi abolida oficialmente a escravidão no Brasil. Segundo Loner (1997), em maio do mesmo ano, ainda existia muitos escravizados em Pelotas, além de contratados. A festa da abolição que contou com aproximadamente 3000 negros, só foi comemorada a partir do dia 6 de junho, depois do término da safra do charque, pois o charque e os interesses dos charqueadores era prioridade na cidade.

A autora também enfatiza a luta pela tutoria dos ingênuos, requerida pelos agora então, ex-senhores de escravos, na tentativa de se aproveitar por alguns anos da mão de obra gratuita, o que em São Paulo foi o principal motivo para o casamento de muitos ex-escravos objetivando garantir a guarda de seus filhos. Com a abolição, foi difícil para o negro encontrar seu espaço no mercado de trabalho livre e na sociedade.

Aqui os antigos escravos, que vivem ainda, ficam ancorados de manhã á noite nas calçadas, esperando que se lhes dê um serviço qualquer e que ganhem alguns vinténs. Os outros vivem na mendicidade. Eles tem oportunidade, nas cidades, de ver as suntuosas habitações de seus ex-senhores, onde eles ou seus antepassados foram espancados, habitações pertencentes a eles a quem pertence tal casa: 'Ao sr. Barão de... pessoa muito humanitária e que favorece a pobreza' (ECHO OPERÁRIO, 18/10/1897, apud LONER, 2001, p. 89-90).

Como forma de sobrevivência, muitos acabaram prestando serviços à elite pelotense. Entre as atividades das mulheres estava a de cozinheira, lavadeira, arrumadeira e babá. Os ex-escravos, aos poucos conseguiram se estabelecer na sociedade como assalariados. Porém em uma condição de inferioridade que pouco favorecia à possível mudança de sua situação de excluído, valorizando trabalhos árduos e estafantes. Destaca-se que o trabalho artesanal foi muito difundido nesse período. Sobre os trabalhos desenvolvidos pelos ex-escravos, Loner (1999, p. 3) explicita:

Na última década do Império, os escravos eram cerca de 6.000 no município. Com a Abolição e a República, muitos deles permaneceram na região, desenvolvendo as mesmas atividades que anteriormente nas charqueadas e também se empregando em fábricas, na construção civil e nos trabalhos do porto. Praticamente eles eram encontrados em todo o tipo de trabalho manual, especialmente naqueles mais árduos e estafantes. Diferentemente de seus companheiros brancos, os trabalhadores negros enfrentavam obstáculos maiores à ascensão social, e assim, ao longo do tempo, estiveram presentes em todas as profissões, incluindo os operários de fábricas, chapeleiros, construtores civis, empregados em indústrias de conservas e alimentação, tipografias, etc.

Com a inserção de negros em diversos ofícios e com a integração dos ex-escravos no processo de industrialização da cidade pode-se afirmar que, a história da classe operária pelotense também está relacionada com a história da comunidade negra. Deve-se ressaltar que, vários negros fizeram parte de entidades de classe operária.

Nesse período, os pobres, cuja maioria eram os negros, enfrentaram uma severa coibição policial como forma de combater a vagabundagem e indisciplina da população. Loner (2001) ao investigar os jornais da época, encontrou diversos exemplos de coerção física por parte da polícia da cidade na década de 1890, como invasões de cortiços, becos e bailes, prendendo aqueles apontados como ociosos e os obrigando a varrer as ruas da cidade por algumas horas.

Muitas mães, com medo que seus filhos sofressem a repressão disciplinadora, encaminhavam estes, meninos e adolescentes, às escolas ou empregos para não serem recolhidos pela polícia que os enviavam para a escola Aprendizes de Marinheiros, que parecia mais uma instituição correcional do que educacional, na cidade de Rio Grande ou para o Arsenal de Guerra em Porto Alegre (LONER, 2001).

Foi nesse cenário, de forte coibição policial, que viveu “Deus te Livre”. João Anselmo de Menezes, um mendigo negro, que circulava pelas ruas de Pelotas gritando e gesticulando a famosa frase que foi transformada em dito popular “Deus te livre! O Maia não quer, o Caldeira não consente” ao que a gíria acrescentava: negro não vai a baile, por que negro não é gente. Caldeira era o delegado de polícia durante a década de 1880, muito conhecido por abordagens violentas e abuso do poder. Já Maia era o presidente da Câmara Municipal de Pelotas. “Deus te Livre” costumava circular pelas ruas da cidade, lendo e comentando matérias de jornais locais em voz alta, fazendo muitas críticas as autoridades públicas. Com a chegada da Princesa Isabel na cidade no ano de 1885, por ordem do delegado José Joaquim Caldeira, “Deus te Livre” foi preso por mais de dez dias (AL-ALAM, 2011; SANTOS, 2003; OLIVEIRA, 2011).

A história do “Deus te Livre” foi mencionada para demonstrar o quanto os negros, mesmo livres, usaram do espaço público para fazer valer sua voz e foram vítimas da coibição policial. Também cabe questionar se a figura mencionada fazia suas manifestações de forma espontânea ou era influenciada por aqueles que tinham interesses em atacar diversos tipos de autoridades. Essa figura popular foi lembrada por Rodolfo Xavier em um de seus textos no jornal *A Alvorada* na década de 1950.

Peres (1995) também embasada em pesquisas de jornais locais do final do século XIX relata que dentro do processo de normatização, controle e disciplina das classes mais pobres, com o objetivo de inspecionar as condições de higiene, controlar a vagabundagem e observar os modos de vida, membros da intendência municipal na cidade faziam visitas em cortiços.

Ressalta-se que os cortiços muitas vezes eram considerados locais insalubres em que viviam bêbados, vagabundos, prostitutas e também ali poderia ser foco de epidemias. Moura³⁴ (2006, p. 55-56) esclarece que o termo cortiço era utilizado para,

[...] definir todo tipo de moradia coletiva de construção e conservação precária, com espaço interno reduzido e superpovoado. Este tipo de habitação, a partir dos processos de rápido crescimento das cidades e do aumento da demanda por moradias populares, constituiu-se na principal alternativa para as camadas pobres da população urbana.

³⁴ Sobre habitações populares em Pelotas entre os anos de 1880 a 1950, ver Moura (2006).

A autora também salienta que pelo grande contingente de negros em Pelotas, esse grupo étnico-racial era frequentemente citado como moradores dos cortiços. Aos poucos, os cortiços foram extintos principalmente os que estavam próximos da área central da cidade. Na verdade, junto com a eliminação dos cortiços, havia toda uma medida de limpeza e reestruturação da zona urbana.

Ressalta-se que atividades típicas das zonas rurais foi alvo de inspeção nos limites da cidade. Chiqueiros de porcos foram proibidos e donos de cocheiras foram obrigados a mantê-las limpas não depositando estrumes nas ruas (MOURA, 2006).

Na medida em que Pelotas recebia melhorias no abastecimento de água potável, instalação da rede de esgoto e outras obras públicas divulgadas principalmente nos *Relatórios Intendenciais* nas primeiras décadas do século XX, a população das camadas mais pobres foram sendo expulsas da área central. Sendo assim, formaram-se vilas nas áreas mais afastadas, sem pavimentação e rede de esgoto ocasionando condições de higiene e salubridade pouco satisfatórias. As habitações geralmente eram construídas pelos próprios compradores dos terrenos, ou seja, os indivíduos expulsos da área central, conforme mencionado ou os recém-chegados das áreas rurais. Dessa forma, a cidade foi dividida entre o centro planejado e moderno e a periferia, sem infraestrutura (AGUIAR, 2009; MOURA, 2006). Sobre parte das vilas de Pelotas, Santos (2003, p. 198-199) elucida:

As vilas estavam localizadas na periferia, no entorno do centro da cidade, em áreas de antigos charqueadores. As ruas iam na mesma direção do que era conhecido por *várzea*, região de planície sujeita às constantes enchentes e inundações do canal, Arroio Pelotas e rio Santa Bárbara [...] Não há dúvidas de que a *zona da várzea* foi um dos territórios negros na cidade de Pelotas, ocupada por trabalhadores das *charqueadas* logo depois da Abolição, descrita como *zona dos bambas*, que era sinônimo de valentões, brigões. Na década de 1940, continuava sendo um espaço ocupado predominantemente por negros, agora trabalhadores dos frigoríficos (Anglo, Armour, Swift) e das fábricas de conservas.

A zona da *várzea* era local de forte coibição policial desde o início do século XX, o que é possível perceber através da publicação do jornal *A Opinião Pública* (22/05/1901) intitulada Menores vadios:

Hontem, a autoridade mandou bater a varzea e prender muitos meninos vagabundos, que se entretinham em jogar osso. Os pequenos vadios, depois de admoestados e tendo sido tomados seus nomes e filiações, foram soltos ficando assim sob as vistas da polícia.

O próprio jornal afirma que a polícia foi até o local por ordem de um superior e que os menores, meninos, pequenos, foram presos quando praticavam uma atividade de entretenimento, o jogo do osso³⁵. Por se tratar de uma zona periférica, os jogos praticados na rua eram comuns, já que os moradores desses locais não costumavam frequentar teatros, saraus e outras atividades que envolviam a elite pelotense.

Conforme o que foi abordado no segundo capítulo, a designação “menor” era comum naquele período, sendo utilizada frequentemente para se referir aos jovens das classes populares, mendigos, vadios, viciosos, abandonados, infratores, entre outros adjetivos, empregados de forma negativa e desqualificante dos membros de classes menos favorecidas.

Santos (2003) enfatiza que a zona da várzea era descrita nos jornais como zona de batuques, vozes altas e festas, que estavam relacionadas ao grupo social e étnico negro. Mas naquele período não se considerava que tais descrições estariam ligadas ao ritual religioso, principalmente depois das 22 horas. É relevante frisar que atualmente é bem significativo o número de centros de umbanda na zona da várzea, portanto ainda continuam os rituais que envolvem batuques, vozes altas, instrumentos de percussão que muitas vezes eram confundidos com festas, vagabundagem e boemia.

As medidas de reajuste do perímetro urbano e fiscalização das habitações populares se estenderam ao longo do século XX, pois de certa forma, a cidade continuava progredindo, conforme descreve Aguiar (2009, p. 102-103):

Nessa época, ocorreu novamente um processo de eliminação de zonas de prostituição e de várias habitações populares (vilas, cortiços, pátios e corredores), que se localizavam junto ao centro e que eram consideradas anti-higiênicas pelas autoridades locais. Na construção da imagem da cidade moderna, rumo à verticalização, era necessário que demolissem as antigas construções, eliminando-se assim os vestígios do passado colonial. Para tanto, a Prefeitura criou leis e impostos que, a princípio, tinham caráter moralizante e sanitário, mas que também se configuravam como uma estratégia de saneamento social, pois expulsavam do centro da cidade aqueles indivíduos considerados indesejáveis, degenerados, pobres e potencialmente perigosos [...] Pequenas vilas foram destruídas e substituídas por casas de aluguel, enxotando os menos favorecidos para as

³⁵ Muito popular no Rio Grande do Sul e em algumas regiões platinas da Argentina e Uruguai, o jogo do osso era ilegal por ser considerado jogo de azar ao invés de jogo de habilidade. Essas informações foram extraídas do artigo de Silveira (1999) que aborda a masculinidade em grupos populares através do jogo do osso. Também sobre o jogo do osso e a virilidade/masculinidade, indica-se a leitura do conto intitulado *Jogo do Osso*, de Lopes Neto (1998).

vilas mais distantes, sem conforto, transporte, luz ou calçamento. Nesse momento, misturam-se os pobres expulsos do centro com os operários vindos do interior.

A época em que a autora se refere é a década de 1950, pois esta se baseou nas reportagens do jornal *A Alvorada* para analisar a situação de Pelotas naquele período. É relevante enfatizar que mesmo descrevendo a situação das habitações populares fora do período analisado neste estudo, passado meio século, ainda havia o interesse da elite em ter uma cidade moderna, limpa, com belíssimas construções e sem vestígios da pobreza e miséria de parte da população.

Afinal, Pelotas foi e ainda é conhecida como a “Princesa do Sul”. Além disso, conforme foi explicitado, os negros eram os principais moradores dos cortiços, portanto, moradores das habitações populares. Essa é uma das explicações para o grande número de negros nos bairros periféricos de Pelotas, bem como, o grande número de alunas negras do Instituto São Benedito, mesmo quando esse não se destinava exclusivamente a elas.

Como exemplo de organização da comunidade negra, cabe destacar as redes associativas que traziam benefícios a população pobre e trabalhadora, “além de criar a rede de amizades, interesses corporativos e representação, necessárias para a sua sobrevivência pessoal e coletiva” (LONER, 2001, p. 94). Entre estas estão sociedades mutualistas, beneficentes e recreativas (bailes, teatros, esportes, etc)³⁶, esta última é como resposta a elite branca da cidade que proibia a participação de negros em clubes sociais, bailes e outros espaços.

Loner (1997) afirma que como defensores dos interesses políticos dos negros, visando à abolição, foram fundados o jornal *A Voz do Escravo* em 1881, por iniciativa do negro livre Manoel Conceição da Silva Santos, objetivando lutar pela libertação dos escravos e denunciar casos de torturas e maus tratos. Em agosto do mesmo ano foi fundado o Clube Abolicionista que reuniu pessoas de prestígio da sociedade, militantes da causa, brancos e negros livres, para propaganda de ideias abolicionistas e compra de escravos e sua alforria.

Ressalta-se que tal entidade tinha um caráter conservador e moralista, pois libertava somente escravos de “boa conduta, não sendo fujões, ladrões ou bêbados e não tendo vícios”, além disso, mesmo com a liberdade, os ex-escravos eram

³⁶ Para saber mais sobre o assunto consultar alguns trabalhos como o de Loner (1999 e 2001), Oliveira (2011) e Ribeiro (2010).

vigiados para o acompanhamento da sua conduta. No caso da mulher, estas “eram empregadas em casa de família e seu ordenado formaria um pecúlio para quando casassem ou completassem a maioridade” (LONER, 1997, p. 35).

Nesse período a autora aponta que também foram fundadas entidades de beneficência negras ou operárias como a Feliz Esperança (1880-1917) que aceitava escravos como sócios e nasceu como Associação Lotérica Beneficente, a Fraternidade Artística (1881-1911), associação mutualista que congregava artistas e homens do trabalho e Harmonia dos Artistas (1881-1916) entidade mista composta por artistas nacionais e estrangeiros.

O Clube Carnavalesco Nagô (1882-1888), constituído por negros e brancos, merece maior destaque, por ser entendido como organização e resistência do grupo negro à escravidão (LONER, 2001 e 1999). Estes foram apenas alguns exemplos de entidades fundadas tendo como maior foco a luta abolicionista. No Brasil, essa significativa participação negra data do período colonial, como a atuação em Irmandades e pelo que tudo indica, foi nesse espaço (de Irmandade) que esteve inserida a principal idealizadora para fundação do Asilo de Órfãos São Benedito.

3.2 O Asilo de Órfãos São Benedito: uma conquista da comunidade negra

Através dos exemplos mencionados, pode se perceber que os negros não estavam resignados e conformados com os problemas por eles enfrentados. Se por um lado Pelotas rumava à modernização e crescimento, por outro, passava por difíceis problemas de urbanização. Problemas como de emprego, inclusão social, habitação, educação, entre outros, que pelo processo de exclusão da comunidade negra resultava no aumentando de crianças negras abandonadas ou em situação de miséria.

Nesse intuito, no ano de 1901, foi fundado o Asilo de Órfãos São Benedito, atual Instituto São Benedito, com o objetivo de amparar e instruir meninas pobres desvalidas, ou seja, órfãs, enjeitadas, expostas negras, embora o primeiro estatuto em 1902 tenha apontado que a instituição aceitava meninas sem distinção de cor.

A iniciativa de fundar um asilo para meninas sem distinção de cor partiu de Luciana Lealdina de Araújo. “Mãe Preta”, como era conhecida carinhosamente, filha de escrava, nasceu em Porto Alegre no dia 13 de junho de 1870 e mudou-se para Pelotas no ano de 1900. Era uma mulher dotada de bondade e extrema

determinação, com vontade de praticar o bem e fazer caridade junto aos mais necessitados, principalmente às crianças abandonadas.

É importante salientar que expressões como: gentil, bondosa e de extrema determinação eram qualidades comumente encontradas nas páginas dos jornais pelotenses ao se referirem à Luciana. Os muitos elogios destacados nessas fontes colaboram para a formação de representações em torno dessa personagem.

Vítima da tuberculose quando jovem, devido ao clima frio e úmido característico da cidade, Luciana ficou muito doente e foi desenganada pelos médicos. Pela gravidade da situação em que se encontrava, ela fez uma promessa ao santo de devoção, o São Benedito³⁷: caso ficasse curada ajudaria a construir uma casa para abrigar meninas pobres.

Após sua cura, no dia 6 de fevereiro de 1901, em uma reunião pública foi fundada a instituição e no dia 13 de maio do mesmo ano, foi oficialmente inaugurado o Asilo de Órfãs São Benedito.



Figura 5: Luciana Lealdina de Araújo
Fonte: Acervo Instituto São Benedito

³⁷ Santo da Igreja Católica Apostólica Romana, nascido na Sicília, sul da Itália no século XVI, filho de escravos vindos da Etiópia, tornou-se irmão da Ordem dos Franciscanos. Foi canonizado em 1807 e atualmente é dos santos mais populares, principalmente por aqueles de origem africana por ser considerado o Santo protetor dos negros.

A imagem de Luciana (figura 5), atualmente está exposta em um lugar especial no salão de honra da instituição que também tem outros quadros com fotografias de sócios e beneméritos que muito colaboraram com o asilo. Infelizmente, assim como outras fotografias, não se dispõe da data em que a imagem foi registrada. Pode-se inferi-las a partir do cruzamento com fontes escritas.

A história do asilo é narrada nos escritos que se encontram na instituição, em livros e periódicos locais, assim como pela da tradição oral sobre essa entidade. Pouco se fala de outras intervenções para a fundação do asilo. As Irmãs que atualmente estão na instituição relatam que Luciana contou com um grupo de amigas para criar o asilo, dentre elas, Maria Bárbara de Cerqueira. Também Luciana conseguiu reunir um grupo de homens. Para fundação do asilo contou com a colaboração de membros de uma Irmandade existente em Pelotas. Gill, Loner e Magalhães (2012, p. 169), explicam que as Irmandades, também chamadas de confrarias,

[...] são associações voluntárias de católicos leigos cujo objetivo envolve a devoção a santo, manifestações divinas ou virtudes religiosas. Por vezes, qualquer associação católica é denominada Irmandade, quando pode ser apenas uma “devoção”, isto é, sem um grau maior de autonomia e organização. Todas as irmandades devem ter um “compromisso”, isto é, um estatuto que, depois de aprovado pelo Bispo, passa a reger os cargos, as contribuições, as festas e procissões, e a forma de utilização do dinheiro proveniente das doações e esmolas.

No Brasil as Irmandades negras ganharam destaque, mas cabe mencionar que também existiam muitas Irmandades formadas por brancos. Temos como das mais conhecidas, as Irmandades das Santas Casas de Misericórdia. Outro exemplo é a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Ouro Preto fundada em 1712, “conhecida por agregar os membros da elite social, econômica e política local, primeiramente por exigir a comprovação de pureza de sangue” (OLIVEIRA, p. 2010).

Em Pelotas, três Irmandades mantiveram suas próprias igrejas e capelas. A Irmandade do Santíssimo Sacramento e São Francisco de Paula, criadas em 1812, foram responsáveis pela manutenção da Igreja da Matriz de Pelotas, atual Catedral São Francisco de Paula. A Irmandade de Nossa Senhora da Luz, criada em 1854 com o objetivo de manter a capela construída por um fiel cego que recuperou a visão, além da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (GILL; LONER; MAGALHÃES, 2012).

Quanto às Irmandades negras, Gonçalves (2000) esclarece que estas foram criadas no período escravista e tornaram-se uma solução principalmente para os proprietários de escravos. Com a criação das Irmandades, os senhores não teriam o compromisso de catequizar seus escravos, como forma de introduzi-los no mundo cristão. Além disso, as Irmandades contribuíram para separar as igrejas dos brancos das igrejas dos negros, embora os escravos fossem enviados às missas, os senhores não suportavam conviver com o mau cheiro exalado por eles, sendo assim, os senhores que autorizavam seus escravos para participarem das Irmandades, faziam o papel de bons cristãos sem precisar conviver no mesmo espaço de culto.

Em Pelotas, Oliveira (2011) contabilizou em sua pesquisa, três Irmandades negras na primeira metade do século XIX: Irmandade de Nossa Senhora da Conceição (26/11/1820-15/07/1915), Irmandade de Nossa Senhora Assumpção da Boa Morte (1829-16/04/1918) e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1831-16/04/1918). As Irmandades foram espaço de congregação de pessoas negras, livres e cativas. Havia, também, entre seus membros pessoas brancas, abastadas, como a Irmandade Nossa de Nossa Senhora da Conceição que possuía pelo menos um charqueador local. A autora também menciona sobre as interrupções das atividades das Irmandades. É o caso da Nossa Senhora do Rosário entre 1835 e 1844, em função da Guerra dos Farrapos³⁸ que atingiu todo o estado. Ressalta-se que muitos escravos foram incorporados às tropas farroupilhas.

Loner (2001) destaca que as duas Irmandades com maior participação de negros durante o Império foram a de Nossa Senhora do Rosário, existente em Pelotas e Rio Grande e a Irmandade de São Benedito, a qual a autora aponta a existência por volta de 1870, e que a última notícia encontrada foi em 1900.

Infelizmente, pouco se sabe sobre a Irmandade de São Benedito, diferente das outras Irmandades, esta não está registrada no Livro Tombo da Freguesia de São Francisco localizado no acervo da Catedral São Francisco de Paula (OLIVEIRA,

³⁸ Também conhecida como Revolução Farroupilha, foi um conflito regional que aconteceu na Província de São Pedro, atual estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1835 a 1845. Tal conflito resultou na separação da província do Império, sendo declarada a República Rio-Grandense. O conflito terminou 10 anos depois com a assinatura da Paz de Ponche Verde. Para esta guerra, ou revolução, os farroupilhas também contaram com a participação dos lanceiros negros, portanto, não se pode deixar de mencionar a batalha, ou melhor, o Massacre de Porongos, que ocorreu em novembro de 1844, no Cerro dos Porongos localizado na cidade de Pinheiro Machado. É relevante frisar que as principais vítimas desse verdadeiro massacre foram os farroupilhas negros. Sobre o massacre ver Monteiro (2011).

2011, p. 67)³⁹. O que se pode constatar através de alguns autores mencionados, é que a de São Benedito esteve na origem da criação do Asilo São Benedito e tudo indica que entre os membros estava a negra Luciana Lealdina de Araújo, uma vez que a participação de Luciana em outras Irmandades que possui documentos oficiais, não foi mencionada (LONER, 2001).

Luciana de Araújo cooperou muito com o asilo, sempre vestida com o burel de São Benedito, fazia sua peregrinação pelas ruas da cidade com o objetivo de arrecadar donativos para manter as meninas. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas por Luciana, ao seu lado estavam homens e mulheres que desde o século XIX lutavam por melhorias direcionadas a comunidade negra.

3.2.1 Membros da comunidade negra em prol das meninas desvalidas: primeiros dez anos do Asilo de Órfãos São Benedito

Através dos primeiros contatos com os documentos oficiais do Asilo de Órfãos São Benedito, foram sendo identificados nomes de membros da diretoria e de outros colaboradores. Como são nomes pouco mencionados nos documentos elaborados pelas diretorias mais recentes e que narram a história da instituição, não se tinha conhecimento sobre quem eram as pessoas responsáveis pela administração e manutenção do asilo e muito menos o que elas representavam para a instituição e para a própria cidade, principalmente nas primeiras décadas do século XX.

Através dos estudos de Loner (2001, 2005, 2013a, 2013b), Oliveira (2011) e Santos (2003), foi possível consultar algumas biografias de colaboradores da instituição, mulheres e homens negros, que trabalharam em prol das meninas desvalidas. Entre tantos nomes identificados, é relevante destacar os nomes de Antônio Boabad, Durval Penny, Benedito Lopes Duro e dos irmãos José da Silva Santos, João Vicente e Maria Salomé⁴⁰.

³⁹ Sobre a Irmandade de São Benedito, a historiadora Beatriz Loner forneceu informações encontradas por ela em jornais locais no ano de 1875. Infelizmente, os jornais mencionados, que pertencem ao acervo da Bibliotheca Pública Pelotense não foram consultados por estarem interditados, situação igual a de outros jornais do século XIX. Quanto aos documentos mais antigos que pertencem ao acervo da Arquidiocese de Pelotas, estes também estão interditados, sendo assim, não foi permitido o acesso aos arquivos.

⁴⁰ É relevante enfatizar que a historiadora Beatriz Loner fez um amplo estudo sobre alguns personagens mencionados. Cabe salientar que a historiadora, juntamente com Sílvia Pertersen e Benito Schmidt, está elaborando a obra inédita *Dicionário de militantes do movimento operário gaúcho*.

Começo destacando alguns membros da família Silva Santos cuja trajetória pôde ser consultada através dos estudos de Loner (2013a, 2013b). A história da família na cidade de Pelotas começou com Manoel Conceição da Silva Santos, filho único do casal de africanos José e Rosa. Nasceu no estado do Rio Grande do Sul por volta de 1831. Casou-se com Maria José dos Santos, com quem teve cerca de 10 filhos, sobrevivendo oito. Manoel exerceu as profissões de carpinteiro e depois construtor, no qual teve sucesso conseguindo enriquecer rapidamente por volta da década de 1870, adquirindo alguns bens como casas e terrenos. Muito religioso, pertenceu à Irmandade Nossa Senhora do Rosário. Também se engajou na luta abolicionista. Sendo sócio e proprietário do jornal *A Voz do Escravo*, fundou o Clube Abolicionista e participou da Sociedade Fraternidade Artística e Harmonia dos Artistas. Exerceu papel ativo na política e na educação, como a escola de ingênuos tendo seus filhos como professores e materiais escolares financiados por ele. Silva Santos faleceu em 1918, com fortuna reduzida. Não se sabe exatamente a causa para a redução de seus bens, mas existe a possibilidade de que alguns bens pessoais foram utilizados para financiar atividades político-partidária, o que era comum naquele período (LONER, 2013a, 2013b).

Entre os filhos, destaca-se aqui José, João Vicente e Maria Salomé, ambos com participação ativa no Asilo de Órfãos São Benedito. Maria Salomé, musicista e professora de música, teve participação ativa na comunidade negra assim como a sua irmã Maria Jacob, ambas permaneceram solteiras. Salienta-se também que Maria Salomé foi a primeira mulher negra a tocar na catedral da cidade. Sua fotografia foi publicada no calendário em homenagem ao centenário da Abolição da Escravatura junto com a sua biografia.

As outras irmãs foram casadas. Joanna a filha mais velha de Manoel e Maria José, casou-se com um dos ganhadores do principal prêmio loteria de 1881 e Maria Madalena foi casada com um membro da Irmandade do Rosário, Irmandade da qual seu pai participava. Além de José e João Vicente, os filhos Manoel Ramão⁴¹ e

⁴¹ Carpinteiro de profissão, Manoel Ramão Conceição da Silva Santos, nasceu em 1865 e viveu parte da sua vida em Rio Grande. Casado, teve cinco filhos, foi militante operário e morreu em 1905. O filho caçula, Carlos Santos (1904-1989), também militante da comunidade negra, formou-se na Faculdade de Direito de Pelotas no ano de 1950, exercendo a profissão até 1959, ano em que foi eleito Deputado Estadual pelo PTB. Em 1967, chegou mais uma vez ao cargo de deputado, dessa vez pelo Movimento Democrático Brasileiro e na condição de presidente do Legislativo gaúcho, assumiu o governo do estado em duas oportunidades. Na década de 1970, foi eleito Deputado Federal exercendo último mandato de 1979 a 1982. A ligação da família de Carlos Santos com a Igreja Católica, foi significativa na medida em que a igreja se tornou essencial para o sucesso de sua

Balbino, também se dedicaram à profissão de construtor, não obtendo tanto sucesso financeiro quanto o pai e diferentemente de Manoel, não tiveram participação ativa na política, mas tiveram importante participação nas primeiras associações de classe operária e da etnia negra nas cidades de Pelotas e Rio Grande.

Os irmãos João Vicente e José da Silva Santos se engajaram na campanha abolicionista, participando do Centro Ethiópico, Feliz Esperança e Fraternidade Artística, mas entre outras associações vinculadas à comunidade negra, destaca-se a participação de José na fundação do Centro Etiópico Monteiro Lopes (1909), centro de representação política, em reação à recusa em dar assento ao Deputado Federal Manuel da Motta Monteiros Lopes, por este ser negro (OLIVEIRA, 2011).

Segundo Loner (2013b, p. 13) “foi um momento de orgulho dos negros pelotenses, quando este deputado, já empossado em seu posto de deputado federal, veio pessoalmente a Pelotas para agradecer o apoio recebido, um dos mais fortes entre as localidades do interior do Brasil”, mas a presença do deputado na cidade desencadeou outro episódio de discriminação racial. Através de suas pesquisas no jornal *A Alvorada*, Santos (2003, p. 142) relata que o deputado “havia reservado quarto no *Hotel Grindler*, mas à última hora, quando teria chegado para dormir, informaram que só poderia ceder um quarto junto à cozinha”.

Esse foi mais um caso de discriminação racial em Pelotas, mas de certa forma, a comunidade negra sempre tentou combater tal discriminação. O próprio José da Silva Santos passou por uma situação de discriminação que segundo Loner (2005, 2013a, 2013b) provocou sua morte. José assim como seu pai Manoel, ganhou destaque na profissão de construtor. Após participar com sua empresa na construção do Teatro Guarany na década de 1920, foi proibido de sentar nas cadeiras da platéia do teatro ou nos camarotes de primeira classe, pois o referido teatro só aceitava pessoas negras nas galerias mais altas.

Esse episódio fez com que José iniciasse uma campanha contra o racismo em Pelotas, mas que não contou com o apoio da comunidade negra pelotense. Pouco tempo depois, o construtor teve um infarto que ocasionou na sua morte.

carreira política. Em dezembro de 1951, foi orador oficial na sessão comemorativa do cinquentenário do Asilo de Órfãos São Benedito. Entre seus tios da família Silva Santos, destaca-se Balbino (1879-1950), que não acompanhou as campanhas abolicionistas, mas participou das lutas da comunidade negra, foi membro da primeira equipe do jornal *A Alvorada* e apoiou o sobrinho nas lutas políticas. Além das publicações da historiadora Beatriz Loner, é possível consultar a biografia de Carlos Santos através do livro de Torres (2004).

Salienta-se que esse episódio faz parte da tradição oral da comunidade negra do século XXI, pois foi no Projeto Odara, no início da década de 2000, que escutei muitas histórias de casos de discriminação que aconteceram nas calçadas do Teatro Guarany localizado no centro da cidade, inclusive o episódio que pouco tempo depois resultou na morte de um construtor, nesse caso, José da Silva Santos.

Entre tantas lutas engajadas pelos irmãos da família Silva Santos, destaca-se como a de maior sucesso a fundação do Asilo de Órfãos São Benedito. Apesar de muitos elegerem Luciana Lealdina de Araújo como principal e quem sabe, a única fundadora, em tempos tão difíceis, com tanta discriminação racial, social e dificuldades econômicas, é difícil imaginar que uma mulher, negra e pobre tenha fundado sozinha uma instituição que está ainda hoje em plena atividade, trabalhando em prol das crianças das classes menos favorecidas.

Pela trajetória de sucesso da família Silva Santos e de outros homens negros que serão descritas a seguir, se consegue perceber o quanto a sua influência na sociedade pelotense foi decisiva para a fundação e manutenção do asilo. José da Silva Santos foi o primeiro presidente do referido asilo, o irmão João Vicente da Silva Santos foi mordomo na primeira diretoria. Participaram também na elaboração do primeiro Estatuto da instituição. A esposa e irmã de José, Alayde da Silva Santos e Maria Salomé foram responsáveis no cuidado das crianças durante os primeiros anos do asilo, sendo que Salomé aparece como zeladora no primeiro Estatuto de 1902.

Na dissertação de mestrado intitulada *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*, Oliveira (2011) identificou dois nomes como sendo membros da diretoria do Asilo de Órfãos: Antonio Boabad e Durval Penny.

Loner (2001) e Santos (2003) também apontam Antonio como membro da primeira diretoria do Asilo de Órfãos São Benedito, mas seu nome não consta no primeiro Estatuto de 1902 e nem em outros documentos analisados. O fato é que Antonio Boabad e Durval Penny foram mencionados como membros da diretoria do asilo através de suas biografias escritas por Rodolfo Xavier, companheiro de militância e, publicadas no jornal *A Alvorada*, na década de 1950.

De acordo com Loner (2005) e Santos (2003), Antonio Boabad, filho da crioula Eva, neto de escravo que fugiu das charqueadas para lutar na Guerra dos Farrapos, nasceu escravo no início da década de 1860, sendo vendido quando criança ou

adolescente, pois o sobrenome anterior era Oliveira, o mesmo do seu último dono. Conseguiu a liberdade no início de 1880, mas não se sabe o certo em que situação, se por contrato de prestação de serviços, sensibilidade de seu dono, pecúlio próprio ou ajuda de uma entidade abolicionista.

No início da década de 1890, trocou o sobrenome Oliveira por Boabad⁴². Para Ariès (1981) “o nome pertence ao mundo da fantasia, enquanto sobrenome pertence ao mundo da tradição”, naquele período, muitas vezes carregar o sobrenome do antigo dono era um estigma para o ex-escravo, o que acaba sendo compreensível, pois carregar sobrenome muitas vezes de famílias tradicionais, proprietários de muitos escravos, traziam a tona lembranças de uma vida sofrida, desumana e humilhante proporcionada por grande parte dos senhores de escravos e de todo regime escravista⁴³.

Antonio Boabad escolheu um sobrenome de caráter étnico, ao invés de sobrenome cristão, mas também se pode atribuir um caráter ideológico para a escolha do sobrenome, conforme destaca Loner (2005, p. 13):

[...] numa sociedade que tentava esquecer a existência, ainda há poucos anos, da escravidão e que desprezou e abandonou à própria sorte, os negros, ele se assumia como negro e reivindicava suas origens africanas, inventando seu próprio sobrenome.

Segundo os autores estudados, Antonio Boabad foi um importante militante negro, tendo participado da entidade Feliz Esperança, fundou a Sociedade de Socorros Mútuos União e Fraternidade dos Operários Chapeleiros. Logo após a liberdade, dedicou-se a sua instrução, pagando professores particulares e frequentando curso de instrução primária noturno. O operário negro foi vítima da tuberculose, falecendo em julho de 1907.

Conforme mencionado, parte da biografia de Boabad foi escrita pelo irmão Rodolfo Xavier. Diferente do irmão, Rodolfo nasceu livre em 1883, após a Lei de Ventre Livre, “teve por sobrenome Ignácio Xavier, o que indica que sua mãe

⁴² Loner (2001 e 2005), Oliveira (2011) e Schvambach (2010) escrevem o sobrenome de Antonio como Boabad, diferente de Santos (2003) que escreve Boabab. A troca de sobrenome é baseada no boabá, árvore sagrada, gigantesca, encontrada nas savanas da África.

⁴³ Marcílio (1998) relata que durante o funcionamento da Roda de Expostos de Salvador, todos expostos recebiam o sobrenome Matos ou Aguiar Matos em homenagem ao maior benemérito da Santa Casa, João Aguiar de Matos, sendo assim, na Bahia, o sobrenome Matos era sinônimo de exposto, por esse motivo, muitos ex-expostos ao saírem da Casa da Roda trocavam o sobrenome, fugindo ao estigma.

continuou de posse do mesmo senhor de escravos, enquanto Antonio trocou de senhor” (LONER, 2005, p. 3).

Segundo a autora, exerceu os ofícios de vassoureiro, colcheiro, maleiro, chapeleiro e pedreiro, esta última se dedicou o resto da vida. Foi um dos maiores líderes sindicais na cidade de Pelotas, se vinculando em algumas entidades classistas, falecendo em 1964.

Entre os companheiros dos irmãos Boabad e Xavier, destaca-se outra dupla de irmãos, Juvenal e Durval Morena Penny, também alunos particulares de Boabad. Durval Morena Penny, homem negro que Oliveira (2011) e Santos (2003) identificaram como membro da diretoria do Asilo de Órfãos São Benedito, foi militante negro participando de inúmeras associações da comunidade negra.

Aplicado nos estudos formou-se por correspondência em Medicina no Instituto Nacional de Ciências do Rio de Janeiro em 1914. Possuía farmácia e consultório médico no centro da cidade de Pelotas, onde era considerado “médico da pobreza”. Segundo seu filho, foi o primeiro negro a ter carro na cidade, o que lhe facilitava o deslocamento até o terceiro distrito de Capão do Leão, local em que possuía outra farmácia, pois na cidade de Pelotas, os clientes brancos eram escassos (SANTOS, 2003, p. 126).

O autor enfatiza que os pacientes de Durval na cidade de Capão do Leão trocavam galinhas, porcos e frutas por consultas. Seu irmão Juvenal Penny, era proprietário da Fábrica de Fogos São Veríssimo. Segundo Santos (2003), o nome da fábrica seria em homenagem ao padrinho ou parente José Veríssimo Alves, mas são apenas indícios que requerem mais estudos. Juvenal também foi integrante de algumas associações ligadas à comunidade negra e ao movimento operário.

Entre os companheiros dos irmãos Boabad, Xavier e da família Penny, estavam Juvenal Augusto da Silva, vice-presidente da primeira diretoria do Asilo de Órfãos São Benedito. Nasceu em 1874 e no século XX, fez parte da Feliz Esperança, Liga Operária e Harmonia dos Artistas e José Veríssimo Alves, tesoureiro da primeira diretoria do referido asilo, proprietário do jornal semanal *O Arauto* que ao que tudo indica, tinha ligação direta com a comunidade negra.

Os nomes dos homens negros aqui mencionados tinham muito em comum: eram militantes da causa negra e operária, lutaram em prol das crianças desvalidas e foram colegas no curso noturno da Bibliotheca Pública Pelotense durante o século XIX. De acordo com Peres (1995) o curso noturno iniciou atividade em 1877, tendo na primeira turma, 77 meninos e homens matriculados.

Entre os alunos, estavam artistas, marceneiros, carpinteiros, sapateiros, alfaiates, caixeiros, chapeleiros e ferreiros. Esse curso também se diferenciava de outros por aceitar negros livres ou libertos, o que para época era considerado um verdadeiro avanço, pois em 1877, ainda no regime escravista, “os negros, mesmo os livres e libertos, constituíam um grupo social marginalizado, discriminado e vivendo sob o jugo do preconceito” (PERES, 2002, p. 77). O principal objetivo das aulas na instituição era:

[...] oferecer um espaço para que os homens das classes populares aprendessem a ler, a escrever e a contar, isto associado a uma forte educação disciplinadora para que, então, desempenhassem completamente suas funções no mundo do trabalho manual, sem no entanto alterar a ordem social (PERES, 1995, p. 125).

Entre os alunos negros identificados pela autora como frequentadores das aulas na Bibliotheca, estavam Rodolfo Xavier, aluno em 1883 e os irmãos Penny, alunos em 1899. Loner (2005) menciona Antonio Boabad como aluno das aulas noturnas, que ingressa em 1882, porém nesse período já estava alfabetizado. Os irmãos homens da família Silva Santos, também aprenderam a ler e a escrever neste curso noturno (LONER, 2013b). Em 1883, Antônio Boabad aos 25 anos e Rodolfo Xavier com 10 anos, receberam menção honrosa por serem considerados os alunos mais assíduos e adiantados das aulas noturnas.

O curso criado e projetado pela elite pelotense tendo como público alvo os “filhos do trabalho” (PERES, 2002), deram resultados positivos na medida em que a instrução oferecida pela Bibliotheca Pública foi essencial para que alguns ex-alunos fundassem um importante jornal direcionado para a comunidade negra: *A Alvorada*. Este jornal faz parte da história da imprensa negra pelotense. Mello (1995, p. 93) ao se referir à população negra daquele período afirma que:

A criação do *A Alvorada*, que data de 5 de maio de 1907, é uma evidência de uma inconformidade com a situação vivida. Tendo existido até 1965, em média com oito páginas, esse semanário foi o mais duradouro jornal da imprensa negra no Brasil.

Os principais fundadores do jornal destacados por Santos (2003) foram Juvenal e Durval Penny, Antonio Boabad e Rodolfo Xavier, tendo Boabad como principal idealizador e mentor para criação do jornal, já que este era o mais velho entre os fundadores, militante experiente, professor e líder da comunidade negra.

Shvambach (2010) também salienta que entre os fundadores e colaboradores estavam Juvenal Augusto da Silva, Armando Vargas, Dário Nunes, Humberto Freitas e José Penny, filho de Juvenal Penny, que fez parte da equipe do jornal quando este ressurgiu na década de 1930. Os irmãos Penny, antes da fundação do jornal, trabalhavam como gráficos nas oficinas do jornal *O Arauto* de propriedade de José Veríssimo Alves. É interessante mencionar que Juvenal Augusto Silva, deixa a redação do jornal em 1908 e funda o jornal *A Vanguarda*, “talvez por ser tenente, escritor, maçom, com penetração em algumas entidades brancas, não concordasse com os rumos que o *A Alvorada* estava tomando” (SANTOS, 2003, p. 125).

O referido jornal fundado pelos intelectuais negros, com grande circulação na cidade, principalmente entre a comunidade negra, foi considerado a voz do negro em Pelotas. O semanário foi um órgão de informação, educação e protesto desse grupo étnico-racial contra a discriminação racial e da situação em que se encontravam os operários negros pelotenses. Dessa forma, nas páginas do semanário, os intelectuais negros procuravam intervir de forma positiva nos problemas da comunidade negra, incentivando a educação, trabalho, denunciando casos de discriminação, além de divulgar festas de aniversários, esportivas, religiosas, casamentos, bailes comemorativos e acontecimentos negativos como mortes, acidentes, roubos, brigas e desavenças conjugais dos homens e mulheres da comunidade negra (SANTOS, 2003).

O jornal *A Alvorada* que teve circulação entre 1907 a 1965, com algumas interrupções, procurou dar visibilidade aos membros da comunidade negra, “era o lugar onde as pessoas viam-se representadas, valorizadas, onde os nomes e, algumas vezes fotos, eram tornados públicos” (SANTOS, 2003, p. 42), diferente de outros impressos que circulavam na cidade até a década de 1930, em que os eventos, viagens, clubes, fotos infantis de membros da elite (homens e mulheres brancas) eram divulgadas. Fato esse que é possível constatar através da análise das páginas da *Ilustração Pelotense* e *Almanach de Pelotas*.

Portanto, para discorrer sobre *A Alvorada* procurou-se recorrer à história vista de baixo, uma vez que o jornal buscou evidenciar feitos e histórias de homens e mulheres negras, muitas vezes excluídos, marginalizados, se tornando espaço de representação e sociabilidade daqueles que enfrentavam diversos problemas sociais e econômicos, já que em algumas situações os periódicos comandados pela elite,

mencionavam os membros da comunidade negra, pelo lado negativo, como vagabundos, mendigos, bêbados, entre outros casos.

Parte das pesquisas que usam o jornal *A Alvorada* como fonte, estão periodizadas a partir da década de 1930, pois os exemplares do jornal que fazem parte do acervo da Bibliotheca Pública Pelotense correspondem aos períodos de 1931 a 1935 e 1946 a 1957⁴⁴. A partir da década de 1930, Santos (2003, p. 22), identificou algumas mudanças no jornal:

Nas décadas de trinta, quarenta e cinquenta, percebemos que, de fato, com o auxílio de novos personagens, o “programa” contra a discriminação racial a favor do operariado pelotense, definido quando a fundação do *A Alvorada*, foi implementado por meio da informação, organização e educação da comunidade a que pertenciam os intelectuais negros. As informações sobre saúde, lazer, moradia, legislação e sindicatos operários foram veiculadas no semanário, e a educação levada a cabo com a organização de cursos, palestras e a fundação de sindicatos, escola, clubes culturais e bailantes.

Além das denúncias de casos de discriminação, e outras críticas voltadas à elite pelotense, os jornalistas também não poupavam críticas a própria comunidade negra, o que é possível perceber no texto a seguir intitulado Negro.

Evita o samba, se quizeres evoluir. – Com pezar vejo, que tu cada vez mais te aferras, a esse sentimento milenario. – Evita que teus filhos, desenvolvam ainda mais, o que a natureza, lhes prodigalizou em larga escala. – Procura encaminhalos em coisas, em que possam ser mais uteis a seus semelhantes (A ALVORADA, 15/01/1933).

Os intelectuais negros acreditavam que para mudar a imagem de que o negro gostava apenas de batuques, carnaval, festas e que grande parte da comunidade negra era formada por bêbados e vagabundos, estes tinham que dedicar a vida ao trabalho e ao estudo, conforme o texto publicado no jornal assinado por José Penny: “Educai vossos filhos. Quereis que vossos filhos sejam felizes, e que futuramente não haja distinção entre brancos e pretos? Mandai-vos educar conveniente” (A ALVORADA, 15/01/1933).

Os intelectuais negros fundadores e colaboradores do jornal superaram o discurso de inferioridade racial, uma vez que estes conseguiram estudar e ascender no âmbito social e econômico. Nesse sentido, Santos (2003, p. 88) afirma:

⁴⁴ Para saber mais ver LONER, Beatriz Ana; GARCIA, Sônia Tavares. Relação de jornais existentes na Bibliotheca Pública Pelotense. *História em Revista (UFPel)*, Pelotas, v. 6, p. 133-164, 2000.

A raça negra tida por inferior era uma invenção da sociedade branca, na medida em que eles haviam superado os limites daquela pretensa inferioridade, haviam estudado e conseguiram subir alguns degraus na escala social da cidade. Ser escritor naquele tempo por si só já era motivo de orgulho e de melhor posicionamento social, pois diferenciava-se do trabalho manual desenvolvido pela maioria dos operários.

Pelas questões discutidas no presente texto, entende-se a preocupação com o futuro da raça, principalmente no que se refere à instrução das crianças das camadas mais pobres, pois estas futuramente seriam as grandes lideranças da comunidade negra. Portanto, além das lutas contra a discriminação e condições de trabalho do operário negro, também era necessário tomar medidas para amparar e instruir crianças desvalidas, como a fundação do Asilo de Órfãos São Benedito, instituição que parte dos fundadores e colaboradores do jornal *A Alvorada* estiveram envolvidos.

Para a análise da fundação da instituição, o estudo do primeiro Estatuto do asilo, redigido pelo jornalista Filinto Alves de Moura, Juvenal Augusto da Silva e pelos construtores João Vicente e José da Silva Santos, aprovado em sessão de Assembléia Geral no dia 31 de maio de 1902, foi de fundamental importância nesta pesquisa.



Figura 6: Estatutos do Asylo de Orphãs S. Benedito, 1902
Fonte: Bibliotheca Pública Pelotense

O Estatuto de 1902 (figura 6), publicado pela Typografia do Arauto, faz parte do acervo da Bibliotheca Pública Pelotense. O impresso não está em boas condições devido ao tempo de publicação (mais de um século) e o manuseio de pesquisadores. Nele podem-se encontrar respostas a muitas questões referentes ao objeto investigado, dentre as quais: qual a finalidade da criação da instituição? Quem eram essas meninas amparadas pelo Asilo? Quais os deveres e obrigações tanto do Asilo quanto das recolhidas? O que competia à diretoria e aos sócios?

Sobre a análise da história “é importante destacar que perguntas que o pesquisador tem que fazer ao material que lhe conferem sentido e, no limite, enquanto houver perguntas, o material não está suficientemente explorado” (GALVÃO; LOPES, 2001, p. 92).

Sendo assim, existe muito conteúdo possível de ser interpretado e analisado a partir do Estatuto do Asilo de Órfãs São Benedito. Com a sua leitura, pode-se constatar que no Capítulo I:

Art. 1º_ O Asylo tem por único fim amparar da miséria as meninas desvalidas d’este Estado, sem distincção de cor, orfhãs ou não, desde que, n’este caso, o pae prove que as não póde manter, ou a mãe que aquelle as abandonou (ESTATUTOS..., 1902, p. 1).

O fato de a criança não ser necessariamente órfã ou viver em estado de miséria, não significava que as demais meninas não poderiam ser internas da instituição. Quaisquer dos casos não citados eram admitidos caso os pais ou terceiros pagassem o vestuário, alimento e a educação da criança. Como objetivo prioritário (ESTATUTOS..., 1902, p. 2) “Art. 3º_ O Asylo, além do preciso à subsistencia, dará ás asyladas instrucção e educação, primaria, moral e religiosa, cuidando, principalmente, de tornal-as aptas nos mesteres proprios de boa mãe de família”.

Para a admissão no asilo, as meninas deveriam ter mais de dois anos de idade, podendo permanecer até completarem 21 anos. Após sua saída, o seu destino geralmente era o mesmo, tornavam-se empregadas em casas de famílias. Antes da maioridade, só poderiam sair do asilo pelo casamento ou pela intervenção dos pais, tutores, familiares ou protetores.

Na ata nº 10 de 28 de outubro de 1912, correspondente à reunião da diretoria do Asilo de Órfãs São Benedito, está registrado que foram feitas algumas alterações no Estatuto de 1911 (localizado uma cópia na Bibliotheca Publica de Pelotense)

referente à maioria das meninas. Consta em ata que é considerada com maioria a desvalida que tiver completado 18 anos de idade, sendo esta encaminhada para o tutor ou familiar existente. As menores que eram retiradas a pedido da direção interna, eram entregues para tutores nomeados pelo juiz responsável por estes casos, uma vez que no Estatuto de 1911, consta que elas eram empregadas em casa honesta, se ocupando em qualquer função decente.

No ano em que foi publicado o primeiro Estatuto, a diretoria do asilo era composta por voluntários divididos em cargos de: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro, adjunto de tesoureiro e doze mordomos (um por mês), sendo que estes eram responsáveis pela fiscalização da administração da instituição, principalmente no que diz respeito à alimentação das desvalidas entre outras funções previstas no Estatuto. Os sócios eram divididos em quatro classes: contribuintes, protetores, benfeitores e beneméritos. Essa divisão dava-se de acordo com a quantia em dinheiro doada para a entidade.

Conforme o primeiro Estatuto, a primeira diretoria era formada pelo presidente José da Silva Santos, o vice-presidente Juvenal Augusto da Silva (escrivão judiciário), o secretário Gabriel Augusto Guimarães, o tesoureiro José Veríssimo Alves (jornalista) e o adjunto de tesoureiro Francisco de Assis Oliveira. Os primeiros 12 mordomos foram: Idalino Soares da Silva, João da Silva Campos, José Cupertino Magalhães, Firmo da Silva Braga, Adão Lopes da Silva, Paulino Brizolara, Raphael Ignácio da Silva, Ignácio Passos, João Vicente da Silva Santos, Bento Francisco da Rosa, José Pedro de Freitas e Modesto de Passos Barcellos.

Essa diretoria era formada por homens negros, mas não se sabe ao certo se José Freitas era negro. Salienta-se também que o jornalista Filinto Moura, membro da comissão que elaborou o primeiro Estatuto e que em 1901 aparece no cabeçalho do jornal *A Opinião Pública* como administrador do periódico, devia ser mulato, mas para a sociedade pelotense o jornalista era branco⁴⁵.

As zeladoras, conforme o Capítulo III, Art. 2º do Estatuto eram responsáveis por:

§1º _ Manter a devida decência e decoro do Asylo, representando, diretamente, ao Presidente contra quaesquer actos que offendam.

⁴⁵ Informações concedidas através de e-mails trocados com a historiadora Beatriz Loner em dezembro de 2013.

§2º _ Zelar os trabalhos e estudos das asyladas, procedendo sobre aquelles conforme o disposto no Cap. 1º, art. 3º, § 2º.

§3º _ Providenciar para que nada falte às asyladas, requisitando ao respectivo Mordomo o que for preciso comprar e indicando-lhe quaesquer medidas que se tornem convenientes.

§4º _ Prover, no caso de moléstia de alguma asylada, que as prescripções medicas sejam, rigorosamente, cumpridas, de modo que nada falte á doente, e as outras fiquem livres da transmissibilidade mórbida (ESTATUTOS..., 1902, p. 5).

Assim como os mordomos, também eram designadas doze zeladoras, uma por mês e as primeiras foram: Esperança Soares da Silva, Cândida da Silva Campos, Julieta Baptista de Magalhães, Lucia da Silva Braga, Maria dos Santos Silva, Cypriana Brizolára, Fortunata Severina da Silva, Sophia de Siqueira Passos, Salomé Santos, Francisca da Cunha Rosa, Coralina Villaça de Freitas e Zulmira Barcellos.

Parte dessas mulheres eram esposas de membros da diretoria, sendo assim, eram mulheres negras, voluntárias, que auxiliavam a administradora interna da instituição, uma senhora de provada idoneidade. O nome da administradora não consta no primeiro Estatuto. O jornal *A Opinião Pública*, em maio de 1901, aponta sobre a dedicada diretora do asilo e de suas auxiliares, mas não menciona o seu nome. A informação imprecisa dá indícios de que a primeira diretora da instituição foi Luciana Lealdina de Araújo auxiliada pelas amigas que ajudaram na fundação e manutenção do asilo.

As primeiras benfeitoras foram Luciana Lealdina de Araújo e sua amiga Maria Bárbara de Cerqueira. Foram declarados como sócios e benfeitores Ataliba Borges Ribeiro da Costa (charqueador), José Alves Magalhães, Ignácio Passos e Modesto Barcelos, Júlio Teixeira (comerciante), Domingues Alves Requião (médico) e Albino da Silva Fagundes (médico homeopata). O Sr. Joaquim Rasgado inesquecível médico pelotense, com quem muito contribuiu no decorrer do funcionamento do asilo, foi aclamado Presidente de Honra⁴⁶.

Nos primeiros anos de funcionamento, o asilo ocupou a casa número 7 (figura 7), um prédio modesto na antiga Praça da Matriz, atual Praça José Bonifácio, mesma praça que está localizada a belíssima Catedral de São Francisco de Paula, erguida em 1813 e hoje é patrimônio cultural do Rio Grande do Sul. Salienta-se

⁴⁶ Estatutos... (1902) e Anais... (s/d).

também que a referida praça é considerada a mais antiga de Pelotas por ser a única a aparecer na planta da cidade de 1815 (MONTELLI, 2008).

Na fotografia (figura 7) registrada em janeiro de 2014, o terceiro prédio da esquerda para direita é a atual casa de número 7 da Praça José Bonifácio, prédio esse apontado como primeiro local em que funcionou o Asilo de Órfãos São Benedito.



Figura 7: Edificações da Praça José Bonifácio: casa número 7
(terceiro prédio da esquerda para direita)
Fonte: Acervo digital da autora (2014)

O prédio de esquina, na cor rosa, contendo “dez janelas laterais denotam a grandiosidade do prédio que serviu de lar a uma pessoa muito querida a Pelotas” (LÉON, 1993, p. 110) foi local em que residiu a Miss Universo de 1930, Yolanda Pereira, simpatizante do asilo e que por algumas vezes reservou parte do seu tempo para visitar a instituição.

O entorno da Catedral está constituído por belos prédios, como o Colégio Gonzaga, o primeiro colégio religioso de ensino secundário de Pelotas, criado em 1894 por padres jesuítas, o atual prédio do Instituto São Benedito e o Bispado de Pelotas. Também próximo à praça, está localizado o prédio em que residiu o Dr. Miguel Barcellos, o Barão de Itapitocai e que de 1902 a 1903 foi espaço de

funcionamento provisório do Colégio Municipal Pelotense, antigo Gymnasio Pelotense, instituição educacional maçônica fundada em outubro de 1902⁴⁷.

O Asilo de Órfãos, desde o seu primeiro ano de funcionamento, apesar de todas as dificuldades, ocupou prédios em uma área nobre no centro da cidade, perto de outras instituições educativas, locais de funcionamento de entidades da Igreja Católica como a mais importante edificação da Igreja Católica na cidade: Catedral de São Francisco de Paula. Portanto, se trata de um espaço que reporta a hierarquia eclesiástica na cidade, juntamente com a atuação de lideranças da comunidade negra católica que provavelmente intercederam para o prédio em um local tão significativo para os católicos pelotenses.

Não foi localizado nos jornais locais notícias sobre a fundação do asilo. No mês de fevereiro de 1901, as primeiras notícias encontradas estavam relacionadas às doações por parte da sociedade local para a manutenção e cuidado com as desvalidas, conforme ocorreu no jornal *A Opinião Pública* dos dias 27 e 29 de março de 1901.

No primeiro ano de funcionamento, percebe-se que a instituição, antes mesmo da inauguração oficial, em 13 de maio de 1901, de certa forma, já estava organizada e divulgando os trabalhos de assistência às desvalidas da cidade. É que se pode constatar através da reportagem publicada pelo jornal *A Opinião Pública* (07/05/1901):

A's 11 ½ horas do dia, o Asylo S. Benedicto, recentemente creado nesta cidade e que bons serviços já lhe váe prestando veio, incorporado, visitar-nos, tendo a sua frente a dedicada dierctora e suas bondosas auxiliares. Entretanto, as creanças do pio recolhimento entoaram um hymno, a todos commovendo sinceramente. Todas as orphãs recolhidas trajavam vestidinhos brancos e gorros da mesma côr. Gratos pela gentileza da prestimosa dierctora, fazemos votos pelo engrandecimento do Asylo, em bôa hora entregue aos desvellos, para o que, se pudermos concorrer, nos julgaremos felizes.

A visita na qual o jornal se refere, é pela comemoração do aniversário do periódico. Salienta-se que naquele período, o membro da comissão para a elaboração do primeiro Estatuto de 1902, Filinto Alves Moura, era administrador do jornal, o que indica este tinha conhecimento e contribuía nos assuntos referentes ao Asilo de Órfãos, antes da publicação oficial do Estatuto. Pela notícia publicada,

⁴⁷ Sobre o Colégio Gonzaga e Pelotense ver Amaral (2003).

também se percebe que apesar das dificuldades enfrentadas para a manutenção e cuidado com as meninas, havia certa padronização nas roupas e acessórios, além disso, desde aquele período elas já ficaram conhecidas pela boa educação, fato que é mencionado nos jornais na década de 1940.

Ainda sobre as doações, para ter conhecimento sobre o que e de que forma eram realizadas, destaca-se a notícia publicada pelo jornal *A Opinião Pública* (04/04/1910):

Asylo S. Benedicto – Donativos recebidos pelo Asylo de Órfãs de S. Benedicto, no mez de Março de 1910: João Vicente Braga, 50\$000. Claudina Vargas Vieira, 1C\$. Diva Braga Kraft 5\$000. Um anonymo, 50\$000. Antonio Luiz Vieira Braga, 20\$000. Moraes Filho, 1 sacco de feijão preto, 1 dito de farinha e 20 rapaduras grandes. Uma senhora, 24 pães. D. Martinha, 8/2 kilos de carne, 4 pães grandes e 43 bananas. Nazeziano Baptista, meio kilo de doces e meia peça de morim. Nazinha Centeno Braga, 4\$000 para distribuir com as asyladas. Por intermedio do Sr. Virgilino Rodrigues Peixoto, 1 bacia de louça, 2 farinheiras, 3 tijelas, 17 canecas de louça, 1 chicara, e pires e 1 abajout. Mathilde Pequit, 1 lata de marmelada. D. Zeferina Bolleto, 40 rapaduras. – Foi mordomo o S. Virgilino Rodrigues Peixoto.

Para uma instituição com poucos anos de criação, todos os tipos de doações eram feitas, seja no anonimato, em dinheiro ou diversos tipos de utensílios de cozinha e objetos destinados às desvalidas. Geralmente, as doações eram intensificadas no mês de dezembro, visando o Natal, um dos acontecimentos sociais mais destacados na instituição proporcionada para as meninas, conforme a publicação do jornal *A Opinião Pública* (04/01/1910) referente ao Natal do ano anterior.

- Os donativos angariados pela Exma. Sra. D. Palmyra de Carvalho e Silva para o Natal das orphãs de S. Benecdito, além de grande quantidade de generos comestiveis, fazendas, louças, utensilios, brinquedos, doces, bebidas, aves, leitões e objectos para a Arvore de Natal [...] O Presepe e a arvore do Natal foram feitos também com donativos.

Pela reportagem na década de 1910, percebe-se que a festa natalina era tradição na instituição⁴⁸. Na reportagem referente a programação do Natal de 1909, publicada no jornal *A Opinião Pública* do dia 24 de dezembro daquele ano, estava previsto: três missas rezadas na manhã de Natal, sendo a primeira as 7 horas,

⁴⁸ Assim como nos dias atuais, as instituições filantrópicas e assistencialistas têm nessa data o aumento de donativos, pois a comunidade sensibilizada com o “espírito natalino” busca colaborar em prol dos mais necessitados, em especial, as crianças.

exposição aberta ao público do presépio e da Árvore de Natal, almoço servido para as meninas às 13 horas, apresentação musical da União Democrata. A reportagem também enfatiza que os objetos da árvore de Natal e os alimentos utilizados no almoço das desvalidas foram doados por pessoas caridosas. No dia 27 de dezembro de 1909, o mesmo jornal publica uma reportagem sobre a data festiva na instituição.

As festas de Natal no asilo eram tradicionalmente divulgadas. A exemplo do Natal de 1909, na década de 1940 os principais jornais da cidade publicavam nas datas que antecediam o Natal, toda a programação e também uma lista bem extensa com os nomes de alguns benfeitores que estavam envolvidos com as festividades no asilo. Infelizmente não se dispõe de fotografia natalina do início do século, mas cabe inserir no trabalho uma fotografia da década de 1940, referente ao Natal na instituição.



Figura 8: Natal de 1946.
Fonte: Acervo Instituto São Benedito.

Ressalta-se que a mesma fotografia foi publicada no jornal *Diário Popular* do dia 3 de janeiro de 1947. Na fotografia registrada (figura 8) durante o Natal de 1946, aparecem as internas, algumas carregando nas mãos bolas que ganharam de presente, uma religiosa do Imaculado Coração de Maria, dois homens e uma mulher (provavelmente membros da diretoria ou colaboradores do Asilo). No centro da foto está a tradicional Árvore de Natal. O ambiente da foto é o salão de honra do prédio

atual, salão onde eram feitas muitas das festividades e reuniões importantes da entidade naquele período.

Por se tratar da festa máxima da cristandade e por ser uma instituição coordenada por pessoas da ordem religiosa cristã a partir de 1912, a programação era extensa e envolvia muitas atividades, a exemplo do Natal de 1909, entre elas: missa, inauguração da Árvore de Natal, entrega de brinquedos, objetos úteis e prêmios para as asiladas, almoço, sendo que neste dia, o asilo também ficava aberto à visitação pública. Havia toda uma organização especial para o evento. No Natal de 1946 (assim como nos outros natais), a Árvore de Natal foi doada por um casal colaborador da entidade e a ornamentação ficou a cargo do mordomo do mês e da zeladora. O presépio, muito admirado por todos os presentes, foi montado pelas meninas sob a direção da Madre Inocencia (DIÁRIO POPULAR, 03/01/1947).

Entre tantos acontecimentos marcantes nos primeiros 10 anos de fundação do asilo, é importante citar o do funcionamento da capela para o culto religioso católico, em janeiro de 1908. Conforme os Anais... (s/d, p. 7):

Foi seu primeiro mordomo, o Sr. José Maria de Carvalho e Silva, escriturário da Alfândega local. À D. Maria Antônia da Cunha Mendonça, doadora de rico e valioso missal, foi-lhe concedido o título de zeladora perpétua da Capela. Ainda fizeram doações: D. Ambrozina Fagundes de Souza – as imagens do N. S. Passos, N. S. da Conceição e S. João Batista, o Rvdo. Padre Carlos Scheffer, Diretor do Colégio Gonzaga, 14 livros para cantos sacros; de São Paulo, o saudoso conterrâneo Sr. José Tomaz Mendonça – um cálice e uma palheta, ambos de prata, D. Francisco de Campos Barreto, 1º Bispo de Pelotas, a imagem do S. C. de Jesús, vinda de Paris; do Rio de Janeiro – D. Maria Fortunata Terra Corrêa, imagem de N. S. de Lourdes, acompanhada da respectiva gruta; o Sr. Miguel Branco – 6 castiçais de prata e um pequeno sino, de serventia interna. A imagem de S. Benedito, patrono da instituição, foi conseguida, por generosas espórtulas, graças à iniciativa da saudosa Luciana Araújo. A imagem do sagrado Coração de Maria foi doação da conterrânea, Senhorinha Ruth Behrens Dorf que, com o nome da Irmã Marta, pertence, atualmente, à Ordem de S. Vicente de Paulo.

Percebe-se o quanto a comunidade pelotense apoiou o asilo desde seus primeiros anos de funcionamento e também a forte presença de membros da Igreja Católica para o funcionamento da capela na instituição, já indicando o quanto a educação religiosa sempre esteve presente na vida das meninas desvalidas. Entre tantos objetos valiosos, mais uma vez, foi através dos esforços de Luciana, que se conseguiu adquirir a imagem do patrono, o santo negro cultuado pela comunidade negra.

A capela da instituição também era local destinado para a cerimônia matrimonial das meninas que lá residiam, conforme o que foi noticiado pelo jornal *A Opinião Pública* (11/05/1910, grifo nosso):

- Amanhã realizar-se á o consórcio da recolhida do Asylo de Órphãs de S. Benecdito Juventina Pereira dos Santos com o Sr. Manoel da Conceição Pinheiro. A directora daquella simpáthica instituição pedio, por telegrama, ao Rvmo. bispo da diocese D. Claudio Ponce de Leão, licença para o mesmo acto se realizasse na sua elegante capelinha, ao que aquelle ilustrado prelado respondeu, concedendo e felicitando a mesma directoria pelo facto de ser o segundo casamento ali realisado. O atcto civil terá logar, ás 5 horas da tarde no Asylo, sendo presidido pelo Sr. Dr. Juiz districtal. Serão paranympchos; por parte do noivo, o Sr. Alberto Luiz da Costa e sua Exma. Esposa e, pela da noiva o Sr. Alferes Firmo da Silva Braga conceituado despachante, e sua Exma. consorte. O acto religioso será ás 5 ½ horas, na capella do asylo, sendo celebrante o Rev. Padre Julio do corpo docente do Gymnasio Gonzaga. Paranymphearão por parte da noiva, o estimável cavalheiro Sr. José Maria de Carvalho e Silva e sua Exma. consorte e, pela do noivo, o Sr. Ignacio Passos e sua Exma. senhora. Por ocasião da cerimonia nupcial, será cantada uma Ave Maria pelas asyladas que recebem lições do provector maestro conterraneo Sr. Tenente João Pinto Bandeira, fasendo o acompanhamento uma outra recolhida. A noiva tem recebido muitos e valiosos presentes do commercio, de pessôas caridosas, etc. Desejamos de coração todas as venturas ao novo casal, ao mesmo tempo que enviamos calorosas felicitações á incansavel directora do Asylo de Orphãs de S. Benecdito, que váe *vendo coroadas de completo exito os seus extraordinários esforços.*

Ressalta-se que o casamento das desvalidas sinalizava para o êxito dos esforços empreendidos no bom encaminhamento das moças: o casamento. E, ao que tudo indica, nesse ato havia um empenho não só da diretora do asilo, mas também de “pessoas caridosas” e de estabelecimentos comerciais, provavelmente simpáticos ao trabalho desenvolvido no asilo assim como por sua direção.

Tal fato, como pode-se observar, merecia ser detalhadamente comentado na imprensa local. Naquela ocasião a diretora da instituição era a Sra. Arminda Machado de Oliveira. Salienta-se que Luciana havia deixado o asilo em 1908, portanto, ela não fazia mais parte da instituição durante os eventos mencionados. Para o casamento, as meninas recebiam o dote para o enxoval conforme o Estatutos... (1911, p. 17):

Art. 53. – A asylada que casar com pessoa da aprovação da directoria, receberá para o seu enxoval o dote de Rs. 200\$00, se o permitir o patrimonio da associação, não se comprehendendo nessa quantia o dinheiro que possa ter a orphã na Caixa Economica, proveniente de seus trabalhos no asylo.

No Estatuto de 1952 consta que a menina receberia o enxoval de acordo com as possibilidades econômicas da instituição. No que se refere à tradição do enxoval presente no universo feminino, Martin-Fugir (2009) ao escrever um texto publicado no livro *História da vida privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, organizado por Michelle Perrot, fez algumas considerações sobre o enxoval no século XIX:

Durante o noivado, a moça termina de fazer seu enxoval, que inclui suas roupas pessoais e a roupa de cama, mesa e banho da casa. O rapaz traz apenas suas roupas pessoais. A noiva manda bordar a roupa da casa com duas iniciais: antes a inicial do nome da família do marido, e depois a da sua. O enxoval, em princípio representa 5% do dote. Segundo madame d'Alq, em 1881, o valor do enxoval varia entre 2 mil francos, se for modesto – três dúzias de cada artigo: lençóis, fronhas, toalhas, guardanapos, aventais etc. –, e 25 mil francos, se for muito rico – aí, são doze dúzias de cada artigo. Mas a grande diferença entre um enxoval rico e um modesto consiste nas rendas, peles, roupas de casa e na delicadeza das peças íntimas (MARTIN-FUGIER, 2009, p. 222).

Além do enxoval, no século XIX também era comum que instituições para meninas desvalidas oferecessem um dote ao futuro marido, o que se tornava um atrativo para os homens solteiros e viúvos. Silva (2011), ao estudar o Seminário da Glória em São Paulo/SP, entre os anos de 1870 e 1888, descreveu que devido ao valor do dote, os diretores da instituição buscavam informações sobre os pretendentes quanto à idoneidade, boa conduta e condições de sustendo da futura esposa.

Mesmo com as precauções, algumas meninas se casavam com homens inescrupulosos, que estavam apenas interessados no dote e acabavam abandonando-as ou cometendo atos de violência. Nesse sentido, Marcílio (1998), ao abordar as moças expostas das Santas Casas, baseada em documentos provinciais de 1849, descreve que no Rio Grande do Sul muitos homens gastavam os dotes antes mesmo do casamento, o que resultava no abandono de algumas moças, que muitas vezes acabavam na prostituição. Não foram encontradas informações sobre casos de abandono e violência das meninas que saíam do Asilo de Órfãos São Benedito e Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição através do casamento.

De acordo com o regulamento de 1862 do Asilo de Expostos da Bahia, a exposta que se casar ganhava um vestido branco, além do enxoval constituído pelos seguintes objetos: “seis camisas, seis pares de meias, dois pares de sapatos e um

par de chinelos: quatro vestidos brancos e de chita; seis lenços; duas cobertas de chita; dois cobertores e dois lençóis de algodão; quatro fronhas; seis toalhas; um baú” (MARCÍLIO, 1998, p. 300).

No asilo da Bahia, o enxoval era preparado pela noiva e por suas companheiras. Mesmo em meados do século XX, o Asilo de Órfãos São Benedito mantinha essa tradição. Por serem jovens, humildes, muitas órfãs de pai e mãe, sem tutores, a instituição não poupava esforços para a realização do sonho de grande parte das mulheres daquele período: o casamento.

Era proporcionada às desvalidas os rituais tradicionais para o matrimônio ia do enxoval à cerimônia civil e religiosa. Não se sabe se o enxoval das meninas do Asilo São Benedito era constituído por tantos itens como os mencionados no Asilo da Bahia e nem se suas companheiras de recolhimento participavam na constituição do enxoval da futura noiva. A cerimônia matrimonial era completa, parte das testemunhas eram sócios e beneméritos da instituição, demonstrando que ao de colaborarem com esta obra, também faziam parte de momentos significativos e singularidades na vida das desvalidas como o casamento.

Sobre os documentos oficiais publicados nos primeiros 10 anos de funcionamento do asilo, foram localizados na Bibliotheca Pública de Pelotense dois relatórios (1906 e 1909), elaborados pelo então presidente Carlos Antonio Palma. Principalmente no de 1906, é grande o enaltecimento a figura dos beneméritos, dando mais destaque aos médicos. Tal fato causou estranhamento quando feita a primeira leitura do relatório, mas durante a análise, passa-se a compreender que a preocupação com questões higienistas era própria daquela época.

Ao fazer relação com o contexto histórico, evidencia-se que não só Pelotas, mas todo o país nesse período passou por momentos de epidemias⁴⁹. Conforme Gill, Loner e Magalhães (2012, p. 120), “em fins do século XIX e início do século XX apareceu e/ou reapareceu um elenco bastante grande de enfermidades em Pelotas, como varíola, peste bubônica, febre tifóide, tuberculose e gripe espanhola”, sendo necessário tomar algumas medidas por parte do poder público como aplicação de vacinas, soros, desinfecções nas casas, construção de uma rede de esgoto e do abastecimento de água potável.

⁴⁹ Algumas foram os principais motivos para abrir instituições que acolhesse órfãos e tratasse de doentes, como o Asilo de Órfãos de Campinas (NEGRÃO, 2004).

Tais atitudes evitaram com que as doenças se propagassem e causassem um número maior de óbitos, embora não tenha ocorrido o mesmo em relação à tuberculose.

Se a intervenção das autoridades conseguiu, de uma forma ou de outra, resolver pelo menos atenuar os efeitos causados pelas epidemias, o mesmo não aconteceu com a doença que mais matava a população pobre das cidades, a tuberculose, uma moléstia contagiosa endêmica que tinha como condição agravante para a sua propagação a situação de miséria e abandono vivenciada por grande parte dos moradores de Pelotas, assim como de outras regiões do Brasil e do mundo (GILLI; LONER; MAGALHÃES, 2012, p 120).

No combate às epidemias estavam ligadas as concepções higienistas que orientavam a população a manter ambientes salubres e ter atitudes voltadas aos hábitos de higiene. Tais atitudes são exemplos de pequenas ações para evitar o contágio e proliferação de doenças dentro de hospitais, casas e até mesmo instituições educativas, que eram vistas como principal espaço para a educação integrada a higiene,

O discurso médico-higienista adentrava o espaço escolar, estabelecendo a presença de médicos nessas instituições, na medida em que esse cuidava da saúde e da higiene dos espaços públicos. Porém, não é esse profissional que irá realizar a mudança cotidiana desses hábitos, mas é ele que irá incitá-la junto a toda sociedade, que é influenciada pelo discurso da Medicina (VICENTE, 2010, p. 102).

Portanto a presença e participação de médicos e pessoas responsáveis pela higiene e saúde eram fundamentais em instituições educacionais nesse período. Nesse sentido, consta no relatório de 1906, um agradecimento para Sra. D. Micaela Prates pela contribuição do bom estado sanitário do asilo, dispondo o mesmo de condições favoráveis de higiene. Além de ações ligadas à higiene e saúde, os médicos também praticavam a filantropia através de serviços gratuitos prestados no asilo, ganhando reconhecimento por parte da diretoria como pode ser contatado a seguir:

Pelo illustrado Medico Dr. Domingos Alves Requião, foram nossas asyladas attendidas com solicitude e carinho, sendo gratuitamente fornecidos os medicamentos que na <<Pharmacia Central>>, por ordem bom e philantropico medico, foram aviados. Pelo não menos humanitario medico cidadão Albino da Silva Fagundes, foram também attendidas as nossas asyladas com amoroso desvelo, tendo sido gratuitamente fornecidos os

medicamentos homoemopathicos pelo mesmo receitados (ASYLO..., 1906, p. 4).

No que se refere à instrução das internas, a escolarização ganha maior destaque no relatório de 1909. O presidente ressalta que é necessário um maior período para as aulas das meninas, mas que estas estavam tendo uma aula de leitura, contabilidade, escrita e outras ministradas pela profissional normalista Sra. D. Francisca Garcia de Oliveira que há anos colaborava com a educação no asilo e que também lecionava no Curso Particular Complexo/ Instituto Brasileiro (NEVES, 2007)⁵⁰.

No dia 10 de fevereiro de 1910, foi noticiado no jornal *Diário Popular* que o asilo precisava de uma professora de primeiras letras para lecionar na instituição. Naquele período, os exames letivos eram noticiados nos jornais, tanto nos dias que antecediam aos exames, quanto os resultados das avaliações e as premiações direcionadas para as meninas que se destacassem. Para Foucault (2013, p, 177) o exame é uma sanção normalizadora. Segundo o autor:

O exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos de disciplina, o exame é altamente ritualizado. Nele vêm-se reunir a cerimônia do poder e a forma de experiência, a demonstração da força e o estabelecimento da verdade.

As palavras do autor vão ao encontro da notícia publicada pelo jornal *Diário Popular* (20/12/1910):

Asylo S. Benedicto – Domingo, esteve no Asylo S. Benedicto a comissão designada pelo honrado intendente municipal para arguir nos rendimentos de varias disciplinas as meninas amparadas por essa benemerita instituição. A comissão, composta dos nossos amigos sr. capitão Luis Pennafiel e drs. Henrique d' Ávila Gonçalves e M. S. Gomes de Freitas, foi recebida á porta do estabelecimento por três representantes da directoria e conduzida á sala de aulas, onde foram procedidos os exames, que contaram, para as meninas mais adeantadas, de geographia rio grandense, arithimetica ou fracções decimaes, preliminares de geometria e analyse grammatical. O exame deu o seguinte resultado: 3ª classe – 1º premio: Ida Dora de Souza Almeida e Maria Baptista da Cunha, 2º premio: Dorothea Vieira Braga, Antonieta Rodrigues Chaves e Ignez Baptista da Cunha. 2ª classe – 1º premio: Maria Olympia da Silva, Edith Martins, Corina Paula da Cunha e Cristina Vieira Dias.

⁵⁰ Ressalta-se que esse é um período em que ainda não havia curso normal em Pelotas.

Relacionando com as palavras de Foucault (2013), percebe-se através da reportagem que o exame tinha por fim qualificar, classificar e nesse caso premiar as meninas que alcançassem os melhores resultados. A não premiação também pode ser interpretada como forma de punição: caso não estude o suficiente ou não seja inteligente o suficiente para competir com as colegas, a punição virá na medida em que os resultados que não alcançarem as primeiras colocações, não serão premiados. As meninas premiadas ganharam visibilidade (e quem sabe, uma melhor distinção para sua futura inserção profissional) através da publicação de seus nomes nesse jornal com grande circulação na cidade.

Os sobrenomes Baptista da Cunha aparece em duas ocasiões, o que indica que as meninas sejam irmãs, algo comum na época, irmãs órfãs ou extremamente pobres eram internadas na mesma instituição mantendo o vínculo familiar. A cerimônia para a realização do exame foi narrada pelo jornal com uma série de detalhes, mostrando que o asilo estava bem organizado e o quanto sua equipe diretiva estava trabalhando intensamente para oferecer uma boa instrução para as meninas desvalidas. O trecho a seguir é a continuação da reportagem.

Terminada a arguição a comissão felicitou, pelo bello resultado alcançado, a zelosa professorinha Olga Fernandes Gomes e solicitou dos srs. Pedro Joaquim Domingues, presidente, Firmo da Silva Braga, thesoureiro, Manoel Ferreira de Brito, secretario, e Ignácio Passos, director do mês a fineza de entregarem os 1º e 2º prêmios ás alumnas, o que gentilmente fizeram. A dierctoria do asylo mostrou a comissão os bellos e magníficos bordados feitos pelas asyladas, que tem como bondosa e incansável directora interna d. Arminda Machado de Oliveira. Visitou depois a comissão, as dependências do asylo, ficando os seus membros bem impressionados com o perfeito asseio e completa ordem existente. Antes de sahir a comissão a digna directoria ofereceu-lhe doces e vinho do Porto, trocando-se por essa occasião brindes muito cordeaes. Algumas asyladas offereceram aos examinadores lindos bouquets e trabalhos de bordados (DIÁRIO POPULAR, 20/12/1910).

Pode-se perceber que, na realidade, é noticiada uma propaganda da instituição, apresentando as boas condições de higiene do prédio, a adequação dos cômodos e a instrução voltada para meninas das classes menos abastadas. Também foi divulgado o trabalho de prendas domésticas (que será abordado ainda neste capítulo) como o bordado. Em uma instituição criada para amparar “as filhas do descaso”, da orfandade e da pobreza, os representantes municipais eram recebidos cordialmente, sendo servidos vinhos e doces, algo que remete aos costumes próprios da elite.

Sobre os documentos analisados do período em que Luciana de Araújo esteve no asilo, esta não é citada em momento algum nos relatórios. Nestes, ganham maior visibilidade membros da elite pelotense que de uma forma ou de outra contribuía com o asilo. Isso em função de que, provavelmente, não fosse objetivo do grupo fundador a autopromoção ou enaltecimento dos que só contribuía com o seu trabalho e sim a divulgação dos que contribuía com auxílio financeiro ou material. No primeiro ano de fundação a instituição contou com 8 recolhidas, no segundo ano contabilizava 12, em 1906 o número de meninas era de 26 e 1909 eram 28.



Figura 9: Luciana de Araújo junto às meninas
Fonte: Acervo Instituto São Benedito

Na fotografia (figura 9) que ocupa um quadro grande na parede do saguão do Instituto São Benedito, está presente a fundadora do asilo. É difícil identificá-la, pois se percebe a presença de outras senhoras e dessa forma, a identificação da fundadora é imprecisa, provavelmente seja a senhora que está em frente à porta do prédio. A fotografia foi registrada na primeira sede da entidade, segundo Magalhães (1991), ela foi registrada por André Hyppolito, em 1906.

Cabe frisar que Luciana, juntamente com o grupo de senhoras negras voluntárias, atuou no asilo durante sete anos, até sua mudança para a cidade de Bagé/RS em 1908. Entre as senhoras voluntárias que atuaram na instituição de

1901 a 1912, ministrando educação e ensinamentos domésticos, destacam-se os nomes de: Maria Salomé dos Santos, Adozinda de Campos Coelho, Emília de Miranda Prates, Maria Eulina dos Santos, Cândida da Silva Campos, Geralda Machado, Micaela Prates, Maria Barbosa Sequeira e Arminda de Oliveira Machado. Os nomes mencionados tratam-se de mulheres negras, esposas de membros da diretoria, exceto Maria Salomé, irmã dos construtores José e João Vivente da Silva Santos⁵¹, membros da primeira diretoria do asilo.

Entre os membros negros, colaboradores do asilo, conhecido na instituição, ganha destaque o nome de Benedito Lopes. Sua foto ocupa um espaço no salão de honra da instituição. De acordo com o Capítulo II, do Estatuto... (1911, p.5), “Art. 9º - Só aos socios Grandes Bemfeitores é concedida a regalia especial de fazerem parte da galeria de retratos desta associação, sendo, entretanto, respeitadas as já concedidas neste sentidos, pelas directorias e assembléas geraes transactas”.



Figura 10: Benedito Lopes Duro
Fonte: Acervo Instituto São Benedito

⁵¹ Informações extraídas dos Anais... (s/d) e fornecidas pela historiadora Beatriz Loner.

A figura 10 é a foto de Benedito Lopes, ex-escravo alforriado em 1884, conforme o trecho da carta de alforria condicional publicada no jornal Diário Popular (20/11/2010):

Benedito: 19 anos. Senhores Bernardo Lopes Duro e Camila Lopes Duro. Data da concessão 01.10.1884. Data de registro 17.10.1884; São Lourenço (Livro 17; p. 12V). A carta foi concedida “com a condição de servi-lhe por espaço de seis anos. Declaram mais, que antes de findar este contrato falecerem (os senhores), ficará o dito escravo livre de todo ônus”. O escravo foi recebido por doação da mãe das senhoras, Camila Gonçalves Meireles, e estava matriculado na Alfândega de Porto Alegre, sob nº 9240 da matrícula geral em nome do major Bernardo Lopes duro e sua mulher Camila Gonçalves Meireles.

Conforme os dados apresentados na carta de alforria pode-se constatar que Benedito herdou o sobrenome de seus donos. Não se dispõem dados se o ex-escravo era alfabetizado, em que situação mudou-se para Pelotas, mas pela análise de seu trabalho no asilo, percebe-se que este se engajou pelo menos em uma das lutas da comunidade negra: dar assistência às crianças desvalidas. Benedito ocupou a função de mordomo no asilo e em março de 1909 assumiu o cargo de tesoureiro na diretoria da instituição. Durante as reuniões da diretoria, era comum que Benedito pedisse a palavra para fazer agradecimentos em nome das meninas e relatar outros assuntos referentes à instituição, fato esse que registrado nas atas da diretoria.

Junto com Benedito, entre os quadros que se encontram no salão de honra e que se conseguiu identificar como de pessoas negras, encontram-se os de Luciana Lealdina de Araújo, Firmo da Silva Braga e José Veríssimo Alves. É relevante destacar que de acordo com o Capítulo II, Art. 9 do Estatuto... (1911, p. 5), “só aos socios Grandes Bemfeitores é concedida a regalia especial de fazerem parte da galeria de retratos desta associação, sendo, entretanto, respeitadas as já concedidas neste sentidos, pelas directorias e assembléas geraes transactas”. Tudo indica que a condição para ter sua fotografia exposta na galeria nobre da instituição se manteve, pois nos estatutos de 1952, os critérios eram os mesmos.

Outra pessoa que merece destaque é Arminda Machado de Oliveira, citada anteriormente, que assumiu a direção do asilo em 1907 e se manteve até 1912. Nos documentos consultados não foi mencionado o nome da diretora interna da instituição até 1907, o que se supõe que a direção tenha ficado a cargo de Luciana de Araújo.

Além disso, Arminda Oliveira assume a direção da instituição perto da saída de Luciana. Infelizmente, as atas e os relatórios não descrevem os motivos que levaram a saída de Luciana de Araújo da instituição, mas tudo indica que Arminda assumiu o cargo que antes era ocupado pela principal idealizadora para fundação do asilo. Dona Arminda conseguiu professoras para alfabetizar as meninas e a colaboração do notável Maestro Bandeira para o ensino de solfejo, canto e música.

Segundo as informações coletas para a pesquisa, D. Arminda era negra e na função de diretora interna da instituição, não poupou esforços para atender as necessidades das meninas do asilo. A diretora interna ficou no cargo por cinco anos, solicitando exoneração do cargo em 1912, quando a administração interna do asilo foi entregue as Irmãs da Congregação do Puríssimo Coração de Maria, atual Imaculado Coração de Maria.

Conforme foi contatado, nos primeiros anos, a diretoria do asilo era formada por homens negros. A partir de 1914, os nomes de homens brancos se misturam aos negros para a formação da diretoria do asilo. Aos poucos os negros vão se ausentando dos cargos diretivos, sendo constituída uma diretoria predominantemente branca.

3.2.2 Luciana Lealdina de Araújo, seu trabalho em Pelotas e na cidade de Bagé

A história sobre a vida daquela considerada como principal fundadora do Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas desperta interesse de muitos pesquisadores, principalmente pelo período em que esta conseguiu realizar obras tão importantes em prol das crianças desvalidas. Passados poucos anos da Abolição da Escravatura no país, os negros ainda encontravam diversas dificuldades. Sua circulação entre clubes, bares, cafés, teatros e outros locais públicos, eram restritas, marcada pelo preconceito racial que separava os brancos dos negros.

Se para os homens negros a circulação em diferentes espaços sociais era limitada, para as mulheres negras não seria diferente. Em se tratando das mulheres da elite, estas se destacavam na vida pública principalmente quando envolvidas em atividades de benemerência, espaços esses em que a presença das mulheres eram aceitas e estimuladas.

Em Pelotas se tem como exemplo a Bibliotheca Pública Pelotense. Conforme Peres (1995), fundada, organizada e dirigida por homens, tendo estes como primeiros sócios e alunos frequentadores dos cursos noturnos durante trinta e oito anos, a presença das mulheres só era solicitada nos momentos em que teriam que desenvolver tarefas consideradas do universo feminino, como as de prendas domésticas (bordar, cozer, pintar, crocheter) realizadas para os Bazares de Prendas e Exposições de Artes na entidade, objetivando arrecadar fundos para sua manutenção. A presença da mulher também era solicitada para tocar em saraus, bailes, concertos e outros eventos realizados na Bibliotheca.

Dado o exposto, é difícil imaginar uma mulher negra, pobre, fundando e administrando um asilo para órfãs em tempos tão difíceis como o início do século XX. Para tanto, julga-se que foi necessária a articulação dela com homens influentes que estivessem dispostos a colaborar com o recolhimento e a instrução de meninas desvalidas, neste caso, os líderes e intelectuais negros de Pelotas, mencionados anteriormente.

Por isso, é difícil destacar e eleger Luciana como a única fundadora do Asilo de Órfãs São Benedito, mas se reconhece que sua atuação foi fundamental e determinante para que essa instituição que atualmente ainda está em pleno funcionamento, fosse tão significativa na vida das mais necessitadas, desempenhando o papel da família, escola e da Igreja. Após o trabalho em Pelotas, em 1908 ela mudou-se para a cidade de Bagé/RS.

Luciana Lealdina de Araújo era uma mulher alta, robusta, de cor, muito a frente das mulheres de seu tempo. A “Mãe Preta” para alguns, “Mãe Luciana” para os bageenses, é considerada umas das figuras populares da cidade de Bagé⁵². Naquela cidade, quando se menciona o nome de Luciana Lealdina de Araújo, muitos dizem que não a conhecem, mas quando se fala da “Mãe Luciana”, muitos narram histórias sobre ela, demonstrando o carinho e gratidão pela senhora negra fundadora de um orfanato em Bagé.

⁵² A cidade de Bagé localiza-se aproximadamente a 195 quilômetros da cidade de Pelotas. Foi fundada em 17 de julho de 1811 pelo militar português Dom Diogo de Souza. Foi elevada à cidade em 1859.

Conforme já exposto, Luciana era filha de mãe escrava da qual não se conhece o nome. Seu pai se chamava Napoleão Fernandes de Araújo⁵³. Sobre a instrução de Luciana, conforme relata Irmã Assunta (27/12/2013):

[...] aprendeu a ler e escrever com os filhos dos senhores porque ela cuidava do estudo dos meninos dos senhores e cuidando do estudo ela aprendeu a ler e escrever e ela lembrava que as negrinhas nunca tinham direito de aula e ela sentia isso ela disse: "eu vou ainda fundar uma casa para poder ensinar a ler e escrever para essas crianças".

As palavras da Irmã dão suporte à hipótese de que Luciana foi alfabetizada através do acompanhamento dos filhos dos senhores. Cabe frisar que Irmã Assunta viveu em período posterior ao de Luciana, mas seu depoimento é de extrema importância, pois entre os depoentes para a presente pesquisa, esta é a que mais se aproxima do período estudado, uma vez que a Irmã ingressou no Instituto São Benedito no início da década de 1950 e lá se mantém até os dias de hoje.

Sobre a escolarização dos negros no século XX, Muller (2006, p. 2) elucida:

É freqüente que o imaginário social brasileiro, acredite que a população negra só tenha tido acesso à escola nos idos dos anos cinqüenta, sessenta do século XX. Explica-se esse suposto acesso tardio, devido ao restrito desenvolvimento do ensino público, mas também a uma certa "imprevidência" das famílias negras.

Para a autora esse suposto não passa de um mito falso uma vez que pode-se constatar a presença de negros em muitas fotografias. O fato é que desde o sistema escravista, por exemplo, os cursos noturnos que matriculavam negros livres e em algumas províncias, negros escravos, até parte do século XX, a frequência de alunos negros à escola era bastante limitada. Passado a escravidão e o período Imperial, "a República não expandiu os direitos políticos imediatamente após a proclamação, nem garantiu o acesso de todos à educação durante muitas décadas" (GONÇALVES, 2000, p. 328).

Souza (1998) reforça essa ideia ao notar pequena presença de crianças negras nas fotografias das classes de grupos escolares, no entendimento da autora, essa presença minoritária era devido às péssimas condições sociais em que se encontrava a população negra. Portanto, os motivos que levaram Luciana a fundar o

⁵³ Informação localizada no Livro de Registros de Sepultamentos do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé.

Asilo de Órfãos São Benedito expressas nas palavras da Irmã Assunta são coerentes na medida em que as crianças negras encontravam dificuldades para a sua instrução e acolhimento em instituições assistencialistas.

Nos relatos da Irmã Assunta, ela afirma que Luciana após ter ficado curada da tuberculose se instalou em uma casa bem “pobrezinha” em Pelotas, juntamente com seis meninas na qual ela ensinava tudo. Só após sua instalação no primeiro local de funcionamento do Asilo de Órfãos São Benedito é que Luciana arrumou uma diretoria. Para a Irmã, os motivos que levaram Luciana a deixar Porto Alegre e mudar-se para Pelotas estavam relacionados com o trabalho dos negros nas charqueadas, pela alta mortalidade desses negros e pelo contingente de crianças negras que ficavam órfãs, filhas desses trabalhadores.

Quando questionada sobre a mudança de Luciana para Bagé, ela afirma que *“tinha muita criança órfã em Bagé e estavam na rua porque não tinha ninguém que cuidasse deles né, negro não tinha vez. E ela foi pra lá e fundou o asilo”*. (IRMÃ ASSUNTA, 27/12/2013), neste caso o Orfanato São Benedito. Mais tarde o jornal *A Alvorada* (07/05/1933, grifo nosso) descreveu a saída de Luciana da cidade de Pelotas da seguinte forma: *“tendo levado a efeito sua missão e fundado o Asilo de S. Benedicto de Pelotas, e ainda sob espinhos e ingratições, rotas as sandalias a palmilhar sarcasmos de uns motejos incrédulos de outros, ei-la a caminho de Bagé”*.

Provavelmente tenha havido desacertos internos quanto à condução de seu trabalho no asilo, ou tenha ela percebido ser Bagé uma cidade acolhedora e propícia ao seu trabalho, com membros da elite que respaldassem sua iniciativa de criar mais um asilo. Ressalta-se que esse fato é mencionado pelo jornal *A Alvorada*, duas décadas após sua saída de Pelotas e após sua morte.

O próprio interesse e acolhimento da Igreja de Bagé pode indicar interesse dos católicos bageenses em ter Luciana na cidade para realizar um trabalho semelhante ao desenvolvido em Pelotas, mas são apenas indícios que necessitam maiores estudos. A chegada de Luciana em Bagé foi descrita pelo jornal *Correio do Sul* (27/06/1947) quando anos mais tarde homenageou a fundadora do Orfanato São Benedito.

Num desses dias que correm normalmente, às 17 horas e 30 minutos, pelo trem vindo do litoral, no ano de 1908, chegava a esta cidade, incógnita, a parda Luciana Lealdina de Araújo. Ninguém a esperava, para nós eram desconhecidas as suas virtuosas credenciais. Na estação local não havia

flores, nem música, nem foguetes, nem mesmo pessoa alguma, aguardando a grande alma que passaria a conviver conosco. Trazia a boa Luciana, o que bem poucos conheciam, um coração repleto de sublimes virtudes evangélicas; acompanhava-a um nobre ideal: o firme propósito de fundar o *Orfanato São Benedito*, a exemplo do que já havia feito na cidade de Pelotas. Sua bagagem constava de pouca roupa, muitas imagens de santos, em medalhas – de metal – e em papel, e três meninas por ela criadas, a Alice, a Avelina e a Julieta.

Como é possível perceber através do excerto do jornal, em 1947 o periódico indica o quanto à presença de Luciana foi significativa e grandiosa para a cidade. Sua chegada na “Rainha da Fronteira”, como é conhecida a cidade de Bagé, deveria ter sido anunciada para que a população bageense a recepcionasse com flores, música, foguetes e outras ações próprias da época quando anunciavam a chegada de alguém importante da cidade. Mas em 1908 Luciana ainda era desconhecida, era mais uma mulher negra, humilde, que desembarcou na estação férrea acompanhada das filhas.

Nos primeiros dias de sua chegada à cidade, Luciana e as filhas hospedaram-se em um pequeno hotel localizado na Praça da Estação. Sensibilizados pela situação precária na qual se encontrava Luciana e suas filhas, o ilustre casal Cel. José Otávio Gonçalves e Carolina Gonçalves, resolveram hospedá-las em sua residência (CORREIO DO SUL, 27/6/1947).

Para o seu sustendo e o das crianças que tinha adotado, Luciana dedicou-se à fabricação de balas e doces que vendia para os passageiros dos trens que passavam pela estação. “Mãe Luciana” costumava adotar às crianças abandonadas que ia encontrando, chegando a alugar um prédio espaçoso para abrigá-las. Suas atitudes fizeram com que Monsenhor Cóstáble Hipólito a apoiasse e auxiliasse e juntos fundaram o Orfanato São Benedito (FAGUNDES, 2005; ROTERMUND, 1981).

A figura de Monsenhor Cóstáble Hipólito representa a presença da Igreja no trabalho com a orfandade na cidade de Bagé. Destaca-se que naquele período a Igreja intensificou sua atuação no âmbito da educação e no trabalho com a infância desvalida. Em 1910, foram criadas as primeiras dioceses no interior do estado do Rio Grande do Sul, tendo Pelotas como uma das cidades sede (AMARAL, 2003).

Na década de 1910, Bagé pertencia a Diocese de Pelotas, ganhando Diocese própria somente em 1960. Como atuação da Igreja no âmbito educacional, destaca-se a criação da instituição confessional feminina católica, Colégio São José em

Pelotas no ano de 1910, administrado pelas Irmãs da Ordem de São José de Chambéry e frequentado pelas moças da elite; e a chegada das Irmãs do Puríssimo Coração de Maria, atual Imaculado Coração de Maria, para assumir a direção interna do Asilo de Órfãos São Benedito em 1912.

Outro fato que cabe ser frisado é a criação do periódico quinzenal *A Palavra* em 1912, “editado ininterruptamente até 1959, órgão oficial de divulgação e propagação do catolicismo na cidade de Pelotas” (AMARAL, 2003, p. 97). Portanto, fica evidente que os primeiros anos do século XX foram marcados pela propagação do trabalho da Igreja com a educação nas cidades de Pelotas e Bagé, o que pode ter influenciado o interesse pelos trabalhos de Luciana de Araújo.

O jornal *A Alvorada* (07/05/1933) descreveu com belas palavras a chegada de Luciana em Bagé até a fundação do orfanato:

Na cidade fronteira arma sua tenda, robustece sua fé, e com os olhos fitos nas chagas de Jesus levanta o orfanato de <<São Benedito>> irmanando duas raças, debaixo do mesmo palio de caridade, porquanto foi destinado <<a recolher e a educar órfãos pobres, do municipio sem distinção de côr ou religião>>.

A reportagem do jornal foi em homenagem a Luciana e suas virtudes teológicas descritas como sendo: fé, esperança e caridade. Na continuação da homenagem, o jornal complementa: “coroemos estas linhas, em palida homenagem, com a publicação do cliché da veneranda senhora, que se vê com dois orfãosinhos nos braços” (A ALVORADA, 07/05/1933).



Figura 11: Luciana Lealdina de Araújo e dois órfãos
 Fonte: Acervo Bibliotheca Pública Pelotense

A figura 11 trata-se de um retrato retangular, registrado em estúdio (SCHVAMBACH, 2010), também publicado no mesmo periódico do dia 10 de setembro de 1933, pela passagem do aniversário de 24 anos do Orfanato São Benedito, em Bagé.

Infelizmente o jornal não indica a data da fotografia, pois a sua publicação no periódico foi após a morte de Luciana e nem expressa com precisão o sexo das crianças que estão juntas à fundadora, uma vez que o Orfanato São Benedito, diferente da instituição de Pelotas, acolheu meninos e meninas. Pela bengala (à esquerda na figura 11), se supõe que Luciana já estava no avançar da idade, portanto, a fotografia pode ter sido registrada na década de 1920. Na edição de 7 de maio de 1933, o jornal pelotense transcreveu a ata de fundação do Orfanato São Benedito pelo Monsenhor Cóstabile Hipólito⁵⁴, conforme a seguir:

⁵⁴ Segundo Rotermund (1981) era italiano da cidade de Salvino, nasceu em 21 de abril de 1867, ingressou no Ginásio Conceição na cidade de São Leopoldo/RS e mais tarde, na Itália, foi ordenado sacerdote em 1892. No seu retorno ao Brasil, atuou em diversas paróquias de Porto Alegre, sendo também diretor de muitas escolas. Foi enviado para Bagé em 1906. Era figura de extrema importância para o clero gaúcho, homem muito culto, grande orador, estimado pelos fiéis de Bagé, visitava os paroquianos do interior do município no lombo do cavalo, vestido “a moda dos velhos vigários da campanha: batina arregada, poncho desfraldado, lenço grande no pescoço e, na cabeça, um chapéu barbicacho” (ROTERMUND, 1981, p. 69). O importante vigário faleceu no dia 13 de agosto de 1956, tendo seu nome reconhecido pelo povo bageense.

<<Acta Official. Da fundação do orphanato <<São Benedicto>>, de Bagé. Sua fundação, fins do mesmo orphanato e estatutos aprovados e devidamente legalizados pelas autoridades competentes: Ildefonso Ribeiro, serventuario de Justiça do officio de Notario do 2º Cartorio e Official provisorio do registro Especial, desta cidade. Certifico por me ser verbalmente pedido que revendo o livro sob o n. 1 de registro e titulos, documentos e outros papeis, nelle de folhas vinte e sete, a vinte e sete verso, se encontra o registro do documento pedido, cujo teôr <<verbo adverbun>> é o seguinte: Numero de ordem quarenta e dois. Mez outubro dia dezenove – registro duma acta da fundação do Orphanato S. Benedicto, nesta cidade, extrahida da primeira folha, de um livro apresentado pelo rvmo. Costabile Hyppolito – Acta da fundação do Orphanato S. Benedicto. No dia 1º de setembro de 1909 (mil novecentos e nove) dia de N. S. da Consolação, depois de invocar o SSmo. Nome de Deus, e Sagrado Coração de Jesus, tendo celebrado a Sta. Missa assistida por muitos fieis, cuja nota abaixo enumera, *a pedido duma pobre e modesta mulher de côr, Luciana Lealdina de Araujo, natural da cidade de Porto Alegre, lancei a benção e fundei o Orphanato S. Benedicto, destinado ao amparo das crianças desvalidas, especialmente ligada a Parochia de S. Sebastião de Bagé, e sob a direcção do Revmº. sr. Vigario, no que diz respeito a parte material do edificio e seus pertences, ficando entretanto, entregue a fiscalização e direcção Interna sob vigilancia de sua benemerita iniciadora Luciana Lealdina de Araujo, que prestou compromisso, sobre os Santos Evangelhos, de nada resolver, mesmo na ordem interna da casa, sem ouvir seu director espiritual, o Rvmo. sr. Vigario da Parochia. Como recompensa á sua nobre iniciativa e trabalho, foi-lhe por mim conferido o titulo de benemerita fundadora, esperando, ainda, muito de sua abnegação e trabalho, assim como do valioso amparo da caridade da bemfazeja população de Bagé, que sempre carinhosa e fartamente, tem sabido corresponder às humanitarias obras que florecem neste abençoado recanto de nosso querido Brasil. Bagé, 1º de Setembro de 1909. Costabile Hyppolito, Viagario de Bagé. Tenente coronel Oscar Salis, Martim Silveira. Pedro A. Cunha. Jorge Reis – Advogado. Geraldo da Silva Soares – Advogado. João Fileto Corrêa. Viariato Azambuja. Reconheço verdadeiras, as 8 assignaturas, que ficam ao lado de si (A ALVORADA, 07/05/1933, grifo nosso).*

Ao que está posto entende-se que o orphanato fundado pelo Monsenhor Costáble Hipólito pertencia à Igreja Católica, estando sob à vigilância e direção interna de sua “benemérita fundadora” que se comprometia a submeter suas decisões ao vigário da paróquia Monsenhor Costáble Hipólito. Pode-se afirmar que com a capacidade aglutinadora em prol de uma causa, a experiência adquirida na criação do asilo de Pelotas e respaldada por membros ligados à Igreja Católica, Luciana não só atuava como diretora interna da instituição, mas também incansavelmente angariava recursos para a manutenção do orphanato.

A primeira sede do orphanato foi em um sobrado na antiga Praça Duque de Caxias. O antigo sobrado foi demolido e atualmente no terreno que funcionou o orphanato, está instalada a Escola Justino Quintana.



Figura 12: Antigo sobrado onde foi a primeira sede do Orfanato São Benedito
Fonte: Fagundes (2005)

O orfanato não funcionou muito tempo nesse prédio (figura 12). A senhora Ana Gaffrée, depois de tomar conhecimento dos trabalhos de Luciana, adquiriu e reformou um casarão onde funciona até hoje o antigo orfanato, atual Educandário São Benedito⁵⁵.



Figura 13: Escola São Benedito
Fonte: Acervo digital da autora (2013)

⁵⁵ Informações coletadas através de uma publicação do site: www.alobage.com.br

Na fotografia (figura 13), consta apenas parte da fachada da Escola São Benedito. A sede da escola fica em um grandioso prédio de esquina, ocupa metade do quarteirão e passou por muitas reformas para aumentar a oferta de vagas.

No início, para sustentar o orfanato e os recolhidos, Luciana além das vendas de doces e santinhos, também pedia esmolas, o mesmo que fazia para arrecadar donativos no asilo de Pelotas. A mulher que dedicou sua vida para fazer o bem às crianças teve um episódio emocionante, descrito pelo jornal *Correio do Sul* (30/04/1978):

Quando o Coliseu funcionava ali onde os capuchinhos estão construindo um seminário, num galpão imenso de madeira, com capacidade para mais de três mil espectadores, na frente da calçada dessa casa de diversão, colocava-se a Mãe Luciana, com um tabuleiro de doces os mais variados, feitos pelas suas inocentes filhinhas, oferecendo e vendendo aos assistentes que passavam. Um guri dizia: “Não tenho dinheiro, Mãe Luciana, posso tirar um doce?” Ela respondia com carinho: “Leva, meu filho, depois tu pagas”.



Figura 14: Orphanato São Benedito – Bagé
Fonte: Acervo Bibliotheca Pública Pelotense

A fotografia (figura 14) foi publicada na revista *Ilustração Pelotense* de número 8, do ano de 1919. Nas páginas do impresso apenas consta a fotografia sem acompanhar reportagem e maiores dados. Como as senhoras negras daquele período tinham características físicas semelhantes e pela qualidade da imagem, a

exemplo da fotografia referente ao asilo de Pelotas (figura 9), é difícil identificar Luciana.

Supõe que ela seja a senhora segurando um bebê, posicionada à direita da imagem. Também a direita da imagem nota-se a presença de um religioso. Comparando com outra fotografia do Monsenhor Costábile Hipólito, o religioso da figura 15, possivelmente seja o vigário que tanto apoiou e lutou ao lado de Luciana. É relevante frisar que são apenas indícios, não se pretende aqui fazer afirmações imprecisas. As outras senhoras presentes nas fotografias podem se tratar também de senhoras negras voluntárias, o mesmo que aconteceu no asilo de Pelotas durante os primeiros anos do século XX.

Outra figura que ficou conhecida por acompanhar Luciana na sua peregrinação e ajuda às crianças, foi Florentina Ferreira. Segundo o mesmo jornal:

Envelhecida de tantas lutas e aflições, Mãe Luciana passou a ter o concurso de uma preta baixinha, gorducha, cabelos encarapinhados, formando como que uma touca, sem encostar nas orelhas, pernas em arco, exageradamente tortas, irmã direta do mesmo ideal, passou a ser a sombra de Mãe Luciana, sempre ao seu lado, solícita e dedicada, como ninguém. Florentina Ferreira, parceira incansável na manutenção do Orfanato São Benedito (CORREIO DO SUL, 30/04/1978).

A exemplo de Luciana, as informações sobre quem foi Florentina Ferreira são restritas, mas através da riqueza das descrições físicas publicadas pelo jornal, se sabe que Florentina era uma mulher negra, facilmente identificada como integrante desse grupo étnico-racial, pelas suas características fenotípicas: cor preta e cabelos encarapinhados. Florentina faleceu em 1941, 11 anos depois da morte de Luciana,

As histórias relacionadas às iniciativas de Luciana para manter o orfanato, repercutem até hoje entre a população bageense. Exemplo de uma moradora local é a professora Élide Hernandez Garcia, uma simpática senhora, funcionária do Museu Dom Diogo que me auxiliou durante a pesquisa. A professora contou algumas histórias relacionadas à fundadora e ao orfanato, entre elas, as doações realizadas em prol do orfanato ainda no tempo da atuação de Luciana. Dona Élide é um exemplo de pesquisadora que transita entre jornais do início do século XX. Através da sua orientação que foi possível localizar algumas notícias publicadas no período estudado.

Luciana com o avançar da idade foi ficando doente e cansada. Depois de trabalhar nove anos no orfanato, resolver entregar a administração para as Irmãs do

Puríssimo Coração de Maria, atual Imaculado Coração de Maria, a mesma Congregação que desde 1912 passou a administrar Asilo de Órfãos São Benedito de Pelotas, conforme a reportagem do jornal bageense *O Dever* (04/07/1919):

Esta pia instituição acaba de entrar em uma nova phase de organização que vem coroar, por completo, os fins para que por mão caridosa, foi fundado. As humildes e desamparadas criancinhas que alli estão e as que para o futuro forem recolhidas, receberão alem de maior conforto, educação religiosa e domestica, de modo a prepara lãs para as luctas da vida [...] A população de Bagé, de há muito tem em merecida conta o Orphanato São Benedito e cioso seria numerar as pessoas desta cidade que a elle tem dado seu appoio moral e material. Porem a tarefa não está terminada, ella é dessas que requer continuo appoio de todos, para que não soffra solução de continuidade e não baqueie a feliz obra que Luciana, a benemérita fundadora, com seu grande coração lançou o nosso meio social. Agora, graças a acção do exm^o. Sr. Bispo a pedido do sr. Vigário Costabile e Luciana foi o Orphanato São Benedito entregue aos cuidados e direcção da ordem religiosa <<Puríssimo Coração de Maria>> que além de muitos estabelecimentos de educação espalhados pelos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul [...] Fácil é comprehender que o Orphanato São Benedito entre as Irmans, de Ordem Puríssimo Coração de Maria como está, torna-se uma instituição de completa utilidade publica, porque nelle as humildes crianças que vem ao mundo sem amparo, receberão conforto e educação que só as incansáveis Irmans religiosas sabem dar e dispensar aos que necessitam.

A chegada da Congregação no orfanato no dia 28 de julho de 1919, foi vista com “bons olhos”, pois se trata de uma Congregação católica, atuando em uma instituição de caridade com amparo e instrução direcionada às crianças desvalidas. Além de ser mais um espaço educativo com a inserção da igreja objetivando a intensificação da educação moral e religiosa. Na mesma reportagem, o jornal faz um apelo para que a população continue apoiando as Irmãs e fazendo doações para manter o orfanato.

Depois de deixar o orfanato, Luciana assumiu a direção de uma creche na qual o seu nome e local de funcionamento não foram identificados nos documentos consultados. Os moradores da cidade contatados durante a pesquisa, também não souberam dar maiores informações sobre a creche.

“Mãe Luciana” se tornou uma figura popular em Bagé, um símbolo da caridade. O mesmo não aconteceu em Pelotas, aliás, na “Princesa do Sul” os nomes de negros que muito contribuíram com a cidade estão ausentes da visibilidade histórica, não são enaltecidos como o nome de muitos charqueadores e de famílias ilustres dando a parecer que pouco contribuíram para a constituição da cidade e de

suas instituições. O próprio jornal pelotense, *A Alvorada* (07/05/1933) fez uma breve crítica sobre o assunto, conforme o trecho a seguir:

Como premio á sua acrisolada abnegação que não foi esquecida como em Pelotas, fala bem alto em suas disposições gerais o art. 46 dos Estatutos do Orfanato São Benedicto: << Nos fundos do Orfanato <<S. Benedicto>> fica uma modesta casa com frente para a rua General Osorio em usufruto e moradia de D. Luciana Lealdina de Araujo em quanto viver, como homenagem e gratidão pelos relevantes serviços prestados pela Senhora é benemerita instituição>>.

Pela reportagem do jornal, se supõe que Luciana possa ter dirigido a creche mencionada, mas continuando a residir no orfanato. Quando procurada a casa citada pelo semanário, a edificação não foi localizada, em função talvez, das inúmeras reformas no prédio que funciona a Escola São Benedito. No espaço indicado se encontra o jardim, horta e pomar cuidado pelas Irmãs que vivem na instituição. Luciana permaneceu solteira, vindo a falecer às 8 horas do dia 27 de novembro de 1930, sendo sepultada no dia 28, às 10 horas e 30 minutos.



Figura 15: Túmulo de Luciana de Araújo
Fonte: Acervo digital da autora (2013)



Figura 16: Fotoporcelana
Fonte: Acervo digital da autora (2013)

Uma funcionária do cemitério local relatou que o corpo de Luciana foi sepultado em outra catacumba. Anos depois do seu falecimento, seus restos mortais foram transferidos e depositados no túmulo registrado na fotografia da esquerda (figura 15). A figura 16 corresponde a fotoporcelana colocada no túmulo de Luciana de Araújo com a seguinte frase; “A mãe da caridade”.

Na expectativa de encontrar o nome de algum familiar, alguém responsável pela manutenção do túmulo de Luciana, buscou-se o registro do túmulo entre os documentos referentes aos terrenos perpétuos do cemitério, o referido documento não foi localizado. As informações como data, horário do falecimento e sepultamento, bem como o nome do pai de Luciana, foram localizadas no Livro de Registro de Sepultamentos.

O túmulo da benemérita é um dos mais visitados do Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé durante o Dia de Finados. Muitas são as placas de homenagem póstuma e agradecimentos por graças alcançadas. Para a manutenção e melhor visualização das placas, elas constantemente são retiradas e recolocadas no túmulo. Entre muitas frases, a que predomina é: “A Mãe Luciana por uma graça alcançada”. Essas homenagens representam o reconhecimento e fé de Luciana possa interceder na concessão de graças aos que a ela recorrem em oração.

Próximo ao túmulo de Luciana está localizado o túmulo de Maximiano Domingos do Espírito Santo. Conforme descreve Rotermund (1981, p. 77):

No cemitério de Bagé, encontra-se uma sepultura coberta por alta pedra funerária, cheia de placas contendo agradecimentos por graças alcançadas. Trata-se do túmulo conhecido por Mão Preta e Mão Branca, pois numa face de pedra funerária foi esculpida uma mão branca apertando uma mão negra. Aqui repousam os despojos de um cidadão de cor que no século passado, muito em benefício dos pobres e doentes e cuja alma a população atribui a concessão de graças e milagres. Se falo em Maximiano Domingos do Espírito Santo, ninguém adivinhará de quem se trata, mas se acrescento ao nome “Mão preta e mão branca” lembrar se-ão de que me refiro ao popular Preto Caxias.



Figura 17: Túmulo Preto Caxias
Fonte: Acervo digital da autora (2013)



Figura 18: Parte da pedra funerária
Fonte: Acervo digital da autora (2013)

As imagens (figura 17 e 18) correspondem ao túmulo que também recebe visitas regularmente do povo bageense. A história dessa importante figura popular é muito interessante e cabe aqui ser abordada. Segundo Rotermund (1981), Preto Caxias⁵⁶ nasceu no Rio de Janeiro e chegou a Bagé na condição de soldado do 8º Batalhão de Infantaria. Em 1847, deu baixa do exército por conclusão de tempo. Resolveu fixar residência na cidade e com o passar dos anos se dedicou às ações de beneficência, sendo venerado por tais atitudes.

Por muitos anos foi enfermeiro, exercendo também a função de zelador da Santa Casa de Caridade, local de seu falecimento em 1º de julho de 1888. Seu sepultamento foi acompanhado por uma multidão de admiradores. A mão preta apertando a mão branca (figura 18), presente na lápide do Preto Caxias relembra o aperto de mão trocado com a Princesa Isabel, que vinda de Pelotas, passou pela cidade em fevereiro de 1885, na qual ele foi apresentado como benfeitor dos doentes e desprotegidos da sorte.

Para saber sobre Preto Caxias não precisa de muita pesquisa bibliográfica, basta perguntar aos moradores da cidade que estes vão narrar parte de sua

⁵⁶ Esse apelido atribuído a Maximiliano é uma referência à bondade e às virtudes de Duque de Caxias (BASTIANELLO, 2011).

trajetória. Atualmente o túmulo é visitado por jovens e velhos, que o cobre de flores e placas de agradecimento com frases semelhantes às placas colocadas no túmulo de Luciana. A seta na figura 16 indica uma pequena abertura no túmulo, local em que muitos fiéis depositam bilhetes com pedidos e agradecimentos. Seu nome é invocado em muitas orações, pois seus devotos acreditam na sua intercessão para alcançar as graças almejadas. Bastianello (2011) salienta que o túmulo está localizado em um espaço privilegiado do Cemitério da Santa Casa de Caridade. Para a autora:

[...] é indubitável que a escolha do local seguiu um critério de valorização social, conferido a um indivíduo provindo de um setor social de pouco prestígio [...] este espaço estava reservado às famílias de projeção sócio-econômica nesta cidade, e, mais do que isto, àqueles que representavam a ortodoxia cultural católica. E este era o caso do Preto Caxias, que se notabilizou pelos seus serviços de caridade cristã (BASTIANELLO, 2011, p. 7-9).

Portanto, cabe aqui destacar a singularidade de que a cidade de Bagé valoriza e referencia duas pessoas negras católicas que tanto colaboraram e trabalharam em prol dos mais necessitados. Luciana de Araújo é nome de uma rua em Bagé. Em Pelotas, há a Escola Municipal de Ensino Fundamental Luciana de Araújo, inicialmente instalada no Asilo de Órfãos São Benedito, com a designação de Colégio São Benedito, no dia 13 de maio de 1937. De acordo com Magalhães (1991, p. 5):

Através do Decreto nº. 2009/50, o Prefeito Municipal de Pelotas, Joaquim Duval, municipalizou a aula desta Entidade e no Decreto nº. 213/50, numa homenagem à benemérita fundadora do Asilo São Benedito, deu-lhe a denominação de Escola Municipal Luciana Lealdina de Araújo. Até o fim de 1958, manteve a sua sede no São Benedito e, a pedido da própria obra à Prefeitura, foi transferida do mesmo.

Atualmente a escola funciona em um prédio próximo ao centro da cidade, à rua Voluntários da Pátria. Em outubro de 2013, o jornal *Diário Popular* divulgou o projeto proposto pelo vereador Marcus Cunha e aprovado pela Câmara de Vereadores de Pelotas.

A Lei 6.042, determina que a partir de 2014 os estudantes das escolas da rede municipal recebam material gráfico com a síntese biográfica que deu nome a sua escola. A lei de incentivo de divulgação dos nomes das escolas surgiu a partir

da constatação de que até mesmo muitos diretores das instituições escolares desconhecem o histórico do personagem que deu nome a escola. Uma das escolas abordadas pela reportagem foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Luciana de Araújo.

A equipe do jornal esteve na escola e conversou com um grupo de aproximadamente 15 estudantes de diversas classes. Ao mostrarem o quadro com a imagem de Luciana poucos sabiam de quem se tratava. (DIÁRIO POPULAR, 27/10/2013). A lei proposta pelo vereador de Pelotas é de extrema importância para a valorização e preservação para a história e memória institucional⁵⁷.

O nome de Luciana de Araújo ganhou destaque no calendário publicado em 1988 elaborado para o centenário da Abolição da Escravatura no país.

⁵⁷ O mesmo ocorre com o projeto intitulado *Acervos escolares: possibilidades de pesquisa, ensino e extensão no campo da História da Educação*, coordenado pela professora Giana Lange do Amaral. O projeto financiado pelo CNPq é executado em escolas da rede pública de ensino de Pelotas que demonstram interesse em um trabalho que busque a valorização, organização e constituição de acervos históricos como documentos, livros, mobiliário, material de ensino, enfim, objetos que fazem parte da cultura material escolar.



Figura 19: Vultos Negros no Rio Grande do Sul⁵⁸

Fonte: Arquivos de Cultura Contemporânea



Figura 20: Luciana Lealdina de Araújo: Mãe Preta

Fonte: Arquivos de Cultura Contemporânea

A figura de Luciana corresponde a senhora que se localiza a esquerda do mês de março. A fotografia utilizada no calendário é a mesma que está em seu túmulo. Devido ao tamanho e baixa qualidade da imagem, cabe explicitar (Tabela 2) quem são os personagens destacados no calendário.

⁵⁸ Figuras 19 e 20 correspondem ao calendário localizado no site:

http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=Arq_Cultura&pagfis=9148&pesq=&url=http://d.docvirt.com/docreader.net

Tabela 2: Resumo das biografias dos personagens destacados no calendário intitulado: *Vultos Negros no Rio Grande do Sul*

Mês	Personagem	Resumo da biografia
Janeiro	Escrava Maria José Santa Josefa	Segundo se conta, Maria José era escrava negra muito bonita que vivia nas imediações da Sanga Micaela. Levada ao pelourinho e sujeita a terríveis torturas, veio a falecer, sendo enterrada num local de onde, anos depois, dizia-se, escorria sangue. Aberta a cova, constatou-se que seu corpo estava intacto.
Fevereiro	Maria Tereza Joaquina de Oliveira Rainha Jinga	Nasceu em Ramalhete, distrito de Osório nos fins do século XIX. Por ocasião da morte de sua mãe, herdou o cargo de Rainha Jinga do Maçambique, numa sucessão de chefias que vem desde tempos imemoriais. Em dezembro de 1980, quando de sua morte, um imenso préstito acompanhou o caixão até o cemitério de Osório.
Março	Luciana Lealdina de Araújo Mãe Preta	O grande mérito de Luciana Lealdina de Araújo foi seu imenso amor à raça humana especialmente aos negros, a quem se dedicou toda sua vida. Nascida à 13 de junho de 1870, em Porto Alegre, Luciana pertencia a uma família muito pobre.
Abril	Maria Salomé da Silva Santos	Na cidade de Pelotas, no ano de 1873, nasceu Maria Salomé das Silva Santos, uma negra diferente para época, pois aprendeu a ler e a escrever, entendia de música e tocava piano. Na década de 1930, destacou-se como a primeira e única negra a tocar órgão na Catedral de Pelotas, o que lhe valeu o Diploma de Honra ao Mérito da Irmandade de São Francisco de Paula. Muito jovem ainda, iniciou um trabalho voluntário no Asilo São Benedito, dedicando-se à educação das meninas ali residentes, todas carentes e a maioria negra. Aos 78 anos de idade, faleceu na cidade onde sempre viveu: Pelotas. Era o dia 6 de abril de 1951.
Maio	João Cândido Almirante Negro	Em Encruzilhada do Sul, na época distrito de Rio Pardo, nasceu, em 1880, João Cândido, o amante dos mares, conhecido como Almirante Negro. Aos 13 anos sua primeira viagem, como aprendiz de marinheiro, no transporte de guerra Ondina. Em 1910, foi recebido pelo Presidente Nilo Peçanha no Palácio do Cattete. Nessa audiência, pediu ao presidente, em nome de todos os marinheiros, o fim da chibata na Armada Brasileira. Não sendo atendido, liderou, em 22 de novembro deste mesmo ano, a revolta dos marinheiros. O Almirante Negro morreu de câncer no Rio de Janeiro, a 6 de dezembro de 1969.
Junho	Francisco Bernardo da Cruz Vô Tio Chico	Vô Chico, apelido carinhoso de Francisco Bernardo da Cruz, nasceu em 19 de março de 1902 no bairro Boqueirão, na cidade gaúcha de Passo Fundo, onde passou a maior parte de sua longa existência. Músico e líder da comunidade passo-fundense, sempre deu grande valor a suas origens. Vô Chico morreu na sua terra natal, a 1º de junho de 1978, com a avançada idade de 85 anos. Lúcido, morreu cantando e enaltecendo seus antepassados negros.

Tabela 2: Fragmentos extraídos do calendário publicado no site: http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=Arg_Cultura&pagfis=9148&pesq=&url=http://docvirt.com/docreader.net

Os fragmentos referentes às biografias dos personagens mencionados (Tabela 2) foram extraídos do calendário (figura 18) publicado durante o governo de Pedro Simon, com patrocínio da Secretaria de Estado da Educação e do banco Banrisul, portanto, trata-se de calendário com personalidades negras gaúchas.

Infelizmente não se teve acesso ao segundo semestre do calendário, nesse caso aos meses de julho a dezembro, por isso, a publicação deste impresso no seguinte trabalho está incompleta. Além do calendário, Luciana teve sua biografia publicada no *Dicionário escolar afro-brasileiro* (2006) e no livro *Mulheres negras do Brasil* (2007).

No decorrer da pesquisa, não foram localizados maiores dados sobre a vida de Luciana. Nas instituições pesquisadas, principalmente nas cidades de Bagé, não souberam informar sobre a existência de familiares. Perrot (2008, p. 21) alerta que “pelo casamento, as mulheres perdiam seu sobrenome, o que ocorria na França, mas não somente aí. É bastante difícil, e mesmo impossível, reconstruir linhagens femininas”. Se as filhas de criação de Luciana, das quais se sabe apenas que se chamavam Alice, Avelina e Julieta casaram e constituíram família, dificilmente serão identificadas pelo sobrenome de Luciana, isso se elas chegaram a ser registradas com o sobrenome de Araújo.

Como a intenção do presente estudo não é aprofundar sobre a vida e obra da fundadora e no decorrer da pesquisa foram surgindo outras questões para serem investigadas, não se teve tempo hábil e nem se dedicou para a localização dos descendentes de Luciana. Sendo assim, essa é mais uma das lacunas presente trabalho ou quem sabe, incentivo para que outros pesquisadores possam se dedicar a pesquisar a trajetória da vida da “Mãe Preta”.

Na Escola São Benedito de Bagé, a Irmã Inês, diretora da instituição desde 1985, relata que parte dos documentos históricos coletados para compor o acervo da entidade, foram localizados na instituição de Pelotas. No prédio da escola, diferente do Instituto São Benedito de Pelotas, não existe salão de honra contendo fotografias de ex-dirigentes e beneméritos.

A forma que a instituição de Bagé encontrou para homenagear aqueles que muito contribuíram com esta obra, foi colocar fotografias em pequenos quadros, na parede próxima à porta de acesso da instituição. As fotografias são de Luciana e das Irmãs da Congregação que foram diretoras da entidade.



Figura 21: Diretoras da instituição
Fonte: Acervo digital da autora (2013)

Na figura 21, estão localizadas na fileira superior da imagem: Luciana Lealdina de Araújo (1909-1919), Madre Maria Eufrásia do Santíssimo Nome de Jesus (1919-1922), Madre Maria Inês de São Luiz (1923-1925 e 1932-1934), Madre Maria Bernadete da Imaculada Conceição (1925-1931 e 1935-1941), Madre Maria Rita do Imaculado Coração de Maria (1942-1947), Madre Maria Orlanda do Santíssimo Sacramento (1948) e Madre Maria Flora do Menino Jesus (1949-1954). Na fileira da parte inferior, da esquerda para direita estão: Madre Maria Niceta de São José (1955-1957), Madre Maria Aleixo do Divino Cordeiro (1957-1962), Madre Sílvia Maria da Mãe de Deus (1962-1979), Irmã Lúcia Spat (1979), Irmã Santina Perim (1980-1981), Irmã Anita Therezinha Dal Piva (1981-1985) e Irmã Inês Terezinha Sangalli (1985 até os dias de hoje).

As Irmãs da Congregação Imaculado Coração de Maria continuam trabalhando na instituição, agora escola em turno integral. Os jornais da cidade, ao mencionarem a história da instituição não se esquecem de publicar parte do histórico da fundadora, trazendo a fotografia de Luciana junto as reportagens (CORREIO DO SUL, 01/09/1999; MINUANO, 01/09/1999).

Essa é mais uma forma de dar visibilidade a quem dedicou parte da vida para os “desprovidos da sorte”. Cabe destacar, que em uma parede próxima a secretaria e sala da diretoria, está mais um quadro com a fotografia de Luciana e ao seu lado

está o quadro de Bárbara Maix, fundadora da Congregação, religiosa que será abordada a seguir.

3.3 O Asilo de Órfãos São Benedito: o trabalho da Congregação Imaculado Coração de Maria

3.3.1 A atuação da Congregação Imaculado Coração de Maria em Pelotas

A história da Congregação Imaculado Coração de Maria no Asilo de Órfãos São Benedito começou oficialmente no ano de 1912, embora a própria Congregação tenha registrado a presença da Irmã Maria Eugênia dos Anjos na instituição em 1909.

Conforme mencionado, após o pedido de exoneração por motivo de saúde da diretora interna do estabelecimento, Arminda Oliveira, a diretoria entregou os serviços assistenciais da entidade à Congregação do Puríssimo Coração de Maria, atual Imaculado Coração de Maria. Conforme os Anais... (s/d, p. 6-7):

A posse das dignas religiosas, deu-se em 25 de setembro de 1912, em expressiva reunião social. Nessa ocasião, o presidente Sr. José Verissimo Alves, pôs em destaque os méritos de D. Arminda Machado de Oliveira que, durante cinco anos, cuidou, com muito devotamento, da educação das meninas internadas. As primeiras religiosas que serviram no estabelecimento foram: Madre Vitória e Irmãs Domitília e Martina. A primeira religiosa, que lecionou o curso primário, às meninas internadas, foi a Irmã atual Superiora Geral da Congregação.

Sobre Congregação Imaculado Coração de Maria sabe-se que sua história teve início em Viena, na Áustria por iniciativa da jovem Bárbara Maix, que aos 25 anos de idade criou a Congregação no dia 8 de maio de 1843. Por motivo de perseguição religiosa, Madre Bárbara, juntamente com outras 21 companheiras, partiu para o Brasil se estabelecendo inicialmente na cidade do Rio de Janeiro onde fundou a Congregação no país em 8 de maio de 1849.

As primeiras atividades da Congregação no Rio Grande do Sul foram em Pelotas, pois o trabalho desenvolvido pelas Irmãs no Asilo Santa Leopoldina⁵⁹, de

⁵⁹ O referido asilo foi criado em 1854 para acolher órfãos do sexo masculino e feminino. Seu nome foi em homenagem à mãe do Imperador Dom Pedro II. No mesmo ano de fundação, as Irmãs da Congregação assumiram a direção da instituição.

Niterói, estava repercutindo positivamente na cidade, que sentia necessidade de criar um asilo para órfãs (BORTOLUZZI, 1996).

Conforme mencionado anteriormente, em Pelotas, inicialmente as Irmãs da Congregação se estabeleceram no Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição. O estudo sobre Congregação e o Asilo Nossa Senhora da Conceição aqui apresentado, foi respaldado pela pesquisa de Bortoluzzi (1996). Conforme o autor, a inauguração do asilo em Pelotas que recebeu o nome de Nossa Senhora da Conceição, por indicação da D. Conceição de Mendonça Moreira, contou com a participação de várias senhoras da elite pelotense atuando como zeladoras e seis órfãs que ficaram a cargo dos cuidados de três Irmãs.

Na esperança de conseguir algumas Irmãs, a diretoria do asilo resolveu abrir um Pensionato, essa era uma medida para também obter renda para as despesas do asilo. Algumas Irmãs que estavam descontentes com o trabalho no Rio de Janeiro resolveram se transferir para Pelotas sem autorização de Madre Bárbara. Tal atitude reprovada pela Madre, fez com que ela sentisse um ato de desconfiança e de rebeldia por parte das religiosas (BORTOLUZZI, 1996). A partir disso, começaram diversos problemas com as Irmãs que estavam na cidade. Algumas além de se mostrarem rebeldes, eram mais jovens e inexperientes e aos poucos se deixavam influenciar pelo espírito do liberalismo político e religioso, característico da cidade naquela época. Segundo Bortoluzzi (1996, p. 356):

Sentiram-se, em Pelotas, muito mais à vontade. Não observavam a clausura com tanto rigor, saindo a passeios com as meninas e fazendo algumas visitas. As zeladoras do asilo, todas da fina sociedade pelotense, eram muito familiarizadas com as Irmãs. Quando as Irmãs chegaram do Rio, eram pobres em vestuários; a Diretoria comprou-lhes, então, roupa preta para as capas, sapatos e chinelos. Mas o mal pior era a pouca assistência espiritual, pois a Diretoria não achava tão necessária. Sentido-se elas bem tratadas e mais à vontade, nasceu-lhes a impressão de que a Regra elaborada por Madre Fundadora era muito severa. Foram afrouxando na vida espiritual e desligando-se de Madre Bárbara.

Com a vinda de Madre Bárbara à cidade, o problema foi amenizado e as Irmãs vistas como rebeldes ficaram mais unidas à Madre Fundadora. Ressalta-se que parte da diretoria do Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição era composta por membros da Maçonaria que nem sempre compactuavam com as ideias da Congregação.

Eles tinham pensamentos liberais e julgavam a assistência religiosa como algo secundário. Consideravam que a educação das meninas teria que ser direcionada para o casamento e não para a vida religiosa. Aos poucos foi surgindo desavenças entre a diretoria e a Madre Bárbara que estava sendo apoiada pelo Bispo do Rio Grande do Sul⁶⁰. Com o tempo, algumas Irmãs foram se desligando da Congregação.

A chegada da Madre Isabel a Pelotas foi determinante para separação, pois ela começou a restaurar a vida religiosa das Irmãs e das órfãs de acordo com as novas Constituições da Congregação, elaboradas em Porto Alegre. As novas regras não agradaram à diretoria do asilo. Sendo assim, no dia 6 de janeiro de 1863, o presidente do asilo José Joaquim Afonso Alves, enviou um ofício ao Pe. Vagnozzi, comunicando a exoneração das Irmãs.

Tendo a experiência demonstrado, por fatos quotidianos, a incompatibilidade do austero exercício das regras monásticas com a índole e o fim do Asilo das Órfãs desvalidas, e não podendo a Diretoria do mesmo estabelecimento conceber esperança de V.S^a e suas companheiras prestem os serviços que se aguardam e únicos contribuiriam para o seu progresso, porque, tendo notado, infelizmente, em todos os atos das respeitáveis madres a mais obstinada resistência ao que julga a Diretoria razoável e tendente ao conveniente andamento desta instituição humanitária resolveu a Diretoria dispensar a senhora e mais religiosas do Sagrado Coração de Maria da missão de que as havia encarregado, devendo efetuar-se hoje a substituição pelas Sras. que a Diretoria acaba de nomear e, em consequência, a retirada de V.S^a e de suas companheiras (BORTOLUZZI, 1996, p. 492).

O autor afirma que o fato foi visto pela Congregação como uma expulsão, pois a Maçonaria (fundadora do asilo) e outros membros julgavam que a maior desgraça era que alguma órfã se tornasse freira. Isso se devia às constantes missas, confissões, comunhões diárias, rezas, adoração perpétua, novenas e ladainhas que absorvia maior parte do tempo.

Alguns jornais acusaram as religiosas de influenciar as órfãs contra os protetores do asilo ligados à Maçonaria, fazendo crer que o único protetor era o Bispo. É importante enfatizar que os dados aqui apresentados foram obtidos de um texto de um religioso que a pedido da Congregação Imaculado Coração de Maria, realizou a pesquisa que deu origem a publicação de um livro em que esses fatos

⁶⁰ Para acompanhar as correspondências trocadas entre a Diretoria, a Madre e o Bispo, consultar Bortoluzzi (1996).

foram publicados. É natural que na narrativa do religioso ele se posicione a favor da Congregação, direcionando suas críticas à Maçonaria e a elite pelotense.

Anterior à expulsão da Congregação do Asilo Nossa Senhora da Conceição em Pelotas, um grupo da cidade vizinha, Rio Grande, ofereceu às Irmãs a direção do Asilo de Órfãos Coração de Maria fundado em agosto de 1861. Dessa forma, em novembro de 1862, três religiosas partiram para o asilo assumindo a diretoria interna da instituição em 1903 (BORTOLUZZI, 1996).

Essas são, portanto, algumas experiências que a Congregação passou na cidade de Pelotas antes de assumir a direção do Asilo São Benedito. Cabe salientar que apesar dos problemas enfrentados no Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição, a comunidade pelotense tinha muito carinho e admiração por elas. Seus trabalhos com as crianças desvalidas em todo país contribuiu na formação de crianças que não tinham perspectivas de um futuro melhor. Na solenidade de inauguração do Asilo Nossa Senhora da Conceição em 1855, o orador e poeta Sr. Antônio José Domingues, segundo Bortoluzzi (1996, p. 335-336, grifo nosso) emocionou a todos os presentes com suas palavras dirigidas às Irmãs.

A caridade de que fazeis profissão tornou-vos mães adotivas dos que, privados, por morte prematura, dos que lhes deram o nascimento, encontram no vosso amor, todo bebido na fonte do amor infinito, não menos que no ardor inextinguível de vosso zelo e, em vossos assíduos cuidados e desvelos, muito mais do que perderam. O perfume das vossas obras recentes em ambos os mundos; em ambos tendes deixado saudades e recordações imorredouras que assaz justificam vossos direitos e trazerdes sobre o peito este augusto simulacro do Sagrado Coração de mais Santa, da mais terna das mães. Vós ides firmar os primeiros passos destas interessantes donzelinhas no caminho da virtude, instalar em seus ternos corações, ainda morada da inocência, o amor da obediência, da pureza e do trabalho industrial a par de forças e habitações.

As palavras pronunciadas em 1855 mostra o quanto a comunidade pelotense confiava nas Irmãs e admirava seu trabalho com a infância desvalida. O mesmo aconteceu com o Asilo São Benedito que entregou a administração interna da instituição para que a Congregação desse continuidade ao trabalho de Luciana e de membros da comunidade negra ligada à Igreja Católica.

A Madre fundadora da Congregação Imaculado Coração de Maria, Bárbara Maix, faleceu no dia 17 de março de 1873 na cidade do Rio de Janeiro e foi beatificada no dia 6 de novembro de 2010, na cidade de Porto Alegre, tendo um milagre reconhecido pelo Papa Bento XVI.

A Congregação inicialmente denominada Puríssimo Coração de Maria, em 8 de maio de 1949, ao completar seu centenário, passou a denominar-se Imaculado Coração de Maria e atualmente tem sede em cinco cidades: Porto Alegre (sede geral), Santa Maria e Caxias do Sul no Rio Grande do Sul, São Paulo/SP e Teresina/PI. Além das sedes, as Irmãs da Congregação estão inseridas em diversas entidades espalhadas em várias cidades do país, conforme pode-se constatar na tabela 3.

Tabela 3: Obras fundadas entre 01/01/1840 até 21/11/2013

Ano	Nome da Obra	Setor	Cidade	UF
1863	Instituto Providência	Ação Social	Porto Alegre	RS
1883	Instituto Imac. Cor. Maria	Ação Social	Rio de Janeiro	RJ
1897	Colégio Madre Bárbara	Educação	Lajeado	RS
1900	Colégio Imaculada Conceição	Educação	Dois Irmãos	RS
1903	Educandário Coração de Maria	Ação Social	Rio Grande	RS
1904	Colégio Mãe de Deus	Educação	Porto Alegre	RS
1904	Colégio Coração de Maria	Educação	Santos	SP
1909	Educandário São José Belém	Ação Social	São Paulo	SP
1909	Escola São Benedito	Educação	Bagé	RS
1909	Colégio Puríssimo Cor. de Maria	Educação	Rio Claro	SP
1912	Instituto São Benedito	Ação Social	Porto Alegre	RS
1912	Instituto São Benedito	Ação Social	Pelotas	RS
1913	Instituto Cor. de Maria	Diversos	Porto Alegre	RS
1926	Colégio Dom Feliciano	Educação	Gravataí	RS
1928	Colégio N. S ^a do Glória	Educação	Porto Alegre	RS
1928	Colégio Madre Imilda	Educação	Caxias do Sul	RS
1930	Escola N. S ^a do Carmo	Educação	Rio de Janeiro	RJ
1933	Colégio Coração de Maria	Educação	Santa Maria	RS
1938	Colégio Stella Maris	Educação	Viamão	RS
1942	Lar São José	Ação Social	Taquari	RS
1944	Casa Criança S. Cor. Jesus	Ação Social	Cachoeira do Sul	RS
1944	Esc. De educ. Infan. N. S ^a Perp. Socorro	Ação Social	Rio Pardo	RS
1947	Colégio N. S ^a Auxiliadora	Educação	Frederico Westphalen	RS
1947	Hospital Arc. São Miguel	Saúde	Gramado	RS
1949	Pens. Imac. Cor. Maria	Pensionato	Porto Alegre	RS
1954	Escola Pio XII	Educação	Rio de Janeiro	RS
1955	Escola de Ens. Fund. Cristo Rei	Educação	Rio Grande	RS
1960	Hospital D. João Becker	Saúde	Gravataí	RS
1960	Escola N. S ^a Aparecida	Educação	Iporã	PR
1961	OSICOM: Ora Social ICMA.	Ação Social	Porto Alegre	RS
1977	Garagem S. Rafael	Economatos	Porto Alegre	RS
1980	Pens. São Benedito	Pensionato	Porto Alegre	RS
1981	C. Retiros N. S ^a Lourdes	Economatos	Vale Vêneto	RS
1985	Instituto Bárbara Maix	Ação Social	Salvador do Sul	RS
2002	Casa N. S ^a das Graças	Casa de Acolhida	Dois Irmãos	RS
2011	Manaus	Pastoral	Manaus	AM

Fonte: Acervo da Congregação Imaculado Coração de Maria, Porto Alegre/RS

Os dados enviados pela Congregação (Tabela 3) são referentes às obras fundadas entre 1º de janeiro de 1840 até 21 de novembro de 2013, mas através da observação dos dados percebem-se alguns equívocos. Tais dados correspondem à inserção do trabalho das Irmãs nas entidades mencionadas. Tem-se como exemplo o próprio Instituto São Benedito de Pelotas, fundado pela comunidade negra no ano de 1901, o ano de 1912 conforme consta na tabela, é referente ao ano que as Irmãs assumiram a administração interna da instituição.

A Escola São Benedito de Bagé fundada por Luciana de Araújo e Monsenhor Costabile Hipólito em 1909, só ganhou o apoio das Irmãs anos mais tarde, em 1919 e não em 1909 como consta na tabela. Fica evidente a simpatia da Congregação por São Benedito, pois o santo negro deu nome a outras obras, essas sim, fundadas pela Congregação, como o Instituto São Benedito de Porto Alegre. O Rio Grande do Sul concentra grande parte das instituições administradas pelas Irmãs. A capital do estado, Porto Alegre, além de abrigar a sede geral da Congregação, mantém o Memorial Bárbara Maix. No estado do Piauí, consta apenas uma das sedes da Congregação. As Irmãs também atuam em outros países, como Maputo em Moçambique, além da presença evangelizadora na Itália, Paraguai, Haiti, Venezuela, Bolívia e Argentina.

3.3.2 O Asilo de Órfãos São Benedito a partir de 1912

Se Luciana de Araújo é lembrada na instituição pelo trabalho desenvolvido na primeira década do século XX, também uma Irmã da Congregação do Imaculado Coração de Maria é referenciada até hoje na entidade: Irmã Hilária de Souza.

Em fevereiro de 1921, chega à Pelotas para trabalhar no Asilo de Órfãos São Benedito a Irmã Hilária de Souza. Ana Paulina de Souza, seu nome civil, nasceu na cidade de São Jerônimo/RS no ano de 1880 e atuou na instituição de 1921 a 1971, ano da sua morte. Muito conhecida na cidade de Pelotas, Irmã Hilária de Souza a exemplo de Luciana que fazia a peregrinação pela cidade para arrecadar donativos para as desvalidas era muito vista nas portas dos cinemas, portões de estádios de futebol, no comércio, nas indústrias, andava pela cidade inteira com sua sacola pedindo donativos.



Figura 22: Irmã Hilária de Souza
Fonte: Acervo do Instituto São Benedito

Para pesquisar a vida e obra da Irmã Hilária, foi feito o contato com as Irmãs que atuam na sede geral da Congregação localizada na cidade de Porto Alegre/RS. Gentilmente, a Irmã responsável pelo arquivo da entidade enviou alguns documentos, dentre eles: resumo do histórico de cada obra onde as Irmãs do Imaculado Coração de Maria atuam e atuaram desde 1885, no estado do Rio Grande do Sul, biografia, cópia da certidão de óbito e algumas cópias de recortes de jornais mencionando o nome da religiosa pesquisada.

Na biografia consta que a Irmã, por sua vocação religiosa ingressou na Congregação, vestiu o hábito em 1904 e sua primeira profissão foi em 28 de agosto de 1906, proferindo os votos perpétuos em 18 de janeiro de 1913.

De 1904 a 1921, trabalhou em algumas entidades que ajudavam crianças pobres, entre elas, o Instituto São Benedito em Porto Alegre que naquela época foi destinado para amparar e educar crianças negras, órfãs e desvalida que não eram acolhidas por outras instituições. Outro local com intensa atuação da Irmã foi nas regiões pobres que ficavam às margens do Guaíba, na capital do estado.

Sua chegada em Pelotas foi marcada pelo trabalho de catequização, evangelização de adultos, preparando-os para o casamento e as crianças para

iniciação a eucaristia. Sobre sua peregrinação para arrecadar donativos para o asilo, conforme relata a Irmã Oneide (23/05/2011) “(...) *ela saía sempre acompanhada por uma criança, pois naquele tempo tudo era mais difícil de conseguir, não é como hoje*”. Irmã Assunta, a única entre as entrevistadas que conheceu a Irmã Hilária, complementa (27/12/2013):

Ela na época de finados, ia pedir esmola na porta do cemitério, nos cinemas também. Depois que a Madre São Felix veio ela disse "não, de agora em diante não vai mais. Quando faltarem as coisas, ou a diretoria dá, ou a Congregação faz um jeito de dar. Nós fizemos uma promoção, mas não quero mais essa história". Aí ela cortou isso, ela disse: "tem muita gente que pode ajudar o instituto sem a irmã estar na porta dos cinemas pedindo esmola".

A Madre São Felix mencionada pela Irmã Assunta durante o depoimento, chegou no então Instituto São Benedito em 2 de agosto de 1956 para assumir a direção interna da instituição. Ainda sobre a Irmã Hilária, Irmã Angélica (9/06/2011) relata: “(...) *as pessoas que vem aqui visitando, que ficaram aqui internas, sempre falam da Irmã Hilária*”. Irmã Hilária faleceu no próprio Instituto no dia 31 de agosto de 1971, aos 91 anos e seu corpo está sepultado no cemitério São Francisco de Paula em Pelotas.

Tanto os documentos elaborados pelas Irmãs da Congregação, quanto os escritos em jornais, enaltecem a figura da Irmã Hilária, palavras como, pureza, nobreza, simpatia e humildade, são frequentemente utilizadas para descrever a Irmã. Sobre a Irmã pode-se constatar tal fato na nota intitulada *Missas hoje reverenciará memória da Irmã Hilária*:

Irmã Hilária, jamais se desesperava. Pelo contrário, geralmente sorria. Mesmo quando os problemas com que se defrontava eram os mais sérios. É fato que tornou lendário, que por mais grave que fosse a situação, ela a todos consolava, com a certeza de que por fim, o coração de Maria certamente mostraria uma solução. Sempre que preciso, ao voltar para casa, jamais ela deixava de trazer alguns quilos de banha, batata, arroz, feijão, café ou o que mais suas meninas necessitassem para crescer. Dezenas, quem sabe centenas daquelas meninas, hoje moças, senhoras a consideram como mãe. Não é raro já avançada em idade, Irmã Hilária passava noites inteiras ao lado de uma garota enferma, infundindo-lhe ânimo, conforto e consolação (DIÁRIO POPULAR, 2/12/1971).

A Irmã teve seu trabalho reconhecido, recebeu muitas homenagens por parte da instituição, Congregação e da sociedade pelotense tanto em vida quanto após sua morte. A comemoração de seu jubileu de ouro na capela da Congregação

Imaculado Coração de Maria, foi celebrada com uma missa de ação de graças, contando com a presença de famílias ilustres, diretoria, além das meninas pelas quais tinha grande amor e dedicação. A missa de sétimo dia em memória da reverenda foi celebrada pelo Bispo auxiliar da Diocese de Pelotas, Dom Jayme Chemello, atual Bispo Emérito.

Destaca-se a seguir o excerto do texto escrito por Olga Maria Dias Bainy sobre a Irmã:

Santificada em vida, quer pela atuação dedicada em favor dos humildes, quer pela autenticidade de sua formação cristã de extrema generosidade e acendrado amor ao próximo, serenamente aguardou o momento supremo do grande encontro com o Cristo que tanto amara e cuja vida servira-lhe sempre de exemplo. E, hoje, para nós que a conhecemos e a estimamos, que desde sempre aprendemos a respeitá-la e a admirá-la, é fácil dizer, parodiando Manuel Bandeira: “imagino Hilária, entrando no céu: - Licença, meu branco!... E São Pedro bonachão: - Entre Hilária, você não precisa pedir licença!... (DIÁRIO POPULAR, 12/12/1971).

Fica evidente que os 67 anos dedicados a Congregação do Imaculado Coração de Maria, sendo que 50 destes foram no asilo, (atual Instituto São Benedito) é lembrado com carinho e hoje é seguido como exemplo para dar continuidade aos trabalhos na entidade.

De 1912 a 1930, 22 Irmãs da Congregação passaram pela instituição (Anexo A) desenvolvendo diversas atividades entre elas: serviços diversos, diretora da obra social, auxiliar, professora, enfermeira, responsável pela cozinha, responsável pela lavanderia, serviços de costura e pintura artística.

No que corresponde à inserção das Irmãs no Asilo de Órfãs São Benedito, a partir de 1912, ocorreram algumas mudanças significativas, principalmente no que diz respeito à estrutura da instituição. O prédio em que as meninas inicialmente foram instaladas, não estava mais suportando o grande número de recolhidas sendo necessária a troca do local de funcionamento o que fez com que a instituição perdesse algumas características de uma casa de família, na qual o relacionamento interpessoal é indispensável no processo educativo de cada pessoa⁶¹.

Em 1915, o asilo passou a ocupar o edifício situado à Praça Júlio de Castilhos, esquina General Vitorino, atual Padre Anchieta, cedido pelo médico Dr. Joaquim Rasgado, primeiro presidente de honra da instituição. De lá, as órfãs foram

⁶¹ Histórico da Congregação Imaculado Coração de Maria (1949 a 2002). Notação: A.1.2-04

transferidas da sede social, para o prédio de esquina, à rua Felix da Cunha com a Praça José Bonifácio (onde atualmente encontra-se a entidade).

Em 1916, este último prédio foi adquirido. A aquisição do terreno e prédio próprio foi resultado da campanha organizada por uma comissão composta pelo juiz da comarca de Pelotas, um jornalista, um guarda-livros e por um industrialista. Em 1916, estavam na direção do asilo a Superiora Madre Maria Ephigenia de S. José auxiliada por 3 Irmãs para os cuidados de 22 desvalidas (ANAIS..., s/d; PRIMEIRO..., 1916). Cabe ressaltar, que a luta pelo prédio próprio é anterior à chegada das Irmãs, conforme o Relatório... (1909, p. 7) apresentado pelo então presidente da época, Carlos Antonio Palma:

Achando-se de posse este estabelecimento, do terreno necessário, para fazer a construção de seu edifício, dada do incançavel Grande Bemfeitor Commendador Vicente Vieira Braga, providenciou a Directoria, neste sentido, para iniciar de tão magno e importante assumpto, - para esse fim, obtive de pessoa amiga, e competente, uma ideia que servisse de base ao nosso almejado proposito, sendo gentilmente confeccionado um traçado singello, que ligeiramente servisse de orientação á todos; porém, devido os poucos recursos que possui o Asylo, fica para o futuro, nosso almejado proposito para solvermos com fundamento, tão alto desideratum.

A necessidade de um prédio próprio, com amplas instalações, não se tratava apenas de uma questão quantitativa, voltada para acolher o maior número possível de meninas desvalidas. Havia outras questões naquele período, próprias dos prédios escolares e instituições de recolhimento, conforme explicita Gondra (2000, p. 528) as “condições físicas do lugar em que deveria funcionar, isso é, as condições topográficas, climáticas, sanitárias, atmosféricas, de ventilação, de iluminação, de salubridade, das águas e de proximidade ou não das aglomerações urbanas”. No que tange aos prédios anteriores que abrigaram o asilo, sabe-se apenas que foram adaptados para o funcionamento da instituição e que estes se encontravam em boas condições de higiene, mas na verdade, não foram projetados para serem locais de moradia e educação de crianças desvalidas.

A emergência da arquitetura escolar e asilar, segundo Marcílio (1998), começou a ser discutida a partir das novas normas propostas pela medicina higiênica e pela filantropia “científica” em meados do século XIX. Essas instituições deveriam ser planejadas para abrigar crianças e jovens, com espaços especializados, programados para cada finalidade, como dormitórios, refeitórios, salas de aula, banheiros e pátios. Para Gonçalves (2012, p. 30-31):

A organização material de um espaço próprio para educação – a arquitetura escolar – significou uma inflexão nesta área e esteve relacionada ao tema cidade, da modernidade urbano-industrial, da institucionalização, da escola pública, à dominação e ao poder. Foi marcada e marcante, na sua forma e na sua estética pela forma escolar cuja unidade base é a classe, ou uma sala de aula para cada grupo de alunos com um professor, com tempos pré-marcados e definidos segundo uma rotina extraclasse.

Lembrando que mesmo em se tratando de um local de moradia das meninas desvalidas, o Asilo São Benedito também era local de escolarização, neste caso, a arquitetura asilar está relacionada à arquitetura escolar. A arquitetura escolar, disciplinar, operária, prisional, hospitalar, dentre outras, também foi um tema abordado por Foucault (2013), que no caso da educação, julgava a escola-edifício como um operador de adestramento.

Tais instituições eram lugares de vigilância, adestramento, com arquitetura própria para esses processos, entre eles a localização dos pátios das instituições educativas. Geralmente estes pátios eram planejados para que de um ponto alto do edifício, a pessoa responsável pelo controle disciplinar dos alunos, pudesse vigiá-los de um lugar que lhe desse uma visibilidade geral do espaço destinado para recreações e atividades físicas.

É o caso do Colégio Gonzaga de Pelotas, fundado pelos jesuítas no final do século XIX e parte do pátio do Orfanato São Benedito de Bagé e Asilo de Órfãos São Benedito de Pelotas, em que o pátio das dessas instituições eram próprios e adequados para o olhar hierárquico. O pátio da instituição educativa foi apenas um exemplo entre tantos outros. A localização dos quartos, disposição das camas nos dormitórios, bem como, as classes nas salas de aula, os corredores, também são exemplos de locais de constante vigilância hierárquica.

A arquitetura da instituição planejada para vigilância do espaço interno, na visão de Foucault (2013, p. 1666) trata-se:

[...] de uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para transformação dos indivíduos: agir sobre aquele que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferece-los a um conhecimento, modifica-los. As pedras podem tornar dócil e conhecível.

Dessa forma, para a construção, adaptação e ampliação do prédio do Asilo de Órfãos São Benedito foram consideradas questões de arquitetura asilar e escolar, de medicina higienista e de vigilância hierárquica. O prédio doado para a instalação do asilo foi adaptado e o resto do terreno recebeu ampliações anexas ao antigo prédio, na tentativa de melhor acomodar as meninas.

Em 1921, foram feitas importantes obras de adaptação na sede. Na comemoração de 25 anos da instituição, em 1926, foi lançada a pedra angular das obras de aumento do edifício. O *Almanach de Pelotas* publicou em 1927, uma imagem do projeto da fachada da instituição, conforme a figura a seguir:

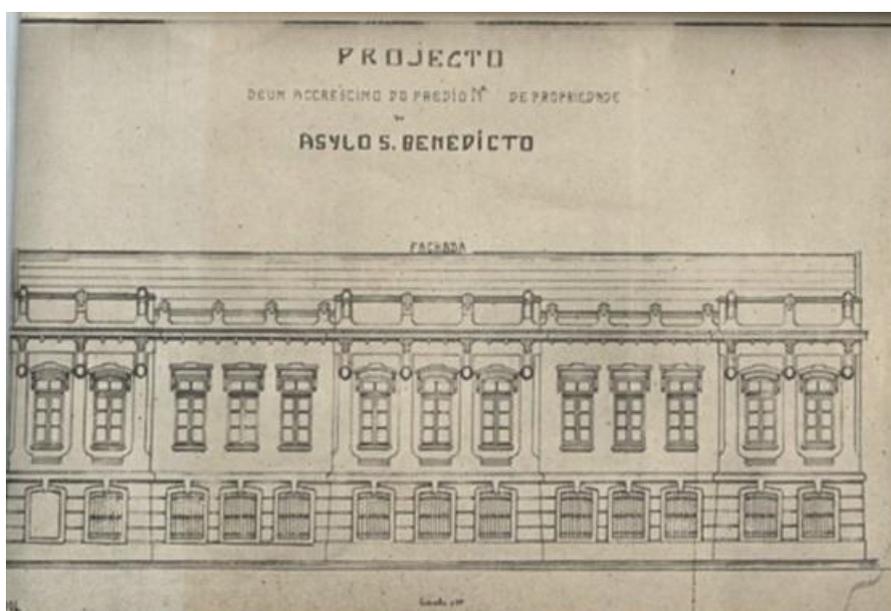


Figura 23: Projeto da fachada do Asilo S. Benedito
Fonte: Almanach de Pelotas (1927)

As obras de ampliação iniciadas em 1926 foram inauguradas no dia 13 de maio de 1929. A próxima fotografia (figura 23) é referente ao prédio de funcionamento do Asilo de Órfãos São Benedito. Não se sabe a data exata de registro da fotografia, mas se supõe que esta tenha sido registrada entre os anos de 1929 até a década de 1940. Observa-se no canto esquerdo da imagem, parte do prédio Bispo de Pelotas e no canto direito, parte da edificação que corresponde ao projeto da figura 23.

Cabe ressaltar sobre a posição das meninas cuja imagem se mistura com a arquitetura do prédio. Todas uniformizadas, com os braços estendidos ao longo do corpo passando a impressão de serem acolhidas e vigiadas pelas irmãs que

aparecem atrás delas. A sua disposição é tão uniforme que a imagem pode ser traduzida como sendo as meninas a base, o que reforça a existência da instituição representada no seu prédio.

Esse tipo de fotografia era bastante comum naquela época, com membros da diretoria, no caso das Irmãs diretoria interna, os responsáveis pelo ensino e os estudantes, neste caso, meninas acolhidas pelo Asilo de Órfãos São Benedito.

Nesse sentido, Souza (2001) tece comentários sobre este tipo de fotografia que denomina classes de alunos: imagens de uma identidade coletiva. Neste tipo de fotografia escolar, geralmente estão presente os professores no meio ou ao lado da turma e são registradas nas dependências externas da instituição. A autora enfatiza:

Poucas crianças emitem um sorriso furtivo. Pernas juntas, os braços cruzados ou estendidos. A pose para a fotografia da classe consiste, na primeira metade do século XX, em um ritual de compenetração. A escola é o espaço da ordem, da obediência, do silêncio e da disciplina, cuja representação é confirmada nesse tipo de imagem (SOUZA, 2001, p. 90).

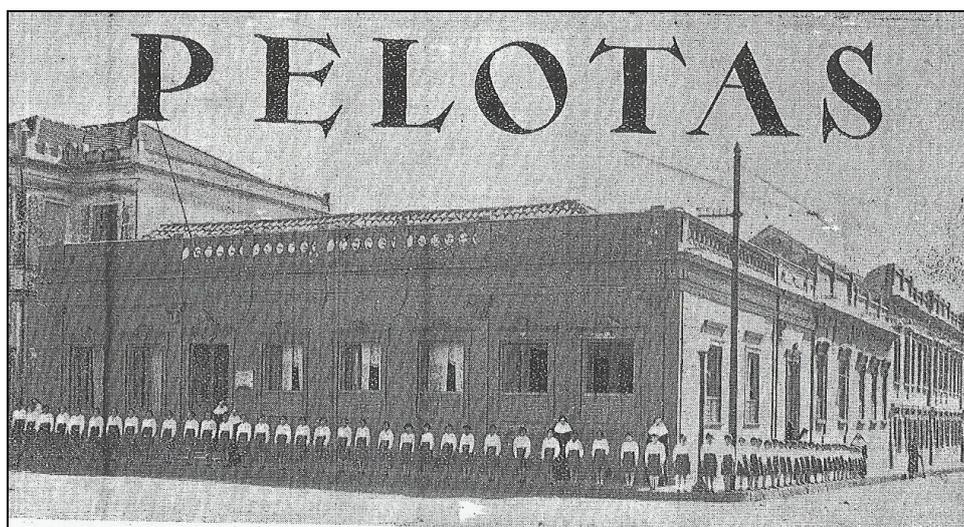


Figura 24: Asilo de Órfãos São Benedito
Fonte: Soares (1949)

Através da observação da fotografia (figura 24) fica o questionamento: seria essa imagem a representação da realidade interna da instituição, ou seja, com um cotidiano permeado pela ordem e disciplina? Embora Souza (2001) enfatize que esse tipo de fotografia era comum naquele período, não se pode deixar de perceber que, pelo menos para o registro da fotografia, a organização e obediência para a pose formal está impecável.

Na comemoração do cinquentenário da instituição, no ano de 1951, o segundo pavimento da sede principal do então Instituto São Benedito, foi inaugurado.



Figura 25: Instituto São Benedito
Fonte: Acervo pessoal da autora (2014)

A figura 25 é uma fotografia atual do prédio em que funcionou o Asilo de Órfãos São Benedito. A esquerda da fotografia, a porta de entrada para a capela da instituição que também possui acesso pelo interior do prédio. A porta localizada na parte central da fotografia, à direita, é a porta que dá acesso à instituição, localizada na rua Félix da Cunha. Na parte final do prédio (a direita da figura 23), esquina com a rua General Argolo, localiza-se o Salão de Festas da instituição, espaço também alugado para angariar fundos para o Instituto.

Nos álbuns de fotografias mencionados no primeiro capítulo do presente trabalho, constam algumas fotografias do interior do prédio. Por opção de não fazer uma análise aprofundada das imagens e por não saber o período exato em que elas foram produzidas, apenas uma fotografia referente ao dormitório (figura 24) será apresentado a seguir, as outras que correspondem à parte interna do prédio estão inseridas como anexos nesse estudo.

Cabe destacar que através das fotografias, podem-se perceber algumas semelhanças com a parte interior do prédio do Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição, que teve as fotografias do espaço asilar e escolar, analisadas por

Oliveira (2012). Entre as semelhanças, destacam-se: o salão de honra com retratos de indivíduos que colaboraram com a instituição e os dormitórios que eram simples, sem decorações, com grandes janelas e camas de ferro enfileiradas, cobertas por colchas com acabamentos em crochê.



Figura 26: Dormitório do Asilo de Órfãs São Benedito
Fonte: Acervo Instituto São Benedito

No dormitório do Asilo de Órfãs São Benedito (figura 26), as fronhas eram bordadas com as iniciais ASB. Para Oliveira (2012, p. 288) “as colchas com detalhes em crochê representam o papel dos trabalhos manuais na formação feminina, especialmente das órfãs, que provavelmente se tornariam esposas ou se dedicariam a vida religiosa”, neste caso complementa-se que tais prendas domésticas também eram estimuladas para que as meninas desvalidas se tornassem boas empregadas domésticas. Ressalta-se, entretanto, que nesse período os trabalhos manuais e domésticos faziam parte da educação de toda mulher, independente de sua classe social.

Sobre outras mudanças significativas a partir da inserção das Irmãs na instituição, salienta-se a instalação do gabinete dentário com instalações elétricas em 1926, pelo Dr. Paulo Gastal. Naquele período, década de 1920, os governos municipais demonstravam a preocupação com a saúde na escola, sendo publicados alguns textos sobre o assunto nos *Relatórios Intendenciasais*.

O intendente Pedro Luis Osório, no *Relatório Intendencial* de 1923, destacou o esforço do município em diferentes ações, uma delas o serviço de atendimento médico dentário. Já no *Relatório Intendencial* de 1928, do então intendente Augusto Simões Lopes, foram publicadas diversas fotografias escolares com o fim de divulgar os trabalhos do município no âmbito educacional. Entre as fotografias enfatiza-se a do gabinete dentário ambulante.

Como medida para manter o funcionamento do asilo, em 1917 é fundado o Colégio Particular Santa Inês (também denominado Externato) assumido pela direção interna do asilo, nesse caso, as Irmãs da Congregação Imaculado Coração de Maria. As funções do externato ocuparam as dependências do asilo tendo suas atividades suspensas em 1936 por falta de alunos. Destaca-se também a inauguração de internato para meninas pensionistas em 1930 (MAGALHÃES, 1991).

Essas foram algumas ações desempenhadas a partir da gestão interna das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, que a exemplo das senhoras negras voluntárias e de Luciana, juntamente com a diretoria da instituição sob os auspícios da Igreja Católica, não pouparam esforços para que o asilo oferecesse condições necessárias para que as meninas tivessem uma vida digna dentro da instituição que muitas vezes era comparada a um lar de família.

Após explanar aspectos que marcaram a história do Asilo de Órfãs São Benedito nas primeiras três décadas de fundação, cabe pensar qual a intenção do asilo na educação das órfãs? Acredita-se que a intencionalidade do asilo quanto à educação das desvalidas e a rotina dessas meninas dentro da instituição sejam de fundamental importância para este estudo.

Para tanto, como fontes documentais tem-se apenas alguns relatos orais, estatutos e relatórios que indicam essa intenção, por isso, também se recorreu à bibliografia que exemplifique as formas de educação para meninas desvalidas em instituições confessionais durante o século XIX e século XX. Os sujeitos ausentes da visibilidade histórica, os que se situam abaixo da escala social, geralmente deixam poucos vestígios de sua trajetória.

A história tradicional geralmente aborda histórias de grandes feitos, grandes homens que constantemente deixavam cartas, diários, biografias facilitando o estudo de suas trajetórias, diferentemente de muitas pessoas comuns como mulheres, escravos e crianças que respaldados pela Nova História no final da década de 1960,

ganharam a condição de serem objetos e sujeitos da história, principalmente através do olhar da história vista de baixo (ALBERTI, 2005; BURKE, 1992).

3.3.3 A educação das meninas desvalidas: boas mães, boas esposas e aptas para os trabalhos domésticos

A bibliografia consultada mostra que nas décadas iniciais do período republicano brasileiro, especial preocupação quanto ao encaminhamento social das camadas populares, pois um país que estava em processo de civilidade, não poderia deixar que membros das camadas populares se deixassem levar pela baderna, criminalidade e vagabundagem. Para os homens, trabalhos braçais, pesados, subalternos, enfim, deveriam submeter-se à classe dominante. Às mulheres, submissão ao sexo oposto, preparação para o casamento, dedicação e zelo aos filhos e principalmente preparação para o trabalho doméstico como boas donas de casa ou empregadas domésticas. É nesse sentido que Soibet destaca (2006, p. 363):

As imposições da nova ordem tinham o respaldo da ciência, o paradigma do momento. A medicina social assegurava como características femininas afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem conjugava a sua força física na natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freio. As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra.

Pensar na educação das meninas do Asilo de Órfãos São Benedito como preparação para se constituírem em boas esposas e boas mães, não são apenas indícios, isso está comprovado desde o primeiro Estatuto em 1902 até o Estatuto de 1952, último que se teve acesso antes da criação da modalidade de semi-internato na instituição.

E nesse intuito que se destaca uma prática pedagógica muito antiga, voltada para a educação de meninas: “o trabalho com agulhas”. Presente nos currículos a partir do ensino primário, objetivava contribuir na educação feminina, visando preparar as mais abastadas para o casamento e as desvalidas, além do casamento, para o trabalho doméstico.

As autoras Louro (1987) e Almeida (2007) evidenciam a influência positivista na educação das meninas brasileiras. O pressuposto de que as mulheres

apresentavam uma inferioridade biológica e intelectual, comparada aos homens, fez com que a educação da mulher fosse mais moral do que intelectual, pois esta seria responsável pela educação dos filhos, principalmente dos homens que futuramente estariam no poder. Nesse sentido, Almeida (2007, p. 73) ressalta:

Os positivistas desde o início, foram aliados da Igreja Católica a respeito da destinação materna das mulheres e, em vista disso, da necessidade sempre presente de mantê-las ao abrigo das injunções da vida pública e seus perigos, o que, indiretamente, atingiria os filhos.

No início da República essa visão positivista ainda estava muito presente na educação feminina. Sobre o assunto, Louro (1987, p. 26) destaca:

[...] o pensamento positivista do século XIX, que vê a mulher como de natureza complementar ao homem tendo portanto características diferentes das dele e devendo ser educada, mas com objetivos específicos. Essa mensagem positivista é ainda dominante no início da república (já que o positivismo é um dos fermentos do movimento republicano) sempre se salientando a função maternal da mulher. Sua educação deve ser feita no sentido de que ela será o responsável pelos homens de amanhã. A finalidade da educação da mulher não estava, portanto, nela mesma, mas fora dela, na sua extensão, que são seus filhos.

O próprio jornal *A Alvorada*, na década de 1930, compactuava com parte desse ideário. Na coluna intitulada *Dr. Pescadinha* escrita de forma direta e sem rodeios, durante a campanha do semanário contra o consumo de álcool e o cigarro, aconselhava as moças a largarem estes tipos de vícios e se prepararem para os estudos, costuras (trabalho) e rezas, oferecendo a elas livros, agulha e um rosário como forma de substituição do álcool e cigarro.

A Frente Negra Pelotense, fundada em 1933, utilizava o jornal como principal meio de divulgação. Para os membros dessa entidade, a mulher negra era vista como o futuro da raça, pois a ela era confiada a missão de dar educação para as crianças negras, uma vez que a educação era vista como forma de ascensão social. Dessa forma, enquanto o marido saía para trabalhar, a mulher deveria ficar em casa cuidando dos filhos (SANTOS, 2003).

Sobre a educação mais moral e voltada para as prendas domésticas, Almeida (2007, p. 72) conclui afirmando que “o fim último da educação era preparar a mulher para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e os filhos, não cogitando que viesse a desempenhar uma profissão assalariada”. Junto à ampliação das escolas

normais e com processo de urbanização e industrialização no qual o Brasil estava passando no início do século XX, também se expandiu a inserção da mulher no mercado de trabalho, mesmo assim, salienta-se que educação feminina ainda tinha atividades voltadas para as prendas domésticas.

Em Pelotas, no *Relatório da Intendência* de 1928, apresentado pelo intendente Augusto Simões Lopes, foi divulgada a obrigatoriedade dos trabalhos manuais nos currículos das escolas urbanas. Para a intendência, o desenho e os trabalhos manuais, influenciariam na formação do espírito infantil, aguçando na criança o senso artístico⁶².

Dessa forma, percebe-se uma mudança quanto ao objetivo dos trabalhos manuais na educação feminina. Agora a intenção não se limitava apenas na formação da mulher dócil, submissa, rainha do lar, mas incentivá-la também à educação artística. Apesar de tudo, ainda se consegue perceber que a educação das meninas desvalidas continuava sofrendo forte influência das prendas domésticas, objetivando a prepará-las para o trabalho doméstico remunerado.

Reitera-se que parte desse ideário era diferente da educação de meninas das classes abastadas, “preparação para gozar a vida em sociedade, para aquelas bem nascidas; preparação para o trabalho para as órfãs e abandonadas” (GALVÃO; LOPES, 2001, p. 72). Ainda nessa premissa, na descrição do perfil da “mulher ideal” daquela época em Pelotas, Ferrari e Santos (2010, p. 6) afirmam que esta,

[...] costumava ser identificada como de uma pessoa “dócil, culta e cristã”, em consonância com o modelo familiar, católico e higienista acalentado no referido período histórico – de uma “mulher bem comportada”. Tal “mulher bem comportada”, via de regra, era categorizada de duas maneiras: as filhas de pais abastados, que eram preparadas para a “ocupação” ou “cumprimento da missão” de esposa e mãe, e as meninas órfãs ou muito pobres que necessitavam ser “preparadas de forma adequada” para o mundo do trabalho [...]. A educação e a instrução para “as bem nascidas”, bem como a preparação para o trabalho para as “desafortunadas”, tratava-se de uma necessidade que se vinculava à modernização da sociedade, à higienização da família e à construção da cidadania das jovens.

Conforme já afirmado, além de o Asilo São Benedito instruir as meninas para serem boas esposas e boas mães, também havia a preocupação de torná-las aptas para os trabalhos domésticos. A elas eram oportunizadas aulas de costura, bordado.

⁶² Premissa essa, infelizmente, abandonada, por influências didático pedagógicas mais “modernas” e que vem sendo repensadas atualmente, uma vez que se sabe da importância das atividades artísticas, dentre elas os trabalhos ditos “manuais”, para o desenvolvimento intelectual e motor das crianças.

Aprendiam a lavar, engomar, enfim, conhecimentos e habilidades próprios para se tornarem empregadas domésticas e boas donas de casa.

Através das entrevistas realizadas, constatou-se que as Irmãs ainda hoje fazem um trabalho semelhante ao realizado pelas Irmãs da Congregação do Imaculado Coração de Maria desde 1912, quando estas assumiram a instituição. Às meninas desvalidas no asilo eram oportunizadas aulas manuais e trabalhos, mas com outra intenção conforme relata a Irmã Oneide:

Elas têm aulas de bordado, trabalho com sucatas, fuxicos. Elas fizeram agora para o dia das mães uma almofada, feita de retalhos, deram de presente para as mães. Agora estão fazendo outra para venderem. Eu acompanho elas também em pintura em tecido [...] pintam um pano para elas e pintam para casa, para elas também contribuírem um pouco e esses a gente vende para comprar o material. Para elas entenderem que não é só receber, mas saber contribuir com uma parte, para não criar esse assistencialismo e perceberem que, faz parte da vida a contribuição. Até realiza mais a pessoa quando pode contribuir com alguma coisa (IRMÃ ONEIDE, 23/05/2011).

A religiosa explica que esta prática de vender parte do material que é produzido pelas alunas, também serve para vivenciarem que as pessoas muitas vezes adquirem o que têm com dificuldade, com o trabalho, não recebem as coisas de forma gratuita e sim através do esforço e dedicação. Esta prática estava prevista no Art. 3º do Capítulo I do primeiro Estatuto de 1902:

§ 2º - Com licença do Presidente as asyladas poderão incumbi-se de trabalhos de agulha, lavagem e engommado de roupa de fora do estabelecimento, mediante preço ajustado pela directoria, com aprovação da Zeladora em exercício, e esta receberá para entrega-lo ao Thesoureiro (ESTATUTOS..., 1902, p. 3).

Como o trabalho doméstico era de extrema importância na educação das desvalidas, julga-se necessário fazer algumas considerações sobre esse tipo de atividade. Para Perrot (2008), o trabalho doméstico é fundamental na vida das sociedades, se tornando um peso para as mulheres, uma vez que elas eram responsáveis por esses serviços. Além disso, era um peso também na identidade feminina, pois a formação de uma dona de casa perfeita é resultado de uma boa educação, tornando-se um objeto de desejo para os homens e uma obsessão para as mulheres. A autora ainda complementa elucidando que:

O trabalho doméstico resiste às evoluções igualitárias. Praticamente, nesse trabalho, as tarefas não são compartilhadas entre homens e mulheres. Ele é invisível, fluido, elástico. É um trabalho físico, que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado apesar das mudanças contemporâneas. O pano, a pá, a vassoura, o esfregão continuam a ser os seus instrumentos mais constantes. É um trabalho que parece continuar mesmo desde a origem dos tempos, da noite das cavernas à alvorada dos conjuntos habitacionais. No entanto, ele muda, em suas práticas e em seus agentes (PERROT, 2008, p. 115).

A autora em sua pesquisa aborda três figuras do trabalho doméstico: a dona de casa de origem humilde, a dona de casa burguesa e a criada, atual doméstica ou diarista. Esta última era o principal destino das órfãs e desvalidas. Nesse sentido, insere-se aqui um longo excerto explicitando parte da evolução dessa profissão, principalmente em Paris, cidade em que a autora centrou suas pesquisas.

Uma parte importante do trabalho doméstico é remunerado. Pouco antes da guerra de 1914, chega a ser o principal setor de emprego das mulheres. As domésticas não são, aliás, assalariadas como as outras. Com casa e comida, elas recebem “retribuições” que lhes são passadas irregularmente, e sujeitas a desconto caso quebrem a louça ou estraguem a roupa. Sua jornada de trabalho é quase ilimitada. O domingo não é garantido como folga, mesmo quando a prática se torna mais freqüente. Além de seu tempo e de sua força de trabalho, sua pessoa e seu corpo são requisitados, numa relação pessoal que ultrapassa o compromisso salarial. Há muitas variedades de empregados domésticos: cozinheiras, camareiras, lavadeiras, ajudantes de cozinha, copeiras, criadas para todo o serviço não têm o mesmo *status* nem as mesmas retribuições. As primeiras conseguem uma situação melhor. As últimas, dificilmente. Conduzidas por seus pais, elas vêm do interior, são jovens e superexploradas. Alimentando-se de restos e dormindo no sexto andar dos prédios, em quartos sórdidos e mal aquecidos, verdadeiros ninhos de tuberculose. Inexperientes, são presas fáceis, em casa ou fora dela, facilmente seduzidas pelo filho dos patrões ou por um sedutor bem falante que conheceu no baile de sábado à noite, que as deixa “de bucho cheio, segundo a expressão popular”. O pior é que são mandadas embora quando ficam grávidas. É claro que há boas patroas e boas lembranças. E algumas economizando, chegam a juntar dinheiro para o dote, o que as torna um bom partido para os operários, endividados ou não. A condição doméstica conduz à perdição ou à ascensão. Mas apesar de tudo não tem boa reputação [...] Depois de 1914, as empregadas domésticas tornaram-se raras. “Não se encontram mais serviçais” é uma queixa generalizada. Ainda mais porque surgem outras oportunidades de ganhar a vida em hospitais laicos, que abrem vagas, e nas fábricas, mais acolhedoras e mais bem protegidas pelo direito incipiente (PERROT, 2008, p. 117-118).

No Brasil, naquele período, os direitos das domésticas eram limitados, aliás, se é que existiam direitos, resultando em baixíssima remuneração e extensas horas de trabalho. As variedades de ocupações domésticas, presentes até hoje, também

resulta nas variações salariais. Atualmente, por exemplo, uma cozinheira em casa de família tem um salário maior que de uma copeira.

A autora ao falar das moças oriundas do interior, utilizadas em todo tipo de função, faz recordar as negras escravas no Brasil, quando ocupadas dos trabalhos domésticos. Comparado às jovens parisienses, as escravas também desempenhavam suas funções obrigatoriamente, sendo oferecidas a elas moradia e alimentação precárias, ficando expostas a doenças e a maltratos. Assim como as parisienses, muitas jovens brasileiras também eram seduzidas ou forçadas a ter relações com os patrões, ficavam grávidas e como forma de sobrevivência, acabavam na prostituição ou vivendo em recolhimentos e entregando seus filhos a Roda de Expostos, conforme foi abordado no capítulo anterior.

Os casos de trabalho doméstico em troca de casa e comida e a tutela de menores, não apenas para o cuidado e acolhimento, mas para submetê-las ao trabalho doméstico, também foi muito comum no Brasil até pouco tempo. A afirmação de Perrot (2008) quanto à raridade das empregadas domésticas na segunda década do século XX, é coerente, na medida em que no Brasil, as mulheres se tornaram cada vez mais frequentadoras dos bancos escolares, mais informadas quanto aos seus direitos e com as melhores condições salariais nas indústrias que estavam se instalando no país, muitas trocavam o mundo do trabalho doméstico pelo mundo do trabalho operário. Sobre os direitos das trabalhadoras domésticas, o jornal *A Alvorada* (04/06/1933) abordou o assunto ao publicar um artigo intitulado *A' Mulhér trabalhadora*.

Enquanto nestas frias manhãs de inverno a mulhér de uma casta privilegiada pelo dinheiro dorme regaladamente debaixo da morna maciez dos cobertores de lã, a mulhér trabalhadora, operaria ou creada de ricos, levanta-se tiritando do frio intenso que penetra desabusadamente pelas paredes esburacadas do miseravel casebre, dando a sua péle maltratada quasi despida pela pobreza das vestes, a sensação dolorosa de vergastadas de aço... E lá se vai a pobre lutadora sem esperanças, amargar as rudes horas de trabalho das fabricas ou levar servilmente o café com leite e as rosadas torradas á senhora patrôa que se deixou ficar na cama numa comoda indolencia, dando trabalho apenas ao cerebro atopetado de modas, escandalos sociais, maledicencia e cinemas... E si o dia sombrio e enregelante, deixa permanecer a geada que encaranga as mãos das infelizes vitimas da deshumana desigualdade social, a pobre creada não lava a roupa que está a orar desde a véspera ou não cumpre com rigor as ordens superiores da virtuosa patrôa... E quando a senhora que fáz parte de todas instituições de caridade e que é filha de todas as seitas religiosas mais em moda, - levanta-se do ninho luxuoso e depara com a falta de capricho de estoica vitima de sue dominio, não raro a põe pórt a fóra, sem ordenado, lançando-lhe os mais veementes impropérios de que é capaz

uma dama que figura com relevo em obras sociais de benemerencia... E' que as creadas não faltam. A miseria que dia a dia mais se acentúa e aumenta nos lares operarios, dá aos trabalhadores a necessidade de se submeterem as mais absurdas exigencias de seus exploradores. Todos os ramos da atividade humana estão formando seus sindicatos. Porque não fazem o mesmo as trabalhadoras domesticas? Porque não se amparam mutuamente organizando-se? A união faz a força. Unidas poderiam conferenciar, estudar meios de tomar mais humano e toleravel o arduo trabalho de escravas domesticas que outra coisa não são as modestas cosinheiras, lavadeiras, copeiras e todas essas infelizes lutadoras que se alugam, muitas vezes apenas pela comida como animais puxadores de carroças... Mulhér trabalhadora! Sindicaliza-te e desperta da nefasta cadeia que te oprime, aniquilando tua força e destruindo tua propria vida.

A comparação entre a mulher da elite e a mulher trabalhadora doméstica é feita de forma direta e bem realista, característico do jornal, que se posicionava contra as desigualdades sociais mencionando exemplos e direcionando suas críticas para os membros da elite pelotense. Outra crítica muito forte presente na publicação do jornal é voltada aos membros da elite que ganham visibilidade através das suas atividades de benemerência em obras sociais.

Na verdade, a intenção desse texto era incentivar as trabalhadoras domésticas à sindicalização, a exemplo de muitos trabalhadores que fundaram entidades operárias ou trabalhadoras como chapeleiros, sapateiros, tipógrafos, cocheiros, pedreiros, alfaiates, entre outras profissões (LONER, 2001). A entidade voltada ao trabalho doméstico só será constituída em Pelotas décadas mais tarde, com a Associação Pelotense das Empregadas Domésticas, em 1978.

Quanto à educação doméstica e a rotina das internas, tem-se como exemplo os estudos de Vieira (2011) que em sua tese de doutorado analisou o Asilo de Órfãos de Santos durante o período de 1908 a 1931, que acolheu meninos e meninas. Entre tantas pesquisas sobre os asilos para infância desvalida, espalhados pelo país, cabe enfatizar que o asilo de Santos estava a cargo dos cuidados das Irmãs da Congregação do Imaculado Coração de Maria, a mesma que ocupa a direção interna do Instituto São Benedito desde o tempo que era um asilo para órfãos.

A autora analisou o Regimento Interno da instituição de 1909, composto por 86 artigos que estipulavam normas referentes à admissão e saída dos internos, a educação ministrada e as funções das pessoas que trabalhavam no asilo. Quanto à normatização da educação doméstica, a autora explicita:

Até a entrada em vigor do documento, as internas aprendiam e executavam tarefas domésticas na medida em que voluntariamente resolviam ajudar as

Irmãs. Trabalhos de agulha também faziam parte do cotidiano feminino desta instituição. O novo regimento institucionalizou essas práticas que, pelo Regimento, foram transformada em disciplinas e tornam-se obrigatórias para todas as internas. O documento prevê quais habilidades serão aprendidas pelas internas, a idade em que se iniciará a aprendizagem e, visando incorporar essas práticas à rotina diária, institui que o serviço interno do Asilo, tais como asseio, preparo de refeições, o lavar e passar roupas, seja compartilhado pelas internas em sistema de rodízio (VIEIRA, 2011, p. 134).

A rotina das internas estava dividida da seguinte forma:

O dia foi dividido segundo a dimensão temporal e seu uso inteiramente planejado. Foi estabelecido o horário de acordar, de estudar, do banho, das orações, das aulas, dos deveres, do lazer. Os banhos deveriam ser diários, não antes das seis horas no horário de verão e das seis e meia da manhã no inverno. As orações diárias seriam feitas nos dormitórios, pela manhã, ao levantarem e, à noite, ao se deitarem. O tempo de repouso deveria ser de no mínimo nove horas, o que implicava em ter um horário para dormir. Com essas determinações estabelece-se uma rotina. Terminado o dia, ir para os dormitórios, trocar-se para dormir, rezar, dormir, acordar, rezar, tomar banho. Ainda como rotina, duas vezes por semana deveriam ser trocadas as roupas de cama (VIEIRA, 2011, p. 163).

Percebe-se na rotina o rigor com as orações, fato esse tão criticado na educação das desvalidas no Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição em Pelotas, durante a administração das Irmãs do Imaculado Coração de Maria (1885-1863). Além de reconhecer nas orações uma forma de educação moral e religiosa, as Irmãs também estimavam despertar a vocação religiosa das desvalidas.

Os banhos diários faziam parte da formação de hábitos de higiene que também incluíam a escovação dos dentes, cortes das unhas e o uso de roupas limpas. Para as boas condições higiênicas do prédio, limpeza da cozinha e até mesmo lavagem de alguns alimentos, as divisões das tarefas entre as desvalidas eram semelhantes as do Asilo São Benedito, mas entre os documentos analisados, isso só pôde ser confirmado no Capítulo VI do Estatutos... (1952, p. 13):

Art. 29 – Os serviços internos do estabelecimento serão distribuídos por entre as internas, em turmas semanais, tendo sempre em atenção a idade, o seu desenvolvimento físico, sob a responsabilidades direta da direção interna.

Em entrevista concedida por Luzia (28/10/2013), ex-professora do Instituto São Benedito, ela confirmou sobre as divisões e rodízios das tarefas domésticas dentro da instituição, afirmando que “[...] a gente tinha tarefa, tinha a semana da

porta, a semana do telefone e tinha tudo organizado e elas respeitavam e faziam. Tinha a limpeza da capela, tudo. Essa semana é da louça, essa semana é do serviço, descascar batata [...]”.

As refeições também tinham horários próprios, algo que atualmente ainda faz parte da rotina do Instituto São Benedito. No asilo da cidade de Santos, as refeições obedeciam aos seguintes horários: “às 7h da manhã (café, pão e manteiga), às 10h (almoço), às 13h (uma pequena refeição), às 17h (jantar) e às 20h (chá, pão e manteiga)” (VIEIRA, 2011, p. 164). No Instituto São Benedito, as refeições das alunas são divididas entre o lanche da manhã, almoço e o lanche da tarde.

No Regimento Interno do Asilo de Órfãos de Santos, se fala em disciplina, em medidas disciplinares, em punições como forma de castigo. Os castigos corporais estavam proibidos, embora a autora indique que tais castigos tenham existido, pois foram queixas de algumas internas e houve algumas denúncias acusando as religiosas e até professores que castigavam as internas fisicamente.

A Irmã Assunta que ingressou no então Instituto São Benedito na década de 1950, fez alguns esclarecimentos sobre questões ligadas à indisciplina das meninas.

O castigo era: ou ficava fora do recreio, ou se elas abusavam muito ficavam fora da sobremesa. Eram os dois castigos que elas ganhavam. Ou elas escolhiam e diziam "então eu vou na capela rezar", iam na capela, rezavam um pouquinho depois saíam (IRMÃ ASSUNTA, 27/12/2013).

O horário e as divisões das aulas no Asilo de Santos eram planejados pela Madre Superiora e aprovados pelo Presidente, através da orientação da grade curricular estabelecida pelo Regimento. As aulas deveriam durar no máximo uma hora e ter um intervalo de quinze minutos entre elas. As internas que não estavam em horário de aula, tinham o tempo preenchido com outras tarefas.

Quando não estavam em aula ou ocupadas com a limpeza do prédio, o tempo das internas deveria ser utilizado na aprendizagem de corte e costura, bordado, crochê, tricô, filé, cartonagem, dobradura, tecelagem, economia doméstica, cozinha, lavagem e engomadura de roupas (VIEIRA, 2011, p. 164).

Para presente pesquisa, não foram localizados documentos produzidos entre os anos de 1901 a 1930 que descrevem a rotina das desvalidas na instituição de Pelotas, mas de qualquer forma, recorreu-se ao depoimento da Irmã Assunta para falar sobre o assunto.

[...] elas estavam sempre ocupadas. No internato era assim: elas levantavam de manhã, tinha a oração da manhã, depois tinha o café e logo depois elas tinham a hora de recreio mais ou menos depois as aulas. Depois nessa hora do recreio, vinham pro recreio e eu sempre estava quase sempre com elas quando eu não estava na minha aula, porque eu tinha aula com as pequenas e depois, 11 horas, dependia muito da professora. Uns tinham passeio, outros tinham jogos, outros tinham diversas funções de aula. De tarde elas tinham os trabalhos manuais, estudo tinha as duas horas de estudo e depois trabalhos manuais, elas aprendiam tudo que era trabalho que era um ensaio pra uma vida de uma menina.

Percebe-se que a educação das meninas não se restringia somente à sala de aula com ensinamentos de conteúdos teóricos, as habilidades manuais e os serviços domésticos ocupavam maior parte do tempo na rotina das desvalidas que muitas vezes eram avaliadas no sentido de identificar suas aptidões domésticas. Quando perguntada sobre o que seria a vida de menina naquela época, Irmã Assunta (27/12/2013) esclarece:

[...] elas aprendiam a fazer comida, a fazer doce. Trabalhavam com o que tinham vocação porque sempre era assim, se elas tinham vocação para aquilo, se elas tinham vocação só de bordar ou fazer crochê essas coisas, trabalhos manuais ficaria naquilo. Se elas tinham vocação pra cozinha, tinha a lavanderia também elas tinham horário pra aprender a lavar a roupa, quara, engomar tudo isso elas aprendiam.

Algumas instituições premiavam as internas quando apresentava alguma aptidão destacada. Com tamanho empenho na educação doméstica das desvalidas, não era difícil encaminhá-las para serem empregadas domésticas em casas de famílias, pois além de chegarem com boas referências, as famílias sabiam que foram educadas com rigor e disciplina, sendo a elas ensinados os principais afazeres domésticos. Isso fica evidente em uma reportagem publicada em 1947, durante a visita do Papai Noel na instituição:

Difícil descrever a alegria e entusiasmo como foi recebido. Impressionou a educação esmerada que lhes é imprimida naquele estabelecimento pio, a disciplina que demonstraram e sobretudo *a sua grande fé no Papai Noel*. Moran ali construindo um lar alegre, centenas de meninas que estão sendo devidamente educadas e que mais tarde, quem sabe se tornarão ótimas esposas preparadas que estão sendo dentro dos mais rígidos princípios de virtude e cristandade. Umaz pequeninas ainda, mal sabem compreender as responsabilidades que o futuro lhes reserva, pensando apenas nos brinquedos e alegrias própria da idade. Outras já maiores, cuidam concientemente das menores, ensaiando talvez seus primeiros passos quando estão em seus novos lares irão cuidar de seus filhinhos queridos (A OPINIÃO PÚBLICA, 23/12/1947, grifo nosso).

Mesmo a reportagem sendo publicada 17 anos após o recorte temporal escolhido para esta pesquisa, acredita-se que é importante mencioná-la para demonstrar que mesmo passado quase meio século da fundação da instituição, sua intenção continuava a mesma. Percebe-se através da descrição do jornal, que a reportagem confirma os principais objetivos da educação de meninas: serem boas mães e boas donas de casa.

Claro que, além disso, não se pode desconsiderar a educação voltada para o trabalho. Conforme o jornal, disciplina, educação adequada, educação religiosa são fundamentais para as desvalidas se tornarem ótimas esposas e serem capazes de cuidar bem dos filhos que virão futuramente, tais qualidades também serão fundamentais na aceitação das pessoas de mais posse para empregarem as meninas como domésticas em suas residências.

Destaca-se também que “ter fé no Papai Noel”, é um discurso que cabe àquele período. Dito isso nos dias atuais, pode ser considerado pouco correto, uma vez que o Natal representa para os cristãos, no caso do Instituto São Benedito, cristãos católicos, uma data para celebrar o nascimento de Jesus Cristo e não para exaltar e enaltecer a figura do Papai Noel.

Negrão (2004) ao analisar o Asilo de Órfãs em Campinas questiona se o trabalho doméstico dentro da instituição era uma prática educativa ou treinamento doméstico e formação de empregadas para servir a classe elitista da cidade.

De maneira disfarçada, os conflitos de classe social ocorriam e não era necessário projetá-los no futuro das órfãs, pois, dentro da própria instituição, em que as irmãs eram a classe dominante, as internas serviam-lhes, considerando-se privilegiadas por “tanta honra”. Os trabalhos domésticos pesados exercidos pelas meninas era um meio institucionalizado de prepará-las para servir (NEGRÃO, 2004, p. 135).

É importante ressaltar que no Asilo de Órfãs de Campinas a administração da entidade era de responsabilidade das Irmãs da Congregação Francesa de São José de Chambéry⁶³ e não do Imaculado Coração de Maria.

No Asilo São Benedito, como grande parte das desvalidas eram negras, principalmente nos primeiros anos de funcionamento o que fica evidente na figura 9,

⁶³ Mesma Congregação responsável pela administração e instrução do Colégio São José de Pelotas, fundado em 1910.

representavam⁶⁴ para a sociedade pelotense mulheres ideais para afazeres domésticos, como as escravas negras que trabalhavam na cozinha, cuidavam da limpeza, das roupas, dos filhos de seus senhores, dentre outras tarefas domésticas.

No século XXI, sabe-se das dificuldades em se encontrar mulheres consideradas boas trabalhadoras domésticas. As técnicas domésticas estão ausentes das disciplinas escolares, na educação básica não existe este tipo de preparação, sendo assim, é comum a mídia divulgar cursos para treinamento de domésticas, pois a oferta está se tornando maior que a demanda. Além disso, conforme afirma Perrot (2008), as criadas desapareceram e deram lugar as faxineiras diarista. O fato é que a diarista além de não ter vínculo empregatício, conforme o número de faxinas realizadas, ela pode ter uma renda mensal superior a de uma empregada doméstica que trabalha com carteira assinada, o que torna a atividade mais atrativa.

Cabe mais uma vez enfatizar que no Estatuto de 1902, fica explícito que o asilo encaminhará as meninas, ao completar a maioridade, para casas de boas famílias, com emprego próprio a sua condição e aptidão, o de 1911 menciona que estas serão ocupadas em casas honestas com qualquer ocupação decente, mas o de 1952 não apresenta tal informação, apesar de a bibliografia consultada para este trabalho citar que o destino das desvalidas naquele período geralmente era este.

As internas que desejassem continuar na instituição após os 18 anos de idade teriam uma ocupação determinada pela direção interna e seriam remuneradas pelos seus serviços. A expulsão da interna era vista como o grau mais alto de punição, conforme explica Vieira (2011), que fez tal afirmação ao analisar o Regimento Interno de um asilo da cidade de Santos. Sobre o destino das meninas, seja para o mundo trabalho, seja para o casamento, a Irmã Assunta acrescenta:

Na minha época tinha essas leis e também quem não queria sair, queria ficar, era livre podia ficar e aí podia namorar em casa e tanto que namoro, elas trabalhavam fora vinham dormir aqui quando não tinham ninguém da família. Tinha a Francisca por exemplo, casou com o Mário ela não tinha família. Ela veio pra cá com quatro anos. Nunca dormiu fora de casa. O primeiro dia que ela foi dormir fora de casa foi o dia do casamento.

No tempo em que a Irmã chegou na instituição, os casamentos não costumavam ser arrançados como no século XIX e início do século XX, sendo assim,

⁶⁴ Aqui se considera a ideia de representação como realidade de múltiplos sentidos na acepção de Chartier (2002).

perguntei à Irmã como elas conheciam o futuro marido e ela respondeu da seguinte forma:

Elas iam trabalhar e lá no trabalho ou na rua, não sei, por aí elas se encontravam. E aí eles vinham e sempre elas tinham orientação, namoro era dentro de casa e quando não quer o namoro dentro de casa então tem que ficar na casa do seu tutor, tinha um tutor sempre, ou na casa de família em algum lugar que elas pudessem ficar.

Naquele período, a tutela era uma prática comum e se diferenciava da adoção, por ser considerada um vínculo transitório. No que corresponde aos direitos da adoção, “a adotada assume o nome da família adotante, herda bens e é criada como filha, não para exercer serviços domésticos, mas com todos os direitos civis inerentes aos membros integrantes da constelação familiar, o que não se dá na tutela” (NEGRÃO, 2004, p. 91). A autora expõe que o Código do Menor de 1927 fez mudanças significativas quanto à tutela do menor. Muitos tutores retiravam as meninas dos asilos para executarem trabalhos domésticos em suas casas. As providências legais quanto à proibição do trabalho do menor também estavam prevista no Código, mesmo assim, alguns artigos apresentavam brechas, fazendo que de uma forma ou de outra, o trabalho a partir de certa idade fosse considerado legalizado.

De qualquer forma, sendo de responsabilidade das Irmãs ou dos tutores, as internas eram constantemente vigiadas. As Irmãs confiavam nas meninas e muitas vezes as defendiam de casos de preconceitos, pois para muitos, elas estavam expostas à “vida mundana”, ao namoro, ao abuso, à marginalização tendo somente as Irmãs para saírem a sua defesa. É o caso relatado pela Irmã Assunta, como um dos acontecimentos mais marcantes presenciados pela religiosa dentro da instituição.

A história começa com a chegada de duas meninas na instituição. As recolhidas eram irmãs, uma com quatro e outra com três anos de idade. Órfãs de mãe e entregues pelo pai alegando não ter condições de cuidar das filhas, elas passaram a viver na instituição e ficaram a cargo dos cuidados das Irmãs.

No período de férias, elas viajavam com membros da diretoria ou com as próprias Irmãs da Congregação quando as religiosas viajavam para visitar familiares em outras cidades. A menina mais velha era acompanhante da Irmã Assunta e sua assistente na enfermaria, ajudando a servir as meninas que estavam doentes. Mais

tarde, esta criança faleceu devido a complicações cardíacas provocadas pelo reumatismo no sangue. Cabe frisar que a situação descrita até o momento, serve para contextualizar a história da menina que foi vítima de preconceito mesmo após a sua morte, tendo a Irmã Assunta como sua principal defensora.

Como as Irmãs não tinham conhecimento da doença era necessário investigar o que causou o óbito da criança. Nesse sentido é se insere a seguir um trecho do depoimento da Irmã Assunta (27/12/2013) em que ela narra o diálogo dela com os médicos da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas.

Aí um médico disse "é pode ser que ela estava grávida e matou essa criança". Eu fiquei quieta, nunca esqueci desse quadro que pra mim foi chocante. Eu disse "não senhor, porque essa menina nunca dormiu fora de casa, essa menina está desde os quatro anos conosco, por essa eu ponho a minha mão no fogo" e ele disse "é, as vezes a senhora está dormindo e elas saltam a janela e vão pra rua". Eu disse que ali não tem como elas saltarem a janela, estão segundo piso e tem sempre uma Irmã com elas, nunca estão sozinhas. Ele disse "é, mas é bom nós fazermos uma autópsia" e eu disse "sem a minha licença e da diretoria, vocês não vão fazer e eu quero estar presente pra ver o que vocês vão fazer com o corpo dessa menina". Aí a diretoria veio e me disse "eu acho que é bom que faça pra gente ter um diagnóstico certo. Depois pode aparecer o pai que nunca veio, mas pode aparecer e tem que dizer pro pai do que ela faleceu". Aí foram pra fazer, mandaram ela pro necrotério e eu fui junto, fiquei na cabeceira mais ou menos assim de perto, e eu fiquei na cabeceira desde o primeiro corte os médicos examinando, três médicos, e aí quando o médico abria e não tinha nada, normal a guria não tinha e nunca teve relação com ninguém e aí ele tirou o coração e viu que o coração tava inchado. Aí ele olhou e viu cortou assim, tava cheio de verruga dentro porque não tinha circulação, aí ele disse: "tá aqui, ela teve reumatismo desde criança e ninguém sabia". E eu olhei para aquele médico que disse e eu disse pra ele "o senhor um dia vai ter filhas e o senhor não está livre de acontecer uma coisa com a sua própria filha. O senhor gostaria de dizer que a menina não era virgem?". Aí o outro médico disse "deixa irmã, depois ele vai lá na sala e nós vamos conversar". Aí eu fiquei com a menina, vesti a menina, arrumamos. Tinha um caixão, uma moça tão bonita e todo mundo dizia que ela estava dormindo.

As Irmãs tiveram muitas dificuldades de encontrar o pai da criança para comunicar o ocorrido, pois este nunca apareceu para visitar as crianças. A localização deste pai só foi possível através do anúncio nas rádios locais. Quando o pai chegou a Pelotas, já estava acontecendo à missa de corpo presente na igreja, mesmo assim, o caixão foi aberto na sua presença. O pai da menina falecida só procurou as Irmãs após o término da missa, *"aí ele contou que a menina gritava dia e noite de dor no joelho, dor nas pernas e ele não tinha recurso, mas não disse também pra nós"* (IRMÃ ASSUNTA, 27/12/2013).

O relato da Irmã foi obtido através da metodologia da História Oral. A transcrição do seu depoimento foi um verdadeiro desafio, pois é difícil transmitir para o leitor um depoimento que foi coletado pessoalmente. A história seria mais fácil de ser inserida no trabalho se a Irmã tivesse registrado suas lembranças na forma escrita.

Assim como foi difícil a seleção das fontes para serem utilizadas na presente pesquisa, as escolhas dos fragmentos dos relatos orais também se tornam um desafio a partir do momento em que o pesquisador tem que julgar o que é importante e adequado para um trabalho científico. Considerando que o pesquisador tem simpatia pelo seu objeto de estudo, o mesmo acontece quando o entrevistador vê no seu entrevistado a potencialidade e a riqueza dos seus relatos.

A história que marcou a Irmã Assunta foi narrada em um longo depoimento. A forma de como e o que relatar ficou a cargo da depoente, da relação dela com a sua memória. Algo motivou para que a religiosa deslocasse suas lembranças para o passado e as relatasse no presente. A partir do que foi exposto é que se utiliza às palavras de Almeida (2009, p. 271) para discorrer sobre a memória, o passado e o presente. Segundo a autora:

[...] é o presente que faz o chamamento à memória, é o entrevistado que escolhe, consciente ou inconscientemente, a história que quer contar, o que pode contar, ou, ainda, que se sente autorizado a narrar. A lembrança é constantemente reformulada pelo que acontece no presente, e essa relação passado presente caracteriza-se por ser um processo contínuo de reconstrução e de transformação das experiências relembradas.

As lembranças da Irmã narradas através dos relatos orais, contribuíram para que aqueles que não deixaram registros sobre a suas trajetórias, fossem mencionados e ganhassem visibilidade e o seu espaço na memória institucional.

Conforme informado pela Irmã Assunta, grande parte das meninas encaminhadas para a instituição eram órfãs de pai e de mãe. A função das Irmãs e dos tutores era exercer a função da família: vigiá-las, educá-las, dar condições de ter uma infância e adolescência digna e encaminhá-las para a vida fora da instituição. Muitos desses tutores eram os mesmos que tanto colaboraram para manter a asilo através da prática da caridade e filantropia.

3.3.4 Caridade e filantropia a serviço das desvalidas

Em Pelotas, as práticas de caridade, filantropia e assistencialismo de iniciativa da elite local eram comuns. Pode-se exemplificar com a fundação dos hospitais da Santa Casa de Misericórdia em 1847 e da Sociedade Portuguesa de Beneficência. Para o recolhimento de pessoas desvalidas, foi criado o Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição em 1855 por iniciativa de membros da Maçonaria e o Asilo de Mendigos em 1881.

No século XX, a Sociedade Auxílio Fraternal de Senhoras Espíritas funda o Orfanato Espírita Dona Conceição, inaugurado em 1933 e um grupo de senhoras vinculadas à Igreja Católica funda a Casa da Criança São Francisco de Pelotas, em 1936, sendo esta última a primeira creche do município. De acordo com Peres (1995, p. 50):

Todas estas iniciativas evidenciam o caráter assistencialista do tratamento que a elite branca pelotense devotava à população mais pobre. As crianças, os doentes, os mendigos, os desempregados que vagavam pelas ruas não combinavam com uma cidade que detinha o título de ser a mais aristocrática de toda a Província. Além disso, fazer caridade doando dinheiro para a construção e manutenção de entidades assistenciais era considerado um gesto muito nobre que dava status, notícias nos jornais, comentários nas rodas mais importantes da cidade e, acima de tudo, um título, na maioria das vezes, de “benemérito” das instituições.

Nesse sentido, é que se utilizaram reportagens do jornal *A Opinião Pública* da década de 1940, para constatar que mesmo em meados do século XX, a elite pelotense ainda era destacada pelas práticas de filantropia e caridade. As reportagens sobre o asilo estão acompanhadas por inúmeros nomes de pessoas que colaboraram de forma voluntária fazendo com que esses colaboradores ganhassem certa visibilidade.

Compactuando com as idéias de Peres (1995), evidenciando que não era apenas a elite pelotense que procurava ganhar visibilidade através de tais práticas, Negrão (2004, p. 48) tece comentários sobre a intencionalidade dessas ações:

Variados segmentos sociais irmanaram-se em torno da dimensão filantrópica, em especial a Igreja, a oligarquia, a imprensa e o Governo Municipal estiveram lado a lado, seja pela fé, cuja caridade garantia o céu, seja pelo prestígio pessoal que eternizava os nomes que engrossavam as fileiras das benemerências, seja pela projeção política de lutar pelo compromisso público de assistência aos menos favorecidos.

A autora ainda afirma que no caso de seu estudo, grandes doações e lances em leilões eram feitos pela a elite em prol do Asilo de Órfãos de Campinas, o que gerava várias representações como a caridade cristã e o poder econômico que elevavam o status de homens ricos e poderosos. Ressalta-se que tal situação era semelhante à observada no presente estudo conforme é demonstrado a seguir em uma notícia:

Decorreu magnífica a festa proporcionada as recolhidas do Asilo de Orfãos São Benedito. As 9 horas, repleta a capela de exmas, famílias, foi celebrada a missa festiva. No côro as recolhidas, sob a regência da professora d. Leonilda B. de Tolla, entoaram belos cânticos. Vocalizaram a Ave-Maria a senhorita Maria Bandeira e o saluris, a exma. sra. d. Suelei Lund Azevedo [...] No salão de honra, onde se erguia a Arvore de Natal, doada pela sra. d. *Luiza Behrendorf Maciel* e artisticamente ornamentada pelo casal *Luiz Schuch*, deu-se a distribuição de brinquedos e objetos úteis a's recolhidas, ocasião em que proferiu expressivas palavras o sr. *Domingos de Souza Moreira*, presidente do instituto. A entrega dos prêmios *Francisco Behrendorf*, *Antônio J. Santos Junior*, *Haidée Bordagorry de Assumpção*, *Madre Inilda*, *Julia Franqueira Moreira*, *Dr. Ildefonso Simões Lopes*, que couberam respectivamente, às meninas Ninfa Paes da Silva, Esmeralda Antunes, Angela Rodrigues, Catarina Fernandes, Laura Satt, e Eliete Mendonça, decorre por entre aplausos da assistencia. O premio *Dilermando Araujo*, constante do certificado de datilografia da Escola Mista de datilografia, gentilmente oferecido pela sra. Adalgisa Barcelos Araujo, coube às meninas Laura Satt, Ninfa Paes da Silva, Lisete Mendonça e Catarina Fernandes [...] (A OPINIÃO PÚBLICA, 26/12/1946, grifo nosso).

Muitos nomes são de filantropos, membros da elite pelotense que em alguns casos têm seu retrato exposto no salão de honra da instituição, como do Sr. Francisco Behrendorf e do deputado Ildefonso Simões Lopes. Os prêmios que carregavam os nomes de colaboradores da instituição eram além de uma forma de homenagear pessoas já falecidas, um incentivo às famílias dos homenageados, que através de outras gerações, davam continuidade aos trabalhos filantrópicos na instituição.

Ressalta-se que a divulgação dos nomes de membros da sociedade pelotense que colaboravam com o asilo era realizada desde o início do século XX. Entre as notícias estavam a divulgação dos donativos arrecadados pelo asilo, assim como o nome de seus colaboradores que doavam mantimentos, utensílios de cozinha, dinheiro, entre outros. Poucas “almas caridosas” faziam doações de forma anônima. O fato de essa forma de colaboração não ficar no anonimato provocou fortes críticas aos escritores do jornal *A Alvorada* conforme a seguinte notícia:

Neste seculo de prepotencia e fantasias em que a humanidade cuida sómente do seu eu, custoso é encontrar-se almas boas, verdadeiros apóstolos do Bem e da Caridade. Não vale acumular nos fundos dos cofres o metal sonante, como uma garantia da materia humana, é preciso que se pratique a caridade, que se condôa da miseria alheia, para, assim, se ter a certeza da salvação do espirito, perante Deus. A esmola, que a maioria da humanidade distribue, por vaidade espalhafatosa, para ver seu nome nas colunas dos jornaes, não é uma esmola sincera, não encerra ahi a expressão nitida da verdadeira caridade cristã, nem Deus toma em consideração esse ato de fantasia. A verdadeira caridade é aquela que pratica no anonimato, sem que o contemplado saiba de onde surgiu um pedaço de pão ou um cobertor para se agasalhar, só podendo agradecer a Deus. Feliz daquele que distribue a caridade sem fazer disso um reclame para se popularisar, como fazem muitos, que ignoram os sãos principios da verdadeira religião cristã (A ALVORADA, 6/08/1933).

O texto publicado é referente ao trabalho voluntário de um jovem estudante de Direito que ajudou a organizar o dia da Primavera no asilo. O jornal descreveu o estudante como “coração grande, alma pura, que, sem possuir fortuna, espalha a verdadeira caridade sem espalhafato, sem que seu nome sirva de manchete nas colunas dos diarios” (A ALVORADA, 6/08/1933). Além disso, o texto publicado vai ao encontro das ideias de Negrão (2004) ao afirmar que muitas práticas de filantropia e caridade dava visibilidade aos doadores e elevava o status de homens ricos e poderosos.

O texto do jornal *A Alvorada* foi inserido no presente trabalho para compactuar com algumas ideias que surgiram durante essa pesquisa: será que o trabalho da elite pelotense em obras sociais era espontâneo e verdadeiro? O que motiva a elite para tais práticas: o amor ao próximo ou a visibilidade de seu *status*? A caridade dita como cristã era praticada para reservar um “lugar no céu” e remissão dos pecados ou pelo motivo dos que tinham muito simplesmente doavam aos que nada tinham?

São apenas estranhamentos que surgem a partir do que está sendo discutido até o momento. O fato é, seja para ganhar *status*, visibilidade, seja por amor ao próximo, à elite local sempre foi a maior mantenedora do Asilo de Órfãos São Benedito. Foi através das suas doações e da disponibilidade de fazer parte da diretoria, denominada pelas Irmãs como diretoria leiga, é que as meninas desvalidas garantiram moradia, alimentação, escolarização, instrução moral e religiosa e preparação para viver fora da instituição.

Os homens voluntários que assumiram a presidência da diretoria leiga nas primeiras três décadas de funcionamento da instituição foram: José da Silva Santos (1901-1903), Carlos Antonio Palma (1904-1910), José Maria de Carvalho e Silva (1911), José Veríssimo Alves (1912-1910), Firmo da Silva Braga (1914), Francisco Carlos de Araújo Brusque (1915-1916), Luiz de Mello Guimarães (1917-1921) e Francisco Behrens Dorf (1922-1934).

Muitos colaboradores do asilo estavam vinculados a mais de uma obra social, como o benemérito Dr. Francisco Simões Lopes que foi médico e benemérito do Clube Caixeral, protetor do Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição, benemérito da Associação de União Humanitária, médico e benemérito do Asilo de Mendigos, ex-médico e grande benfeitor da Santa Casa de Misericórdia, sendo o fundador da enfermaria infantil na qual recebeu seu nome.

Por todas as suas atividades e por sua importância na cidade de Pelotas, o médico foi o orador oficial na sessão de encerramento das atividades festivas realizadas pela passagem do primeiro centenário da cidade. (ALBUM DE PELOTAS, 1922). Outro exemplo é do Dr. Edmundo Berchon que foi presidente da Bibliotheca Pública Pelotense, fundador do Asilo de Mendigos, benfeitor da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, além de grande benfeitor do Asilo de Órfãs São Benedito⁶⁵. De acordo com o Capítulo IV do Estatutos... (1902, p. 6):

Art. 1º_ Os socios dividem-se em quatro classes: contribuintes, protectores, bemfeitores e benemeritos.

§ 1º_ Pertencem á 1ª classe todos os homens que pagarem a mensalidade de 1\$000, ou a anuidade de 10\$000, e todas as senhoras que concorrem com a metade das quantias ditas.

§ 2º_ Os socios que fizeram uma esmola de 50\$000 possam a ser considerados de 2ª classe, e os que fizeram de 100\$000 á 3ª classe.

§ 3º_ Só terão o título de benemeritos os socios que fizeram esmola de mais de 500\$00, e os que prestarem relevantes e extraordinários serviços ao Asylo, a juizo da Dierctoria, sendo este titulo concedido por proposta, pelo menos, de metade a mais um dos respectivos membros.

Portanto, os sócios eram categorizados de acordo com a quantia doada, além disso, estava previsto no Estatuto que somente os sócios grandes benfeitores teriam seus retratos expostos no salão de honra da instituição. Em outros casos, a decisão ficava a cargo da diretoria e dos sócios.

⁶⁵ Disponível: <http://www.academiademedicinars.com.br/curriculo-detalle.php?idcurriculo=101> Acesso em: 26/12/2013.

O quadro com a imagem do Dr. Francisco Simões e Dr. Edmundo Berchon está exposto no salão de honra do Instituto São Benedito, juntamente com outros nomes familiares à sociedade pelotense, que deram nome a ruas, escolas e se destacaram no cenário político, como: Adolfo Fetter, Joaquim Duval, Antonio Augusto Assumpção, Francisco Behrendorf, Baroneza de S. Luiz, Augusto Simões Lopes, Yolanda Pereira entre tantos outros nomes, bem como, o nome de alguns negros com distinção social e econômica que colaboraram com a instituição. Sobre os retratos presente em locais nobres das instituições, Chaves (2014, p. 7) os quadros do salão de honra da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas, afirma que:

A imagem advinda do “retrato” concedido aos associados foi uma das formas de garantia de visibilidade social. O associado que realizava uma doação ou préstimo efetivo passava a gozar das melhores considerações frente à diretoria e comunidade local, quando também acendia, muitas vezes, a membro diretivo, ganhando um lugar no salão de honra através da imagem. Uma pintura representaria o seu retrato oficial, a sua chance de imortalidade no saguão do edifício-sede, um requisito importante para a sua auto-afirmação perante à sociedade local.

Infelizmente, entre os documentos consultados poucos se referem aos fundadores da instituição. Diferentemente da cidade de Bagé que valoriza alguns negros que colaboraram com a sua história, em Pelotas os negros que tanto ajudaram na construção e no desenvolvimento da cidade além de lutarem em prol dos “desvalidos da sorte”, não têm suas fotografias e biografias divulgadas como de outros membros da elite local.

Michelon (2012, p. 39), ao estudar o antigo Frigorífico Anglo de Pelotas e conseqüentemente um outro lado da cidade, a cidade operária, afirma que “a cidade rica, culta, das casas dos charqueadores, da praça do chafariz importado, da caixa d’água escocesa, do comércio requintado, do footing, das confeitarias, dos teatros, não quer ser esquecida”, por esses motivos é que ainda há a valorização dos barões, dos charqueadores, dos médicos, políticos, de uma elite branca lembrada e enaltecida pela sociedade pelotense.

Em vista de tudo que foi abordado e discutido no presente trabalho, apresento a seguir o discurso pronunciado pelo negro Carlos Santos, em 1951, orador oficial na sessão comemorativa do cinquentenário do Asilo de Órfãos São Benedito:

Ligado pelo sangue, pelo espírito e pelo coração, a esta Pelotas lendária e opulenta, tão soberba nos fastos da sua história, como nos encrespamentos da luta pela glória sem par de seus destinos, eu recolho entre comovido e sensibilizado a homenagem afetiva do Asilo de São Benedito à família Silva Santos, trazendo um de seus descendentes para as galas desta tribuna, na celebração festiva do seu jubileu de ouro. E se a elevação moral desse gesto, tão próprio da nobreza de sentimentos que constituem os florões imarcessíveis do principado pelotense, trás a chancela do vosso reconhecimento, pelo apostolado social e humano, fraternal e cristão da minha gente, no madrugar desta benemérita instituição, gente cujo nome figura na galeria de honra deste Asilo, aureolado por exemplos magníficos de trabalho e renúncia, de dignidade e de fé e, sobretudo, de exaltação perene da raça mártir, que fez das lágrimas e do sofrimento a seiva miraculosa da grandeza do Brasil, e, cem resignação purificadora, dos grillhões infamantes do cativo, os candelabros de luz, iluminando em festa as arcadas da nacionalidade em formação, não é menos verdade que o orador, orgulhoso da raça e da estirpe a que pertence, evoca, também, nesta hora, na estática contemplação do passado. A lição admirável de seus maiores, para agradecer ao Asilo a emulação que nos oferece com o seu gesto, e a Deus as energias vitais com que os descendentes de Manoel Santos aí estão, lutando por transmitir intacto aos seus filhos, o legado honroso que receberam do varão austero e venerando, que escreveu na história gloriosa de Pelotas as mais belas páginas de fraternidade cristã, de amor ao próximo e de dignificação humana (ANAIS..., s/d, p. 8-9).

A função desempenhada pelo asilo foi fundamental na vida das meninas carentes, pois durante muitos anos, a obra assumiu ao mesmo tempo o papel da família, escola, Igreja e da sociedade que tem responsabilidade em ajudar no bem estar daqueles que mais necessitam. Existem alguns indícios de que o asilo com o passar do tempo, se tornou mais seletivo na escolha de suas acolhidas, em especial as negras, embora a instituição tenha sido fundada justamente para acolher meninas desvalidas negras. Como exemplo, destaca-se um trecho de um texto intitulado *Como se fundou a Frente Negra Pelotense* de autoria de Humberto Freitas, publicado no jornal *A Alvorada* (13/05/1934, grifo nosso):

Estavamos nos meados de Abril, quando reunimos eventualmente em uma das nossas sedes sociais, encontrava se entre outros, os srs. Carlos Torres, Jo'se Auto Ferreira da Silva, Alexandre Correia e o autor destas linhas. É que naquele dia, se prestava uma homenagem á memória de um amigo. Como o ato não fosse de festa, e sim de uma demonstração da nossa educação social e pessoal, poucas eram as pessoas que ali estavam. Fosse um baile e o salão estaria regorgitando. Comentando estes fatos a conversa girou em torno da verdadeira situação dos descendentes da nossa gloriosa Raça. Cada um contava o que sabia sobre preconceitos, e outros fatos. *Alguém falou em certo estabelecimento pio fundado por negros, que fazia hoje, distinção em receber em suas escolas, crianças de côr preta... A culpa é nossa. Foi o que dissemos todos, pois se nos uníssemos e fundasse uma entidade eficiente, muito lucrariamos nós, a Raça e a Nação. E... a coisa ficou neste pé.*

Ao que tudo indica a instituição pia fundada por negros e de longa duração na cidade, é o atual Instituto São Benedito. O autor do texto começa fazendo uma crítica aos “irmãos de cor” que se reúnem apenas em eventos festivos, deixando de atuar nas lutas da comunidade negra, por isso, Humberto Freitas e seus amigos, em nome da comunidade negra, assumem parte da culpa de ter deixado a referida instituição chegar nessa situação: excluir crianças negras.

Em 1951, foi decidida a troca de Asilo São Benedito para Instituto São Benedito. A troca da denominação foi esclarecida através do texto publicado nos Anais do Cinquentenário, junto ao histórico do asilo de 1901 a 1951:

A pedagogia ensina que as crianças, recolhidas em plena infância, à estabelecimento de assistência social, devem aí receber, de forma a perdurar em toda a sua existência, as mais gratas emoções, nesse período de sua formação, sem lhes deixar vislumbre de inferioridade. Com base nesse preceito, e integrando as comemorações do cinquentenário, a assembléia geral extraordinária, realizada a 2 de Dezembro de 1951, deliberou substituir a denominação de Asilo, para Instituto São Benedito, mantida a invocação de seu padroeiro e sua gloriosa tradição beneficente sob o signo: “Praticar a Caridade é servir a Deus” (ANAIS..., s/d, p. 8).

A troca da designação tentou elevar a autoestima das internas que tinham suas vidas marcadas pelo descaso, abandono e miséria na esperança de que elas fossem representadas para a sociedade de outra forma, não mais órfãs, meninas desvalidas desprovidas da sorte, mas sim meninas que tinham no Instituto um caminho para ascensão social.

Como o termo asilo, pelo grego *ásylos* e pelo latim *asylu*, por via erudita, significava casa de assistência social onde eram recolhidas, para sustento ou educação, pessoas desamparadas, mendigos, crianças abandonadas, órfãos e velhos. Certamente, essa mesclagem gerava um mal-estar as órfãs, abrigadas em igualdade de condições aos demais (NEGRÃO, 2004, p. 84).

Tem-se como exemplo as egressas do Asilo De Órfãs de Campinas entrevistadas por Negrão que preferiam usar o termo escola evitando o termo asilo. A autora analisa tal troca pelo fato da denominação asilo ser considerada estigmatizante, também pensando nisso que a diretoria do São Benedito fez a troca do termo em 1951.

A partir de 1960, com o objetivo de promover a integração das meninas com seus familiares, aos poucos estas foram passar os finais de semana com suas famílias. Em 1969, foi criada na entidade a modalidade de semi-internato.

Os tempos são outros, a intenção da instituição não é mais preparar as alunas para serem boas domésticas e esposas e sim para inclusão social. Segundo Irmã Julieta Bertuol, diretora interna do Instituto desde 1994, afirma que:

A gente prepara elas para inclusão social, se bem que a gente sabe que tem muitos cursos por aí que fazem isso. Mas o Instituto atua principalmente na formação integral promovendo a vida com os princípios evangélicos e tendo em vista então essa inclusão social para que elas sejam protagonistas da sua história e assim possa em busca de uma sociedade mais humana que hoje em dia tem tanta desumanização que a gente vê toda hora acontecendo (IRMÃ JULIETA, 19/05/2011).

O Instituto São Benedito atualmente é mantido por uma diretoria leiga, que apesar de todas as dificuldades juntamente com outras entidades (entre elas a Kindernothilfe -KNH - agência de desenvolvimento, fundada em 1959 na Alemanha, com enfoque na criança e no adolescente) conseguem dar continuidade à assistência para as meninas, oriundas das zonas periféricas da cidade, filhas de mães empobrecidas, de baixa renda, que em sua maioria tira o sustendo através do trabalho doméstico, sejam atuando como domésticas, faxineiras ou diaristas.

A instituição em 2013 contou com a matrícula de 92 alunas além da participação de ex-alunas que cursam os anos finais do Ensino Fundamental em outras instituições e frequentam o Instituto no turno da tarde para outras atividades, como cursos profissionalizantes.

Atualmente as ações desenvolvidas no Instituto estão divididas em quatro projetos.

- **Projeto I: Convivência e Fortalecimento de Vínculos** (crianças e adolescentes de 6 a 12 anos) – oficinas de balé, coral, dança, teatro, canto, artes, educação ambiental, informática, hora do conto, apoio escolar e recreação cristã.

- **Projeto II: Convivência e Fortalecimento de Vínculos** (crianças e adolescentes de 12 a 17 anos) – formação humana, cristã e cidadã, arte culinária, pintura em tecido, informática, dança e artesanato.

- **Projeto III: Apoio Sócio Familiar e Geração Trabalho e Renda** – visitas domiciliares, reunião e palestras formativas, auxílios diversos e oficinas profissionalizantes de geração de renda.

- **Projeto IV:** Escola Fundamental (1º ao 5º ano).

Em suma, todo o trabalho realizado pela instituição visa contribuir na construção de um mundo melhor, proporcionando a inclusão social de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social para que sejam e atuem como cidadãs autônomas, críticas, conscientes e protagonistas do exercício da cidadania na família, instituição e comunidade, sempre carregando como lema “o amor, educação, caridade e valorização da criança empobrecida”⁶⁶. Como é uma instituição educativa que está em plena atividade, acredito ser importante informar aqui sua atual situação.

Fazer uma pesquisa com um recorte nas primeiras décadas do século XX passa para o pesquisador a sensação de que algo a mais precisa ser dito, mencionado, pesquisado, por isso, foi necessário fazer alguns apontamentos sobre as mudanças do asilo, agora Instituto São Benedito para que o leitor desse texto ao passar pelo prédio atual, grande, verde, de esquina, no centro de Pelotas, saiba que por aquele espaço viveram centenas de meninas desvalidas e que isso só foi possível a partir da iniciativa de membros da comunidade negra de Pelotas.

⁶⁶ Frase atualmente escrita na parede da sala de recepção do Instituto São Benedito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História da Educação de Pelotas é uma área ampla, que oferece uma variedade de temas para serem pesquisados. No caso das instituições educativas, ainda há muito para ser estudado, no sentido de compreender os processos de escolarização e institucionalização referentes à educação na cidade.

O objetivo geral desse estudo foi analisar aspectos históricos do Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas/RS, atual Instituto São Benedito. O asilo foi uma instituição que acolheu e instruiu centenas de meninas desvalidas, em especial as órfãs de pai e mãe e as negras.

O estudo foi concentrado em um recorte que abrange as primeiras décadas do século XX, muito em função do tempo previsto para a realização de uma dissertação de mestrado. O período analisado pode ser dividido em três momentos: o de 1901, ano da fundação da instituição; 1912, ano em que a Congregação do Puríssimo Coração de Maria, atual Imaculado Coração de Maria, assumiu a direção interna do asilo; e 1930, ano da morte daquela identificada como principal idealizadora do asilo, Luciana Lealdina de Araújo, além de fatos ocorridos que marcaram a história do asilo após a década de 1930.

Cabe reiterar que a questão que norteou esse estudo foi tentar compreender porque mesmo após a Abolição da Escravatura no país e com a existência de um importante asilo na cidade, o Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição, houve necessidade de que fosse fundado um asilo para meninas desvalidas negras. Para tanto, foi necessário contextualizar a cidade de Pelotas desde o século XIX e a situação da comunidade negra pelotense antes e depois da Abolição da Escravatura.

A prática historiográfica da micro-história permitiu analisar os arquivos referentes ao objeto de estudo de forma detalhada e intensiva. Analisar os atores educativos a partir da história vista de baixo, permitiu dar visibilidade para aqueles que não tiveram suas trajetórias estudadas e devidamente valorizadas por toda sociedade pelotense. Cabe mais uma vez destacar que Pelotas é conhecida

historicamente pela opulência, a cidade dos barões, dos charqueadores, formada por uma elite local conhecida por sua cultura, refinamento, bons costumes e pela efervescência de atividades sócio-culturais.

É essa elite distinta que ganhou visibilidade na “Princesa do Sul”. E, provavelmente essa seja a causa de ter-se perdido na memória e história da instituição e da própria cidade que a criação do Asilo de Órfãs São Benedito foi uma iniciativa de representantes da comunidade negra católica da cidade de Pelotas.

Para compreensão da fundação e função do Asilo de Órfãs, também foi necessário fazer alguns apontamentos sobre a institucionalização da infância desvalida no Brasil, que teve seu marco inicial com a criação da Roda de Expostos instaladas nas Santas Casas de Misericórdias na tentativa de evitar o abandono de bebês em lugares de risco, o infanticídio e o aborto. Mesmo com a instalação desse sistema, os problemas continuaram principalmente os relacionados às amas-de-leite responsáveis pelos cuidados dos expostos até os sete anos de idade.

Na intenção de acolher e instruir as crianças expostas no sistema de Roda é que surgiram diversas instituições, principalmente na segunda metade do século XIX. Geralmente as instituições de acolhimento, como os asilos de órfãs, eram destinadas as meninas. O destino dos meninos era mais complicado, grande parte dos desvalidos acabavam sendo enviados para a educação profissional principalmente em instituições vinculadas ao Exército e a Marinha.

Na cidade de Pelotas, a sociedade local, em especial membros da Maçonaria, mais uma vez se engajou em práticas de caridade, assistencialismo e filantropia tão em voga naquele período, fundando o Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição em 1855. O asilo serviu de apoio a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas acolhendo meninas expostas na Roda de Expostos instalada em 1849, além de oferecer educação moral, religiosa, disciplinadora e higienista para meninas desvalidas.

Apesar da intenção do asilo, a instituição passou a ser seletiva na medida em que não acolheu meninas negras e/ou filhas de pais desconhecidos. Sendo assim, o problema com a institucionalização das meninas desvalidas na cidade ainda não estava solucionado. Uma vez que a elite local não tomou medidas para amenizar essa situação, a iniciativa partiu da comunidade negra da cidade.

Esse foi um dos principais fatores para a fundação do Asilo de Órfãos São Benedito em 1901. Passados 13 anos da Abolição da Escravatura no país, os negros ainda enfrentavam diversos problemas entre eles os relacionados a emprego, moradia, saúde e educação. Não se encontrando estagnados e conformados com a situação em que foi submetido esse grupo étnico-racial em Pelotas, é que os negros mais instruídos e providos de bens econômicos se envolveram em lutas a favor dos menos favorecidos.

As entidades beneficentes, carnavalescas, recreativas, operárias, católicas e vinculadas a mídia impressa fundadas mesmo antes da abolição, surgiram em resposta a elite branca que excluía os negros de entidades semelhantes e até de locais públicos frequentados pela sociedade local. Além disso, tais entidades serviram de apoio para atender as demandas da comunidade negra.

Entre as demandas, estava a necessidade de criar uma instituição para amparar e instruir meninas negras. Com esse ideário é que Luciana Lealdina de Araújo fundou o Asilo de Órfãos São Benedito que recebeu esta denominação em homenagem ao santo protetor dos negros. O nome de Luciana aparece em diversos documentos que a nomeiam como principal iniciadora e idealizadora do asilo, mas como no início do século XX não só os negros da cidade, mas as mulheres negras e brancas tinham limitações quanto a sua circulação em diferentes espaços sociais, sendo permitida sua presença em obras dedicadas a benemerência, é difícil compreender que uma mulher negra e pobre conseguiu fundar sozinha uma instituição de tamanha relevância como o Asilo São Benedito. Nesse sentido é que se relacionou o nome de homens negros na criação do asilo.

Naquele período, a comunidade negra também constituiu uma elite, quem sabe não tão poderosa, refinada e provida de bens econômicos quanto a elite branca local. Os chamados intelectuais negros, na sua grande maioria construtores e jornalistas, também estiveram envolvidos na fundação e organização do referido asilo. Como eram homens influentes, não restringindo sua atuação junto à comunidade negra, percebe-se nesses sujeitos, principalmente os que ocuparam cargos nas primeiras diretorias do asilo, os principais responsáveis na articulação com a sociedade pelotense para manter a instituição.

O prédio que as desvalidas ocuparam durante os primeiros anos de funcionamento, é um exemplo. Apesar de ser um prédio modesto, estava localizado na Praça da Matriz e rodeado por grandes edificações de propriedade da elite ou de instituições privadas, além da Catedral da cidade.

Através dos jornais, pode-se perceber que as doações não eram suficientes, até mesmo o Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição, mencionado nos jornais apenas como Asilo de Órfãs, instituição grandiosa e com membros da elite branca na sua diretoria, fazia diversos pedidos e divulgavam as doações recebidas nos periódicos locais. Por isso, é compreensível que Luciana de Araújo fizesse apelos nas ruas da cidade, batendo de porta em porta, pedindo alimentos e outros itens necessários para a subsistência das meninas amparadas pelo Asilo São Benedito.

O mesmo fez Luciana na cidade de Bagé com o Orfanato São Benedito fundado em 1909. Naquela cidade, a “Mãe Preta” ou “Mãe Luciana” teve seus feitos divulgados e valorizados pela comunidade bageense. Fica aqui uma possível reflexão: em Pelotas os membros fundadores e mantenedores do Asilo de Órfãs São Benedito nos primeiros anos se sobrepuseram à atuação de Luciana que ao que indicam os documentos, viu-se desmotivada a continuar com sua atuação na cidade? Ou foi interesse de membros da Igreja Católica que ela seguisse seu espírito e atuação empreendedora e criasse um orfanato em Bagé? Esse reconhece à atuação de Luciana em Bagé, chegando ao ponto de identificarem-na como uma figura santificada é fruto da influência da Igreja na cidade? Pode-se inferir que nessa cidade há um maior reconhecimento do feito de uma pessoa negra, fato esse que não se identifica em Pelotas? A quem interessava esse reconhecimento da figura de Luciana de Araújo?

Ainda sobre Luciana de Araújo, é importante destacar que ela é denominada carinhosamente em Bagé como “Mãe Luciana”, o que chama atenção por se tratar de uma mulher negra e pobre. A partir disso, surgem outros questionamentos: quem referencia a benemérita como “Mãe”? Pessoas das classes menos favorecidas? Pessoas católicas? Além disso, Luciana a “mãe da caridade”, era uma mulher católica e foi designada como “Mãe”, assim como muitos membros das religiões afro-brasileiras que recebem tal designação.

No Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas, houve a atuação de um coletivo de negros católicos que unidos conseguiram administrar e manter o asilo por mais de uma década. Com a chegada das Irmãs em 1912, aumentou a presença da Igreja

Católica dentro do asilo, uma vez que as Irmãs pertenciam a uma Congregação Católica.

Acredita-se que Luciana de Araújo realizava um trabalho respaldado pela Igreja, mas mais identificado com sua atuação singular e “individual”, diferentemente da Irmã Assunta, por exemplo, que por pertencer a Congregação do Imaculado Coração de Maria recebe apoio da Igreja Católica e da comunidade pelotense para realizar seus trabalhos de caridade.

Na cidade de Bagé, o trabalho de Luciana foi acolhido pela comunidade local e pela Igreja Católica. Apesar de o Monsenhor Cóstáble Hipólito ter fundado oficialmente o Orfanato São Benedito a pedido de Luciana de Araújo, foi a “Mãe Luciana” quem o administrou e hoje é reconhecida pelos bageenses como fundadora da instituição.

Com a inserção das Irmãs da Congregação do Puríssimo, atual Imaculado Coração de Maria em 1912, pôde-se constatar mudanças significativas no asilo de Pelotas, principalmente as relacionadas às estruturas adaptadas para abrigar as meninas desvalidas. A diretoria do asilo, as mulheres voluntárias e as Irmãs, sempre tiveram o cuidado de manter condições favoráveis de higiene dos prédios ocupados pela instituição. A aquisição de um prédio próprio, além de comportar maior número de meninas, também ofereceu às desvalidas espaços amplos, salubres, ventilados, iluminados, considerando que esses espaços eram aptos para a vigilância hierárquica.

Quanto à educação das meninas, além da educação moral, modelar, religiosa, disciplinadora, esta também era voltada para as prendas domésticas, o que naquele período era uma educação própria para formação de boas mães, boas esposas e no caso das desvalidas, aptas para o trabalho doméstico, uma vez que o destino de muitas meninas do Asilo de Órfãos São Benedito era ser empregadas em casas de famílias honestas.

Acredita-se que o objetivo da comunidade negra não era formar no asilo mão de obra doméstica, pois os intelectuais negros, muitos deles ocupando cargos nas diretorias principalmente de 1901 a 1914, acreditavam na ascensão social dos negros e dos menos favorecidos através dos estudos e não do trabalho subalterno. Esse ideário foi intensificado principalmente a partir da década de 1930, com os textos publicados no jornal *A Alvorada*. Embora o desejo da comunidade negra fosse o sucesso pessoal através dos estudos, as circunstâncias da época e as intenções

do governo republicano não davam condições favoráveis para a profissionalização dos menos favorecidos em profissões de mais *status*.

No final do século XIX e início do século XX, o país estava passando por um processo de urbanização, industrialização e civilidade, para tanto era necessário formar mão de obra qualificada para atender as necessidades das classes abastadas, no caso das mulheres, o serviço como doméstica. A educação voltada para as prendas domésticas permaneceu durante todo período analisado na presente pesquisa.

Como forma de preparação para viverem fora do asilo e até mesmo organização e manutenção da instituição, as recolhidas aprendiam na prática os serviços do universo feminino. Nas aulas de agulhas suas produções eram expostas, muitas vezes vendidas ou utilizadas para uso próprio. O trabalho com a roupa (quarar, lavar, passar, engomar) era uma forma de gerar renda tanto para as desvalidas quanto para o asilo. Os serviços realizados na cozinha e os que correspondem à limpeza do prédio também faziam parte da rotina das meninas.

Os rituais relacionados ao matrimônio como enxoval, casamento civil e religioso, era ofertado para aquelas que deixavam a instituição através do casamento. Para tanto era necessário a aprovação não só da diretoria, mas do Bispo da Diocese que autorizava a realização da cerimônia matrimonial que contava com a participação dos atores educativos. Outro evento festivo realizado na instituição obedecendo aos rituais tradicionais era o Natal.

As meninas recebiam almoço especial, presentes, além da Árvore de Natal e do presépio. A festa máxima da cristandade era aberta para a sociedade que participava de algumas atividades do asilo, como as missas do dia 25 de dezembro. Sendo assim, fica visível que a diretoria, as voluntárias e as Irmãs apoiadas pela comunidade local não poupavam esforços para proporcionar as meninas moradia, alimentação, instrução e outros eventos.

Tanto a elite branca quanto a comunidade negra ligados em sua maioria à Igreja Católica, foram os principais responsáveis por manter o asilo durante toda sua existência. Seus trabalhos eram destacados pelos impressos locais que divulgavam seus nomes exaltando suas ações de caridade, filantropia e assistencialismo.

Tais ações foram alvos de críticas do jornal *A Alvorada* que acreditava que a verdadeira caridade tinha que ser praticada no anonimato e não para conferir prestígio pessoal, projeção política e elevação do *status* de sujeitos ricos e poderosos.

Os beneméritos que ganharam mais destaque na imprensa local foram os homens brancos que muitas vezes participavam de diversas obras sociais, em especial os médicos e os políticos. As instituições fundadas pela elite branca também eram destacadas nos impressos. No *Almanach de Pelotas* e na *Ilustração Pelotense* era comum a publicação de muitas fotografias e extensas reportagens sobre diversas instituições educativas, recreativas ou ligadas a saúde, o mesmo aconteceu no *Álbum de Pelotas* (1922).

Entre as instituições que ganharam espaço nestes impressos, estavam: a Escola de Agronomia e Veterinária, a Bibliotheca Pública Pelotense, os Ginásios Gonzaga e Pelotense, o Colégio São José, o Asilo de Mendigos, o Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição, o Theatro Guarany, os hospitais da Santa Casa de Misericórdia e Beneficência Portuguesa, os clubes Comercial e Centro Português 1º de Dezembro e estabelecimentos comerciais como fábricas e bancos. Até mesmo as fotografias de crianças e de membros da elite eram publicadas nos impressos, em especial na *Ilustração Pelotense* que divulgava atividades da elite local, como viagens em família.

Já as instituições fundadas pela comunidade negra não ganharam a mesma visibilidade. Na *Ilustração Pelotense* foi localizada uma fotografia do Orfanato São Benedito de Bagé e uma fotografia da diretoria do Asilo de Órfãos São Benedito, formada por homens brancos e publicada em agosto de 1920. No *Almanach de Pelotas* o asilo é mencionado na imagem do projeto da fachada do prédio da instituição. Dessa forma, é possível perceber que o asilo não recebeu a mesma importância e destaque que outras instituições fundadas pela elite branca. O mesmo aconteceu com os clubes fundados pela comunidade negra. Naquele período já existiam os clubes Fica Aí Pra Ir Dizendo e Chove Não Molha ambos fundados em 1921, estando em atividade até hoje. O jornal *A Alvorada*, procurou dar visibilidade a comunidade negra que também tinha seus beneméritos, se dedicava a prática da caridade e se envolvia em atividades sociais.

Nos *Relatórios Intendenciais*, o asilo é mencionado nas tabelas referentes às escolas particulares. As informações das tabelas não são as mesmas durante o

período de publicação. Em alguns anos eram divulgados nome da diretora interna, curso ofertado (no caso do asilo, curso primário), número de crianças, idade, nacionalidade, número e nomes de professores, número de alunas de acordo com o grupo étnico-racial (branca, mista e preta). A partir de 1926, as informações referentes ao asilo aparecem nos relatórios em uma tabela destinada para estatísticas da assistência a infância e a velhice, nesse caso: Asilo de Mendigos, e os asilos de órfãs Nossa Senhora da Conceição e São Benedito.

Conforme demonstrado, as órfãs eram vistas como meninas frágeis, abandonadas, “desprovidas da sorte”, ocupando lugares subalternos na sociedade. A educação institucionalizada estava focada no preparo das desvalidas para o casamento e/ou mão de obra doméstica. As meninas, futuras mulheres, acolhidas pela instituição, receberam formação própria para o trabalho como cozinheira, lavadeira, arrumadeira, babá, dentre outros relacionados ao universo feminino.

Como eram moças educadas dentro dos princípios morais e religiosos, as classes abastadas viam nas meninas empregadas capacitadas, dóceis e obedientes. Para os homens que almejavam o casamento, elas representavam futuras esposas dóceis, obedientes, ideais para criar e educar os filhos além da administração e manutenção do lar. Os próprios periódicos locais compactuavam com esses pressupostos quando em suas reportagens descreviam o comportamento e a educação ofertadas as meninas.

A sociedade pelotense colaborou com a instituição através da prática da caridade, filantropia e assistencialismo em prol do Asilo São Benedito. Alguns membros se destacaram e outros foram valorizados de forma isolada. É o caso de Luciana de Araújo que é desconhecida por muitos alunos que estudam na escola que recebeu o seu nome.

Por fim, compactuando com Almeida (2007) ao afirmar que a história apresenta lacunas, porém fornece indícios para novas buscas, é que se tem a consciência de que esta dissertação não respondeu todas as perguntas relacionadas ao objeto investigado. A intenção da pesquisa não foi a busca pela verdade e nem pela totalidade dos acontecimentos passados.

O que foi apresentado é a minha interpretação sobre o objeto investigado, dentro da minha limitação como pesquisadora tendo como aporte as fontes documentais coletadas. O mesmo objeto pode ser interpretado de outras maneiras por diferentes pesquisadores. Concluo enfatizando que a presente dissertação

busca contribuir também como referência para futuras análises sobre a educação do município, influenciando para a preservação da memória institucional.

Isso não só em relação aos atores educativos que estão inseridos no Instituto São Benedito, mas também para os cidadãos que não tem o conhecimento ou não dão a devida importância a esta entidade que desde o início do século XX muito contribuiu para a história da educação na cidade de Pelotas.

Referências

A ALVORADA. Jornal. Pelotas, exemplares de 07/05/1933, 04/06/1933, 06/08/1933 e 05/05/1934.

A OPINIÃO PÚBLICA. Jornal. Pelotas, exemplares de 07/05/1901, 22/05/1901/, 27/12/1909, 04/01/1910, 04/04/1910, 11/05/1910, 24/12/1910, 23/12/1946 e 26/12/1947.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. Entre “brios” e “depóticos”: policiamento, imprensa e política em Pelotas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011. **ANPUH: 50 anos**. São Paulo: USP, 2011. p. 1-16.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 157-202.

_____. **Indivíduo e biografia na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

_____. **Ouvir e contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMANACH DE PELOTAS 1917. V Anno. Pelotas: Officnas Typographias Diário Popular, 1917.

ALMAMACH DE PELOTAS 1927. XV Anno. Pelotas: Tipografia Guarany, 1927.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. As Memórias e a História da Educação: aproximações teórico-metodológicas. In: **História da Educação**, Pelotas, ASPHE/FaE/UFPel, v. 13, n. 27, p. 211-243, jan./abr. 2009.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo: Campinas: Autores Associados, 2007.

AMARAL, Giana Lange do. **Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960)**. 2003. 338 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2003.

_____. **O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da História da Educação em Pelotas**. 2. ed. Pelotas: Seiva Publicações, 2005.

_____. Os jornais estudantis Ecos Gonzagueanos e Estudante: apontamentos sobre o ensino secundário católico e laico (Pelotas/RS, 1930 a 1960). In: **História da Educação**, v. 17, n. 40, p. 99-119, maio/ago. 2013.

ANAIS do Cinquentenário 1901-1951: Asilo de Órfãs São Benedito. Pelotas. 11p.

AGUIAR, Marlise Sanchotene de. **Um olhar sobre o palimpsesto urbano: processo de formação e diferentes construções no tempo de um patrimônio**

arquitetônico às margens do Canal São Gonçalo (Pelotas/RS). 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2009.

ARAÚJO, Osmar Ribeiro; SANTOS, Sônia Maria. História oral: vozes, narrativas e textos. In: **Cadernos de História da Educação**. n. 6, p. 191-201, jan./dez. 2007.

ARAÚJO, Vânia Carvalho de. A criança socialmente desvalida: entre o trabalho e a ameaça da lei. In: **História da Educação e da assistência à infância no Brasil**. ARAÚJO, Vânia Carvalho; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). Vitória: EDUFES, 2011. p. 171-204..

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARRIADA, Eduardo. Pai Felipe: Um episódio de charqueada e/ou aspectos temáticos da obra de Alberto Coelho da Cunha. In: **História em Revista (UFPEL)**, v. 3, 29-52, 1997.

_____. **Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)**. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

ASYLO DE ORPFÃS SÃO BENEDICTO. Relatório do Presidente Carlos Antonio Palma apresentado em assembleia geral ao Asilo de Órfãs São Benedito em 13 de maio de 1906. Pelotas: Oficinas a vapor da Livraria Commercial, 1906.

ASYLO DE ORPFÃS SÃO BENEDICTO. Relatório do Presidente Carlos Antonio Palma apresentado em assembleia geral ao Asilo de Órfãs São Benedito em 13 de maio de 1906. Pelotas: Off. do Diário Popular, 1909.

BARROS, José D'Assunção. A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento. In: **História em Reflexão**, v. 4, n. 8, Dourados: jul./dez. 2010a, p. 1-29.

_____. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010b.

_____. **O projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BASTIANELLO, Elaine Maria Tonini. Rechaço e acolhimento simbólico de etnias socialmente excluídas no espaço funerário. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011. **ANPUH: 50 anos**. São Paulo: USP, 2011. p. 1-10.

BASTOS, Maria Helena Câmara. A imprensa de educação e de ensino: repertórios analíticos. O exemplo da França. In: **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, v. 12, n. 34, p. 166-168, jan./abr. 2007.

_____; ERMEL, Tatiane de Freitas; IBIAS, Maria helena M. Furlan. A revista Educação da PUCRS (1978-2007): uma análise da trajetória editorial. In: **Educação**, Porto Alegre, ano XXX, n. especial, 129-153, out. 2007.

BICA, Alessandro et al. O jornal "O Dever": um espaço de múltiplos olhares para história da educação de Bagé. In: CBHE – CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5, 2008. CBHE – **O ensino e a Pesquisa em História da Educação**, Aracaju: UFS/UNIT, 2008. p. 1-11.

BRIGNOL, Rafael; SILVA, Marcelo Pimenta e. O jornal Correio do Sul e o presidente Médici: a criação do herói pelas páginas do jornal bageense no ano de 1969. In: **Comunicação e Política**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 61-73, 2011.

BONI, Maria Ignês Mancine de. O ensino para o trabalho no início do século XX: uma contribuição à História das Políticas Públicas do Paraná. In: ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em educação da Região Sul, 5., 2004. **V ANPED SUL - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. Curitiba: PUCPR, 2004, p. 1-10.

BORTOLUZZI, Pe. Octávio Cirillo. **Documentário**. 2. ed. Porto Alegre: Gráfica Dom Bosco, 1996.

BRASIL. **Decreto nº 17.943-a de 12 de outubro de 1927**. Código dos Menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm. Acesso em: 25 fev. de 2013.

BRAZIL, Érico Vital; SCHUMAHER, Schuma. **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

_____. **O tempo vivo na memória: ensaios de psicologia social**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio (Orgs.). **Novos temas em história da educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados: Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 25-38.

_____. Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Isabel Moura et al. **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 151-173.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales, 1929-1989 - A revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. A Nova História, seu passado e seu presente. **A escrita da História: novas perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 8- 37.

_____. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **Testemunha ocular:** história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CAMARA, Sônia. Infância pobre e instituições assistenciais no Brasil. In: **História da Educação e da assistência à infância no Brasil**. ARAÚJO, Vânia Carvalho; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). Vitória: EDUFES, 2011. p. 17-56.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro dos velhos jornais: considerações da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 45-70, jan./abr. 2012.

CARRICONDE, Clodomiro. **Álbum de Pelotas 1922:** Centenário da Independência do Brasil. Pelotas, s/d. Acervo da Bibliotheca Pública Pelotense.

CARVALHO, Carlos Henrique de. Delinqüência e marginalidade: o problema do menor infrator no espaço urbano de Uberlândia – MG. In: ARAUJO, José Carlos Souza; CARVALHO, Carlos Henrique; MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de (Orgs.). **A infância na modernidade:** entre a educação e o trabalho. Uberlândia: EDUFU, 2007. p. 143-177.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 55-83.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. 2. ed. Portugal: Difel, 2002.

CHAVES, Larissa Patron. Pintura e sociedade: retratos de beneméritos das Sociedades Portuguesas de Beneficência e o patrimônio cultural no Sul do Brasil. In: **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 4, n. 10, p. 1-13, jan./jun. 2014.

CORRÊA, Vivian Anghinoni Cardoso. **“Uma dádiva da Bibliotheca Pública Pelotense aos seus leitores de um palmo e meio”:** a Seção Infantil Erico Verissimo (1945-1958). 2008. 80f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, RS, 2008.

CORREIO DO SUL. Jornal. Bagé, exemplares de 27/06/1947, 30/04/1978 e 01/09/1999.

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa. “Quem dá aos pobres, empresta a Deus”: apontamentos para uma história do Asylo dos Inválidos da Pátria. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 26-42, dez. 2009.

CUNHA, Lídia Nunes. O documento fotográfico: um caminho a mais para o conhecimento da presença negra na escola pública brasileira. In: **Diversidade e desigualdade:** desafios para a educação na fronteira do século. Caxambu, MG:

ANPEd, 22ª reunião anual, 2000.

CURY, Carlos Roberto. A educação e a Primeira Constituinte Republicana. In: FÁVERO, Osmar (Org.). **A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 69-78.

DOSSE, François. **A História em Migalhas**: dos Annales à Nova História. Bauru: EDUSC, 2003.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DIÁRIO POPULAR. Jornal. Pelotas, exemplares de 20/12/1910, 03/01/1974, 02/12/1971, 12/12/1971 e 20/11/2010.

ESTATUTOS do Asylo de Orphãs São Benedicto. Pelotas: Typographia do Arauto, 1902. 9p.

_____. Pelotas: Diário Popular, 1911. 18p.

ESTATUTOS do Instituto São Benedito de Pelotas. Pelotas: Echenique & CIA, 1952. 20p.

FAGUNDES, Elizabeth Macedo de. **Inventário cultural de Bagé**: um passeio pela história. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

FERLA, Luis. Medicina e delinquência infanto-juvenil no Brasil da Era Vargas. In: ARAUJO, José Carlos Souza; CARVALHO, Carlos Henrique; MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de (Orgs.). **A infância na modernidade**: entre a educação e o trabalho. Uberlândia: EDUFU, 2007. p. 103-142.

FERRARI, Letícia Schneider; SANTOS, Rita de Cássia Grecco dos. “Como ser mulher” no alvorecer do século XX em Pelotas: a veiculação de representações sociais de gênero no periódico Diário Popular (1909-1920). In: ENCONTRO SUL-RIOGRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 16, 2010. Porto Alegre. **Patrimônio & História da Educação**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. p. 1-12.

FISCHER, Beatriz T. Daudt; WEIDUSCHAT, Patrícia. História oral e memória: aportes teórico-metodológicos na investigação de trajetórias docentes. In: FISCHER, Beatriz T. Daudt; PERES, Lúcia Maria Vaz; VIEIRA, Márcia Ondina (Orgs.). **Memórias docentes**: abordagens teórico-metodológicas e experiências de investigação. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2009.

FONSECA, Dagoberto José; NASCIMENTO, Alessandra Santos. Classificações e identidades: mudanças de continuidades nas definições de cor e raça. In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (Orgs.). **Características étnico-raciais da população**: classificações e identidades. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2013. p. 51-82.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRANÇOIS, Etiene. A fecundidade da história oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 3-13.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GALVÃO, Ana Maria; LOPES, Eliane Marta. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

GATTI JR, Décio Gatti. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio (Orgs.). **Novos temas em história da educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados: Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 3-23.

GILL, Lorena Almeida; LONER, Beatriz Ana; MAGALHÃES, Mário Osório. **Dicionário de História de Pelotas**. 2. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. In: **Aletria**, Minas Gerais: FALE/UFMG, v. 9, n. 1, p. 38-47, 2002.

GONÇALVES, Rita de Cássia. A arquitetura como uma dimensão material das culturas escolares. In: PETRY, Marília Gabriela; SILVA, Vera Lucia Gaspar (Orgs.). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar**. Florianópolis: Insular, 2012. p. 27-62.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cyntia Greive (Orgs.). **500 Anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 325-346.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. . In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes, VEIGA, Cyntia Greive (Orgs.). **500 Anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 519-550.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S, ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do tempo e recantos da memória: reflexões metodológicas sobre História Oral**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GUIA para elaboração de trabalhos acadêmicos (artigo de periódico, dissertação, projeto, relatório técnico e/ou científico, trabalho de conclusão de curso e tese). São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2012. 118p.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. 2. ed. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

ILLUSTRAÇÃO PELOTENSE. Anno I, n. 8. Pelotas: Livraria Universal Echenique & C. 15 de outubro de 1919. 20p.

ILLUSTRAÇÃO PELOTENSE. Anno II, n. 16. Pelotas: Livraria Universal Echenique & C. 16 de agosto de 1920. 20p.

INÁCIO FILHO, Geraldo; SILVA, Maria Aparecida da. Reformas Educacionais durante a Primeira República no Brasil (1889-1930). In: SAVIANI, Dermeval (Org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2010. p. 271-250.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

JOSSO, Marie-Christine. A Imaginação e suas formas em ação nos relatos de vida e no trabalho autobiográfico: a perspectiva biográfica como suporte de conscientização das ficções verossímeis com valor heurístico que agem em nossas vidas. In: PÉRES, Lucia Maria Vaz; EGGERT, Edla; KUREK, Deonir Luís. **Essas coisas do imaginário... diferentes abordagens sobre narrativas (auto)formadoras**. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2009. p. 118-147.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas: Autores Associados, n. 1, p. 9-43, jan./jun. de 2001.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2. ed. Ver. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KREUTZ, Lúcio. Livros escolares e imprensa educacional periódica dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, Brasil, 1870-1939. In: **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 31, n. 17, p. 24-52, jan./abr. 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Miriam Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 19-52.

_____. **Retratos de Família: Leitura da Fotografia Histórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

LÉON, Zênia. **Pelotas**: Casarões contam a sua história. v. 1. Pelotas: D.M. Hofstätter, 1993.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 133- 161.

LIMEIRA, Aline de Moraes. **O Comércio da Instrução no século XIX: colégios particulares, propagandas e subvenções Públicas.** 2010. 282 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

LONER, Beatriz Ana. 1887: A revolta que oficialmente não houve ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata. In: **História em Revista (UFPel)**, v. 3, 29-52, 1997.

_____. Antônio: de Oliveira a Boabad. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 2. 2013. **Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.** Porto Alegre: UFRGS, 2005. 1-17.

_____. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (188-1930).** Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2001.

_____. Família Silva Santos. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 6. 2013. **Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.** Florianópolis: UFSC, 2013a. 1-14.

_____. Gerações e conjunturas: a família Silva Santos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013. **ANPUH: Conhecimento histórico e diálogo social.** Natal: UFRN, 2013b. p. 1-19.

_____. Negros: organização e luta em Pelotas. In: **História em Revista.** Pelotas, v. 5, p. 29-52, dez. 1999.

_____; GARCIA, Sônia Tavares. Relação de jornais existentes na Biblioteca Pública Pelotense. In: **História em Revista (UFPel)**, Pelotas, v. 6, p. 133-164, 2000.

LOPES, Nei. **Dicionário Escolar Afro-Brasileiro.** São Paulo: Summus Editorial, 2006.

LOPES NETO, João Simões. **Contos gauchescos.** 9. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

LORENZ, Karl M.; VECHIA, Ariclê. De Asilo de Órfãos a Colégio das Elites: a gênese e a trajetória do Imperial Collegio de Pedro II. **Education Faculty Publications**, Fairfield/ Estados Unidos, n. 7, p. 6002-6010, jan. 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas: uma escola de mulheres.** Porto Alegre: Ed. Da Universidade UFRGS, 1987.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezzi (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MACIEL, Patrícia Daniela. Instituto Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição: estudo da educação das meninas abandonadas no século XIX. In: ASPHE - ENCONTRO SUL-RIOGRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA

EDUCAÇÃO, 8, 2002. **ASPHE - Iconografia e Pesquisa Histórica**. Gramado: Seiva, 2002. p. 291-303.

_____. Formação das meninas órfãs e da elite pelotense no século XIX: similaridades e/ou diferenciações? In: ASPHE - ENCONTRO SUL-RIOGRANDENSE DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. **ASPHE – História da cultura escolar: escritas e memórias ordinárias**. Gramado: Seiva, 2004. p. 293-300.

MAGALHÃES, Justino Pereira. Breve apontamentos para História das Instituições Educativas. In: LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **História da Educação: perspectivas** para intercâmbio internacional. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 1999. p. 67-72.

_____. Contributo **para a História das Instituições educativas – entre a Memória e o Arquivo**. Portugal: Universidade do Minho, Mimeo, 1996.

_____. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Mário Osório. **Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: Editora da UFPel – Livraria Mundial, 1993.

MAGALHÃES, Nelson Nobre. **Pelotas Memória**. Pelotas, Fascículo IX/1991, p. 4-5.

_____. **Pelotas Memória**: Instituto São Benedito. Ano 8, n. 4. 1997.

MAIA, Mário de Souza. **O Sopapo e o Cabobu**: etnografia de uma tradição percussiva no extremo sul do Brasil. 2008. 2078f. Tese (Doutorado em Etnomusicologia). Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e a assistência à criança abandonada na história do Brasil. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). **Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993. p.149-156.

_____. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 53-79.

_____. **História Social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998. MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MARRONI, Fabiane Villela. **Pelotas (re)vista**: A Belle Époque da cidade através da mídia impressa. 237 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, São Paulo, SP, 2008.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada 4**: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras/ Companhia de Bolso, 2009. p. 176-245.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

MELLO, Marco Antônio Lirio de. Para o recreio e a defesa da raça: a imprensa negra no RS. **Cadernos Porto & Vírgula**, Porto Alegre, n. 11, p. 90-97, 1995.

MICHELON, Francisca Ferreira. Um conflito de memória: a invisível cidade operária. In: **Revista Latino-Americana de História**, São Leopoldo: PPGH-UNISINOS, v. 2, n. 7, p. 25-40, set. 2012 – Edição Especial.

_____; SCHWONKE, Raquel Santos (Orgs.). **Retratos de uma cidade e catálogo de fotografias impressas 1913/1930**. Pelotas: Ed. E Gráfica Universitária UFPel, 2008.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blank. Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Isabel Moura et al. **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 31-38.

MINUANO. Jornal. Bagé, exemplar de 01/09/1999.

MONTEIRO, Paulo. **O massacre de Porongos e outras histórias gaúchas**. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2011. E-book. Disponível em: www.projetopassofundo.com.br. Acesso em: 15/12/2013.

MONTELLI, Clarissa Castro Calderipe. **Avaliação estética e uso de três praças em Pelotas/RS**. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento urbano e Regional), Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2007.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 259-288.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. **Habitação popular em Pelotas (1880-1950)**: entre políticas públicas e investimentos privados. 2006. 249 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2006.

MOURA, Esmeralda Blanco B. de. Por que as crianças? In: ARAUJO, José Carlos Souza; CARVALHO, Carlos Henrique de; MOURA, Esmeralda Blanco B. de. **A infância na modernidade**: entre a educação e o trabalho. Uberlândia: EDUFU, 2007. p. 13-48.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. Professores negros na Primeira República. In: **Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: Desafios e Compromissos**. Caxambu, MG: ANPEd, 29ª reunião anual, 2006. p. 1-14.

NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. A pobreza e a honra: recolhidas e dotadas na Santa Casa de Misericórdia da Bahia 1700-1867. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). **Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1993. p.157-169.

NASCIMENTO, Heloisa Assumpção. **Breve histórico do Instituto Nossa Senhora da Conceição**: em comemoração aos seus cento e quarenta anos de fundação 1855 – 1995. Pelotas: Ed. Universitária UFPEL, 1995.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Infância, educação e direitos sociais**: Asilo de Órfãs (1870-1960). Campinas: UNICAMP/CMU, 2004.

NEVES, Helena de Araújo. **A “Alma do Negócio”**: aspectos da educação em Pelotas-RS na propaganda institucional (1875-1910). 2007. 262 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, RS, 2007.

_____. **O ensino privado em Pelotas-RS na propaganda impressa**: séculos XIX, XX, XXI. 2012. 412 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, RS, 2012.

NUNES, Eduardo Silveira Netto. Evidências do que não foi: a construção de uma realidade através das fotografias do Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina Florianópolis (1940-1960). In: AREND, Silvia Maria Fávaro; PEREIRA, Ivonete; SCHREINER, Davi Félix (Orgs.). **Infâncias brasileiras**: experiências e discursos. Cascavel: UNIOESTE, 2009. p. 170-189.

O DEVER. Jornal. Bagé, exemplar de 04/07/1919.

OLIVEIRA, Monalisa Pavonne. A elite do Santíssimo de Vila Rica na segunda metade do século VIII. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: JUSTIÇA, ADMINISTRAÇÃO E LUTA SOCIAL, 2, 2010. **Dimensões do Poder em Minas Gerais**. Ouro Preto: UFOP, 2010. p. 1-18.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. **Instituições e práticas escolares como representações de modernidade em Pelotas (1910 -1930)**: imagens e imprensa. 2012. 403f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, RS, 2012.

OLIVEIRA, Fernanda da Silva. **Os negros, as constituições de espaços, para os seus e o entrelaçamento desses espaços**: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). 2011. 228 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2011.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 104, p. 144-161, jul. 1998.

PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes... In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 4, p. 75-102, jul./dez. de 2002.

_____. **Templo de luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915)**. 1995. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 1995.

PEREIRA, Ivonete. A eugenia no Brasil: “trabalhar a infância para (re)construir a pátria”. In: AREND, Sílvia Maria Fávaro; PEREIRA, Ivonete; SCHREINER, Davi Félix (Orgs.). **Infâncias brasileiras: experiências e discursos**. Cascavel: UNIOESTE, 2009. p. 50-71.

PERROT, Michele. A força da memória e da pesquisa histórica. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 17, p. 351-360, nov. 1998.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (Orgs.). **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2013.

POLIANTÉIA comemorativa do 75º Aniversário da chegada das Irmãs Franciscanas do Rio Grande do Sul 1872 -1947. Porto Alegre: Imprimatur, 1947. 176p.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 e junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 103-130.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr. 1997.

PRIMEIRO LUSTRO da Diocese de Pelotas 1911 – 1916. Pelotas: Meira & C. Off. Da Livraria Commercial, 1916. 380p.

RAMOS, Maria Janir. **Importância do entrosamento instituição-familiar**. Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social (Faculdade de Serviço Social). Faculdade de Serviço Social D. Francisco de Campos Barreto. Pelotas, RS, 1969.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Pedro Luis Osório, em 20 de setembro de 1923. Pelotas: Off. Typ. Da Livraria do Globo, 1923.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Augusto Simões Lopes, em 20 de setembro de 1928. Pelotas: Off. Typ. Do Diário Popular, 1928.

REIS, José Carlos. Os Annales: a renovação teórica-metodológica e “utópica” da História pela reconstrução do tempo histórico. In: **História e história da educação**. LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). 3. Ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2006. p. 25-49.

REVERBEL, Carlos. **Um Capitão da Guarda Nacional** – vida e obra de J. Simões Lopes Neto. Caxias do Sul: Martins Livreiro, 1981.

RIBEIRO, Jocelyne Mariza Soares Fernandes. **Herança inter e intrageracional: o negro na cidade de Pelotas**. 2010. 109 f. Dissertação. (Mestrado Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Pelotas, RS, 2010.

RIZZINI, Irene. A pesquisa histórica dos internatos de ensino profissional: revendo as fontes produzidas entre os séculos XIX e XX. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 8-25, dez. 2009.

_____; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto: 2000. p. 376-406.

ROTERMUND, Harry. **História de Bagé no século passado**. Bagé: Academia Bageense de Letras, 1981.

SAFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Isabel Moura et al. **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 75-93.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SANTA CASA. Relatório do Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, Tenente Coronel Domingos Jacintho Dias, de 1901 a 1902. Pelotas: Livraria Universal, 1897.

SANTA CASA. Relatório do Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, Coronel Alberto Roberto Rosa, de 1887 a 1900. Pelotas: Imprensa a vapor da Livraria Universal, 1902.

SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 210-230.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a Alvorada**: Intelectuais negros e imprensa-Pelotas (1907-1957). Pelotas: Ed. Universitária, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Isabel Moura et al. **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 3-27.

_____. O debate teórico e metodológico no campo da História e sua importância para pesquisa educacional. In: **História e história da educação**. LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). 3. ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2006. p. 7-15.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Internatos, asilos e instituições disciplinares na história da educação brasileira. In: **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 1-7, dez. 2009.

SCHVAMBACH, Janaina. A fotografia como fonte de pesquisa e sua ficção documental. In: MICHELON, Francisca Ferreira; TAVARES, Francine Silveira (Orgs.). **Fotografia e Memórias**: Ensaios. Pelotas: Editora e gráfica Universitária da UFPel, 2008. p. 153-161.

_____. **Memória visual da cidade de Pelotas nas fotografias impressas no jornal A Alvorada e no Almanaque de Pelotas (1931 – 1935)**. 2010. 180f. Dissertação (Dissertação em Memória Social e Patrimônio Cultural). Programa de Pós-Graduação Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Pelotas, RS, 2010.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 39- 62.

SCHNEIDER, Regina Portella. **A Instrução pública no Rio Grande do Sul: 1770-1889**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST, 1993.

SILVA, Robson Roberto. O cotidiano e a experiência social das meninas órfãs internadas no Seminário da Glória na cidade de São Paulo (1870-1888). In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS. 2., 2011. **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Londrina: UEL, 2011, p. 1-15.

SILVEIRA, Elaine Rosner. “Casa de Homens” – o jogo do osso e a masculinidade em grupos populares de Porto Alegre (RS). In: **Sociologias** (UFRGS), Porto Alegre, v. 2, p. 272-293, 1999.

SOARES, d'Azevedo. **Uma vida e uma obra**: 1º Centenário da Congregação das Irmãs do imaculado Coração de Maria (1849-1949). Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Editora A Noite, 1949.

SOIBET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (Org.) BASSANEZI, Carla (coord. De textos). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 362-400.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origem dos grupos escolares no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera T.; ALMEIDA, Jane Soares de (Orgs.). **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: UNESP, 1998. p. 33-84.

_____. Fotografias escolares: a leitura de imagens na história da escola primária. In: **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 75-101, 2001.

TAMBARA, Elomar. A deformação da identidade do negro no Rio Grande do Sul – relatos de viajantes (séc. XIX). In: BASTOS, Maria Helena Câmara; KREUTZ, Lúcio; TAMBARA, Elomar (Orgs.). **Histórias e memórias da educação do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Seiva, 2002. p. 43-63.

_____. Problemas teórico-metodológicos da História da Educação. In: **História e história da educação**. LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). 3. Ed. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2006. p. 79-87.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência**: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS (1847-1922). 2007. 257 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2007.

TORRES, Luiz Henrique. **Carlos Santos**: trajetória biográfica. Porto Alegre: CORAG, 2004.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Colégios Femininos: identidade, história institucional e gênero. In: **Revista de Educação**, Campinas, n. 10, p. 116-125. jun. 2001.

_____. História das Instituições Escolares: de que se fala?. In.: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura, (orgs). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004a. (Coleção Memória da Educação) p. 13-35.

_____. História das instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar. In: **Cadernos de História da Educação**, n. 3, p. 109-120, jan./dez. 2004b.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. 11. ed. São Paulo: Moderna, 1994.

VANTI, Elisa dos Santos. A fotografia e a pesquisa em História da Educação: elementos para a construção de uma metodologia. In: **História da Educação / ASPHE** (Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação) FaE/UFPel, Pelotas, n. 19, p. 121-130, abr. 2006.

_____. **Cultura de primeiríssima infância em pelotas (1906 – 1936)**: discursos e imagens da educação infantil doméstica. 2003. 352 f. Tese (Doutorado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS, 2003.

_____. **Lições de infância**: reflexões sobre a História da Educação Infantil. Pelotas: Seiva Publicações, 2004.

VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XX: instruindo as elites. In: BASTOS, Maria Helena, STEPHANOU, Maria (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. v. 2. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 78-90.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto: 2000. p. 192-209.

VICENTE, Magda de. **O Patronato Agrícola Visconde da Graça em Pelotas/RS (1923-1934)**: gênese e práticas educativas. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade federal de Pelotas – UFPEL, Pelotas, RS, 2010.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documento e arquivos escolares. In: **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. p. 3-30.

_____. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e práticas escolares. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 25-41, jan./jun. 2009.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. **O Asilo de Órfãos de Santos na engrenagem da cidade (1908-1931)**. 2011. 251 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, 2011.

Entrevistas concedidas

BERTUOL, JULIETA. Entrevista concedida a Jeane dos Santos Caldeira. Pelotas, 19/05/2011.

BORDIGNON, Oneide. Entrevista concedida a Jeane dos Santos Caldeira. Pelotas, 23/05/2011.

SILVA, Luzia da Conceição. Entrevista concedida a Jeane dos Santos Caldeira. Pelotas, 28/10/2013.

TACCA, Marcolina. Entrevista concedida a Jeane dos santos caldeira. Pelotas, 27/12/2013.

TEBALDI, Angélica. Entrevista concedida a Jeane dos Santos Caldeira. Pelotas, 9/06/2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Cedência de Uso Irmã Julieta Bertuol

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Acadêmica: Jeane dos Santos Caldeira

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Giana Lange do Amaral

CEDÊNCIA DE USO

Eu, Julieta Bertuol, autorizo a acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Jeane dos Santos Caldeira a fazer uso dos direitos autorais para pesquisa de Iniciação Científica, do PIBIC/CNPq/FaE/UFPEL, relacionado às minhas fotografias, relatos orais e por escrito, entrevistas semi-estruturadas, em seus Trabalhos Acadêmicos, bem como Artigos, Periódicos, Revistas, Projetos de Extensão, Projetos de Pesquisa, Livros, Eventos com Comunicações Orais, Exposições em Painéis ou Pôsteres, outros Meios de Comunicação e Informação que estejam relacionados à exposição e divulgação do trabalho que está sendo realizado e que será desenvolvido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas pela própria Acadêmica da Graduação. Sendo que estou ciente de que minha participação nestes trabalhos, é voluntária e concordo do uso do exposto acima mencionado.

Assinatura: Julieta Bertuol

Acadêmica: Jeane dos Santos Caldeira

Pelotas, 19 de maio de 2011.

APÊNDICE B – Cedência de Uso Irmã Julieta Oneide Bordignon

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Acadêmica: Jeane dos Santos Caldeira

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Giana Lange do Amaral

CEDÊNCIA DE USO

Eu, Oneide Bordignon autorizo a acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Jeane dos Santos Caldeira a fazer uso dos direitos autorais para pesquisa de Iniciação Científica, do PIBIC/CNPq/FaE/UFPEL, relacionado às minhas fotografias, relatos orais e por escrito, entrevistas semi-estruturadas, em seus Trabalhos Acadêmicos, bem como Artigos, Periódicos, Revistas, Projetos de Extensão, Projetos de Pesquisa, Livros, Eventos com Comunicações Orais, Exposições em Painéis ou Pôsteres, outros Meios de Comunicação e Informação que estejam relacionados à exposição e divulgação do trabalho que está sendo realizado e que será desenvolvido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas pela própria Acadêmica da Graduação. Sendo que estou ciente de que minha participação nestes trabalhos, é voluntária e concordo do uso do exposto acima mencionado.

Assinatura: Oneide H. Bordignon

Acadêmica: Jeane dos Santos Caldeira

Pelotas, 23 de maio de 2011.

APÊNDICE C – Cedência de Uso Irmã Angélica Tebaldi



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Acadêmica: Jeane dos Santos Caldeira
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Giana Lange do Amaral

CEDÊNCIA DE USO

Eu, Angélica Tebaldi, autorizo a acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Jeane dos Santos Caldeira, a fazer uso dos direitos autorais para pesquisa de Iniciação Científica, do PIBIC/CNPq/FaE/UFPEL, relacionado às minhas fotografias, relatos orais e por escrito, entrevistas semi-estruturadas, em seus Trabalhos Acadêmicos, bem como Artigos, Periódicos, Revistas, Projetos de Extensão, Projetos de Pesquisa, Livros, Eventos com Comunicações Orais, Exposições em Painéis ou Pôsteres, outros Meios de Comunicação e Informação que estejam relacionados à exposição e divulgação do trabalho que está sendo realizado e que será desenvolvido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas pela própria Acadêmica da Graduação. Sendo que estou ciente de que minha participação nestes trabalhos, é voluntária e concordo do uso do exposto acima mencionado.

Assinatura: Irmã Angélica

Acadêmica: Jeane dos Santos Caldeira

Pelotas, 9 de junho de 2011.

APÊNDICE D – Cedência de Uso Luzia Da Conceição Silva



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO

Acadêmica: Jeane dos Santos Caldeira
 Orientadora: Prof^a. Dr^a. Giana Lange do Amaral

CEDÊNCIA DE USO

Eu, Luzia da Conceição Silva, autorizo a acadêmica do Programa de Pesquisa em Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Jeane dos Santos Caldeira, a fazer uso dos direitos autorais para Dissertação de Mestrado e ou Tese de Doutorado, do PPGE/FAE/UFPEL, relacionado às minhas fotografias, relatos orais e por escrito, entrevistas semi-estruturadas, em seus Trabalhos Acadêmicos, bem como Artigos, Periódicos, Revistas, Projetos de Extensão, Projetos de Pesquisa, Livros, Eventos com Comunicações Orais, Exposições em Painéis ou Pôsteres, outros Meios de Comunicação e Informações que estejam relacionados à exposição e divulgação do trabalho que está sendo realizado e que será desenvolvido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas pela própria Acadêmica da Pós-Graduação. Sendo que estou ciente de que minha participação nestes trabalhos, é voluntária e concordo do uso do exposto acima mencionado.

Assinatura: _____

Pesquisadora: _____

Pelotas, 28 de outubro de 2013.

APÊNDICE E – Cedência de Uso Irmã Assunta



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO

Acadêmica: Jeane dos Santos Caldeira
 Orientadora: Prof^a. Dr^a. Giana Lange do Amaral

CEDÊNCIA DE USO

Eu, Marcelina Tacca, autorizo a acadêmica do Programa de Pesquisa em Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Jeane dos Santos Caldeira, a fazer uso dos direitos autorais para Dissertação de Mestrado e ou Tese de Doutorado, do PPGE/FAE/UFPEL, relacionado às minhas fotografias, relatos orais e por escrito, entrevistas semi-estruturadas, em seus Trabalhos Acadêmicos, bem como Artigos, Periódicos, Revistas, Projetos de Extensão, Projetos de Pesquisa, Livros, Eventos com Comunicações Orais, Exposições em Painéis ou Pôsteres, outros Meios de Comunicação e Informações que estejam relacionados à exposição e divulgação do trabalho que está sendo realizado e que será desenvolvido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas pela própria Acadêmica da Pós-Graduação. Sendo que estou ciente de que minha participação nestes trabalhos, é voluntária e concordo do uso do exposto acima mencionado.

Assinatura: Marcelina Tacca

Pesquisadora: Jeane dos Santos Caldeira

Pelotas, 24 de dezembro de 2013.

APÊNDICE F – Roteiro de entrevista em 2011

1. Nome, data de nascimento e é natural de qual cidade?
2. Me conte sobre a sua história de vida com a história do Instituto São Benedito?
3. Antes de chegar no Instituto São Benedito a senhora já trabalha em uma instituição educativa? Onde?
4. Como e quando iniciou na vida religiosa?
5. A senhora acha que o Instituto São Benedito se diferencia de outras escolas da cidade?
6. As alunas que estudam no Instituto conhecem a história de Luciana de Araújo?
7. Últimas palavras.

APÊNDICE G – Roteiro de entrevista com Luzia Conceição

1. Nome, data de nascimento e natural de qual cidade?
2. Qual sua escolaridade?
3. Em que ano você ingressou na instituição e como conseguiu o emprego?
4. Quais são suas principais recordações da instituição?
5. Quais eram suas tarefas?
6. Como era sua relação com as Irmãs da Congregação?
7. Qual a rotina das alunas?
8. Quais os deveres religiosos das alunas?
9. As alunas ajudavam nas tarefas domésticas na instituição?
10. Como era o controle da disciplina?
11. Quais as principais histórias sobre o asilo?
12. Você lembra sobre a existência de objetos antigos: uniformes, mobília, material escolar, utensílios de cozinha, dentre outros?
13. Qual a relação da diretoria leiga com as alunas?
14. O que você sabe sobre a Irmã Hilária? E sobre a Luciana de Araújo?
15. Por que você acha que tem muitas alunas negras na instituição? Era assim no tempo que você trabalhou no Instituto?
16. As ex-alunas aparecem para visitar a instituição?
17. Em sua opinião, por que algumas alunas optaram por fazer o ensino superior e outras não?
18. Caso as alunas optassem pelo trabalho como doméstica, você acha que a educação na instituição contribuiu para serem boas empregadas?
19. Você acha que existe alguma diferença entre o Instituto São Benedito e outras escolas da cidade? Quais?

APÊNDICE H – Roteiro de entrevista com Irmã Assunta

1. Nome, data de nascimento e natural de qual cidade?
2. Qual sua escolaridade?
3. Como e quando iniciou na vida religiosa?
4. Em que ano você ingressou na instituição?
5. Quais eram suas tarefas?
6. Quais são suas principais recordações da instituição?
7. Qual a rotina das alunas?
8. Quais os deveres religiosos das alunas?
9. As alunas ajudavam nas tarefas domésticas na instituição?
Como era o controle da disciplina?
10. Quais as principais histórias sobre o asilo?
11. A senhora lembra sobre a existência de objetos antigos: uniformes, mobília, material escolar, utensílios de cozinha, dentre outros?
12. Qual a relação da diretoria leiga com as alunas?
13. Quais recordações a senhora têm da Irmã Hilária?
14. O que a senhora sabe sobre Luciana de Araújo?
15. Por que a senhora acha que tem muitas alunas negras na instituição? Era assim no tempo que a senhora chegou no Instituto?
16. As ex-alunas aparecem para visitar a instituição?
17. Em sua opinião, por que algumas alunas optaram por fazer o ensino superior e outras não?
18. Caso as alunas optassem pelo trabalho como doméstica, a senhora acha que a educação na instituição contribuiu para serem boas empregadas?
19. A senhora acha que existe alguma diferença entre o Instituto São Bene e outras escolas da cidade? Quais?

ANEXOS

ANEXO A – Relação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria que passaram pelo Asilo de Órfãs São Benedito de 1901 até 1930

Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria

Pág. :1

ICM / SEC - 92.812.049/0001-67

** Itinerário por Comunidade - Por Ano **

Imp.:17/11/2013 11:06:40

PERÍODO DE:01/01/1901 ATÉ 31/12/1930

Com. Inst. São Benedito

PROVÍNCIA DE SANTA MARIA

NOME RELIGIOSO	NOME CIVIL	ATIVIDADE	CHEGADA	SAÍDA
3.0380 Com. Inst. São Benedito	PELOTAS			RS
ANO: 1901				
ANO: 1902				
ANO: 1903				
ANO: 1904				
ANO: 1905				
ANO: 1906				
ANO: 1907				
ANO: 1908				
ANO: 1909				
150 Ir. M ^a Eugênia dos Anjos	Alzira Guedes	Serv. Diversos	02/02/1909	
ANO: 1910				
ANO: 1911				
ANO: 1912				
177 Ir. M ^a Domitila da Sagr. Família	Theresa Zanella	Serv. Diversos	25/09/1912	09/10/1913
150 Ir. M ^a Eugênia dos Anjos	Alzira Guedes	Serv. Diversos	02/02/1909	
127 Ir. M ^a Vitoria do SS.N. Jesus	Maria Camozzato	Dir. da Obr.Soc.	25/09/1912	29/12/1916
ANO: 1913				
150 Ir. M ^a Eugênia dos Anjos	Alzira Guedes	Serv. Diversos	02/02/1909	
144 Ir. M ^a Euphrasia do N.de Jesus	Amalia Kolling	Auxiliar de ...	02/02/1913	10/04/1916
173 Ir. M ^a Henriqueta da Visitação	Margarida Dillmann	Prefeit. Intern.	02/02/1913	01/02/1914
127 Ir. M ^a Vitoria do SS.N. Jesus	Maria Camozzato	Dir. da Obr.Soc.	25/09/1912	29/12/1916
ANO: 1914				
237 Ir. M ^a Efigênia de S.José	Antonia Escolástica Alba Calderon	Professora	02/02/1914	01/02/1920
144 Ir. M ^a Euphrasia do N.de Jesus	Amalia Kolling	Dir. da Obr.Soc.	02/02/1913	10/04/1916
230 Ir. M ^a Hermana de S. José	Maria Christina Gossler	Prefeit. Intern.	15/02/1914	25/07/1919
127 Ir. M ^a Vitoria do SS.N. Jesus	Maria Camozzato	Dir. da Obr.Soc.	25/09/1912	29/12/1916
ANO: 1915				
237 Ir. M ^a Efigênia de S.José	Antonia Escolástica Alba Calderon	Prefeit. Intern.	02/02/1914	01/02/1920
144 Ir. M ^a Euphrasia do N.de Jesus	Amalia Kolling	Dir. da Obr.Soc.	02/02/1913	10/04/1916
230 Ir. M ^a Hermana de S. José	Maria Christina Gossler	Prefeit. Intern.	15/02/1914	25/07/1919
95 Ir. M ^a Juliana do SS. Sacramento	Olimpia Maria Camozzato	Dir. da Obr.Soc.	21/01/1915	01/02/1917
127 Ir. M ^a Vitoria do SS.N. Jesus	Maria Camozzato	Dir. da Obr.Soc.	25/09/1912	29/12/1916
ANO: 1916				
237 Ir. M ^a Efigênia de S.José	Antonia Escolástica Alba Calderon	Prefeit. Intern.	02/02/1914	01/02/1920
230 Ir. M ^a Hermana de S. José	Maria Christina Gossler	Prefeit. Intern.	15/02/1914	25/07/1919
95 Ir. M ^a Juliana do SS. Sacramento	Olimpia Maria Camozzato	Professora	21/01/1915	01/02/1917
ANO: 1917				
276 Ir. M ^a Angela de S. Miguel	Augusta Judith Tomaselli	Professora	12/04/1917	22/01/1919
237 Ir. M ^a Efigênia de S.José	Antonia Escolástica Alba Calderon	Prefeit. Intern.	02/02/1914	01/02/1920
230 Ir. M ^a Hermana de S. José	Maria Christina Gossler	Prefeit. Intern.	15/02/1914	25/07/1919
ANO: 1918				
276 Ir. M ^a Angela de S. Miguel	Augusta Judith Tomaselli	Professora	12/04/1917	22/01/1919
237 Ir. M ^a Efigênia de S.José	Antonia Escolástica Alba Calderon	Prefeit. Intern.	02/02/1914	01/02/1920
230 Ir. M ^a Hermana de S. José	Maria Christina Gossler	Prefeit. Intern.	15/02/1914	25/07/1919
198 Ir. M ^a Laura de Sta.Juliana	Rachele Rosa Dotto	Serv. Diversos	02/02/1918	01/02/1920
ANO: 1919				
128 Ir. M ^a Crecência SS.Nome Jesus	Judith Dalben	Afaz. Doméstic.	13/06/1919	01/02/1951
237 Ir. M ^a Efigênia de S.José	Antonia Escolástica Alba Calderon	Prefeit. Intern.	02/02/1914	01/02/1920
198 Ir. M ^a Laura de Sta.Juliana	Rachele Rosa Dotto	Serv. Diversos	02/02/1918	01/02/1920
ANO: 1920				
128 Ir. M ^a Crecência SS.Nome Jesus	Judith Dalben	Prefeit. Intern.	13/06/1919	01/02/1951

Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria

Pág. :2

ICM / SEC - 92.812.049/0001-67

** Itinerário por Comunidade - Por Ano **

Imp.:17/11/2013 11:06:40

PERÍODO DE:01/01/1901 ATÉ 31/12/1930

Com. Inst. São Benedito

PROVÍNCIA DE SANTA MARIA

NOME RELIGIOSO	NOME CIVIL	ATIVIDADE	CHEGADA	SAÍDA
206 Ir. M ^a Elvira do Presépio	Catharina Gossler	Professora	12/12/1920	25/03/1925
ANO: 1921				
128 Ir. M ^a Crecência SS.Nome Jesus	Judith Dalben	Pfeit. Intern.	13/06/1919	01/02/1951
166 Ir. M ^a Hilaria de N.S ^a Rosário	Anna Paulina de Souza	Pfeit. Intern.	02/02/1921	05/02/1928
ANO: 1922				
128 Ir. M ^a Crecência SS.Nome Jesus	Judith Dalben	Pfeit. Intern.	13/06/1919	01/02/1951
166 Ir. M ^a Hilaria de N.S ^a Rosário	Anna Paulina de Souza	Enfermeira	02/02/1921	05/02/1928
ANO: 1923				
128 Ir. M ^a Crecência SS.Nome Jesus	Judith Dalben	Pfeit. Intern.	13/06/1919	01/02/1951
173 Ir. M ^a Henriqueta da Visitação	Margarida Dillmann	Dir. da Escola	02/02/1923	22/02/1926
166 Ir. M ^a Hilaria de N.S ^a Rosário	Anna Paulina de Souza	Enfermeira	02/02/1921	05/02/1928
ANO: 1924				
289 Ir. M ^a Calixta de S. Bernardo	Angela Maria Novello	Pfeit. Intern.	02/02/1924	01/02/1925
128 Ir. M ^a Crecência SS.Nome Jesus	Judith Dalben	Pfeit. Intern.	13/06/1919	01/02/1951
325 Ir. M ^a Dilecta de Jesus	Valentina Emma Parenti	Resp. Cozinha	06/08/1924	01/02/1938
173 Ir. M ^a Henriqueta da Visitação	Margarida Dillmann	Professora	02/02/1923	22/02/1926
166 Ir. M ^a Hilaria de N.S ^a Rosário	Anna Paulina de Souza	Enfermeira	02/02/1921	05/02/1928
ANO: 1925				
128 Ir. M ^a Crecência SS.Nome Jesus	Judith Dalben	Pfeit. Intern.	13/06/1919	01/02/1951
325 Ir. M ^a Dilecta de Jesus	Valentina Emma Parenti	Resp. Cozinha	06/08/1924	01/02/1938
173 Ir. M ^a Henriqueta da Visitação	Margarida Dillmann	Professora	02/02/1923	22/02/1926
166 Ir. M ^a Hilaria de N.S ^a Rosário	Anna Paulina de Souza	Enfermeira	02/02/1921	05/02/1928
ANO: 1926				
128 Ir. M ^a Crecência SS.Nome Jesus	Judith Dalben	Pfeit. Intern.	13/06/1919	01/02/1951
325 Ir. M ^a Dilecta de Jesus	Valentina Emma Parenti	Resp. Cozinha	06/08/1924	01/02/1938
67 Ir. M ^a Filomena de S. José	Belmira Silveira	Professora	24/12/1926	01/02/1927
166 Ir. M ^a Hilaria de N.S ^a Rosário	Anna Paulina de Souza	Enfermeira	02/02/1921	05/02/1928
123 Ir. M ^a Inocência do M. Jesus	Arpalice Bortoluzzi	Dir. da Escola	02/02/1926	01/02/1927
ANO: 1927				
128 Ir. M ^a Crecência SS.Nome Jesus	Judith Dalben	Pfeit. Intern.	13/06/1919	01/02/1951
361 Ir. M ^a de N.S ^a Auxiliadora	Maria Joaquina Pereira da Silva	Professora	20/03/1927	18/11/1942
325 Ir. M ^a Dilecta de Jesus	Valentina Emma Parenti	Resp. Cozinha	06/08/1924	01/02/1938
166 Ir. M ^a Hilaria de N.S ^a Rosário	Anna Paulina de Souza	Enfermeira	02/02/1921	05/02/1928
ANO: 1928				
371 Ir. M ^a Carlota de S. José	Maria Zafonato	Afaz. Doméstic.	12/12/1928	01/02/1934
128 Ir. M ^a Crecência SS.Nome Jesus	Judith Dalben	Pfeit. Intern.	13/06/1919	01/02/1951
361 Ir. M ^a de N.S ^a Auxiliadora	Maria Joaquina Pereira da Silva	Professora	20/03/1927	18/11/1942
325 Ir. M ^a Dilecta de Jesus	Valentina Emma Parenti	Resp. Cozinha	06/08/1924	01/02/1938
383 Ir. M ^a Enedina de Sta. Clara	Clementina Scariott	Professora	21/03/1929	19/01/1937
84 Ir. M ^a Helena da Sta. Cruz	Maria Isabel Orsatto	Dir. da Obra	02/01/1929	30/03/1930
ANO: 1930				
371 Ir. M ^a Carlota de S. José	Maria Zafonato	Pfeit. Intern.	12/12/1928	01/02/1934
128 Ir. M ^a Crecência SS.Nome Jesus	Judith Dalben	Pfeit. Intern.	13/06/1919	01/02/1951
361 Ir. M ^a de N.S ^a Auxiliadora	Maria Joaquina Pereira da Silva	Professora	20/03/1927	18/11/1942
325 Ir. M ^a Dilecta de Jesus	Valentina Emma Parenti	Resp. Cozinha	06/08/1924	01/02/1938

Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria

Pág. :3

ICM / SEC - 92.812.049/0001-67**** Itinerário por Comunidade - Por Ano ****

Imp.:17/11/2013 11:06:40

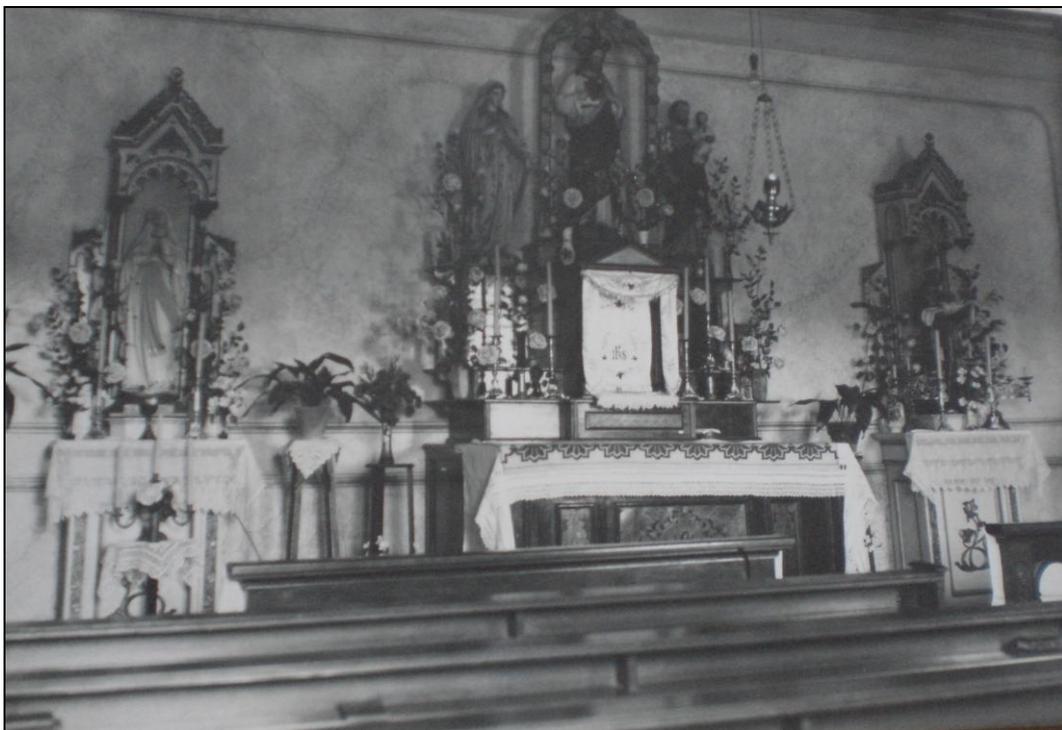
PERÍODO DE:01/01/1901 ATÉ 31/12/1930

Com. Inst. São Benedito**PROVÍNCIA DE SANTA MARIA**

NOME RELIGIOSO	NOME CIVIL	ATIVIDADE	CHEGADA	SAÍDA
383 Ir. M ^a Enedina de Sta. Clara	Clementina Scariott	Professora	21/03/1929	19/01/1937

Total de Irmãs: 21

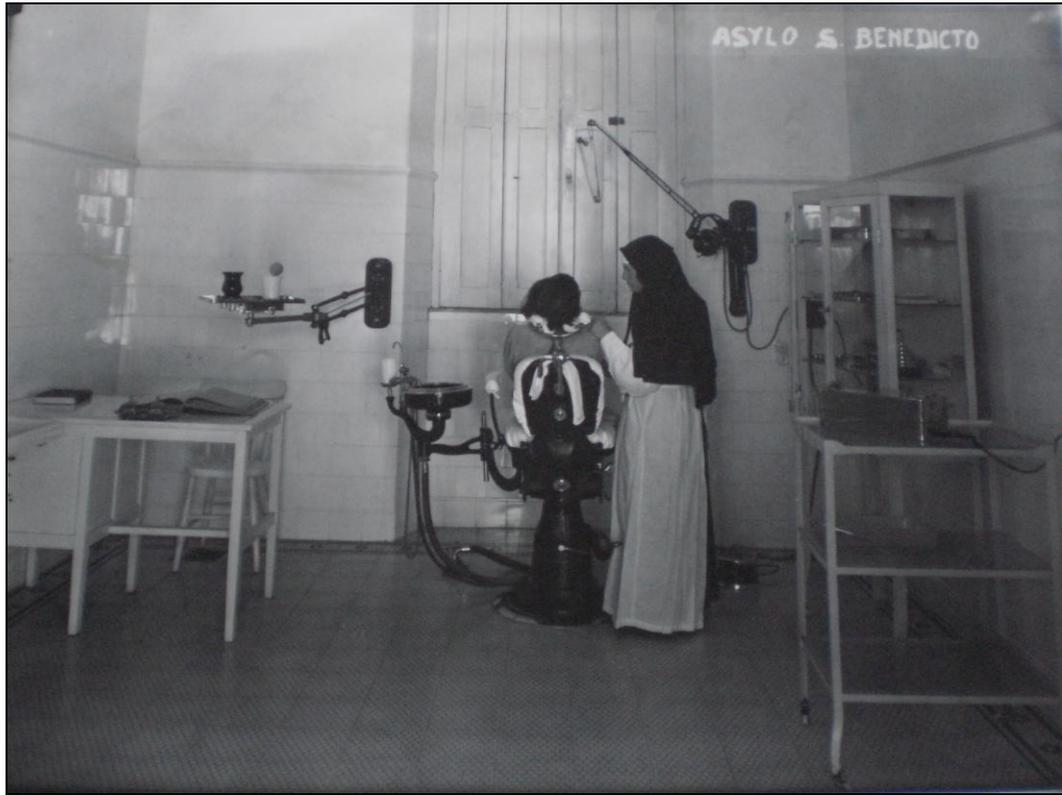
**ANEXO B – Fotografias do acervo do Asilo de Órfãos São Benedito
Álbuns 1 e 2**



Antiga capela



Antigo Salão de Honra



Gabinete Dentário



Refeitório



Cozinha



Despensa



Escadaria de acesso aos dormitórios



Dormitório



Pias



Banheiros